

**MARIA BEATRIZ VIDAL DE NEGREIROS PAIVA**

**O PROJETO URBANÍSTICO EM JAÚ:  
A AÇÃO POLÍTICA E OS DESDOBRAMENTOS SÓCIO -  
CULTURAIS.  
1890/1920**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História, Unesp-assis, para obtenção do título de Mestre em História sob orientação da Prof. Dr<sup>a</sup>. Flávia Arlanch Martins de Oliveira

**Assis**

**2001**

## Resumo

A presente dissertação analisa os desdobramentos sócio-culturais resultantes do processo de modernização em Jaú, entre 1890/1920.

Ao percorrermos fontes diversas como as Atas e Projetos de Leis da Câmara, jornais, um almanaque e a obra de um memorialista, identificamos o desejo latente dos segmentos dominantes jauenses em implementar um projeto modernizador na localidade.

A aristocracia agrária, detentora do poder político e econômico e aglutinadora de outros setores sociais que almejavam a modernização, passou a elaborar propostas de normatização do espaço urbano com vistas a tornar a área central um cartão de visitas. Com tal finalidade foram feitas obras de embelezamento e tentativas de higienização. Essa intervenção no espaço urbano atendia ao jogo político local. Dois grupos oligárquicos disputavam, frente ao eleitorado, a realização de melhoramentos, objetivando a permanência no poder e a construção de uma memória sobre o processo de modernização.

Concomitante a essas questões, a penetração das novas tecnologias e das novidades inerentes à cultura da modernidade no meio local iam mudando lentamente o estilo de vida e o cotidiano dos jauenses.

O impacto social decorrente desse processo também foi visível. As contradições sociais estavam à mostra através da exclusão daqueles que não se adaptavam ou não se enquadravam nos ditames da ideologia burguesa do progresso.

Palavras chave: Urbanismo; cidade; modernidade; novidades; exclusão social; coronelismo.

Paiva, Maria Beatriz Vidal de Negreiros

O projeto urbanístico em Jaú: a ação política e os desdobramentos sócio – culturais 1890 / 1920. Maria Beatriz Vidal de Negreiros Paiva, 2001.

enc.; tamanho A4, altura 297 mm., 311p

Dissertação – Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras –  
UNESP

1. Urbanização-História Regional-Jaú. 2. Cidades-História-  
Cultura

## ÍNDICE

Introdução.....	5
<b>CAPÍTULO I</b> O discurso sobre a modernização em Jaú no início do século XX.....	11
<b>CAPÍTULO II</b> Política e modernização em Jaú.....	67
<b>CAPÍTULO III</b> Mudanças no cotidiano: as novidades chegam a Jaú.....	137
<b>CAPÍTULO IV</b> Os problemas sociais decorrentes do processo de modernização em Jaú.....	210
1. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	272
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	278

## INTRODUÇÃO

Do final do século XIX para o início do século XX a cidade de Jaú passou por uma fase de intenso desenvolvimento urbano. A cultura cafeeira, que se expandiu na região desde 1880, começava a mostrar os bons resultados na década seguinte. Com uma perspectiva de desenvolvimento econômico para o município, a aristocracia rural, que passou a atuar politicamente de forma mais autônoma após a proclamação da República procurou, implantar um projeto de reformas da cidade visando modernizá-la.

Nosso objeto de estudo versa sobre esse processo de mudanças urbanísticas e sócio-culturais que ocorreu em Jaú entre 1890 a 1920. Esse marco temporal imbuí um processo de transformações que afetou a organização do espaço urbano, as relações sociais, e também antigos valores e comportamentos. Seu processo inicial se deu na última década do século XIX e estava praticamente definido na segunda década do século XX.

As transformações ocorridas no exterior influenciavam esse processo de mudanças que se efetuava em âmbito local. A modernidade atrelada ao capitalismo, centrada na Europa, principalmente com a remodelação das cidades, criava símbolos do progresso que passaram a influenciar outras áreas do mundo, inclusive o Brasil. As reformas urbanísticas, como a de Paris, realizadas por Haussmann converteram-se em exemplos a serem perseguidos na luta pela inserção no mundo do progresso. As capitais brasileiras se esforçavam para aprender a lição e as cidades do interior se espelhavam nas capitais em processo de reformas.

Em Jaú, os agentes modernizadores estavam presentes nos diversos segmentos sociais: comerciantes, fazendeiros, profissionais liberais e a

imprensa almejavam ver a cidade mais modernizada. O substrato para a concretização desse projeto era a construção de um discurso marcado pelo ideário do progresso que viesse legitimar a interferência no espaço urbano e a emergência de novas relações sociais e valores culturais.

A literatura produzida pelos contemporâneos acerca do assunto expressava essa intenção. Entre essas obras temos a do memorialista Sebastião Teixeira denominada “Jahu em 1900” e o “Almanack de Jahu” em 1902 que procurava, entre outros aspectos, caracterizar a urbanização de Jaú do ponto de vista do progresso, destacando os melhoramentos urbanos já existentes. O objetivo desse tipo de publicação era produzir uma imagem positiva tanto do campo quanto da cidade.

A presença de um discurso modernizador, expressão de um projeto de cidade moderna era algo comum na imprensa. Era um discurso pedagógico que procurava mostrar os padrões de comportamento considerados civilizados no meio urbano, definindo os parâmetros que possibilitavam enquadrar ou excluir os agentes sociais durante esse processo de mudanças que marcou o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX.

Nossa pesquisa procura através da utilização dessas fontes, bem como através da consulta às Atas da Câmara Municipal do anos 90 do século XIX e da primeira década do século XX, trazer à luz a situação concreta vivenciada pela população, que muitas vezes não se consubstanciava na bela retórica de progresso produzida pela imprensa. Ademais, mostraremos também que nem sempre o discurso modernizador espelhava a real condição da cidade.

Os interesses políticos em torno dos melhoramentos urbanos são parte importante desse estudo. O tema da urbanização e das questões urbanas se tornaram o principal mote no jogo eleitoral disputado por dois grupos

oligárquicos, que se debatiam na disputa pelo poder. Num momento político marcado pela forte influência do coronelismo, a realização de obras para a cidade poderia ser moeda de troca que garantiria os votos necessários para controlar o poder municipal.

Nessa luta pela conquista e permanência no poder, as fontes consultadas como os jornais o “Correio e o Comércio do Jahu”, evidenciam uma construção social que expressa as intencionalidades dos sujeitos envolvidos nesse processo histórico analisado. Assim, a documentação não é vista como uma expressão do real, mas sim como uma construção vinculada aos interesses dos grupos contemporâneos que se utilizavam dos jornais para defender e legitimar seus interesses.

Ao abordarmos esse processo de mudanças no período em questão, através do enfoque sócio-cultural, produzimos uma análise diferenciada das obras já existentes sobre a história local, pois essas apenas apontam os principais fatos da vida política e econômica, mas são esvaziadas de uma análise mais crítica. Essas publicações, já anteriormente referidas, revelam que os contemporâneos queriam construir uma memória desse período vinculada ao ideário do progresso.

Uma obra dos anos cinquenta também publicada pela imprensa, e denominada “Vultos e Fatos da história de Jaú”,<sup>1</sup> não mudou o enfoque a respeito da história local. Essa publicação procurou registrar, sem uma análise crítica, os principais fatos políticos, econômicos, sociais e culturais ocorridos na cidade, mantendo apenas uma exposição cronológica. A exaltação de famílias tradicionais, de políticos e de alguns personagens considerados mais importantes

---

<sup>1</sup> Essa publicação foi realizada de forma conjunta pelos jornais Correio da Noroeste, Correio da Capital e o Correio de Garça em função do centenário de fundação de Jaú no ano de 1953.

para a localidade, somados ao viés da perspectiva do progresso são as marcas dessa obra.

Nossa pesquisa, entretanto, procura captar a trama das relações sociais que envolveu o momento histórico da modernização da cidade de Jaú. A análise da transformação social e cultural ocorrida no período em estudo evidencia a discriminação e a exclusão dos segmentos sociais que não se engajaram nesse processo de modernização, bem como trata das mudanças no comportamento, ocorridas por conta de uma penetração das novas tecnologias que viriam a influenciar a mudança do estilo de vida de parte da sociedade local. Procuramos também resgatar as resistências daqueles que estavam sendo forçados a aceitar uma nova realidade social ou mesmo daqueles que se negavam a aceitar os novos costumes vistos como civilizados.

Desenvolvemos esse assunto em quatro momentos. No primeiro capítulo analisamos o conteúdo do discurso modernizador presente nas fontes consultadas, visando a demonstrar como estava ocorrendo um grande esforço por parte dos agentes modernizadores, no sentido de convencer a população sobre a importância das melhorias do aspecto estético e higiênico da cidade. Esse discurso também procurava incutir nos jauenses a valorização de um comportamento e de um estilo de vida considerados mais civilizados. Ao apontarmos algumas resistências diante das transformações urbanas e higienísticas que iam sendo implementadas pelo poder público, e indicarmos as dificuldades em se concretizar o tão almejado projeto de modernização, objetivamos desvelar a realidade que fora eclipsada pelo discurso modernizador.

No segundo capítulo revelamos os interesses políticos em jogo durante esse processo de modernização de Jaú. Dois grupos oligárquicos disputaram no decorrer desse período a paternidade das melhorias urbanas. As

reformas e os investimentos feitos na cidade representavam uma moeda de troca no período eleitoral. A partir de 1908, o grupo oligárquico, vencedor no embate político, liderado por Vicente de Almeida Prado, procurou, por meio da imprensa, criar uma memória oficial em torno da modernização de Jaú, definindo a gestão do prefeito Constantino Fraga como a única responsável pelo progresso da cidade. Confrontando a documentação das Atas da Câmara com os discursos contidos nos jornais pesquisados (Correio do Jahu e Comércio do Jahu), queremos demonstrar que a modernização vinha ocorrendo desde o final do século XIX, e portanto foi uma construção histórica que envolveu a participação dos dois grupos oligárquicos que governaram nesse período. Assim, desvelamos nesse capítulo a construção da memória oficial em torno da modernização local.

No terceiro capítulo analisaremos o impacto da chegada das novidades no meio urbano. A influência das novas tecnologias como o trem, o cinema, o automóvel, e também os novos modismos como a prática de esportes e a preocupação com a moda foram alvo da nossa reflexão. Procuramos detectar em que medida essas novidades provocaram mudanças no estilo de vida de alguns segmentos da sociedade jauense. Tratamos de observar, no decorrer do período analisado, como se deram a assimilação ou as rejeições e inseguranças diante do novo.

No último capítulo abordaremos os custos sociais desse processo de modernização. A reforma do centro urbano afetou diretamente a vida dos setores mais pobres da população. Os investimentos e os gastos exigidos nas reformas da arquitetura, somados ao aumento dos impostos que foram canalizados para o poder público realizar a obra do embelezamento, tendo em vista tornar a área central em um cartão de visitas, empurrou a população pobre para os arrabaldes da cidade. A construção do conjunto arquitetônico da área

central implicou o desalojamento de muitas famílias mais pobres. As reformas do centro urbano coincidiam com o aumento populacional da cidade. O resultado para a população de baixa renda foi o flagelo da falta de moradias e a sujeição aos altos preços dos aluguéis.

Os segmentos médios, embora desejassem a modernização também reclamavam do seu custo, e procuravam reivindicar junto ao poder público uma diminuição do imposto predial urbano.

A imposição dos costumes considerados civilizados também afetou o modo de vida dos segmentos populares. O poder público buscava apoio nas autoridades policiais para combater o jogo, a vadiagem ou qualquer comportamento considerado desregrado. Não podemos dizer que essas autoridades conseguiram inculcar novos hábitos nessa população. Os costumes populares eram bastante arraigados para serem abandonados ou combatidos totalmente.

## CAPÍTULO 1

### O DISCURSO SOBRE A MODERNIZAÇÃO EM JAÚ NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Os segmentos sociais dominantes em Jaú, ao almejamem o progresso local na década de 90 do século XIX, foram construindo, com o apoio da imprensa, um discurso modernizador, objetivando respaldar as mudanças em curso. Os jornais tiveram um papel fundamental na divulgação do ideário de progresso e na construção da imagem de uma cidade moderna.

Neste capítulo pretendemos analisar tais discursos presentes na imprensa local<sup>2</sup>, bem como em duas obras escritas<sup>3</sup> no período em questão.

É possível verificar a construção desse ideário da modernização em Jaú principalmente quanto à exaltação ao progresso, às preocupações com os melhoramentos urbanos, e ao incentivo à adoção de um novo padrão cultural.

Dentre esses segmentos dominantes, a aristocracia agrária, tendo o controle político, era um dos mais interessados na implementação das reformas que julgavam necessárias para modernizar a cidade. Os discursos favoráveis a essa modernização podem ser detectados nos jornais através dos seus editoriais, das crônicas e embutidos nas notícias. Também as publicações feitas no período, como o “Jahu em 1900”, (Teixeira, 1900.) e o “Almanack de Jahu para o ano de 1902”, (Almanack Jahu,1902), tiveram como principal objetivo demonstrar os

---

<sup>2</sup> A referência a imprensa local corresponde os dois jornais pesquisados; “O Correio do Jahu,” 1902, 1906, 1907, 1908, e o “Comércio do Jahu, 1908 à 1920”.

<sup>3</sup> As obras analisadas são o “Jahu em 1900”,e o “Almanack de Jahu 1902”. Essas duas publicações foram feitas pelo “Correio do Jahu”. São obras contemporâneas e permitem entender de alguma forma como os representantes da elite local assimilaram o ideário de progresso e modernização.

melhoramentos urbanos, e a emergência de uma nova cultura que procurava colocar a cidade de Jaú no contexto de modernização que ocorria no período.

De início nos deteremos na obra de Sebastião Teixeira. Ela é fruto de sua visão de mundo e da maneira pela qual esse escritor estava inserido no meio local. Assim, de maneira resumida mostraremos um pouco quem ele era e quais foram suas principais atividades. Em 1886, Sebastião Teixeira fez circular o primeiro jornal no meio local. Naquele ano, foram impressos na Vila de São Carlos apenas três números de um jornal intitulado “O pequeno impresso” que posteriormente circulou em Jaú, provavelmente nas mãos de algumas poucas pessoas. É devido a essa prática que ele passou a ser tratado na localidade como um jornalista. Além disso, era advogado e também foi político. Assumiu o cargo de vereador e vice-intendente na última legislatura do século XIX( 1899-1901). Nesse período ele mantinha relações muito intensas com outros elementos importantes da aristocracia rural jauense. No ano de 1898, Sebastião Teixeira escreveu as linhas mestras do Código de Posturas que viria dar sustentação legal para as reformas urbanas que ocorreriam nas duas primeiras décadas do século XX.

Quando Sebastião Teixeira escreveu o “Jahu em 1900”, a cidade de acordo com suas próprias informações, tinha cinco mil habitantes. Era composta de 33 ruas e 8 largos por onde se dispersavam 915 prédios. Muitas dessas ruas já eram alinhadas e tinham guias e sarjetas. Segundo o referido autor, apenas duas ruas não tinham arruamentos. Elas davam saídas para as cidades de Bocaina e Bariri. ( Teixeira; 1900, p.19)

A cidade, que foi descrita por Teixeira em 1900, embora já tivesse sofrido uma onda modernizadora no final do século XIX, ainda não tinha àquele momento calçamento e eletricidade, fato que o mencionado escritor

sonhava ver modificar –se. Quando se propôs a realizar o Código de Posturas da cidade, tinha em mente a construção de uma cidade moderna, bem higienizada, arborizada e com bela arquitetura, bem como achava necessário um investimento em infra-estrutura. Assim, Teixeira foi um entre muitos jauenses a se preocupar com a modernização local. Tendo o dom da escrita, pôde deixar registrado o seu ideário na obra “Jahu em 1900”, no qual tratava entre outros assuntos da política, da geografia, da demografia, dos costumes, das festas folclóricas, da instrução pública, mas sua maior ênfase foi para o processo de urbanização e seus desdobramentos. Para ele, Jaú estava inserindo-se em uma nova era de progresso e civilização, e ele deixava transparecer seu anseio em ver a cidade modernizada. Assim, a chegada da ferrovia foi destacada em seu discurso como um fator do progresso na medida em que possibilitava a inserção da localidade no contexto de crescimento que ocorria em âmbito estadual. Portanto, o jornalista, ao descrever os detalhes do desenvolvimento material da cidade, alinhavou a história na perspectiva do progresso.

Sebastião Teixeira percebia claramente os fatores propulsores do progresso da cidade, pois afirmava:

*“ Á tres factores diversos deve o Jahu o seu desenvolvimento, hoje extraordinário, assombroso, colossal. Deve - o à estrada de ferro, que aproximou - o dos centros populosos onde pode haurir os elementos indispensáveis de progresso e civilização; deve -o à abundante produção e a alta do preço de café, que aumentaram - lhe a fortuna, base da prosperidade; deve - o finalmente, à imigração estrangeira, que augmentou - lhe a população e o contribuiu para a expansão de suas riquezas naturais”* ( Teixeira, 1900, p.119)

Além de mostrar os fatores de desenvolvimento, Teixeira procura dar uma dimensão especial ao crescimento, pois ao utilizar os adjetivos “*assombroso*” e “*colossal*” queria destacar tal crescimento como algo

fantástico e impressionante. Também percebe que tais melhoramentos foram decisivos para a conduzir à ansiada modernização em Jaú.

Ao enfatizar a importância dos grandes centros urbanos como fonte de civilização e de progresso, e apontar a ferrovia como elemento muito importante para o contato com outras cidades, o jornalista quer demonstrar sua preocupação em ver a cidade de Jaú situada entre muitas no Estado do São Paulo, que já estavam trilhando o caminho do desenvolvimento econômico e social, procurando superar um passado que era visto por ele como rude e atrasado.

O jornalista, ao exaltar os melhoramentos que a cidade havia recebido, objetivava criar dela uma imagem positiva. Para tanto arrola os serviços de infra – estrutura que já haviam sido feitos na área urbana, como o início da implantação da rede de água e esgoto, telefonia, luz elétrica, as benesses da política de higienização, e as primeiras medidas de embelezamento da cidade, como a construção do jardim público em frente à Igreja matriz.

Sebastião Teixeira, ao absorver o ideário modernizador, procura criticar o passado como atrasado e exaltar o futuro. Dessa forma condena os aspectos que para ele não se adequavam ao progresso local, como as construções feitas em barro e madeira, e a falta de higiene no meio urbano, e exalta os novos serviços como a rede de a água e esgoto, e iluminação elétrica ao colocá-los como fatores imprescindíveis para o desenvolvimento da cidade.

Ao tratar das epidemias de febre amarela que assolaram Jaú nos anos de 1892, 1896, 1897 e 1898, põe à mostra a absorção do discurso higienista que a burguesia européia utilizou para implementar as reformas urbanísticas. Afirmava então o jornalista Sebastião Teixeira:

*“Há males que vem para o bem, diz um provérbio. E assim é. Os dous grandes melhoramentos de que vimos tratando devemos - os a um grande mal, isto é: à peste que nos assolou; pois ella é que veio demonstrar a necessidade de medidas que correspondessem para o nosso saneamento local, que tem como fundamento o serviço de água e esgotos”* (Teixeira, 1900, p.125).

Ele procurou mostrar em seu livro que as autoridades locais trataram de combater as epidemias cuidando do saneamento da cidade, através da implantação da rede de água e esgoto, e da construção do Hospital do Isolamento, que, no seu entender, observava todas as regras da higiene e da arte. (Teixeira, 1900, p. 129) Assim, Teixeira exaltava a administração pública e os seus atos no sentido de intervir no espaço urbano, e nem poderia ser diferente, pois no final do século XIX, como já afirmamos, o próprio jornalista era também vereador, e foi o principal responsável pela reformulação do Código de Posturas de 1898, que deu embasamento legal para as reformas urbanísticas em Jaú. ( Atas da Câmara- Arquivo 1219)

A questão estética também já havia sido absorvida por Sebastião Teixeira. Em 1900, ao exaltar o estilo moderno de construção, destacando a beleza e a eficiência dos novos edifícios, principalmente os públicos, percebe-se a ênfase que procura dar aos poucos edifícios “modernos” como os prédios do Mercado, da Câmara Municipal, do Hospital de Isolamento, do Matadouro, e da Igreja Matriz. Desta forma quer enfatizar que a cidade já estava se adequando à nova estética da arquitetura moderna.

A nova estética está qualificada em seu discurso pelos adjetivos “elegante” e “belo” mencionados para referir – se aos prédios públicos. O Matadouro Municipal é descrito como *“um edificio modesto, mas de forma mais ou menos elegante.”* (Teixeira, 1900, p.120), a Câmara Municipal como

sendo “ *Novo e elegante edifício*” (Ibidem, p. 132), e o Mercado Municipal como “ *Sólido e bello edifício*” (Ibidem, p 113)

Mas as velhas construções, contrapondo-se às novas, permaneciam na cidade, e o julgamento de Sebastião Teixeira quanto a essa questão foi bastante duro. Ao referir-se ao prédio da Agência do Correio definia-o como um “*pardieiro*”, o que justificava a necessidade do prosseguimento da intervenção no conjunto da estrutura urbana.

O embelezamento da cidade também esteve presente no discurso modernizador de Sebastião Teixeira. Em 1900 proclama a necessidade da arborização de praças, largos e avenidas, pois certamente o incomodam *as praças de Jaú “nuas e emburacadas”* (Ibidem, p,132).

Portanto, o discurso presente na obra de Sebastião Teixeira mostra de forma inequívoca os novos padrões que para ele deveriam estar presentes para que a cidade se apresentasse de acordo com o processo de modernização. Dessa forma, seu discurso não só representava como também reforçava o ideário de progresso, estando portanto em sintonia com o setor da sociedade local, que ansiava por mudanças.

Do começo do século também temos o “Almanack do Jahu para 1902”, editado pelo “Correio do Jahu” com o apoio dos comerciantes e fazendeiros. Apresentado ao público com a finalidade de: “*fornecer informações necessárias a vida official, commercial, industrial e agrícola*” (Almanack do Jahu, 1902, p. 1), procura dar ênfase ao crescimento econômico e à modernização pelos quais o espaço urbano e rural local vinham passando.

Como a obra de Sebastião Teixeira, o Almanack procura enaltecer o crescimento da cidade mostrando o seu lado avançado e desenvolvido. Os agentes envolvidos na sua publicação procuravam destacar

que Jaú estava acompanhando o processo de modernização que ocorria no Estado graças ao poder público que estava implementando os serviços na área da saúde, educação, comércio e abastecimento. O bom funcionamento desses setores, enfatizado pelo Almanack, objetivava certamente por à vista que Jaú já podia ser considerada uma cidade com características modernas.

Esse Almanack apresenta também uma série de fotografias dos principais edifícios públicos. A visualização do material iconográfico tem por objetivo tornar mais convincente o progresso urbano. Sabemos, no entanto, que a fotografia é apenas um recorte da realidade, expressando a visão de mundo de quem a produziu, e neste caso o interesse do Almanack era enfatizar o progresso da cidade através da reprodução fotográfica dos edifícios modernos, mostrando que em Jaú *já existiam “prédios de construção elegante e sólida”*.( Almanack do Jahu, 1902, p.9) O conjunto das fotografias publicadas não correspondia a um aspecto global do tecido urbano, pois as leituras de jornais e informações já mencionadas do memorialista Sebastião Teixeira tratam da existência de prédios feitos de barro e madeira.

O Almanack utilizou as informações contidas no livro de Sebastião Teixeira para descrever os prédios da Câmara, do Matadouro e do Mercado Municipal. Também tratou do Hospital do Isolamento e da Igreja Matriz. Com o intuito de reforçar a modernização da cidade, as informações estavam situadas de um lado da página e as fotografias de outro. Dessa forma o Almanack procura enaltecer ainda mais a beleza e a comodidade dos edifícios. Essa preocupação aparece até na descrição do reservatório de água que também estava ilustrado por uma fotografia: “ *A parte superior da caixa d’água é adornada por um cuidado jardim e o pateo arborizado é separado das ruas por um elegante gradil.*” (Ibidem, p. 15)

As principais fazendas também foram ilustradas com fotografias e descritas pelo Almanack, que procurou exibir o poder econômico dos fazendeiros, detalhando aspectos diversos de cada propriedade como: a extensão rural, sua produtividade, suas edificações e benfeitorias, além da citação do número de empregados. Na medida em que expunha as realizações materiais em andamento no campo e na cidade, reforçava - se a idéia de que Jaú acompanhava a marcha do progresso. As informações contidas no Almanack serviam como propaganda do crescimento da zona rural e urbana do município.

E assim, o discurso do progresso, que preconizava o futuro promissor da cidade era o sustentáculo legitimador da política intervencionista da elite local no espaço urbano, que procurava através da criação de um imaginário progressista enredar toda a população a apoiar o ideário de modernização.

Roger Chartier, nos mostra a função do discurso, como legitimador de interesses sociais, ao afirmar que os mesmos não são neutros, pois *“produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, a legitimar um projeto reformador, ou justificar para os próprios indivíduos as suas condutas.”* (Chartier, 1990, p. 17. ).

A imprensa não define especificamente um grupo social como responsável pela liderança do processo de modernização da cidade. O modelo de organização social de interesse da aristocracia agrária, de comerciantes, dos profissionais da imprensa, e certamente de muitos habitantes que almejavam o progresso, era apresentado pela imprensa com uma universalidade, entretanto, sabemos que esses discursos representavam as percepções da realidade social do ponto de vista de um segmento da sociedade local; sua visão de mundo. Os discursos indicavam os agentes responsáveis pelo desenvolvimento da cidade com a conjugação dos verbos na terceira pessoa do plural, e dessa forma

pretendiam indicar uma participação coletiva, como se realmente todos estivessem envolvidos e interessados na modernização local.

O discurso modernizador presente nos jornais analisados teve sua especificidade atrelada às transformações locais que ocorreram no período em estudo. Em geral ele revela a intenção de mostrar a expressividade da modernização e do progresso que ia tomando corpo em Jaú no começo do século XX em vários aspectos como os melhoramentos urbanos, a higienização, a implantação de um novo padrão arquitetônico, o desenvolvimento econômico e científico, o embelezamento, e a absorção de um novo padrão cultural.

Com relação ao crescimento econômico, os discursos procuravam ressaltar que Jáu era um município próspero, e que só perdia em produtividade agrícola para Ribeirão Preto.( Comércio de Jahu, 1902, nº- 612, p.2) A preocupação em situar a posição econômica de Jaú em relação às outras cidades, e em alguns casos sua posição de destaque até em nível mundial devido a sua produção cafeeira, fazia parte da estratégia dos colaboradores da imprensa para divulgar o crescimento da cidade para a região e também no Estado considerando - a uma das mais ricas do interior paulista. Na primeira década do século XX, os articulistas escreveram muitos artigos mostrando que a economia jauense era dinâmica e que crescia dia-a-dia graças ao “ouro verde”. Eles mencionavam entre outras coisas o crescimento do comércio e também a correria das carroças nas estradas do município que transportavam o café das fazendas para a cidade. A imprensa queria mostrar que estavam ocorrendo mudanças tanto no campo quanto na zona urbana por conta do aumento dos negócios agrícolas, e enfatizava com muito entusiasmo o que considerava progresso para o município.

Os discursos contidos nos editoriais, artigos e crônicas do jornal o “Correio do Jahu” no período de 1902 a 1908, também procuravam demonstrar

que aos poucos a cidade estava superando o estigma do atraso caracterizado pelo estilo de vida rural das pequenas cidades .

A modernidade trazia um novo dinamismo à vida social, econômica e cultural que passou a atuar na sensibilidade das pessoas, principalmente na assimilação de uma percepção de que tudo mudava muito rapidamente. Marshall enfatiza que era preciso que homens e mulheres modernos aspirassem às mudanças e não ficassem presos às relações fixas do passado e ao nostálgico, passando assim a lutar por um futuro de desenvolvimento para suas vidas e em suas relações com os outros seres humanos. ( Marshall, 1986, p.94)

Uma parte da sociedade local, da qual a imprensa era porta - voz, já havia absorvido esse ideário da modernização apontado por Marshall, pois queria apagar a imagem de sertão para mostrar a de cidade moderna. Uma transcrição feita pelo “Correio do Jahu” de uma crônica de um jornal da capital paulista sobre o modo de vida do interior, é um exemplo de como esse jornal procurava estimular os leitores a valorizar o estilo de vida considerado moderno.

Esta crônica intitulada “Pelo Interior”,e assinada por Rui Flávio dizia:

*“ Em geral as povoações do interior nenhuma distração oferecem aos seus habitantes. De manhã à noite desenrola-se aos nossos olhos o mesmo panorama monótono de todos os dias, as mesmas paisagens, sem aspectos novos, as mesmas perspectivas de senários velhos, o mesmo deslizar contínuo da vida sem a variedade empolgante das novidades. É tudo sempre velho, e mais velho ainda vão ficando o nosso organismo, a nossa alma e o nosso espírito diante desta contínua pasmaceira, desse labutar incessante da luta pela vida.”* (Correio do Jahu, 1902, nº565, p.1.)

Fica evidente que o cronista Rui Flávio havia absorvido a ideologia da modernização adaptando-se às rápidas transformações e

mergulhando no turbilhão das mudanças, pois parece deliciar-se com as “novidades empolgantes”. Mostrava-se adepto da modernidade, através da aceitação do novo e do moderno, descartando e criticando o que é velho.

Portanto, ao reproduzir esse tipo de crônica o jornal pretendia estabelecer um parâmetro entre a vida do interior e da capital, criticando a primeira e valorizando a segunda, pois para cada adjetivo negativo citado a respeito do interior estava implícito o oposto para a capital. Assim a metrópole era o modelo de conforto, diversão, agitação, novidades, enquanto no interior estava ausente o dinamismo, da capital com paisagens que não mudavam, com a monotonia dos dias e tudo tendo o aspecto velho. Para o cronista a monotonia também envelhecia o espírito dificultando a aceitação do novo.

Através de crônicas como a de Rui Flavio, o jornal local procurava exaltar o estilo de vida moderno estimulando o interior a acompanhar os padrões de progresso e modernização, propiciando dessa forma a inserção de novos cenários culturais e de informações que passavam a influenciar no modo de vida da localidade. Certamente essa influência atingia uma pequena parcela da população, principalmente aquela mais ligada à imprensa, como alguns intelectuais, comerciantes e proprietários rurais.

O ideário de progresso e modernização pedagogicamente apresentado na contraposição entre o atrasado e o moderno continuou sendo ressaltado nas crônicas publicadas no jornal como a intitulada “Jahu Progride”, assinada pelo jornalista Argimiro Acayaba, que inicia suas observações procurando assinalar as características de Jaú no momento anterior ao início da modernização para atribuir - lhe uma conotação negativa: “*sertão*”, “*matas bravias*”, “*cheia de lama e bandidos*”, ironizando também a sua população; “*índios dançando ao som do maracá*”. ( Correio do Jahu, 1907, nº 1372, p.1)

Buscava-se assim reforçar os valores ligados ao progresso e criticar aqueles que não se enquadravam nos parâmetros de modernização burguesa. Essa visão do autor expressava o pensamento da elite dominante do país àquela época. Para implementar a modernização que transformaria as cidades, era preciso realizar investimentos em máquinas, transportes, infraestrutura, e agilizar novos padrões de comportamento importado da Europa, ligados ao ideário do trabalho produtivo e do consumo, visando à acumulação de capital. Era no dizer do historiador Sevcencko (1989), a nossa inserção na modernidade.

De acordo com esse ideário, o campo passou a ser visto como local do atraso. O modo de vida do caipira que tinha o seu próprio ritmo de trabalho ligado ao tempo da natureza, e que não estava impregnado pelos valores capitalistas de acumulação, precisava ser superado. Assim, também era condenada a forma de vida dos indígenas. Seu sentido coletivo de sociedade e seu trabalho voltado para atender somente às necessidades básicas, sem a preocupação com produção excedente e acumulação, não interessava ao novo sistema econômico que no país ia se expandindo. Portanto, os grupos rurais foram sendo tachados de indolentes e atrasados e estigmatizados como a vergonha da nação. Segundo o pensamento da época, eles precisavam ser civilizados, e isso significava submeterem-se aos novos valores introduzidos pela modernização.

Portanto, o “Correio do Jahu”, através dos discursos presentes nos seus artigos, procura mostrar que o sertão virgem estava se transformando em imensas áreas produtivas atreladas à economia comercial em expansão através da produção cafeeira. Esse tipo de discurso reforçava o mito dos desbravadores,

trazendo o progresso para o sertão, desmatando florestas e transformando-as em plantações de café, riqueza do município. Dizia o articulista Argimiro Acayaba:

*“ Que era há cinquenta annos o Jahu? O sertão, a selva, a belleza tropical, a terra virgem. Em cincoente annos, da laboriosa tenacidade, a geração creadora extrahiu das mattas absconsas esta cidade de dez mil habitantes, esta lavoura de vinte e cinco milhões de cafeeiros sem par, este município de 760 lavradores. Somos a estação produtora que exporta mais café em todo mundo. Concorremos para o fisco municipal, estadual e federal com mais de oitocentos contos annuaes. Nossas propriedades valem cinquenta mil contos. (...) (Correio do Jahu, 1908, nº 1458, p. 1.)*

Acayaba através desse discurso mostrava que Jaú era um dos municípios do Estado que estava em franco desenvolvimento econômico. Assim, quantificar a riqueza agrícola e exaltar a expressividade da urbanização era uma maneira de reforçar o progresso e a modernização em curso.

Em 1902, o discurso modernizador que aparece no jornal “Correio do Jahu” visava a chamar a atenção da população e do poder público para a necessidade de se realizarem muitos melhoramentos na cidade, o que demonstra que a modernização era um processo em fase inicial.

Uma vez que os colaboradores da imprensa vislumbravam um cenário mais moderno para Jaú, eles passaram a utilizar o jornal para divulgar os investimentos que consideravam importantes para deixá-lo mais bonito e adiantado.

O embelezamento foi um dos aspectos discutidos por um dos articulistas do “Correio do Jahu” nesse ano. Um desses artigos aparece nos seguintes termos:

*“ É do escopo da actual Câmara Municipal propugnar pelo desenvolvimento material da cidade em todos os ramos da pública administração, tendo sempre em vista o embelezamento dos logradouros.(...) Queremos fallar do*

*embelezamento da praça municipal, que não esta absolutamente em condições de servir de adito ao belo edifício da municipalidade e nem tão pouco coadiz com a sumptuosa igreja matriz e com o magnifico edifício do Grupo Escolar, ora em construção. A Câmara, attendendo ao nosso apello, mandando ajardinar aquella praça, a exemplo do que fez o illustrado Dr. Antonio Prado em relação aos largos do Arouce e Paysandú em São Paulo, que eram depósito de detritos, e hoje são bellas praças, terá concorrido para o aformoseamento daquele lugar que será muito em breve o ponto mais concorrido, attento as edificações das proximidades..” ( Correio do Jahu, 1902, nº 557, p.2,3).*

A Praça municipal ficava entre a Igreja Matriz e a Câmara. O grupo escolar “Padua Sales”, que fora projetado pelo engenheiro Euclides da Cunha de acordo com o estilo clássico, situava-se do lado esquerdo da Praça. O local era uma área nobre, pois tratava-se do centro da cidade, e portanto, era importante fazer desse espaço o cartão de visitas da cidade, devendo, pois, estar de acordo com os modelos da modernidade, sendo a cidade de São Paulo o principal parâmetro.

Aformosar um local àquela época implicava cuidar das praças e jardins, criando boas condições para que fossem freqüentados pela população que ia se aburguesando. Portanto, na opinião do articulista, a cidade, que já procurava se adaptar ao moderno estilo arquitetônico, não podia ficar sem cuidar dos logradouros públicos, locais para serem apreciados e desfrutados por pessoas que já começam a assimilar os padrões de refinamento cultural semelhantes aos das capitais brasileiras em processo de transformação. (Pechman& Fristch,1984; Sevcenko,1989,1992, 1998; Needeel, 1993)

Assim, setores da imprensa e outros segmentos da sociedade local já tinham assimilado o ideário da modernização, tendo como modelo as principais cidades européias e brasileiras, pois muitas sugestões feitas para modernizar a cidade de Jaú tinham como referência as reformas que ocorriam em

São Paulo, no Rio de Janeiro, e mesmo em Paris. Pereira Passos, assim como a Antônio Prado são mencionados em algumas matérias publicadas pela imprensa local.

Em 1907, um artigo assinado por Augusto Lima referia-se às transformações ocorridas no Rio de Janeiro, no início do século XX, dando ênfase à lei que proibia as pessoas de andarem descalças pela avenida central. Esse era o teor do artigo:

*“ (...) Tudo isso é certo, porém o mais certo ainda é que a municipalidade do Rio tracta de prohibir o trânsito pelas ruas, de pessoas que não estejam com os pés convenientemente escondidos.*

*A mim me parece que elle têm razão: primeiro, porque um pé esparramado ali pela Avenida Central não é, nem pode ser bonito. Aquillo custou dinheiro e dinheiro custa ganhar. Os estrangeiros não gostam de ver gente descalça e é mesmo feio..”* (Correio do Jahu, 1907, nº 1394, p.1)

Assim, Augusto Lima estava de pleno acordo com a lei feita na capital, justificando a sua necessidade. Na medida em que a Avenida Central ficou pronta, *“uma magnífica paisagem urbana passou a embelezar o Rio. A Capital Federal possuía agora um bulevar verdadeiramente ‘civilizado’.*” (Needell, 1993, p. 60.)

Nesse contexto é que devemos entender a ironia que o cronista faz a respeito da “feiúra dos pés”. Num espaço construído especificamente para moldar as relações sociais de acordo com a civilidade europeia, não seria adequado à população mais humilde mostrar os seus feios pés. Ali era o espaço da aparência, e da demonstração de riqueza e não das reais condições da população. As obras que expressavam a modernidade não combinavam com os padrões culturais não europeus. A preocupação do articulista com a opinião dos

estrangeiros demonstra a assimilação do ideário de progresso e civilização européia que marcou o início do século XX no Brasil.

A lei mencionada por Augusto Lima, que proibia a circulação de pessoas descalças na Avenida Central, não foi aplicada no Rio de Janeiro, mas em Jaú essa exclusão de fato se efetivou para algumas pessoas. Conforme depoimento oral de Jardelina Veríssimo do Nascimento, (Centro de Documentação da Fundação “Dr. Raul Bauab”- II.3.3.1, 1990) ela foi impedida por um guarda de andar no jardim localizado em frente à igreja Matriz, pelo fato de estar descalça, e ela também ressalta que os pobres eram proibidos de circularem pelo espaço central da cidade, principalmente onde se localizavam as praças embelezadas. Além disso, Jardelina Veríssimo do Nascimento disse ainda que não se sentia bem em andar mal vestida pelas ruas centrais. As informações presentes nos jornais também nos levam a concluir que os segmentos mais abastados desejavam que o espaço central fosse de convívio das elites. Encontramos notícias veiculadas no “Comércio do Jahu” que confirmam a existência de guardas que ficavam a postos nos arredores da igreja Matriz e impediam que nesse local as crianças jogassem bola.( Comércio do Jahu, 1915, nº-792, p.1) Também os negros e pedintes estavam sempre na mira da imprensa, que denunciava sua circulação como uma afronta à moral e ao progresso da cidade. Na visão da imprensa e seus representantes, Jaú estava ficando muito “chic” para permitir tal situação.(Comércio do Jahu 1913, 1916, 1917) .

O ideal de embelezamento através da mudança da imagem da cidade, concretizado pelos melhoramentos urbanos, como o calçamento, também foi um dos assuntos bastante presentes na imprensa local.

No ano de 1902, o “Correio do Jahu” veiculou um debate chamando a atenção do poder público, dos técnicos e da população em geral

sobre a necessidade de se realizar esse serviço, pois um de seus articulistas afirmava : “*Temos exgottos, água e luz: precisamos de hygiene, conforto e esthética.*”( Correio do Jahu, 1902, nº- 620, p.1)

Era com a imagem da cidade a grande preocupação. Até a implementação do calçamento em 1909, a necessidade desse serviço sempre foi lembrada em editoriais, crônicas, e notícias do “Correio do Jahu”. Motivos não faltavam no entender da imprensa e seus colaboradores que diziam estar falando em nome de todos os jauenses. A justificativa apresentada era de que a riqueza produzida no município deveria ser ostentada através de uma bela, confortável, e higiênica cidade. Isto certamente era um dos fatores que garantiria aos seus moradores, especialmente àqueles com maior poder econômico, o “status” de civilizados e progressistas.

No ano de 1902, em editorial, o “Correio do Jahu” salientava que a realização do calçamento era muito importante, pois ele iria “*transfigurar as sórdidas e destetáveis ruas e praças desse grande centro de actividade, em avenidas limpas, higiênicas, estheticas.*”(Correio do Jahu, 1902, nº620, p. 1)

As preocupações dos articulistas do “Correio do Jahu”, em 1902, eram as mesmas do memorialista Sebastião Teixeira em 1900. Este já havia expressado o seu desejo em ver melhorar as condições dos logradouros públicos e das ruas da cidade. Mostrava a necessidade de arborizar largos e praças e de cuidar melhor da infra – estrutura urbana. Sabemos que ele procurou relatar os melhoramentos que já haviam sido feitos até 1900, como a construção de guias e sarjetas em algumas ruas e a arborização da Praça Ribeiro de Oliveira, local do primeiro cemitério de Jaú. ( Teixeira, 1900, p.133)

Entretanto, observamos no decorrer dos anos que esse discurso em defesa do calçamento permitia aflorar uma contradição a respeito da

importância dada ao solo predominante no município. Estamos nos referindo à exaltação da terra roxa para o crescimento agrícola e a crítica veemente a esse tipo de solo por não permitir uma boa qualidade de vida na cidade.

A terra roxa de Jaú era elogiada por todos pela sua excelente qualidade para a produção do café, responsável pela riqueza do município, e nesse sentido era exaltada e abençoada, pois garantia o fruto que era o sustento de muitos. Ao contrário, na cidade ela era vista como um incômodo, pois em períodos de seca se transformava num pó avermelhado que a tudo e a todos atingia causando sujeira e prejudicando a saúde. O barro vermelho que se formava em época de chuva emporcalhava as casas e grudava em tudo. Portanto, o que era uma bênção para o campo não mais se enquadrava para a vida moderna na cidade. Higiene, conforto, estética, enfim boa aparência não eram mais condizentes com a terra roxa que importunava uma grande parte das pessoas. Assim, um jornalista que visitava a cidade descreveu essa contraditória situação:

*“ Uma única impressão desagradável paira sobre o espírito dos viajantes ao desembarcarem no Jahu. Accommete - os o receio do pó ou da lama. A terra roxa que fortalece nas propriedades agrícolas a satisfação dos fazendeiros fundamentando o seu orgulho pela certeza da produtividade do solo nas produções do café, motiva aqui o máximo desprazer dos habitantes. (Correio do Jahu, 1908 n° 1.491 p. 1,2)*

Nesse discurso em favor da modernização, do embelezamento, e da estética, tudo o que não se enquadrasse nesse estereótipo, passou a sofrer críticas da imprensa. Alguns prédios públicos como a agência do correio e a estação ferroviária foram alvo constante da irritação do jornal “Correio do Jahu” e posteriormente do “Comércio do Jahu”. Essas críticas perduram no decorrer

das duas primeiras décadas do século XX, principalmente em relação ao primeiro prédio.

A situação do prédio da estação ferroviária já era matéria do jornal “O Correio do Jahu” desde 1906. No dia dezesseis de março desse ano, o jornal deu início a uma série de artigos denominados Companhia Paulista I, II, III, IV, os quais denunciavam as condições em que se encontrava a estação ferroviária de Jaú construída por volta de 1887, ano da chegada do trem a Jaú. Na seqüência dos artigos foram levantados todos os problemas existentes, e que eram motivo de transformar esse edifício público na “*vergonha do Jahu*”, segundo os comentários do jornal. A indignação ficava por conta do fato de Jaú ser considerado pela imprensa local naquele momento um dos municípios cafeeiros mais importantes do Estado, dando um lucro anual à companhia de mais de dois mil contos de réis. No entender dos jornalistas do “Correio”, a empresa não estava respeitando o progresso da cidade, menosprezando os pedidos de melhorias na estação. Mesmo não sendo um assunto relacionado ao poder municipal, pois se tratava de uma Companhia particular, os jornalistas em seus artigos visavam a alertar e pressionar a Companhia Paulista para a situação em que se encontrava a estação de Jaú, apesar do desprezo da mesma aos jornais do interior, no dizer dos jornalistas, pois ela causava aos visitantes uma imagem negativa da cidade. Vejamos, pois, parte dessa preocupação:

*“(...) Quem pela primeira vez entra no Jahu e faz um passeio pelos pontos principaes, percorrendo depois os edifícios mais salientes; vae até os colégios e aprecia o panorama da nossa cidade, perde a má impressão que recebeu na entrada, ao por o pé fora do estribo do vagon, em uma estação tão pobremmente construída e tão feia, verdadeiro espantallo a desgraçar o viajante que nos visita. A estação ( e ainda é o que nos vale) fica no ponto superior da cidade de onde não se avista a parte propriamente central . Acima ficam meia dúzias de casas sem importância e estética, um barranco,*

*cercas mal construídas, etc, que causam a mais péssima impressão, pois tudo isso faz crer que a cidade não tenha bons prédios nem ruas bem alinhadas e dispostas. E ainda por cima disto não abandona o espirito naturalmente pessimista do viajante, o triste aspecto da estação que têm a cor da terra das nossas ruas quando lamacentas, confundindo - se o zinco e da gare com as paredes e com o telhado - com todo edifício enfim.”* (Correio do Jahu, 1906, nº1.155, p.)

A estação se tornava um problema para a cidade na opinião do jornal, pois não tinha conforto e beleza arquitetônica, e além do mais estava perto de casas e cercas mal cuidadas. Ficando distante da parte central da cidade, em processo de transformação, onde já existiam “bons prédios” e “ruas alinhadas”, as pessoas que passavam somente de viagem teriam a impressão de que Jaú não havia se modernizado, pois as casas ali não tinham estética, e a sujeira do pó ou da lama entristeciam a paisagem. Para que os visitantes pudessem conhecer a cidade teriam que percorrer alguns pontos para “apreciar” as transformações urbanísticas que vinham ocorrendo, o que demonstra que a modernização não atingia toda a extensão da cidade, e certamente existiam muitos espaços na mesma situação ao da estação e seus arredores.

As reclamações da imprensa sobre as condições da estação ferroviária permaneceram pelo menos até a Companhia Paulista realizar uma pequena reforma no edifício. Em 1911, o jornal o “Comércio do Jahu”, noticiava o início desse trabalho:

(...) *“Parece que desta vez vamos ter um novo edifício para a estação da estrada de ferro e um outro que substitua os indecentes casebres o que pomposamente se dá o nome de armazéns da Paulista. Mas não nos rejubilaremos porque segundo estamos informados, a estação à essas modesta para a importância desta cidade. (...) A nova estação será térrea, pouco maior que a atual, menor bastante que a de Dois Córregos. Dizem que é um projeto do competentíssimo dr. Ramos de*

*Azevedo, mas isso nada quer dizer, porque elle projetou o edificio conforme a Companhia pediu.*” (Comércio do Jahu, 1911, nº357, p.1)

A Companhia Paulista ainda fora criticada pelo jornal, pois no entender do articulista a reforma não iria mudar muito o estilo do prédio, que continuaria sendo modesto. O fato de o projeto ser do engenheiro Ramos de Azevedo, conhecido por sua contribuição à arquitetura da capital e de algumas importantes cidades do interior paulista, não era um fator de engrandecimento da cidade, uma vez que a empresa não queria gastar para fazer uma grande obra, e o competente engenheiro, ao fazer um projeto mais simples, estava atendendo ao pedido da empresa. Portanto, para o articulista do “Comércio”, não era possível aceitar que Dois Córregos, cidade menor e menos rica que Jaú, tivesse uma estação ferroviária mais bonita e confortável.

A opção pelo novo e moderno em relação à arquitetura particular foi bastante realçada pelo “Comércio”, justificando o fato como uma imposição do progresso. A partir de 1910, quando as reformas urbanas e as construções particulares se intensificaram, as velhas construções do “*Jaú antigo*” ficaram na mira do jornal que constantemente fazia críticas ao estilo arquitetônico do passado.

Nesse momento o jornal abria espaço para alguns moradores, que sonhavam em ver concretizado o progresso da cidade, expressarem suas opiniões no sentido de reforçar o discurso modernizador no tocante às reformas. Assim, um morador, em 1911, fazia uma reclamação pedindo ao poder público que ficasse atento às construções das casas da rua Marechal Bitencourt, pois não tinham condições de ser habitadas, e pedia para a inspetoria de higiene e o poder público, tratarem como já estavam fazendo de “*expurgar todos os cazebres, onde não há ar nem luz e nem higiene ferindo de frente a estética da*

*cidade*” (Comércio do Jahu, 1911, nº 297, p.1). A presença das antigas casas que restavam nessa rua e que representavam a rústica arquitetura do antigo povoado da vila sertaneja, era um incômodo para aqueles que queriam ver a cidade moderna.

Na medida em que a arquitetura moderna ia ocupando os espaços da cidade, o jornal procurava ressaltar o novo estilo, enfatizando a substituição da velha cidade pela nova. Em 1911 assim se expressava um dos articulistas: “*Ruem as construcções primitivas, e dos seus escombros rebentam, como que por encanto, os primores da architectura moderna, mixto de poesia, flores e commodidade.*” (Comércio do Jahu, 1911, nº- 270, p.2)

E por conta dessa preocupação, o prefeito, Alcides Ribeiro de Barros, em relatório enviado à Câmara Municipal em março de 1913, ressaltava a importância de se efetivar a “*substituição do pesado estylo colonial pelo moderno - leve e gracioso*”, concedendo novas licenças para construções e reconstruções de 66 casas, e limpezas e reparos de mais 88. (Comércio do Jahu, 1913, nº 483, p. 1,2 )

Os adjetivos usados tanto pelo articulista em 1911, quanto pelo prefeito em 1913 para denominar a nova arquitetura que se implantava em Jaú, demonstram que os mesmos queriam enfatizar a beleza e o conforto da habitação moderna, contrapondo-a àquela feita de barro e madeira, que passou a ser considerada rústica, anti-higiênica, feia, desconfortável, ou seja, imprópria para se morar.

A Câmara Municipal tratou de fiscalizar e embargar as obras que não estivessem de acordo com as exigências do Código de Posturas de 1898 – legislação que deu embasamento jurídico às reformas - garantindo que o antigo padrão arquitetônico fosse extinto pelo menos da área central da cidade. Esse

aspecto do discurso modernizador justificou a intervenção do poder público no espaço urbano, que, ao impedir a presença de outros estilos de construção, excluía a população pobre do centro da cidade, transformando esse local em área privilegiada das camadas mais abastadas.

A modernização, com a implantação do novo padrão arquitetônico da cidade, foi se concretizando pelo trabalho e influência de técnicos e artesãos imigrantes principalmente os italianos, que dominavam o conhecimento para a implementação dos modelos europeus de construções numa cidade que ainda era pequena no início do século XX, mas detentora de capital para tal projeto. A preocupação da aristocracia agrária e dos grandes comerciantes bem sucedidos era ostentar a riqueza através das suas moradias, pois em muitas casas existia um excesso de decoração e uma mistura de estilos, objetivando destacar ainda mais o edifício, e assim o poder econômico do seu proprietário. Como em São Paulo e no Rio de Janeiro, o ecletismo foi um estilo marcante na arquitetura local, estando presentes nessas construções a influência dos estilos francês, inglês, italiano, austríaco e suíço.

No decorrer das duas primeiras décadas do século XX, era vista com satisfação a derrubada de edifícios antigos como uma imposição do “*caramartelo do progresso*”, e em 1916 o “Comércio” enfatizava que: “*Não sofre a menor a contestação que a cidade do Jahu, é uma das primeiras, senão a primeira, do interior do Estado, que mais prima pelo bom gosto, estética, commodidade e hygiene de suas construções particulares.*” (Comércio do Jahu, 1916, nº-913, p.1)

A publicação da opinião de visitantes foi uma estratégia para reforçar o discurso da imprensa. Assim em 1916, o “Comércio” mencionava a opinião de Sampaio Vidal, ex- secretário de Fazenda do Estado de São Paulo,

sobre Jaú, ao visitá-la: “ *Vocês tem uma cidade que não tem que invejar em calçamento e jardins a própria capital, e quanto a construções é uma das cidades que eu conheço mais bem construídas*” (Comércio do Jahu, 1916,nº,913, p.1).

Outro aspecto do discurso modernizador presente nessas fontes, foi a defesa do processo de higienização da cidade. Desde 1900, o memorialista Sebastião Teixeira já havia destacado a importância de manter-se a cidade em boas condições de higiene devido ao perigo das epidemias de febre amarela. Para ele era imprescindível que fossem terminadas as obras de saneamento local como os serviços de água e esgoto. (Teixeira, 1900, p.122).

Absorvendo o ideário e os modelos de higienização que ocorriam em outras cidades, Sebastião Teixeira afirmava, com certa decepção, que em 1892, a cidade ainda estava suja tanto nos locais pobres, quanto no centro, onde se erguiam belos casarões, e que o município ainda não cuidava da limpeza pública e particular. (Teixeira, 1900, p. 128) No decorrer das duas primeiras décadas do século XX, o centro urbano passou a ser embelezado para garantir a imagem de uma cidade adiantada e moderna. Por outro lado os bairros periféricos não recebiam os mesmos cuidados sofrendo com a ausência de calçamento e a deficiência de outros serviços de infra- estrutura.

No começo do século XX, especificamente em 1902, o discurso relacionado à higienização mantinha-se ainda atrelado ao problema das epidemias. O jornal o “Correio de Jahu”, nesse momento chamava a atenção para o fato “*dos danos provocados pelas epidemias na cidade imporem ao legislador, a obrigação e o dever imperioso de promover o saneamento da cidade e modificar-lhe assim as más condições de salubridade*” (Correio do Jahu, 1902, nº 556, p.1)

Certamente esses “*danos*” mencionados não eram somente uma referência às mortes, ou a um comprometimento da atividade comercial e produtiva, mas também à preocupação com a imagem da cidade. Era importante demonstrar que a cidade não estava mais vivendo as fases das epidemias, e que o poder público estava investindo em obras que garantissem o saneamento, a higiene e o conforto na cidade. Sabemos que no momento em que ocorria a expansão cafeeira, era importante atrair mão-de-obra para o trabalho nas lavouras, e a imprensa, ao mostrar os investimentos realizados em saneamento, colaborou para divulgar na região uma imagem positiva da cidade.

As teorias ligadas à higienização também eram utilizadas para justificar a intervenção no espaço urbano em nome da higiene, da estética, e do embelezamento da cidade. Assim, a defesa do calçamento da cidade feita pelo “Correio do Jahu” em 1902 enfatizava as conseqüências negativas advindas da poeira e os seus malefícios para a saúde. A questão era assim tratada por esse jornal:

*“A sensação de asphyxia, de desgosto, a impossibilidade de conservar aceiado o fato, a cutis, são causas de malestar, verdadeiros incômodos permanentes, para não falarmos das moléstias transmissíveis por meio da poeira absorvida, que invade os organismos vivos, principalmente pelas vias respiratórias. A theoria microbia considera o pó um dos principais vehiculos de propagação de tuberculose assoladora e de milhares de outras moléstias contagiosas”.* (Correio do Jahu, 1902, nº 622, p. 1).

Portanto, o discurso da higienização enaltecia a importância da saúde e do bem estar geral, mas na realidade também servia aos interesses dos agentes da modernização que visavam à intervenção do espaço urbano, pois queriam uma cidade asseada e bela.

O já mencionado jornalista Argimiro Acayaba, condenou em 1907, os hábitos de higiene da população rural e urbana, afirmando que o

progresso e o adiantamento do país dependiam de uma mudança no comportamento higiênico da nossa população. Assim, ele criticava os costumes da população rural:

*“Quando alguém se enferma, o curandeiro surge, sobraçando preparos, de que a pinga é a alma. O receituário da família consta de cera de ouvido, sarro de pito, fumo mascado, tudo isso espiritualizado pela bençã da aguardente inevitável. Não pode ficar de lado a água: o pote é um legítimo canal de germes, vehiculo de contágio de que são subsidiárias a caneca commum e a cuia, o garrafão, a cabaça, a gamella.(...)”*

*Modifiquem, pois os ruraes e os urbanos, as suas habitações e os seus hábitos e os brasileiros terão na própria expressão physionomica a captivadora prova do seu valor e do seu futuro”* (Correio do Jahu, 1907, nº- 1390, p.1)

Assim, embasado nas teorias modernas sobre a higienização, o jornalista deixa transparecer o seu preconceito em relação à medicina popular e aos hábitos mais comuns da população rural brasileira. Em tudo ele via impureza e contaminação, além de, ironicamente, e com uma boa dose de exagero, apontar o brasileiro como um consumidor insaciável de aguardente. Portanto, o seu anseio era ver o brasileiro higienizado, com boas roupas, e boa fisionomia. A sua ênfase à aparência física do habitante rural, certamente está vinculada à imagem que foi sendo construída pela classe dominante com reforço da intelectualidade brasileira, do sertanejo como um homem doente, apático e preguiçoso. Embora o jornalista faça uma crítica às condições higiênicas em nível nacional, esse discurso tinha o objetivo de influenciar o modo de vida local, no sentido de estimular a mudança de costumes, e valorizar os padrões modernos de higiene e conforto, o que, na visão do jornalista, eram fatores essenciais para se alcançar a civilização.

Em Jaú, desde o início do século XX, em nome do progresso, da civilização, e da boa imagem da cidade, os discursos em prol da higienização também criticavam a existência de animais que viviam soltos pelas ruas. Através das notícias e das sessões das reclamações populares veiculadas pelos jornais analisados, notamos que os cães, cabras, galinhas, vacas e cabritos passaram a ser um incômodo para alguns habitantes que almejavam a cidade moderna.

Em 1902, um morador escreveu para o “Correio do Jahu” denunciando a falta de apoio da maioria da população ao serviço dos fiscais municipais que faziam o recolhimento dos cães vadios usando o método da carrocinha. Ele comentava:

*“Consta –nos, não sabemos si é certo, que nos dias aprasados para a caçada de cães, cabras, etc, antes da rede, sahem pessoas avisando os donos de animais dessa calamidade...*

*Ora, sendo assim, melhor seria dar plena liberdade aos criadores, dizendo: podeis criar a vontade; a cadeia não foi feita para cachorro, mas a rua sim!!*

*Não dá resultado a rede enredando. Entretanto, cães, cabritos, cabras, cabritinhos galinhas, tudo anda ahi às mil maravilhas, desordenadamente.( Correio do Jahu, 1902, nº- 556, p2)*

Portanto, grande parte da população não estava preocupada em ver os animais soltos pelas ruas. Para não terem seus animais recolhidos em dias de caçada, as pessoas os prendiam para que os fiscais não os apreendessem. Certamente a criação das galinhas e cabras garantia o sustento de muitas famílias, que não queriam abrir mão dos seus animais. As pessoas também estimavam seus cães e não desejavam que os mesmos fossem pegos. Assim, a caçada aos animais que viviam soltos pelas ruas, que foi tão apreogada pela imprensa, não se efetivou totalmente, pois muitos jauenses não fizeram a mínima questão em colaborar para que o poder público obtivesse resultados satisfatórios.

Ainda, no caso da perseguição aos cães, a polêmica ficou por conta dos métodos para exterminá-los, pois jornal o “Correio do Jahu” em 1906 condenou o método do envenenamento denominando-o de atrasado, tendo como parâmetro o sistema de carrocinhas usado na capital do Estado. Um articulista tratou a questão nos seguintes termos: “*A Câmara desprezando o processo antigo de proibir os cães pelas ruas, e adoptando este de envenenar os animais, desconsiderou o adiantamento do jahu, que se está na altura de qualquer cidade adiantada*” ( Correio do Jahu, 1906. n ° 1.193, p.1).

Portanto, via-se como necessário aplicar os meios considerados modernos nos procedimentos para exterminar os cães vadios, e a capital paulista nesse caso era o espelho para as ações em âmbito local. Entretanto, a mudança no método para evitar a presença dos cachorros nas ruas poderia estar relacionada com a resistência da população, que não colaborava com o poder público, uma vez que prendia os animais nos dias “de rede”.

Acreditamos também que além dessa preocupação com os modernos métodos de higiene, certamente o envenenamento traria problema com alguns proprietários de animais domésticos,(pessoas influentes na cidade)uma vez que qualquer animal corria o risco de ser morto, por isso, esse método era considerado perigoso e atrasado.

Essa preocupação foi novamente colocada alguns anos à frente em 1914, num artigo denominado “*Os nossos cães*”, assinado por Couto Junior que também vinha defender o método da carrocinha, usado em São Paulo, como uma necessidade para conter os cães, que, soltos pelas ruas, colocavam em risco a vida de muitas pessoas, mas era clara a sua preocupação com os cachorros de raça e de estima. Assim sendo, nem todos os animais deveriam ser atingidos pelo processo de higienização. Ao usar a expressão “nossos cães” o articulista estava

referindo - se àqueles cujos donos tinham certos cuidados e não queriam ver os seus animais de estimação correrem o risco de se tornarem vítimas de um método considerado atrasado. Assim o articulista expôs sua opinião sobre o assunto:

*“O extermínio dos cães por meio de tóxicos, como geralmente se faz nas cidades do interior, não deve ser empregado; o fisco pode lançar uma ‘bola’ a um cachorro de estima ou de valor que sempre andou encerrado em casa e que logrou escapular. Os cães geralmente são animais de estimação e os donos lhes devotam um certo amor. Toussenet dizia: quanto mais se conhece o homem, tanto mais se aprende a estimar o cão”. (Comércio de Jahu, 1914, p .1).*

A comparação tratada pelo jornal entre Jaú e a capital paulista buscava estabelecer um confronto entre o moderno e o atrasado, simbolizando a absorção do ideário de higienização em voga como um dos meios para alcançar o título de cidade moderna, tão ansiado pelos segmentos dominantes. Para decepção de muitos jauenses, esse problema não fora totalmente resolvido, pois em 1918 ainda existiam discursos pedindo ao poder público para dar um fim ao bando de cães vadios que continuavam a perambular pelas ruas. (Comércio de Jahu, 1918, nº- 1251, p.1) A população continuava a ter muitos animais e não estava preocupada em mantê-los presos, portanto, também não tinha interesse em preservar a imagem da cidade. Resolver seus dilemas cotidianos, por certo, eram questões mais importantes do que ter que mudar alguns dos seus hábitos, somente para agradar a uma minoria.

Contudo, na medida em que as reformas urbanas iam sendo implantadas de maneira mais sistemática durante a segunda década do século XX, houve um reforço no discurso em prol da higienização, ressaltando a necessidade da limpeza urbana, incluindo também uma forte campanha pela higienização das habitações antigas consideradas rústicas, sem ar, sem luz e sem

higiene. Já vimos que, principalmente o “Comércio do Jahu”, envolveu-se de forma intensa na defesa de uma arquitetura moderna, considerada mais bela e higiênica. Não obstante, para a preocupação de muitos jauenses, não era de uma hora para outra que a cidade iria tornar-se asseada, e que a população iria mudar os seus hábitos.

Como veremos logo abaixo, em tom irônico o cronista que assinava Prince enfatizava que a grandeza econômica e material de Jaú era proporcional à quantidade de sujeira que havia na cidade. Alguns jauenses “torciam o nariz” para esse fato, o que evidenciava o desejo de mostrar o que era bom, e na medida do possível evitar mencionar os problemas existentes no decorrer do processo de urbanização local.

Nesses termos o cronista Prince relatava esse assunto em 1912, ao comentar que:

*(...) Um estrangeiro sisudo que visitou o Jahu, disse o seguinte:*

*\_ Que prodigiosa terra não é o Jahu! Há aqui abundância até na imundície. Outra pfrase que bastante nos amarrota é a seguinte:*

*\_ O Jahu é o grande que dorme debaixo de um monturo. (Comércio do Jahu, 1912, nº- 417, p.1)*

A partir de 1913, quando o prefeito Alcides Ribeiro de Barros, tratou de regulamentar o serviço de limpeza pública com o objetivo de controlar mais de perto o tratamento dado ao lixo, o jornal “Comércio” tentava mostrar que Jaú tinha melhorado muito no aspecto higiênico, ressaltando que: *“O que afirmamos é confirmado por todos que nos visitam, que a una você proclamam este recanto de nosso Estado como uma das mais adiantadas, limpas e asseadas cidades paulistas”*( Comércio do Jahu, 1915, nº- 777, p.1)

Esse discurso, que queria mostrar a cidade bela e higienizada, não correspondia à realidade, entretanto servia para apoiar a administração da facção política à qual o jornal estava vinculado. Tanto que uma campanha do jornal o “Comércio do Jahu” em 1916 em defesa da limpeza da cidade e do combate aos mosquitos e pernilongos era a prova cabal de que a população local não cumpria as regras de higiene impostas pelo poder público.

Nessa campanha o jornal denunciava a existência de sujeira nos quintais e córregos, verdadeiros viveiros de moscas e pernilongos, pois a população mantinha galinheiros, pomares, bem como deixava água parada e lixo nos quintais. Ele ainda afirmava que era fácil *“constatar, comparando a limpeza que se nota ao percorrer as ruas do centro da cidade com a que se possa ver nos quintais das respectivas casas. Nestes a falta de asseio é manifesta”* (Comércio do Jahu, 1916, nº-907, p.1) Apontava-se também com muita preocupação que se tal situação apresentava - se no centro da cidade, na área suburbana as condições eram muitos piores.

Um assinante que escreveu para o jornal “Comércio” identificava indignado as más condições de salubridade dos bairros periféricos:

*“A despeito do aceio aparente, existente na cidade, especialmente nos bairros de São Benedito e Potunduva, muita imundície e muita água estagnada. Os quintais dos prédios sitos na orla esquerda do bairro de São Benedito representam, francamente, verdadeiras lixeiras.(...) A parte a sujeira dos bairros apontados, revela indicar também, muita imundície nos quintais de inumeros prédios. (...) Verdadeira antithese das ruas calçadas e limpas, os quintais das habitações, em sua maioria, são verdadeiros reservatórios de imundícies de todo gênero. Torna - se mister o emprego de medidas tendentes ao desaparecimento destes males.”* (Comércio de Jahu, 1916 nº-906,p.1)

Seguramente, grande parte da população, para a irritação de alguns moradores e da imprensa, não havia interiorizado os padrões de higienização impostos. Os quintais continuavam sujos, apesar da existência de regulamentações da limpeza pública desde o final do século XIX.

Os editoriais e as cartas do morador que assinava J.P, publicadas pelo “Comércio” reforçavam os discursos em favor da salubridade da cidade. Esses discursos pretendiam alertar que a cidade corria o risco de uma epidemia se algo não fosse feito em favor da limpeza urbana. As preocupações com a higiene incluíam a área central e os bairros periféricos. Os discursos afirmavam que, embora a limpeza das ruas centrais fosse satisfatória, não se podia dizer o mesmo dos quintais das casas, pois havia água parada e estrumeiras; focos de criação de mosquitos. O alerta era para as condições dos bairros periféricos, pois o hábito de se criarem animais, ter horta e pomar no fundo dos quintais era visto pelo jornal como um perigo constante, para aqueles que moravam bem e estavam em lugares mais limpos, uma vez que os mosquitos e pernilongos nascidos nesses locais se espalhavam pela cidade inteira. O “Comércio do Jahu”, chamava a atenção do prefeito Alcides Ribeiro de Barros e do fiscal municipal para que se intensificassem as visitas domiciliares e se exigisse o cumprimento das normas de higiene. (Comércio do Jahu, 1916, nº-906,p.1)

O discurso elaborado certamente não atingiu a todos, mas o jornal continuava a sua “missão civilizadora”, num esforço expressivo para dar a Jaú ares da modernização em todos os seus aspectos. Assim, a higienização sempre foi matéria do jornal desde o começo do século XX, até a segunda década, evidenciando a preocupação da imprensa com a imagem da cidade no contexto de modernização que ocorria no Estado naquele período. Todos deveriam participar na luta em benefício da higienização e do progresso local. O

discurso modernizador, nesse aspecto, apesar de todo esforço da imprensa, não foi o suficiente para mudar hábitos tão arraigados da população que provavelmente estava interessada em outras questões que envolviam o seu cotidiano, como por exemplo poder usufruir de suas hortas, dos pomares, e de suas criações de fundo do quintal, sem estar muito preocupada se essas atividades produziam sujeira. Isso mostra que embora a cidade possuísse em 1920 um conjunto arquitetônico moderno, a vida da cidade girava ainda muito em torno de atividades de cunho rural.

As críticas da imprensa em relação ao que considerava atrasado para exaltar o moderno não foram as únicas estratégias para ressaltar o progresso. Na medida em que a modernização ia em parte se concretizando no espaço local, certamente com o fortalecimento da economia cafeeira após o Convenio de Taubaté em 1906, o “Correio do Jahu”, através das notícias, editoriais e crônicas passou a veicular dados e estatísticas relativos ao crescimento urbano, do comércio, das profissões liberais, o aumento do número de escolas, a formação de clubes sociais, o crescimento intelectual e científico que se verificava em Jaú. Os anos de 1907 e 1908 foram marcados por esses discursos no jornal o “Correio do Jahu” que procurava quantificar o progresso em todas as áreas.

Publicações de outros jornais, cujo objetivo era destacar o crescimento de Jaú, eram transcritas para os jornais locais para realçar que a percepção de Jaú como cidade moderna não estava restrita aos jauenses que viviam na cidade. Em 1907, uma matéria feita por Cruz Saldanha, representante de uma revista intitulada “Revista da Semana”, depois de uma visita à cidade, foi publicada pelo “Correio do Jahu”, contendo dados estatísticos que objetivavam demonstrar com números o crescimento econômico e o desenvolvimento sócio – cultural da cidade. Ele escreveu:

*“Goza o centro urbano de todos os melhoramentos primordiais dos logares civilizados: iluminação elétrica, abastecimento d’água, rêde de esgotos, óptima instalação telephonica com 300 aparelhos espalhados igualmente pelo município.(...) Tem instrução bastante desenvolvida, pois já possui um Atheneu equiparado ao Gynásio Nacional. Enfim: é terra rica e adeantada, dotada de filhos laboriosos, pois conta no seu seio 20 advogados, 14 médicos, 4 engenheiros e quasi todos alli nasceram. Os que para alli vão ficam presos pelo futuro que lhes apresenta. Jahu é terra movimentada, que conta com um bello progresso material, e será ainda maior pelo seu futuro promissor. (Correio do Jahu, 1907,nº-1313, p.1)*

Os comentários de Cruz Saldanha a respeito da cidade são semelhantes aos do memorialista Sebastião Teixeira em 1900. Ambos tinham uma visão da cidade moderna baseados no ideário de progresso. Os dois destacaram a melhoria de infra-estrutura como importante para o adiantamento da cidade, e tinham como parâmetros a modernização dos “logares civilizados”, uma alusão aos padrões burgueses que estavam sendo absorvidos pela elite brasileira, que tentava, através das reformas urbanas, mostrar o seu grau de adiantamento. Os dois jornalistas estavam preocupados com o crescimento intelectual e econômico de Jaú, e suas observações visavam a reforçar a condição de cidade civilizada.

O jornalista, ao apontar também a existência de homens da terra, com formação acadêmica em várias especialidades, expunha um outro aspecto da modernização presente em Jaú, ou seja o desenvolvimento técnico-científico. Ao destacar a existência de profissionais na área do direito, da engenharia e da medicina, Cruz Saldanha estava evidenciando a existência de *“um sistema de excelência técnica ou competência profissional, que organizam grandes*

*áreas dos ambientes material ou social em que vivemos*” na condição de modernidade.(Giddens,1991, p. 35).

O domínio do conhecimento em diversas áreas da ciência é uma exigência para se lidar com os avanços gerados pela modernização e suas abstrações, o que já era um fato que vinha ocorrendo em Jaú nesse momento, e que passava a ser exaltado como um outro passo importante na conquista do progresso. Esse aspecto da modernização é significativo, pois com o desenvolvimento da tecnologia e da ciência não conseguimos dominar todos os conhecimentos que envolvem a vida moderna e precisamos confiar na competência de outros profissionais, o quê, segundo comentário do jornalista, já começava a ocorrer em Jaú.

Em 1908, o “Correio do Jahu” lançou uma edição especial de “*propaganda do Jahu*” comemorativo ao lançamento da pedra fundamental da Cadeia e do Forum. Essa edição especial estava repleta de discursos que tinham o objetivo de retratar o progresso local no aspecto sócio – econômico e técnico - científico. Abordaremos abaixo, os discursos do já mencionado jornalista Argimiro Acayaba e de Romário Gouveia estabelecendo as semelhanças do seu conteúdo.

Para Argimiro Acayaba o progresso de Jaú estava sustentado nos seguintes pilares: a ciência, o trabalho, a religião, e a imprensa. A ciência estava representada pelo técnicos e profissionais competentes em várias áreas, como advogados, engenheiros, professores, e principalmente médicos, que já exerciam a profissão na cidade. A Santa Casa simbolizava o domínio da ciência moderna, através da realização de cirurgias e dos cuidados com higiene, certamente uma referência às precauções com as doenças contagiosas que podiam se estender pela cidade. O aumento do número de escolas era uma confirmação do

desenvolvimento intelectual que havia ocorrido, beneficiando a população jauense. ( Correio do Jahu, 1908, nº- especial, p.1, 2)

O trabalho estava representado pela descrição da atividade dos comerciantes, dos industriais e dos agricultores, conscientes do seu papel para a produção da riqueza local. A religião tinha uma “*função civilizadora e moralizadora*”, renovando e fortalecendo os princípios da vida social. ( Correio do Jahu, 1908, nº- especial, p.1, 2)

O jornalista mostra que a imprensa trabalhava para formação de valores vinculados ao ideário do progresso, em voga, sendo uma incentivadora do desenvolvimento local, ao mencionar que: “*O Jahu caracteriza - se pelo caracter de seu jornalismo, resistência indestructível contra a ignorância*”. (...) ” ( Correio do Jahu, 1908, nº- especial, p. 2)

Ao mostrar que o jornalismo em Jaú se caracterizava pela resistência contra a ignorância, Argimiro Acayaba apontava a interferência do jornal na construção do ideário de progresso e da modernização, reforçando a ordem social e econômica vigente, bem como os valores culturais ligados aos padrões modernos, representados pelo progresso e pela tecnologia, condenando as antigas práticas consideradas atrasadas. Portanto, para ele, a imprensa representava o esclarecimento, a educação, a luz para uma população que até então era vista como atrasada, rude, e ignorante. ( Capelato, 1992)

Assim, a imprensa se apresentava como uma fonte de verdade e saber, respaldada pelo conhecimento dos seus profissionais, que se apresentavam como ilustrados, a iluminar a mente dos leitores para tirá-los das trevas da ignorância, fornecendo o substrato ideológico necessário à modernização na medida em que influenciava a opinião pública a valorizar o estilo de vida moderno.

Para o referido jornalista, a modernização podia ser reconhecida através de um passeio pela cidade, no qual se percebiam os avanços causados pelo progresso: escolas, oficinas, trabalho, palestras programadas, e muito movimento pelas ruas. O seu texto era longo porque objetivava mostrar concretamente o progresso de Jaú. Para demonstrar o progresso local, o jornalista enumerou a maior quantidade possível de benfeitorias existentes, na intenção de ressaltar o seu crescimento econômico, intelectual, moral, e científico. (Correio do Jahu, 1908, número especial, p .1, 2.)

O cronista do “Correio do Jahu”, Romário Gouveia, foi outro que não poupou adjetivos para falar do progresso de Jaú no final da primeira década do século XX. O tom de seu discurso era muito semelhante ao de Argimiro Acayaba. Ele queria mostrar as transformações locais, desde o desenvolvimento da economia cafeeira, demonstrando que *“Jaú se não o segundo, é o terceiro municipio produtor de café do mundo”*, o crescimento urbano, mencionando que *“ Jahu progride, cresce na sua população, no número das suas edificações e brilha com a energia do seu povo. (...) Aqui há collégios, hospitais, clubs, theatro, há vida, há, luz e abrigo”*, e o desenvolvimento intelectual ao apontar que *o “meio social é seletto, lemos Byron, Hugo e Lamartine. Aplauda Stuart Mill quando dizia: ‘ Si bem refletirmos valia do Estado, provém da valia dos indivíduos que o compõem’.(...) ( Correio do Jahu, 1908 nº especial, p. 2)*

Ao destacar a existência de um meio seletto que lia autores renomados, o cronista nas entrelinhas do texto, estava querendo mostrar que um segmento da sociedade local dominava o saber técnico científico, base para a concretização da modernização local, numa demonstração de que esse seletto grupo dava um passo importante na conquista dos valores da civilização. Ele

queria destacar que já havia em Jaú um grupo social bem preparado para implantar as mudanças de que a cidade precisava para tonar-se bem adiantada.

Um outro aspecto abordado por Romário Gouveia que não o fora por Argimiro Acayaba, foi a ênfase ao bom gosto da “*seleta clientela jauense*” que consumia artigos finos encontrados no comércio local, que trazia para Jaú a moda em vigência nas grandes capitais. Apreciar a moda, o belo e as artes já fazia parte dos costumes dos jauenses, no dizer do cronista, que assim relatou entusiasmado mais esse avanço da sociedade Jauense.

“(...) *os wagons vomitam na plataforma da estação enormes caixões que encerram em seus bojos, custosos ornamentos, fazendas finas, trazendo - nos as modas aprimoradas das capitaes. É que aqui o comércio tem vida, tem seiva e encontra o alimento a sua expansão, para a beleza do seu gosto. Cada negociante procura possuir do bom e do melhor, a freguesia é seleta, enfim o povo de Jahu, não é avesso ao progresso, segue attivo as pegadas da civilização.* ( Correio do Jahu, 1908 nº especial, p. 2)

Mostrava-se assim que Jaú seguia as “*pegadas da civilização*”, pois estava integrado ao acontecimentos das grandes capitais. Destacava-se a integração do mercado de consumo local, que por meio do grupo social mais abastado consumia os mesmos artigos finos encontrados nas capitais – São Paulo e Rio de Janeiro. Romário Gouveia também usa esse discurso para destacar o aprimoramento do gosto de senhoras e senhores endinheirados, enfatizando que esses procuravam seguir os padrões modernos da estética burguesa, deixando o rústico estilo sertanejo de lado para acompanhar a moda das capitais. Para o cronista, esse era mais um apanágio do progresso da sociedade local. No entanto, notamos a partir da documentação consultada, que foi na segunda década do século XX que houve um maior incremento do comércio local. No terceiro

capítulo analisaremos essa questão, inclusive destacando algumas resistências à penetração do consumo de luxo em Jaú. Esse dado vem mostrar que o discurso modernizador produzido pelos colaboradores da imprensa muitas vezes exacerbava os dados em relação ao progresso local.

Os dois jornalistas do “Correio”, acima mencionados, esforçavam-se para retratar o crescente progresso econômico, social, e intelectual, mas por outro lado procuravam ressaltar que a modernização não havia descaracterizado a tradição da sociedade local, com fortes vínculos no passado rural.

O que esses homens da imprensa, que também eram porta-vozes de uma parte da sociedade local, queriam evidenciar era a grandeza material da cidade e a beleza das tradições. A grandeza material era a referência ao desenvolvimento econômico e a conseqüente modernização do meio urbano. A presença das tradições era provavelmente a menção sobre a manutenção das relações sociais de base agrária, que até então sustentavam a memória histórica construída no decorrer da formação do povoado por famílias tradicionais que chegaram à região, apropriaram-se de grandes extensões de terra, e fizeram dela sua riqueza.

O ideário do bandeirantismo também era usado para reforçar o feito dos pioneiros: o desbravamento do sertão e sua transformação em municípios e cidades progressistas foi realçado em crônicas e discursos da imprensa, como já vimos anteriormente. Era a criação da imagem idealizada do desbravador que, por sua própria vontade, transforma a natureza e implanta o progresso.

A própria formação de famílias tradicionais como os Almeida Prado, que mantinham suas terras e sua posição política através de uma grande

parentela (Oliveira, 1999, p.100), certamente era um motivo de orgulho para essa classe proprietária, que fazia questão de reafirmar que a modernização em curso não havia descaracterizado suas tradições. Essas tradições tinham relação com a própria história do país, que teve sua formação econômica, política e social baseada no latifúndio e no mandonismo local. (Franco, 1969; Leal, 1986; Mattos, 1990; Queiroz, 1985).

A aristocracia agrária jauense fez questão de manter viva essa tradição: terra, famílias aristocráticas, tradição, e domínio político. Com isso estabelecia-se uma contradição entre a modernização versus tradição, pois a modernização econômica não conseguiu desfazer essas relações sociais tão fortemente sedimentadas em nosso longo passado rural.

O medo do novo e o conservadorismo da sociedade local foram tratados em um editorial do “Correio do Jahu” que chamava a atenção para o seguinte aspecto da sociedade jauense:

*“Nunca tivemos influências exteriores excessivas, nem sensíveis protecções. Somos a rudeza e a simplicidade, sem a delicadeza das plantas de estufa. A cidade, expande o seu viço maternal de mulher honesta, ostentando, apenas, ao lado de suas proporções materiais, a incommensurável beleza moral das tradições de caráter de seus filhos, creados na previdência e na lucta rural.”* (Correio do Jahu, nº 1458, p. 1.)

Nas entrelinhas desse discurso percebem-se os traços característicos do pensamento e do modo de vida da aristocracia rural. Apesar das transformações econômicas acarretadas pela expansão cafeeira, esse fato não efetivou uma mudança profunda na mentalidade desse grupo social. O fato de a imprensa enfatizar muitas vezes a permanência da tradição rural evidencia o apego desse segmento aos valores arcaicos presentes nas sociedades tradicionais. O jornais “Correio e Comércio do Jahu” reafirmavam a existência do conservadorismo presente na sociedade local, que era avessa às influências

estrangeiras. Por certo, eram os novos tipos de relações sociais advindas de uma sociedade mais moderna como uma maior democratização dos direitos políticos e sociais que incomodavam os proprietários rurais. Para eles, preservar a posse da terra, e por conseguinte, garantir o domínio político e econômico eram fatores cruciais para manutenção da população local sob controle.

Assim, parte da sociedade local tinha zelo em exaltar os valores da moral e da tradição, o apego à honra e à valorização do passado rural, numa tentativa de mostrar que a modernização não havia descaracterizado os princípios de conduta do “povo Jauense” que não queria abrir mão da sua tradição histórica. Estava implícito nessas afirmativas o caráter conservador da sociedade local, que tinha medo do novo.

Concomitantemente à preocupação da imprensa em destacar em seus discursos a permanência da tradição jauense, havia também o cuidado em continuar apontando o crescimento econômico da cidade.

Nesse sentido o “Correio do Jahu” abordava em editorial no final de abril de 1908 que a cidade precisava de propaganda para ser conhecida em todo o Estado. Mas, ao criar um retrato positivo da cidade e de seu povo, indicando-a como a cidade do progresso, do trabalho, não deixou de enfatizar a moral e os valores recatados que nada mais eram do que os antigos valores da sociedade tradicional brasileira. Assim o editorial tratava a questão:

*“O Jahu precisa, sobretudo de propaganda para ser conhecido. As cidades devem ter sua reputação com os indivíduos. Há cidades laboriosas e úteis, como as há indolentes e fúteis.*

*Nós somos a cidade modesta, a cidade do trabalho e da economia, da poupança e da tranqüilidade. Não há aqui esplendores, nem superficialidade, mas sim o valor recatado, virtuoso, e seguro. Fizemo - nos por nós mesmos. É pouco o que se tem,*

*mas tiramos do seio da nossa iniciativa, da constância do labor, da escola da energia.”*  
(Correio do Jahu, 1908, nº 1458, p. 1.)

O editorial ressalta os valores do trabalho capitalista, a luta pela acumulação e pela construção de uma cidade que valorizava a poupança e o trabalho como um ideário comum. O articulista quer mostrar que em Jaú não predominava a economia de subsistência, vista como atrasada, embora saibamos que ela persistia. Nas entrelinhas do seu discurso ele quer reforçar a idéia de que Jaú estava se inserindo na cadeia comercial e produtiva que se expandia no Estado, através do esforço “empreendedor”, da “energia”, e do “trabalho” dos jauenses, e uma referência à aristocracia agrária que já havia assimilado o ideário de progresso, considerando esses fatores como básicos para a modernização da cidade, mas sem deixar de lado os valores tradicionais como o recato e o virtuosismo.

A partir de 1908, o discurso modernizador também passou a ser influenciado pelas questões políticas locais. Nesse ano, chegou ao poder o prefeito Constantino Fraga, que teve apoio da imprensa local, especialmente do “Correio” e do “Comércio do Jahu”, sendo este último criado nesse ano, entre outras coisas, para dar-lhe sustentação política.

Em abril de 1908, o tom propagandístico do “Correio do Jahu”, começou a ser burilado através do já mencionado número especial de *“propaganda do Jahu comemorativo ao lançamento da pedra fundamental da nova cadeia e do Forum”*. Ao lançar uma edição especial para tratar de duas obras que seriam realizadas pelo prefeito, o jornal ao mesmo tempo em que procurava enaltecer a modernização através de artigos já analisados, como o de Argimiro Acayaba e Romário Gouveia, por tabela qualificava os serviços da administração municipal, chamando a atenção da opinião pública para a

realização de uma obra considerada por parte da sociedade jauense como um melhoramento importante para o progresso de Jaú. Fotos dos principais edifícios, e de pessoas influentes da cidade reforçavam os discursos em prol da modernização. Esse assunto será aprofundado no capítulo em que serão tratadas a modernização e a política.

Em 1913, quando o centro da cidade já estava praticamente remodelado, Jaú sediou o Sétimo Congresso Agrícola do Estado de São Paulo, e o jornal “Comércio do Jahu” publicou uma matéria intitulada “*ligeira monografia*” que tratava da história, e da geografia do município, sendo que no final dava ênfase à modernização da cidade. Foram ressaltadas principalmente as melhorias em infra - estrutura como esgoto, água, luz e calçamento, e também as obras de embelezamento, como as reformas de praças e jardins, as edificações modernas, bem como o desenvolvimento comercial, cultural e técnico ocorrido durante a primeira década do século XX. Esse artigo também objetivava estabelecer parâmetros entre Jaú e as demais cidades do Estado, assim tratando o assunto:

*“Assim é que Jahu ocupa hoje na escala de classificação das cidades paulistas, a situação imediatamente abaixo de Ribeirão Preto, que está por sua vez abaixo de Campinas, que está abaixo de Santos e, acima de Santos em situação culminante como capital do Estado, São Paulo.”* (Comércio do Jahu, 1913, nº 536, p.1,2).

Era a identidade da cidade baseada no ideário do progresso que os articulistas do jornal local procuravam construir ou reafirmar através de seus artigos. As comparações entre Jaú e outras cidades serviam como parâmetro para os jauenses compará-la favoravelmente em relação às outras cidades.

Com o fim de difundir e reforçar Jaú moderno, o “Comércio do Jahu” com frequência também publicava a opinião de pessoas que visitavam a cidade. Um dos cronistas desse jornal chegou a mencionar que existiam muitos “*amigos do Jahu*”, que faziam propaganda da cidade em outros locais. Assim, em 1915 foram publicadas as “impressões” de Luiz Silveira a respeito de sua visita a Jahu:

*“(...) Grande e agradável foi a minha surpresa diante das radicais transformações que se operaram nesse curto período. A maior parte da área urbana, calçada a paralelepípedos facetados com todo o esmero, impressiona magnificamente o visitante. As ruas rigorosamente limpas e os passeios de ladrilho quadriculados afirmam o zelo pela hygiene que se nota por toda a parte. Nem uma casa mal construída ou mal conservada: todas ostentam a frescura da sua toilette de verão.*

*Diversos parques, artisticamente ajardinados, atraem a atenção pelo carinho e esmero como são cultivados. Por entre o gramado de um verde lindo, viçoso, forte, bellissimos desenhos multicolores revelam a perícia do chefe dos serviços de jardins. Nos canteiros florescem lindas e custosas roseiras, num conjuncto magnificante de cores.(...)Tudo isso transformou Jahu num centro perfeitamente habitável offerecendo todo o conforto das cidades modernas e higienicas.”( Comércio do Jahu, 1915, nº. 753, p. 1)*

Ao abordar as transformações urbanas, o visitante denominou-as de “*radicais*”, termo usado para explicitar transformações profundas. Sabemos, entretanto, que essas mudanças na maior parte da área urbana eram uma referência ao centro da cidade, pois o próprio prefeito Constantino Fraga, ao reorganizar o espaço urbano, o havia dividido em área urbana e suburbana. A primeira era área central da cidade, e a segunda era a região periférica. Assim, toda a modernidade ressaltada pelo visitante era na verdade para o desfrute de poucas pessoas, a saber, de fazendeiros e comerciantes que exibiam o seu poder

econômico através dos casarões que construía no centro da cidade. Portanto, a área central já havia sido transformada em um espaço moderno e higienizado, era o cartão de visitas da cidade para o orgulho principalmente da elite jauense. Porém, como já foi demonstrado, entre o discurso que apontava a cidade higienizada, e a realidade havia uma grande distância. O jauense não estava tão preocupado com a higiene como enfatizavam os discursos dos articulistas que propagandeavam uma imagem positiva da cidade. Esse tipo de publicação permaneceu ao longo da segunda década do século XX. Era a subjetividade ancorada na absorção de um ideário de Jaú moderno que prevalecia nesses artigos

No final da década de 1910 o centro da cidade já estava significativamente modificado, segundo os padrões modernos, e por isso o jornal procurou publicar crônicas e artigos de visitantes, cujo conteúdo a visava estabelecer uma comparação entre Jaú e a capital paulista. Nessas “*impressões*” esses visitantes ressaltavam a beleza da arquitetura, das lojas, e o movimento das ruas da cidade. Um desses artigos, escrito por um jornalista denominado de “Carioca” para o jornal “O Limeirense” e que posteriormente foi transcrito pelo “Comércio do Jahu”, exaltava o Jaú remodelado e moderno nos seguintes termos:

*“Jahu! Quem o dirá tão movimentado e tão adeantado? A sua vida, de dia e de noite, é uma “miniatura da de São Paulo.(...) Jahu goza do barulho da rua - o signal mais evidente do seu adeantamento.*

*Automóveis com suas desabridas correrias, carroças com o seu pesado encargo de ensurdecer os transeuntes, afora muitos outros vehiculos, fazem a delícia infernal daquelles que, como eu, há muito estão ausentes das cidades movimentadas.”*  
(Correio do Jahu, 1.919, nº 1643, p.1)

Nesse artigo, o “Carioca” que já havia vivido nas grandes capitais procurava mostrar um outro aspecto da modernidade presente na cidade, ou seja, a movimentação de carros, carroças e as ruas muito barulhentas, marcas importantes do progresso. A ênfase nesse sentido era tão forte que o jornalista usa a expressão “*infernal delícia*” das capitais para estabelecer a comparação entre os grandes centros e Jaú.

Um outro aspecto do progresso, que os jornais procuraram mostrar ao lado da modernização material, foi o sócio cultural. O discurso em favor da mudança no aspecto cultural tornou-se mais intenso a partir de 1907, entretanto o memorialista Sebastião Teixeira também tinha essa preocupação desde 1900.

Esse escritor estava atento ao que chamava de “*indiferença geral à condição de sociabilidade*”, e em tom de crítica condenava a sociedade jauense por considerar que não tinha preocupação com a socialização segundo os novos padrões das cidades em processo de modernização. Era modelo de socialização das capitais, onde já existia uma burguesia que começava a frequentar teatros, ir aos passeios públicos, cafés, adaptando-se às novidades das cidades em processo de reformas que certamente agradava ao jornalista. A ausência desses hábitos de socialização preocupava Sebastião Teixeira, que almejava que a sociedade jauense incorporasse o “*progresso e ao adiantamento moral*”. Nesse sentido ele afirmava:

“*De facto: ao theatro muitas poucas famílias vão: nas ruas raras se vêm, o jardim e por ellas mui pouco frequentado: nos cafés... cruz credo! ... nunca chegam: nas casas de commércio não vão fazer compras como é de costume em quasi toda a parte; enfim, nesta terra, as famílias só se encontram bem nas suas casas.*” (Teixeira, 1900, p.77).

Era a cidade com característica de boca de sertão que incomodava Teixeira, na qual a sociabilidade se dava em outros termos, como os saraus dançantes em que famílias inteiras participavam, na socialização dos homens que se reuniam para jogar baralho, bem como nos agrupamentos das esquinas onde as pessoas paravam para conversar. Essas reuniões de conversas podem ser vistas como um tipo *de socialização* pré – burguesa onde as relações sociais se davam numa comunidade ainda não fragmentada, e *conforme explicação de Sebastião Teixeira eram denominadas de “bigornas”, uma giria popular que significava “lugar onde falam da vida alheia”*. (Teixeira, 1900, p.77).

Esse tipo de socialização mais característico das sociedades tradicionais já não era bem visto pelo referido jornalista, bem como pelos setores mais elitizados que desejam ver a cidade mais adiantada em nível cultural. Uma sociedade em processo de secularização também deveria começar a reformular a base das relações sociais. Sebastião Teixeira então fazia críticas à permanência dos relacionamentos entre diversos grupos sociais. Também censurava o jogo por acreditar que permitia esse tipo de integração social, e defendia a formação de clubes recreativos para que as diversões acontecessem em âmbito mais reservado, e de forma mais restrita aos grupos sociais mais abastados.

Assim, Sebastião Teixeira condenava a ausência de clubes recreativos na cidade. Todos os clubes que foram fundados no final do século XIX tiveram vida curta, e o referido jornalista explicava aborrecido que esse tipo de atividade social não vingava em Jaú por causa da “*jogatina*”. Ele criticava fortemente esse tipo de diversão que então era muito comum na cidade referindo- se à questão nesses termos:

*“Que importa não ter o Jahu um estabelecimento recreativo, si temos sempre mais de uma casa de tavolagem com suas portas abertas e entrada franca a ricos*

*e pobres, nobres e plebleus? Porventura não proporciona o jogo a melhor das diversões? Eis o raciocínio dos que jogam e a objeção às tentativas de criação e manutenção de um grêmio recreativo e literário!...”* (Teixeira, 1900, p. 79)

Com as informações de Sebastião Teixeira podemos concluir que essa socialização se dava entre diferentes classes sociais, principalmente no momento do jogo, pois as casas de tavolagem eram freqüentadas por pobres e ricos, não existindo naquele momento a divisão de classes, estabelecida pela burguesia.

Essa socialização, que acontecia entre as diversas classes sociais, continuou muito forte até o final da primeira década do século XX, pois a partir de 1908, ano da ascensão de Constantino Fraga ao poder, e momento em que a reforma urbana começou a ser implementada de forma mais sistemática, essas casas passaram a ser perseguidas. (Correio do Jahu, 1908 nº-1515, p1.) Era a ação do poder público tentando impor um padrão de vida e costumes que parte da população considerava civilizados. O jogo, diversão apreciada por muitas pessoas, ficou na mira da polícia.

Desta feita, a socialização que ocorria no final do século XIX e início do século XX, na qual havia a participação de todas as classes sociais, e uma maior integração da comunidade através dos saraus dançantes, nas ruas, em rodas de conversa e nas salas de jogos não era considerada civilizada do ponto de vista daqueles que já queriam uma modernização sócio – cultural embasada no ideário burguês. Assim, Sebastião Teixeira aconselhava a sociedade local em 1900:

*“Jauenses, senhoras e senhores. Mudemos de costumes! Mostraremos que somos um povo civilizado! Unamo-nos para que fortes trabalhemos na sacrosanta causa do levantamento moral e artístico do Jahu! (...) Compreendeis que o*

*desenvolvimento material de um povoado, sem o adiantamento moral, não constitue o verdadeiro progresso, que todos aspiramos.”* (Teixeira, 1900, p.77, 78).

Esse discurso de Sebastião Texeira em 1900 perdurou na imprensa local praticamente até o final da segunda década do século XX, embora as transformações já estivessem em curso. Os articulistas, cronistas da imprensa jauense e os jornalistas de fora que tinham seus artigos publicados pelos jornais locais, reforçavam a idéia de transformar o meio social e cultural, justificando que uma cidade, ao crescer materialmente, deve também elevar-se culturalmente. A cidade considerada provinciana e os costumes dos habitantes vistos como anti-sociais eram criticados por esses agentes da modernização. Em contrapartida, cada tentativa de se formar alguma sociedade recreativa ou instrutiva era alardeada pela imprensa como um sinal de progresso.

Em 1907 o já mencionado jornalista Cruz Saldanha da Revista intitulada “A Semana”, em visita a Jaú, tratou dessa questão nos seguintes termos:

*“Quasi não há diversões, nem ociosidade. O habitante antigo é retrahido; pouca sociabilidade. O pobre como o rico, cuida do seu trabalho e de sua carreira, e o adventício toma depressa os hábitos de retrahimento doméstico.”* (Correio do Jahu, 1907, nº 1.311, p. 1).

A crítica deve-se referir à socialização que o articulista, em visita rápida, não conseguiu perceber porque vê-la significava penetrar no âmago das relações privadas estabelecidas entre as famílias.

Também nesse ano de 1907, o já mencionado jornalista Argimiro Acayaba via como fator positivo a atitude de moços da cidade que haviam fundado um grêmio para difundir o esperanto. Ele, com muito entusiasmo, comentou o assunto:

“ *No silêncio quasi bucólico da vida provinciana, a fundação de uma sociedade como essa, (...) é uma nota docemente significativa, (...) demonstra que aqui vivemos sob o impulso de nobres agitações.*”(Correio do Jahu, 1907, nº- 1351, p.1)

Portanto, ele queria incentivar uma mudança na pacata cidade. Cada passo dado para em direção ao que os “progressistas” almejavam era divulgado pela imprensa que procurava dar sempre um tom de positividade.

No mesmo ano esse jornalista ainda abordava a questão relativa ao que ele via como um avanço da cidade ao afirmar que Jaú “*em matéria de arte*” não era “*mais o último dos lugares da roça*”. Essa consideração ele fazia pelo fato de estarem residindo na cidade dois importantes artistas, a cantora e atriz dramática Onélia Menzatri e seu marido, o pintor Fausto Menzatri, cujos mestres tiveram formação na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. (Correio do Jahu, 1907, nº- 1372, p.1).

Apesar de alguns jornalistas tentarem mostrar que passo a passo a sociedade local começava a absorver os padrões sócio- culturais mais modernos, um articulista do “Correio do Jahu” afirmava em 1908: “*Falta-nos ainda, por certo cultura social, a jovialidade, a graça, por excelência, para doirar a índole hospitaleira e cujo modelo encontramos no Rio de Janeiro.*” (Correio do Jahu, 1908, nº-1458, p.1)

O que incomodava era a falta de uma adequada assimilação dos valores europeus, que tão fortemente influenciaram a “Bellé Epoque” carioca. No contexto das transformações ocorridas principalmente na capital federal e paulista, que ditava novas normas sociais e culturais, sabia-se que os padrões culturais estavam mudando. Na primeira década do século XX começou a ser considerado “chic” frequentar salões, cafés, teatros, gabinetes de leituras, assistir a exposições de obras de arte, frequentar logradouros públicos, ir a recitais, etc.

A participação nesses eventos sociais garantia uma outra forma de socialização mais adequada a uma cidade em processo de adiantamento. Portanto, o referido articulista fazia uso da imprensa para pressionar por mudanças na vida social dos jauenses, incentivando-os a seguirem os exemplos dos lugares “civilizados”.

Em 1909 um artigo do jornal o “Comércio” chamava a atenção para o fato de Jaú já estar cuidando da higiene, do embelezamento, das reformas de praças e avenidas, mas via a necessidade de um Gabinete de leitura. Assim, ele enfocava a questão: “ *Trata - se da palpitante necessidade de criar - se no Jahu, a exemplo de quase todas as localidades, uma casa de leitura dada ao cultivo e ao training do espírito, cujas paredes dêm abrigo aos livros,(...) o melhor amigo do homem.* (Comércio do Jahu - 1909, nº 119, p. 1)

E dessa forma, aqueles que ansiavam pelos ideais da modernização continuavam a espelhar-se em outras cidades consideradas progressistas, mantendo o discurso a respeito da necessidade de conquistar-se um patamar de cultura, compatível com as transformações econômicas que a cidade de Jaú já havia atingido. Esse foi assunto muito explorado pelos cronistas e articulistas da imprensa local. Muitos alegavam só faltar um “pouco de cultura” para a cidade ser moderna. A escassez de vida no meio social e cultural era apontada como a fraqueza da sociedade Jauense. Por isso, tanto os articulistas e cronistas do jornal o “Correio”, quanto do “Comércio”, procuravam estimular a formação de clubes sociais, de gabinetes de leitura, de uma biblioteca municipal, além de cobrar do poder público a construção de mais escolas urbanas, e de teatros, para que definitivamente a sociedade jauense conquistasse um patamar cultural requintado, fator importante para um povo ser considerado civilizado, na opinião de muitas pessoas da época.

Um artigo de Armando Colina, em 1912, criticava o modo como alguns jauenses envolvidos com a divulgação da cidade procuravam somente mostrar o crescimento econômico e material, chegando a ter coragem de cometer exageros sobre o progresso local, entretanto ele chamava a atenção para o fato de muitos “*torcerem o nariz*” para os problemas da cidade, um dos quais ele próprio procurava realçar no seu texto, que era o fato de Jaú apesar de todas as transformações econômicas e urbanas, ainda não ter “*um meio social bem concretizado*”( Comércio do Jahu, 1912, nº- p.1).

Por “ausência de um meio social bem concretizado”, queria dizer principalmente o fato de que em Jaú ainda não existiam bons clubes recreativos, equiparados ao crescimento material da cidade. A preocupação com a ausência do que ele considerava meio social também era baseada em referências que vinham de fora. Nas capitais e algumas cidades do interior do Estado já existia uma intensa vida cultural e social. Em cidades pacatas com uma forte característica rural como Jaú, do começo do século XX, as pessoas freqüentavam salões, clubes, teatros, e recitais só esporadicamente e ainda não estavam habituadas ao exibicionismo que imperava nas rodas sociais dos grandes centros.

Esses dados mostram a distância entre o discurso modernizador e a realidade, pois apesar dos elogios à modernização, em muitos casos os próprios jornalistas constatavam que o estilo de vida moderno ainda não era uma regra em Jaú, e baseando - se nos parâmetros externos, a imprensa condenava os hábitos da população local e incentivava o “surgimento” de uma nova vida social em Jaú imitando o que ocorria nas grandes capitais e importantes cidades do interior paulista.

Esse discurso, que afirmava enfaticamente a necessidade de Jaú ter um clube social à altura de sua elite, arrefeceu somente a partir da

inauguração do Jahu Clube, em 1917. (Comércio do Jahu, 1917, nº1176, p.2,3) Com sede própria num edifício construído em estilo neoclássico e a um custo de sessenta contos de réis, principalmente a aristocracia agrária jauense passou a ter um local apropriado para sua socialização do tipo burguesa, onde assistia a recitais de pianos, concertos musicais e realizava bailes entre outras diversões. Esse progresso em Jaú não deixou de ser propagandeado pela imprensa local, que deu muita ênfase ao fato.

Entendemos, assim, que os discursos produzidos em defesa da modernização em todos os seus aspectos faziam parte do universo mental daqueles que estavam direcionando esse processo na cidade. A aristocracia agrária e as pessoas a ela aglutinadas tiveram condições de influenciar concretamente no encaminhamento das transformações do espaço social, tendo como suporte a imagem idealizada da cidade moderna e progressista. O seu principal espaço de ação era a imprensa, a responsável pela criação de um discurso modernizador, o poder político que permitia a viabilização das intenções, e o poder econômico que permitia a sujeição de grande parte da sociedade pelos vínculos de trabalho, do qual a maioria dependia para sobreviver.

Uma vez que “*os homens pautam sua conduta pela imagem que constróem*” (Duby, 1995, p. 131.), a projeção elaborada pelos segmentos dominantes para concretizar uma cidade mais moderna e civilizada foi fundamental para a realização das transformações de Jaú. Um novo comportamento passou a ser valorizado, influenciado por um modelo cultural que vinha de fora, e uma outra realidade material precisava representar essa nova cultura assimilada pela classe dominante local. Portanto, foi imprescindível criar

um discurso que desse sustentação às mudanças e que conquistasse adeptos através do ideário do progresso.

Podemos, portanto, identificar o ideário de modernização que a imprensa e os agentes sociais por ele representados desejavam nas duas primeiras décadas do século XX, através dos discursos que apontavam o que ainda faltava para Jaú ser uma cidade moderna. Já vimos que no início desse processo, os articulistas reforçavam as necessidades dos melhoramentos urbanos, e de embelezamento. Esse tipo de discurso permaneceu até a concretização das reformas urbanas, ou seja, pelo menos até 1915. A imprensa nesse momento passou a focar as benfeitorias feitas pelo prefeito Constantino Fraga, criando uma imagem positiva desse político, e responsabilizando-o como o modernizador de Jaú.

Nesse período os jornais passaram a elogiar e fazer propaganda dos serviços feitos na cidade comparando-a com outras importantes do Estado.

A adoção de um novo padrão cultural foi uma preocupação constante dos agentes da modernização. Ao exaltar esse ideário de progresso, a imprensa tentava influenciar a opinião pública, procurando arrebatar com seu discurso o apoio necessário para se concretizarem os padrões de vida modernos e burgueses em Jaú.

Entretanto, como a modernização era na realidade apenas um projeto que os segmentos dominantes desejam concretizar, também pudemos identificar as permanências ligadas ao modo de vida rural. Parte da população jauense manteve seus hábitos inerentes ao cotidiano de uma cidade pequena e de economia predominantemente agrícola. Assim, enquanto o discurso modernizador enaltecia as características do Jaú moderno, ainda era possível encontrar na cidade muitas atividades de cunho rural como a criação de animais e

o plantio de hortas no fundo dos quintais realizados pela grande maioria dos habitantes.

O discurso modernizador não produziu tanto efeito a ponto de conseguir mudar completamente o comportamento de grande parte dos jauenses rumo às novas práticas e costumes vinculados à sociedade burguesa.

## **CAPÍTULO 2**

### **POLÍTICA E MODERNIZAÇÃO EM JAÚ**

Na década de 90 do século passado o crescimento econômico do município de Jaú e a modernização da cidade estavam em curso. A idealização de uma cidade moderna de acordo com os parâmetros burgueses, somada às necessidades de uma economia comercial assentada na lavoura do café, levaram os segmentos dominantes jauenses a realizar melhoramentos na área urbana, bem como permitiram a criação de uma infra-estrutura adequada à circulação de mercadorias.

No decorrer desse processo (1890/1920) de implementação, os melhoramentos urbanos foram sistematicamente utilizados por dois grupos políticos opostos, que estavam em constantes disputas pela garantia do controle do poder local. Essas disputas ficam mais evidentes a partir de 1906, quando esses dois grupos travam uma acirrada luta para se tornarem hegemônicos, e a implementação da modernização da cidade passa a servir como um mote para a manipulação política.

As disputas na política local podem ser melhor entendidas se remetidas às questões pertinentes às disputas do PRP em âmbito federal e estadual, pois tensões e conflitos marcaram a trajetória desse partido até a

efetivação de um conagraamento das duas facções em âmbito estadual, em 1906. Assim, trataremos primeiramente de forma lacônica dessas questões e mais à frente mostraremos as influências de tais disputas na política jauense.

O estudo do historiador José Enio Casalecchi(1987) sobre o PRP nas primeiras décadas da República, a respeito do panorama geral das disputas que aconteciam no Estado de São Paulo desde a implantação do novo regime, dá-nos elementos para compreender os ajustes dessas disputas em Jaú.

Após a proclamação da República, o PRP passou a ter preocupação de se fortalecer através da prática adesista de elementos oriundos dos partidos do Império, o Liberal e o Conservador, com o objetivo de consolidar a democracia sob a tutela dos civis. Em âmbito estadual havia uma intensa luta política entre os membros do PRP para ocupar os cargos mais importantes.

Foi a partir de 1891 que começaram a desencadear-se as primeiras rachaduras na unidade do PRP, quando Rangel Pestana, não assinando a lista de candidatos a deputados e senadores estaduais, manifestou-se contrário à chapa indicada pelo partido.

Mas foi a partir de 1896 que outras tensões mais profundas passaram a minar o partido. A crise da lavoura, que se aprofundava desde 1893, colocava em risco a estabilidade do PRP. Os cafeicultores faziam pressão para que o Estado resolvesse a questão, e, a partir 1898, exigiam a valorização do café. Em 1889, as divisões no PRP tornaram-se mais agudas com a ameaça do Partido da Lavoura. A crise do café unia a oposição. Por outro lado, apesar da crise, poucos aceitavam o desgoverno e muitos esperavam uma saída do governo para a questão, e por isso o PRP conseguiu também superar essa crise.

Uma nova cisão do PRP se dá em 1901, quando Campos Sales dominava a política nacional. Prudente de Moraes, sentindo-se marginalizado na

política paulista, lançou o Manifesto do Partido Republicano Dissidente, pelo jornal “O Estado de São Paulo”, em setembro de 1901, expondo a divisão do partido, e conseguindo uma adesão significativa entre os fazendeiros, preocupados com a crise da lavoura. Tanto dissidentes quanto governistas buscavam apoio nos diretórios municipais. Os governistas não desconsideravam a importância das articulações dos dissidentes apesar de terem a máquina do Estado a seu favor. O pleito de 1901 seria o momento para uma avaliação sobre a capacidade do PRP e dos Dissidentes para agregar os votos. Os jornais do interior tomavam posições, sendo que 35 apoiavam o PRP e 19 apoiavam os dissidentes. Nesse momento, em Jaú, como veremos mais à frente, embora já houvesse uma oposição oriunda do partido monarquista, o jornal o “Correio do Jahu” estava entre aqueles que apoiavam o PRP.

O movimento Dissidente não chegou a enfraquecer o PRP, que por outro lado não menosprezou a força desse grupo político, por saber do descontentamento dos fazendeiros com a crise da lavoura, e da população com a política recessiva do governo federal. Continuavam assim abertas as brechas para os movimentos de contestação ao governo e ao Partido.

Em 1902 eclodiu a rebelião monarquista, fato circunscrito ao Estado de São Paulo. A ação de fazendeiros monarquistas, que não haviam perdido seu prestígio nos municípios, somada ao apoio dos dissidentes e milhares eram as pilastras da revolta. Sufocado o movimento, o episódio mostrava ao governo a situação explosiva da lavoura e o descontentamento de muitos com o PRP. A partir do Congresso Agrícola de 1903, volta à cena o perigo do Partido da Lavoura. Também existem indícios de que em Jaú, no ano de 1902, elementos do partido monarquista aproximaram - se dos dissidentes na tentativa de reforçar a oposição ao PRP local.

A mudança de rumo na política estadual somente se fez sentir a partir da ascensão de Jorge Tibiriçá à presidência do Estado em 1904, propondo o conagraçamento político e o fim das disputas políticas, tentando tomar medidas que agradassem à dissidência, como a promessa de reforma eleitoral e de coibir as fraudes em período eleitoral. Esse conagraçamento se concretizou em 1906, mas em Jaú ele não foi possível, continuando as disputas entre as duas facções, só resolvidas com as eleições de 1908, quando a oposição, através de articulações políticas em âmbito estadual, passa a dominar o PRP local.

É na trama dessas disputas que se pode compreender a política jauense. O grande mote para a manipulação da opinião pública a favor dos novos políticos foi a construção de uma imagem progressista da cidade.

Assim, recuperar o processo de modernização e as disputas políticas em torno dele, nos dá condições de resgatarmos outros agentes envolvidos, e que tiveram seus nomes esquecidos pela história oficial da cidade, bem como nos possibilita demonstrar como as reformas do espaço urbano atendiam aos interesses políticos. Essa análise também nos permite questionar a data oficial de 1908 como o marco inicial do progresso e modernização local, ao demonstrarmos como os políticos vencedores foram construindo, com o apoio do jornal “Comércio do Jahu” (criado em 1908 entre outras coisas para apoiar os novos políticos em ascensão), a memória sobre o processo de modernização em torno dos seus interesses políticos.

A documentação consultada nos permite mostrar os melhoramentos em curso desde a década de 90 do século XIX. Assim, baseados na consulta às Atas e Leis da Câmara da década de 90 do século XIX, notamos que os vereadores dessa época, através de indicações e projetos de leis, já abordavam a questão da modernização da cidade em quase todos os aspectos:

higienização, implantação da rede de água e esgoto, eletricidade, construção de guias e sarjetas, embelezamento, bem como se preocupavam com a elaboração de um novo Código de Posturas.

Os projetos evidenciavam que a aristocracia agrária queria reordenar o espaço urbano a fim de modernizá-lo. O crescimento espacial e econômico da cidade<sup>4</sup> colocava as transformações na área urbana em destaque na agenda dos políticos desde o início da década de 90.

Quem dominava o poder político em Jaú na década de 1890 era Edgard Ferraz, que fora vereador nos primeiros anos da mesma década, e vice-presidente da Câmara em 1895. Dois anos depois fora eleito deputado estadual pelo PRP tornando –se chefe político local.

Esse vereador, em 1893, indicava que fosse modificado o Código de Posturas Municipal conforme o aditivo por ele apresentado, pois considerava “*que o desenvolvimento crescente da nossa próspera cidade reclama por importantes melhoramentos*”. Esse projeto foi aprovado. ( Atas da Câmara – Arquivo 1.2.1.6).

Sabemos que esse seu projeto, no entanto não foi concretizado de imediato, pois verificamos que em 1894 outra indicação foi apresentada pelo vereador Constantino Fraga para que fosse convidado o Dr. Guilherme Telles e logo foi assinado um contrato para a realização de um novo Código de Posturas ( Atas da Câmara – Arquivo 1.2.1.7).

Ao apontar um outro nome para fazer o Código, o vereador Constantino Fraga queria interferir nessa questão política e se destacar, indicando certamente um conhecido para a realização do serviço. As disputas entre esses

---

<sup>4</sup> A imigração resultante do final do século XIX fez aumentar o número de habitantes na cidade e, por decorrência também crescia o número de edificações. Como já abordamos por meio da utilização de

dois políticos provavelmente estavam vinculadas ao fato de Constantino Fraga passar a pertencer a partir de 1890, por vínculos matrimoniais à família Almeida Prado, da qual alguns de seus membros haviam criado o Partido Monarquista para fazer oposição aos republicanos no poder, desde o início da implantação do novo regime. Nos bastidores da vida política local começava a delinear –se a atuação de dois grupos opostos, e possivelmente, Constantino Fraga já mantivesse contatos como os principais opositores do grupo liderado por Edgard Ferraz.

Edgard Ferraz, que demonstrava interesse na questão, por achar que a cidade precisava de melhoramentos, e com a intenção de influenciar politicamente nesse processo, concomitantemente ao projeto de Constantino Fraga, indicava que o “*intendente ficasse encarregado de cobrar do Dr Alfredo Lopes dos Anjos a importância que recebeu para a confecção do Código de Posturas*” (Atas da Câmara – Arquivo 1.2.1.7).

Esses projetos demonstram que a aristocracia agrária, detentora do poder público, possuía os meios legais para exercer controle sobre a cidade. O parâmetro para a elaboração do Código de Posturas eram as reformas atreladas à modernização em curso nas cidades de São Paulo, e do Rio de Janeiro. Para uma parte da sociedade jauense, o município deveria ser reconhecido no Estado pela modernização do meio urbano, reflexo direto de sua grandeza econômica, calcada em uma produção cafeeira crescente na região. O Código de Posturas, que acabou sendo reformulado em 1898, certamente não atendeu às reais necessidades da população local, pois expressava o ideário de modernização aspirado pelos segmentos mais elitizados da sociedade jauense.

---

informações fornecidas por Sebastião Teixeira, Jáu no final do século XIX para o XX, tinha cinco mil habitantes e novecentos e quinze prédios dispostos em trinta e três ruas.

Por outro lado, as disputas políticas em torno da modernização já se faziam presentes, na medida em que os dois vereadores mencionados procuravam ficar em evidência, competindo entre si com a indicação do projeto de reforma do Código de Posturas. Os dois políticos propunham soluções diferentes para a mesma questão. Constantino Fraga indicava um novo nome para fazer o Código de Posturas, enquanto Edgard Ferraz pedia empenho do Intendente Municipal para que o serviço fosse feito por quem já havia recebido tal incumbência.

Na década de 90, outras medidas para cuidar da imagem e modernização da cidade também foram tomadas por parte do poder público local em mãos dos republicanos. As epidemias de febre amarela que assolaram Jaú em 1892, 1896, 1897 e 1898, exigiram cuidados com a higienização do meio urbano. O processo de higienização nas grandes cidades brasileiras servia de modelo para a intervenção e para a organização do Jaú moderno, como queriam os representantes da aristocracia agrária, que nesse momento passavam gradativamente a se mudar da zona rural para a cidade.

O referencial para as medidas adotadas eram os discursos científicos em vigor, principalmente a teoria dos miasmas. Desde o século XVIII, quando estudiosos se convenceram de que *“todos os mistos que compõem o corpo, fluidos ou sólidos, ao desfazer sua coesão, deixam escapar o ar”* (Corbain, 1987, p. 19), passou-se a considerar que o ar agia de várias formas sobre o corpo, podendo transmitir doenças. Também de acordo com essa teoria, as emanções pútridas oriundas do solo e das águas estagnadas eram vistas como prejudiciais à saúde. Para os contemporâneos a essas teorias, era preciso limpar o ambiente para combater as doenças.

Foi seguindo estes parâmetros que os vereadores jauenses elaboraram inúmeros projetos de lei no intuito de cuidar da higienização e da limpeza da cidade. Segundo esses projetos, a área central deveria ficar protegida dos odores pútridos produzidos pela acumulação de dejetos que contaminavam o ar, a terra e as águas. A remoção do lixo amontoado nas ruas e quintais, a eliminação das águas sujas e estagnadas, a desinfecção de latrinas, a retirada das coqueiras da área central, o afastamento dos doentes e a construção de um outro cemitério, distante do centro urbano, passaram a ser objeto político, pois aqueles que gestavam o poder público, ao mesmo tempo em que procuravam combater as epidemias, também, através de propagandas forjavam imagens positivas da cidade.( Atas da Câmara)

O crescimento demográfico e espacial da cidade, como já vimos, exigia do poder público a preocupação com a regulamentação dos serviços de higiene e saúde. Ao trabalhar para melhorar a imagem da cidade, os políticos certamente visavam aos favores eleitorais. É nesse prisma que vemos a atuação dos vereadores elaborando inúmeros projetos tratando do assunto.

Com esse objetivo foram feitas, no final do século XIX, obras importantes que beneficiaram a saúde pública, como em 1894 o Matadouro Municipal e o Hospital de Isolamento. A construção do Hospital de Isolamento, uma exigência frente à epidemia de febre amarela em 1892, foi feito com a colaboração do governo estadual de Bernardino de Campos, que liberou as verbas necessárias para a obra. Essa atitude do governo do Estado demonstra os vínculos do PRP local com a política estadual. Sabemos que através do coronelismo - “sistema de reciprocidade”( Leal, 1978, p.43.) cada obra feita no município precisava do respaldo do Estado, e era fator de fortalecimento do

chefe político local, que firmava suas bases para a troca de votos em período eleitoral.

No mesmo intuito de melhorar as condições sanitárias, o vereador Paulino Maciel, em 1894, indicava a criação dos cargos de médico municipal e delegado da higiene, fixando as suas atribuições. (Projetos e Leis da Câmara - Arquivo 1.1.4.2). Uma das prioridades do trabalho do delegado era evitar a propagação de epidemias, pois qualquer indício delas deveria ser imediatamente comunicado à intendência, tomando-se as providências e empregando-se os meios necessários para impedir a sua transmissão.

A preocupação das autoridades públicas com as condições sanitárias objetivava evitar as doenças, e conseqüentemente melhorar a imagem da cidade, pois as epidemias afugentavam as pessoas e dificultavam o desenvolvimento local, uma vez que os negócios arrefeciam e a expansão da economia cafeeira ficava comprometida. Portanto, era indispensável para a classe dominante local que o delegado de higiene cuidasse de todos os aspectos, fiscalizando as habitações coletivas e particulares, os hospitais, e também a qualidade dos produtos vendidos no comércio local. (Projetos e leis da Câmara – Arquivo 1.1.4.2)

A regulamentação e a fiscalização das práticas higiênicas na última década do século passado evidenciam a pretensão de uma sistematização desses procedimentos higiênicos. A higienização ficaria aos cuidados dos especialistas e as normas deveriam ser fiscalizadas, pois certamente não seria de um momento para outro que a população local passaria a assimilar os novos regulamentos e a mudar os seus hábitos e padrões de higiene. Para isso o vereador e vice - presidente da Câmara, Edgard Ferraz, fez a indicação de dois projetos de leis em 12 de dezembro de 1895 “*um regulando o serviço sanitário*

*e outro criando a inspetoria de higiene municipal composta de um médico inspetor com o ordenado de 500\$000 e dois fiscais com ordenados de 200\$00 mensais, cada um.*” (Atas da Câmara Municipal - Arquivo 1.2.1.9).

Entre 1895 e 1896, o então Intendente Paulino Maciel, que também participava da Comissão de Higiene, tratou de melhorar as condições sanitárias da cidade. As medidas adotadas por ele expressavam a preocupação com a remoção da sujeira, com a limpeza das águas, com a arborização da área central, e até mesmo com o uso de redes na realização dos enterros em período de epidemias, o que acabou sendo proibido. (Atas da Câmara – Arquivo 1.2.1.7)

A intervenção de Paulino Maciel no intuito de melhorar as condições higiênicas da cidade, foi ressaltada no dia 6 de julho de 1896, quando o presidente da Câmara José Ferraz do Amaral Gurgel, pedia para se colocar na Ata da Sessão Ordinária da Câmara *“um voto de louvor ao Intendente Paulino Maciel em sinal de reconhecimento pelos relevantes serviços por elle prestados durante a epidemia”*, o que foi aprovado unanimemente. (Atas da Câmara - Arquivo 1.2.19).

Esse voto de louvor significava o interesse dos políticos em demonstrar que o poder público não ficara inerte diante da grave crise vivida durante a ocorrência das epidemias de febre amarela. Com o apoio dos vereadores, as medidas para proteger a saúde pública haviam sido tomadas em Jaú, e isso deveria ser realçado, no entender dos políticos locais.

Higienizar a cidade e combater as epidemias acarretava dispêndios. A Câmara não tinha condições de realizar os serviços com seus próprios recursos, que no final do século não eram tão fartos. Em 1895, o vereador João Batista Campos Melo solicitava do governo estadual um auxílio de vinte contos para os melhoramentos higiênicos. No ano seguinte, a edilidade

autorizava o Intendente Paulino Maciel a sacar um empréstimo do “Banco Melhoramentos de Jaú” para fazer frente às despesas causadas pelo combate à epidemia, e reiterava o pedido de trinta contos de réis ao governo do Estado para os mesmos fins. ( Atas da Câmara – Arquivo 1.2.1.7)

Para se chegar a um resultado razoável no aspecto da higienização, as dificuldades foram muitas. A regularização do serviço de limpeza não acontecia com eficácia necessária. Faltavam recursos para realizar o serviço e o material não era adequado.( Atas da Câmara Arquivo – 1.2.1.9) Portanto, os anseios dos políticos locais que já haviam absorvido o ideário de higienização e lideravam esse processo de transformação da cidade rumo à modernização burguesa, representando os interesses de parte da sociedade local, chocavam –se com a realidade concreta, ou seja, a impossibilidade de o serviço atingir toda a cidade, devido à falta de preparo do próprio poder público, somada aos hábitos e costumes da população, que certamente não tinha noção dos modernos padrões de higiene, dificultando que as mudanças nesse aspecto fossem agilizadas. Entretanto, na medida em que as epidemias continuavam a castigar a população, e abalavam a imagem da cidade que almejava o progresso, a higienização continuou objeto de interesse político, isso no decorrer do final do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX.

A implementação da rede de água e esgoto foi outro melhoramento que também foi explorado politicamente, e disputado pelos vereadores Edgard Ferraz e Constantino Fraga, que desejavam interferir na questão pelo fato de significar uma importante obra de infra – estrutura e base para modernização local. Embora esse melhoramento fosse uma comodidade de que no início somente uma minoria desfrutaria, os políticos podiam fazer propaganda em torno da realização do serviço. O conforto de ter uma torneira e

um banheiro dentro da própria casa, dava condições para a elite local representar um modelo de higiene a ser almejado por muitos habitantes locais, e tal melhoramento podia ser fator de articulação política, na medida em que outros moradores, na esperança de ter a mesma regalia, pudessem oferecer o seu voto.

Assim, em dezembro de 1894, o vereador Edgard Ferraz, solicitou à Câmara local que enviasse ao governo do Estado as plantas e estudos feitos para a realização do serviço. Constantino Fraga, vereador àquele período, colocou um aditivo à indicação de seu colega, para que juntamente com as plantas fossem acompanhados o orçamento municipal e um pedido de auxílio ao governo estadual para a realização do serviço, devendo ser nomeada uma comissão para tratar do assunto. Em meados de 1895 ele pedia que a Câmara autorizasse o Intendente Paulino Maciel a “*chamar concorrentes para os serviços de canalização e distribuição de água potável nesta cidade*”.( Atas da Câmara - 1.2.19) Constantino Fraga ainda solicitara do Congresso Federal isenção de impostos de importação dos materiais necessários à canalização de águas e esgoto da cidade.

Edgard Ferraz, naquele mesmo ano pedia à Câmara Municipal que oficiasse ao Congresso Estadual uma autorização do mesmo Congresso *ao “poder Executivo para emprestar a quantia de 400 contos de réis, destinado aos serviços de água e exgottos,”* de Jaú, o que foi aprovado e oficiado.( Atas da Câmara - arquivo 1.2.1.7).

O que podemos deduzir dessa questão era que os dois vereadores queriam influenciar na realização do serviço e com isso certamente angariar prestígio político.

Em setembro de 1895, Edgard Ferraz comunicava à Câmara que:

*“foi a capital do Estado tratar exclusivamente dos negócios do abastecimento d’água desta cidade, e entendeu-se com o Secretário d’Agricultura prometendo este todas as coisas necessárias, como auxílio a este município, e que em virtude de combinação com aquele funcionário ordenou que o secretário desta Câmara fosse a São Paulo levar as plantas e estudos relativos a todos os serviços do abastecimento de água e exgotto, as quais foram deixadas naquela Secretaria.” ( Atas da Câmara - arquivo 1.2.1.7).*

Edgard Ferraz procurava dessa forma esclarecer que havia se esforçado bastante para implementar tal serviço para Jaú. Ele comunicava que sua viagem a São Paulo fora exclusivamente por sua conta, ou seja, que não havia usado dinheiro dos cofres públicos. (Atas da Câmara- Arquivo 1.21.7) Ele exaltava a própria honestidade como se a probidade no trato com o dinheiro público fosse algo a se fazer propaganda e não uma obrigação moral de quem exerce cargos públicos. Isso mostra como esse vereador queria demonstrar à população o seu envolvimento pessoal com os melhoramentos de Jaú. Está implícito o seu desejo de mostrar o quanto estava preocupado com a cidade, com seu desenvolvimento e com as suas melhorias, pois isso certamente renderia bastante para sua imagem de político dedicado ao progresso local.

No final do ano de 1895, o Secretário do Interior oficiava à Câmara local que o governo estadual deliberava executar as obras do abastecimento d’água, pedindo que a edilidade local entrasse com a quantia prometida, a saber 50 contos de réis. Para enviar o dinheiro e não ficar sem recursos, a Câmara contraiu um empréstimo do “Banco Melhoramentos do Jahu”.( Atas da Câmara – Arquivo 1.2.1.7) Assim, apesar das dificuldades financeiras, o poder público, nesse momento, principalmente através da articulação política de Egard Ferraz em âmbito estadual, conseguia implantar um importante serviço para a cidade. A troca de apoios políticos, base do

coronelismo, garantia a presença do Estado no processo de modernização local. O grupo político de Edgard Ferraz nesse momento estava forte o suficiente para manter seu prestígio com os políticos importantes do Estado, e também na localidade. A disputa entre os dois vereadores, atrelada ao anseio de mostrar seus serviços em prol da modernização, era uma evidência da divisão latente na política local que ainda não tinha se concretizado.

A indicação de Constantino Fraga, na primeira sessão da Câmara Municipal em 7 de janeiro de 1896, para que fosse dado e registrado ata “*um voto de louvor e reconhecimento aos vereadores Sebastião Camargo Freitas e Edgard Ferraz do Amaral, pelos bons serviços prestados ao município durante o triênio que findou-se*” (Atas da Câmara - arquivo 1.2.1.9) demonstra que naquele momento a situação do jogo de forças políticas em Jaú, embora estivesse latente, os dois principais líderes Constantino Fraga e Edgard Ferraz ainda não eram inimigos políticos declarados. O voto de louvor aprovado com unanimidade pela Câmara chamava a atenção para as melhoramentos feitos no período, ao mesmo tempo em que servia de propaganda do trabalho realizado pelos vereadores homenageados, e, por tabela, consagrava a administração municipal.

A gestão mencionada por Constantino Fraga correspondia aos anos de 1893, 1894 e 1895, sendo que no último ano os vereadores que receberam o voto de louvor eram respectivamente presidente e vice-presidente da Câmara. Dois anos depois, Edgard Ferraz foi eleito deputado para o Congresso Estadual, controlando a política local.

Como vimos, as articulações políticas de Edgard Ferraz em âmbito estadual para implementar melhoramentos em Jaú, entre eles o

saneamento básico na parte central da cidade, ocorriam desde 1894, e isso certamente foi fundamental para sua eleição em 1897.

A inauguração de obras era outro momento propício para os políticos mostrarem sua capacidade administrativa. Um exemplo ocorreu a 19 de agosto de 1899, quando foi colocada a primeira manilha da coleta de esgotos à margem do rio Jaú, com grande festividade, reunindo políticos, uma banda de música, muitos fogos e com a presença de muitas pessoas prestigiando o evento. (Comércio do Jahu, 1914, nº699, p,2). Sabemos que as festividades sempre visavam a chamar a atenção para as obras dos políticos que as realizaram..

Os cuidados com a infra-estrutura, através da construção de guias e sarjetas, e do abaulamento das ruas foram outros melhoramentos implantados no sentido de modernizar a cidade. Sebastião Teixeira relata as melhorias nas ruas da cidade realizadas na última década do século XIX afirmando que: *“As ruas já apresentavam outro aspecto; estavam em grande parte beneficiadas com guias e sarjetas e abahuladas”*. ( Teixeira, 1900, p. 131)

O que o jornalista, que também ocupou o cargo de vereador no último triênio do século XIX, quer demonstrar é a preocupação com a imagem da cidade, que ia perdendo os ares de descuido para revestir-se com a imagem do adiantamento e do progresso: ruas ordenadas, bonitas e conservadas. Muitos políticos estiveram atentos a essas necessidades na última década do século XIX, e no começo do século XX, embora as melhorias tenham sido implantadas morosamente.

Em meados de 1893, o Intendente Alfredo Leitão, pedia à Câmara que chamasse concorrentes para fazer o abaulamento do quarteirão da rua das Flores. No início do ano de 1895, o vereador João Vieira Bizzaro autorizava o Intendente Paulino Maciel a usar a quantia necessária para realizar

os consertos nas ruas e praças da cidade. ( Atas da Câmara – Arquivo 1.2.1.7) Dois anos mais tarde, em setembro de 1897, o vereador Antonio Ribeiro de Oliveira, autorizava o Intendente João Costa a mandar construir “*guias e sarjetas nas ruas Tenente Lopes, Quintino Bocaiúva, Sete de Setembro, e Rangel Pestana, bem como nas perpendiculares, a contar a Humaytá.*” (Atas da Câmara - Arquivo 1.2.1.9 ). Outras ruas também foram alvo de projetos de outros vereadores para receber esses melhoramentos.

O serviço de implantação de guias e sarjetas, os consertos e o abaulamento das ruas foram feitos por partes. Em 1903, por dificuldade financeira, a Câmara chegou a interromper os serviços para retomá-los posteriormente.( Atas da Câmara- Arquivo 1.21.14) Nessa empreitada, vários vereadores indicaram projetos. Ao realizar o serviço, o poder público não só estava melhorando a imagem da cidade, como também começava a ordenar e homogeneizar o espaço urbano, aproveitando para regulamentar simultaneamente a construção dos passeios. Essa preocupação dos vereadores era patente desde a última década do século XIX.

A regulamentação dos passeios mostrava a preocupação dos políticos e da classe dominante com a imagem positiva da cidade. O interesse do poder público com a construção dos passeios demonstra que pretendia melhorar a imagem da cidade através do embelezamento da área central, como acontecia com importantes cidades paulistas, e principalmente com a capital do Estado. Assim, em dezembro de 1894, o vereador Constantino Fraga apresentava um projeto de lei proibindo as construções de calçadas de pedras brutas no centro da cidade, estabelecendo que elas fossem de tijolos, paralelepípedos ou cimentadas. ( Atas da Câmara - Arquivo 1.2.1.7)

Em setembro de 1897, o vereador Antonio Ribeiro de Oliveira, encaminhou um projeto de lei que objetivava obrigar os proprietários de prédios e terrenos, cujas ruas já tinham guias e sarjetas, a calçarem os passeios a cimento ou tijolos ( Atas da Câmara - Arquivo 1.2.1.9). Essa preocupação se efetivou na Lei nº 9 de 26 de agosto de 1897 de autoria do vereador João da Costa que determinava a substituição do calçamento denominado passeio (Projetos de Leis da Câmara - Arquivo 1.1.4.2).

Percebemos que os vereadores por iniciativa própria ou por pressões dos comerciantes, dos profissionais liberais e de membros da aristocracia agrária ( segmentos dominantes preocupados com a imagem de Jaú), queriam melhorar o aspecto das calçadas, exigindo que elas fossem revestidas de maneira uniforme para garantirem um belo visual para a cidade.

Esse fato, no entanto, parece ter sofrido resistências como notamos através do conteúdo da Ata da 9ª- sessão ordinária da Câmara em 15 de outubro de 1897, onde por meio de uma representação de Francisco Almeida Prado e outros proprietários de prédios e terrenos urbanos, estes pediam a revogação da Lei nº-9 que determinou a substituição do calçamento denominado passeio. ( Atas da Câmara – Arquivo 1.2.19)

A representação encabeçada por Francisco Almeida Prado pode ter sido uma reação política à administração dos republicanos para dificultar a implementação das reformas modernizadoras. Já mencionamos no início do trabalho, que membros da família Almeida Prado, desalojados do poder com a implantação da República, queriam retornar à cena política. Essa representação também poderia significar que parte dos moradores, apesar de desejarem algumas melhorias para a cidade, não estavam dispostos a gastar muito dinheiro nessa empreitada.

O embelezamento não ficou restrito à regulamentação dos passeios. O cuidado com as praças, a arborização das ruas e a criação de um jardim público também foram melhoramentos realizados no final do século XIX. Semelhante aos outros casos, muitos vereadores se destacaram enviando projetos de leis à Câmara para tratar da questão.

Pudemos perceber que esse aspecto da modernização também foi alvo da exploração política através de um relato de Sebastião Teixeira no seu livro “Jahu em 1900”, ao comentar que:

*“ O capitão Antonio Ribeiro de Oliveira, actual e enérgico Intendente, conseguiu por esforços próprios e auxiliado com o produto de uma subscrição popular que promovera, transformar esse feio largo em uma bella praça, que por sinal tomou o seu nome, por deliberação da Câmara. É assim que, hoje, o antigo cemitério está convenientemente fechado com gradil de madeira, preso em pilares de tijolos, e acha-se todo arborizado.(...) ( Teixeira, 1900, p.133 )*

Sebastião Teixeira procura enaltecer a figura do intendente, descrevendo-o como um político envolvido com os melhoramentos urbanos, chegando a afirmar que o mesmo investiu recursos próprios para embelezar a praça. Sabemos, no entanto, que enquanto no ano de 1898, Antonio Ribeiro de Oliveira era o intendente, o autor do texto elogioso era o vice-intendente. Ao tratar em seu livro “Jahu em 1900”, que “*o feio largo*” havia sido transformado em uma das mais belas praças da cidade, Sebastião Teixeira valorizava não somente a pessoa do intendente, mas indiretamente elogiava a administração municipal, da qual ele fazia parte. A descrição da praça, o possível investimento de recursos próprios, e a liderança de uma “subscrição” junto à população objetivando o embelezamento do antigo cemitério foi a brecha utilizada pelo autor para enaltecer o intendente Antonio Ribeiro de Oliveira.

Por meio de um projeto de lei de autoria do vereador José Isidro de Toledo em março de 1899 ( Atas da Câmara – Arquivo 1.2.1.9) a praça do antigo cemitério recebeu o nome do intendente Antonio Ribeiro de Oliveira, perpetuando assim sua memória, como um político preocupado com o embelezamento da cidade. Sebastião Teixeira, ao exaltá-lo, também contribuiu para que seu nome e suas realizações não fossem esquecidas pela população.

O embelezamento da cidade também foi uma preocupação do vereador capitão Luiz Victorino da Rocha Pinto em 1894, ao apresentar à Câmara municipal um projeto de lei autorizando a construção de um jardim em frente à matriz, que até então era esburacado e sulcado pelas enxurradas. Para justificar a importância do seu projeto e a necessidade de sua aprovação, ele argumentou com seu colega, o também vereador José Roberto de Souza Ramos a seguinte idéia que foi publicada em um artigo do jornal o “Comércio do Jahu”:

*‘ Oh ! José Roberto, como hade ser agradável nós sentados nos bancos do futuro Jardim, conversando no café e as mocinhas passando de um lado para outro rindo e dando um ar de festa à cidade.’ Ele respondeu: ‘Eu pouco me importo com as mocinhas, voto a favor porque acho que é um melhoramento para a cidade e porque F... me pediu.’ (Comércio do Jahu, 1914,nº-695, p. 2).*

Através desse dialogo forjado no jornal, percebemos que o Capitão Luiz Victorino da Rocha Pinto estava idealizando a construção de espaços burgueses de socialização, então em voga. Na sua opinião, a criação de locais arborizados e belos como os jardins traria alegria, vida e entusiasmo à cidade que estava se aburguesando. As pessoas podiam conversar, passear, e desfrutar da natureza. As mulheres, freqüentando o espaço público, dariam um novo ar à cidade. Era um “*ar de festa*”, segundo o autor do projeto. Portanto, o vereador acima referido acreditava que a criação de um vergel propiciaria maior

oportunidade para as moças saírem de casa. Assim como ele, possivelmente muitos outros rapazes apreciariam ver as donzelas passeando pelo jardim.

O segundo vereador, José Roberto de Souza Ramos, no entanto, justificava o seu voto no projeto de outra maneira. Ele não estava pensando nos “passeios” e ou nas “mocinhas”. Ele estava analisando as consequências políticas do seu ato, tinha consciência de estar votando num melhoramento porque “fulano” pediu. Neste caso ele considerou a força das injunções políticas. Sabemos que no início da República o sistema eleitoral, em todos os níveis, funcionava através de uma barganha de votos. Os melhoramentos realizados na cidade eram fator importante para a manutenção do poder. O eleitorado deveria responder aos favores do chefe político local com os votos aos candidatos por ele indicados em época eleitoral. Portanto, votar de acordo com os projetos do grupo que estava no poder era a única maneira de se manter no mundo da política. As vozes discordantes não tinham vez, a não ser que fossem politicamente fortes a ponto de organizarem uma oposição em condições de disputar o poder, como iria ocorrer em Jaú a partir de 1906.

As opiniões divergentes dos dois vereadores a respeito da construção do jardim também eram um fato no seio da sociedade local. Sabemos que parte dela almejava ver a cidade embelezada, entretanto encontramos resistências ao projeto. Uma fração da população não aceitava que um antigo cruzeiro levantado por uma missão religiosa em visita a Jaú fosse retirado do local para dar lugar a construção do jardim. (Comércio do Jahu, 1914, 695, p. 2). Esse episódio demonstra que uma boa parte dos habitantes locais não queria substituir as tradições religiosas, ainda muito fortes no final do século XIX, pelas novas práticas e costumes burgueses que começavam a ser difundidos nas principais cidades modernas do país. Era mais importante, do ponto de vista

desses moradores, manter vivo na memória um acontecimento religioso que deve ter sido importante para muitos jauenses.

O projeto da realização do jardim só foi concretizado com a interferência do pároco da matriz que permitiu a derrubada do cruzeiro, que posteriormente foi cortado, queimado e teve suas cinzas jogadas no rio Jaú, dando assim ao fato um ar de solenidade e respeito. (Comércio do Jahu, 1914, 695, p. 2) Logo a seguir, o terreno em frente à Igreja Matriz foi cercado, as terras foram removidas, e os canteiros delineados. Essa empreitada ficou a cargo de um italiano Sr Gallo, que já tinha realizado o Hospital de Isolamento. (Comércio do Jahu, 1914, nº-695, p. 2). Os vereadores passaram então a cuidar dos detalhes necessários para transformar o canteiro de obras em um belo jardim, elaborando projetos - lei com esse objetivo.

Assim, em 1895 o vereador Francisco Assis indicou ao Intendente Paulino Maciel que iniciasse a arborização do jardim, e esse serviço foi realizado pela quantia de oito contos de réis. (Comércio do Jahu, 1914, nº-695, p. 2). A iluminação do coreto do jardim, bem como a colocação de bancos foi um projeto do vereador Almeida Ferraz. (Atas da Câmara - Arquivo 1.2 1.9). Idêntico projeto foi encaminhado pelo vereador Constantino Fraga, e consta da Ata da sessão extraordinária de 4/12/1896, autorizando o Intendente Paulino Maciel a gastar oito conto de réis com *“a construção de um coreto, iluminação e colocação de bancos no jardim.”* (Atas da Câmara - Arquivo 1.2.1.9). Em 1897, o Vereador José Isidro de Toledo enviou à Câmara um projeto de lei que consta na Ata da 4ª Sessão ordinária da Câmara Municipal, em 20 de julho de 1897, autorizando o Intendente Municipal Francisco Rodrigues Ribeiro Freire *“a desprender a quantia necessária a construção do coreto, collocação de bancos e iluminação do jardim público”*, sendo o mesmo

aprovado. (Atas da Câmara - Arquivo 1.2.1.9). Todas esses projetos demonstram as disputas do poder político no tocante à realização dos melhoramentos urbanos.

O coreto do jardim custou perto de dez contos de reis e foi feito pelo engenheiro belga João Lourenço Madein, o mesmo que fez a planta da igreja matriz da cidade. (Comércio do Jahu, 1914,nº-695, p. 2). O fato de os vereadores aprovarem essa significativa quantia para se construir um coreto evidencia a importância que os políticos republicanos vinham dando ao embelezamento da cidade no final do século XIX.

Coretos, repuxos, bancos e iluminação delineavam um novo espaço, que lentamente ia sendo remodelado para ser freqüentado por uma parte mais seleta da sociedade jauense. Essa fração da população, representada pelos políticos, via seus desejos de desfrutar a bela cidade moderna, aos poucos se concretizarem. O crescimento econômico e a riqueza do município, um dos maiores produtores de café do Estado deveriam ser materializados na construção de praças bem cuidadas, belos jardins e ruas conservadas. A freqüência aos espaços públicos embelezados começava a ser um fato que ia se tornando parte do cotidiano de alguns privilegiados.

Em 1901 a sociedade local demonstrava claramente a absorção da idéia do progresso, pois nesse ano foi construído no jardim acima referido um obelisco comemorativo à passagem do século XIX para o XX com dizeres nele gravados, exaltando a modernidade: “XIX do passado - América do Sul, São Paulo, Jahu. XX - ao presente - Deus - 1900 - 1901, Ciência, Pátria, Família”.

São portanto a ciência, a pátria e a família que estão sendo exaltados. A ênfase à ciência evidencia assimilação da noção de progresso que estava assentado no cientificismo, propiciando o avanço tecnológico que implicava o domínio da natureza e o desenvolvimento material. O crescimento

econômico da cidade também estava subentendido nessa exaltação à ciência, pois estava implícita a idéia de que Jaú iria conquistar o progresso, e em decorrência desse fato teria acesso aos aparatos tecnológicos trazidos com a modernização.

A exaltação da pátria e da família simbolizava que a modernização deveria ocorrer dentro de ordem e valores sociais já estabelecidos. O progresso só seria possível com a participação de todos de acordo com a ordem econômico-social vigente; o trabalho e o capital, cada um no seu devido lugar eram a garantia para se alcançar o desenvolvimento almejado. O progresso local traria conseqüentemente o engrandecimento da pátria, e o Brasil no século XX seria um país de progresso.

O obelisco, marco da passagem do século, adquiriu assim um simbolismo em relação ao futuro e uma negação do passado, período em que Jaú, assim como todo o interior, era conhecido como sertão. Portanto, o século XX significava a inserção do município no mundo do progresso, embasado no avanço científico, fazendo parte do crescimento econômico que estava ocorrendo naquele período.

O cientificismo era um dos sustentáculos da modernização. O discurso científico respaldava a ingerência do poder público no espaço urbano. A contratação de técnicos como engenheiros e sanitaristas pela Câmara Municipal era uma constatação de que as normas vigentes seriam elaboradas pelos especialistas e deveriam ser cumpridas pelo resto da sociedade.

Defender o progresso e influenciar politicamente para implantar melhoramentos na cidade surtia efeito no meio político, pois o já mencionado vereador José Isidro de Toledo enviava à Câmara em março de 1899 um projeto de lei, indicando que o deputado e chefe político local, Edgard Ferraz também fosse homenageado pelos serviços prestados ao município, através da utilização

do seu nome para denominar a antiga rua Direita, na area central da cidade. ( Atas da Câmara - Arquivo 1.2.1.9).

Edgard Ferraz ao saber do projeto, enviou um ofício à Câmara pedindo insistentemente que fosse “*revogado o ato pelo qual deu o seu nome a Rua Direita desta cidade.*” ( Atas da Câmara - Arquivo 1.2.1.9). O vereador Francisco de Paula Prado falou em nome dos colegas expondo as razões para manter o projeto:

*“Esta Câmara não desconhece os relevantes serviços prestados por aquele modesto cidadão. Em todo nosso município, nas estradas que o cortam em todos os sentidos, nas ruas públicas desta cidade, por toda parte que nos circunda vê-se, assinalando perpetuamente o seu nome, actos que testemunham aos seus concidadãos o muito que há feito pelo progresso e engrandecimento deste torrão nacional”.* ( Atas da Câmara – Arquivo 1.2.1.9)

A Câmara foi unânime em não atender ao pedido de Edgard Ferraz, e manteve o ato pelo qual dava seu nome à Rua Direita. Nesse momento ele era o chefe político local e a homenagem da Câmara demonstrava o seu prestígio como um líder incontestável nesse período. Além do mais, dar o seu nome à rua Direita perpetuá-lo-ia como uma das figuras importantes para a modernização de Jaú. O seu gesto, pedindo a anulação da lei, apesar de ser impossível dizer qual era o seu verdadeira opinião em relação à questão, soaria perante a opinião pública como modéstia, o que mais ainda o engrandeceria. E assim foi feito. O nome de Edgard Ferraz figura até os dias de hoje numa das ruas centrais da cidade.

Dar nome de pessoas a lograudoros públicos tem sempre uma importância simbólica. No caso os homenageados se tornavam ainda mais prestigiados politicamente. A homenagem era justificada pelos bons serviços

prestados à cidade, assim significava o envolvimento pessoal dos agraciados com os melhoramentos locais, pedra de toque do sistema coronelístico. Ao serem homenageados como políticos preocupados com o progresso local, eles tinham condições de estabelecer contato com os eleitores apontando as realizações já feitas, cobrando em troca os votos no período eleitoral. Esses políticos, ao terem seus nomes dados a uma praça e uma rua, eternizavam-se como políticos importantes para o desenvolvimento e modernização de Jaú.

O poder político de Edgard Ferraz era notório no final do século XIX e início do século XX. Na última Câmara do século XIX, seu irmão, o Coronel José Emygdio Ferraz do Amaral tinha o cargo de presidência. Em 1902, Edgard Ferraz demonstrou toda sua força política fazendo seu outro irmão Luis Ferraz do Amaral, Intendente Municipal, tendo ficado na direção do Executivo até 1904.

Firmando suas bases como principal político do final do século XIX em Jaú, Edgard Ferraz continuava a realizar melhoramentos para a cidade procurando dar a ela a cota da modernidade. A implantação da rede elétrica no final do século passado foi outro melhoramento realizado sob sua influência. Em 1889 iniciaram-se as discussões em torno da iluminação da cidade. Neste ano a Câmara lançou o edital de concorrência para a iluminação elétrica, e mesmo sendo apresentada uma única proposta, a dos engenheiros Rufino Augusto de Almeida e Trajano S.V. de Medeiros, a mesma foi aceita sem enfrentar concorrentes (Comércio do Jahu, 1914, nº-711, p.1) o que demonstrava o anseio do poder público em iluminar a cidade, pois sabia o quanto era importante esse serviço para melhorar a imagem de Jaú rumo à modernização e ao progresso, como ocorria em outras localidades do Estado.

A inauguração da iluminação elétrica na fase inicial do serviço ficou restrita à área central da cidade, beneficiando somente uma parte da população local, e se realizou no dia 28 de setembro de 1901. A comemoração foi festiva com queima de fogos, e 5 bandas de músicas. Nessa noite também houve um baile no antigo teatro Carlos Gomes para festejar o acontecimento, e a imprensa registrou que quando o primeiro casal chegou ao teatro, o senhor Afonso Fraga, irmão de Constantino Fraga, e senhora, o fornecimento de luz interrompeu-se e o baile foi iluminado a luz de querosene, um indício da precariedade do funcionamento do serviço quando da sua implantação. (Comércio de Jahu, 1916, nº994, p. 1).

Provavelmente, o fato de terem que comemorar a inauguração da luz elétrica num baile iluminado a luz de querosene tenha trazido constrangimento aos realizadores e foi motivo de ironias por parte da imprensa e da população.

Em janeiro de 1902, um editorial do “Correio do Jahu”, tecia elogiosos comentários aos serviços realizados pela Câmara Municipal no final do século XIX e início do século XX em mais uma demonstração de que a modernização rendia dividendos políticos. Assim, o jornal comentava os trabalhos dos vereadores José Emygídio Ferraz do Amaral, Francisco de Paula Almeida Prado Filho, José Izidro de Toledo, Sebastião Teixeira, Bento Navarro, Antonio de Almeida Campos e Antonio Ribeiro de Oliveira:

*“ (...) O histórico da administração feita pela Câmara eleita em 1898, e que esteve em exercício durante 3 anos consecutivos: 99, 900 e 901, justificaria o título de benemérito a alguns cidadãos que durante esse tempo, se empenharam com ardor, empregando a somma de energia, propugnando pelo progresso desta terra, zelando pelos interesses deste riquíssimo município. Haja vista os serviços de exgottos e iluminação elétrica, ampliação do abastecimento de água, construção do grupo escolar*

*e muitos outros melhoramentos cujas obras foram determinadas ou executadas durante sua gestão”. ( Correio do Jahu, 1902, nº 553, p.1)*

A análise do jornal a respeito do encerramento dos trabalhos da referida gestão, dirigida a uma fração mais seleta da população, certamente retrata a opinião de apenas uma parte da sociedade local que estava se aburguesando, e então via com bons olhos os melhoramentos realizados. Ao mesmo tempo a administração municipal era respaldada pelo jornal, e obtinha dividendos políticos com declarações que procuravam mostrar o crescimento do município atrelado à “*energia*” dos vereadores envolvidos com os melhoramentos urbanos. Esses políticos são mencionados como homens de iniciativa e comprometidos com o progresso. O jornal colaborava desta forma para a construção da imagem do homem público ideal, aquele que luta para implantar o progresso na sua cidade. Daí a associação da modernização com o “*ardor*” dos políticos na luta pelo progresso.

A composição da Câmara no final do século XIX, tendo como presidente Emygidio Ferraz do Amaral, e vice- presidente Francisco de Paula Almeida Prado, sendo o primeiro irmão de Edgard Ferraz e o segundo irmão de Vicente de Almeida Prado, os dois líderes políticos mais fortes de Jaú no começo do século XX , e que se tornariam ferrenhos inimigos políticos a partir de 1906, comprova que no final do século XIX a luta política ainda não era aberta, mas que os representantes da família Almeida Prado já procuravam ocupar cargos importantes na política local.

O jornal também exaltava a competência dos primeiros vereadores eleitos no século XX. Esta Câmara foi composta por Vicente de Almeida Prado Neto, João Lourenço de Almeida Prado, Lázaro de Toledo Barros, Ricardo Auler, Luiz Ferraz do Amaral, João Morais Navarro, Salvador

Toledo Piza, e Antonio Pereira Garcia. Eles eram considerados pelo articulista como “*competentes e conscientes das necessidades da cidade, podendo dar continuidade às obras importantes para a localidade*”. ( Correio do Jahu, 1902, nº 553, p.1). Assim, o sucesso político estava vinculado ao envolvimento, e à realização de obras que significassem a modernização da cidade.

Essa eleição, no entanto, deixou rugas na vida política local, e a cisão começa a ficar mais exposta. A disputa partidária no PRP ocorrida em 1901 em âmbito estadual também refletiu na política jauense. Nesse ano Prudente de Moraes lançou o Partido Republicano Dissidente. Os reflexos dessa eleição foram comentados pela imprensa local. Segundo Oliveira, o jornal o “Correio do Jahu” que até então apoiava o PRP, “*denunciou a farsa que o partido do governo havia montado em Jaú. (...) Esse fato demonstra a presença da dissidência em Jaú.*” (Oliveira, 1999, p. 90) O jornal denunciava a manipulação feita pelo chefe político local Edgard Ferraz em 1902 com o objetivo de eleger seu irmão Luiz Ferraz do Amaral para o cargo de Intendente Municipal. Esse fato demonstra o poder político desse grupo, mas por outro lado evidencia a presença da oposição, caso contrário não seria necessário fraudar as eleições.

Nesse momento, “*há indícios de que a referida oposição aglutinada na dissidência do Partido Republicano, começava em Jaú a ser reforçada pelo apoio do grupo político liderado pelos Almeida Prado que então integravam o Partido Monarquista.*” (Oliveira, 1999 , p.90)

Portanto, no início do século XX, a Câmara Municipal eleita, ainda sob influência política de Edgard Ferraz, sabendo que ia ser alvo de uma oposição mais articulada, procurava manter sua boa imagem perante a população. Melhorar as condições da cidade em praticamente todos os aspectos que simbolizavam o progresso e a modernização, seguindo os padrões burgueses de

capitais como São Paulo e Rio de Janeiro, em rápido processo de urbanização, foi a constante preocupação dos vereadores. A tônica dos seus projetos eram a higienização pública, o embelezamento das praças e do jardim em frente à Matriz, a pavimentação dos passeios nas calçadas, o melhoramento das ruas, a construção de pontes sobre o rio Jaú, facilitando a movimentação entre dois lados da cidade. O aumento do abastecimento da rede de água e esgoto e a melhoria do serviço de eletricidade continuaram na agenda política, contudo foi o calçamento da cidade o que mais motivou uma disputa política dos grupos oligárquicos rivais, pois esse melhoramento mudaria a imagem de Jaú e atestaria o seu adiantamento.

Em 1902 já era possível perceber o embate político em torno do calçamento. Nesse ano, o “Correio do Jahu” lançava um debate como afirma o próprio jornal, dirigido aos “leitores e especialistas”, em especial aos engenheiros, com três longos artigos intitulados: “Calçamento do Jahu” – “pela cidade” e “pela higiene pública” para discutir a questão do calçamento. Destacaremos alguns pontos importantes desses artigos no tocante às disputas políticas a que eles se referem.

No primeiro esboçam-se algumas sugestões gerais sobre como deveriam ser as mudanças na cidade, principalmente o caso das vias públicas. As ruas eram consideradas muito largas para o trânsito de veículos, mas as calçadas eram denominadas de “*caminho de cabras, estreitinhas, intransitáveis, irreformáveis, atentatórios das leis do equilíbrio e da estética*”.( Correio do Jahu, 1902, nº 620, p.1).

Frente a isso, o articulista sugere a necessidade de se fazer uma transformação “*radical*” nas ruas e praças, ressaltando entre outras coisas a urgência no calçamento da cidade e ressaltando que custo da obra com a

colocação de guias, sarjetas e precintas não deveria desestimular o projeto. Como o projeto político de urbanização nunca visava à totalidade da cidade e sim ao centro para ser o cartão de visitas, o articulista ressalta que, caso não desse para fazer tudo, poderia realizar-se o trabalho nas ruas centrais mais frequentadas. Propõe uma discussão sobre o assunto chamando à participação os técnicos e especialistas competentes ( Correio do Jahu, 1902, nº 620, p.1). Era o cientificismo sendo usado como suporte para a intervenção no espaço urbano.

Pelo artigo subsequente percebe-se a reação da oposição que havia criado um jornal de curta duração denominado “O Povo” com o objetivo de atacar a política situacionista, pois pelo visto tal jornal criticava a presença de técnicos para discutir o problema das reformas e do calçamento, considerando essa atitude uma incompetência da Câmara. O jornal “O Povo”, dava sua estocada no “Correio do Jahu”, ao enfatizar que, quando um jornal da situação defende uma Câmara incompetente, já não é mais da situação, mas sim de oposição. (Correio do Jahu, 1902, nº622, p.1) O “Correio do Jahu” defende-se, e procura desqualificar a posição do “Povo” ao questionar: “ *Ignora o estrábico articulista que todos ao governos continuamente nomeiam e mantem comissões technicas para estudar, elaborar planos, projectos e pareceres sobre questões especiais, qie exigem laudos e pareceres de peritos?* (Correio do Jahu, 1902, nº- 622, p.1)

Pelo fato de o calçamento ser uma melhoria para melhorar a imagem da cidade, criou-se em torno dele uma intensa disputa política entre os dois grupos rivais. E o jornal o “Correio do Jahu” procura destacar a importância do projeto de calçamento para a cidade do ponto de vista estético, da comodidade e da higiene, o que demonstra a clareza do significado do calçamento. Como o “Correio” nesse momento era um órgão ligado à facção

política no poder, criticá – lo não deixava de ser uma forma de atingir diretamente o poder político estabelecido, no caso o grupo ligado a Edgard Ferraz.

Mais clareza dessa situação pode ser vista em um outro trecho do artigo em que o “Correio do Jahu” respondia às críticas da oposição:

*(...) A nossa folha, com todo o critério, solicitou a opinião dos competentes sobre a magna questão do calçamento de nossas ruas e praças, porque o problema é técnico, tem elementos particulares concretos que necessitam ser estudados, discutidos, analisados para dar lugar a uma inteligente seleção dos processos a empreza, desde já. A nossa folha só censura mereceria se aventando tão momentosa questão, de tão relevante interesse, aconselhasse a edilidade a elaborar um plano qualquer arrogando-se saber e competência, de afogadilho, para ser desde já iniciado, sem exame e pareceres dos peritos. (...)* (Correio de Jahu, 1902, n ° 622, p.1).

O “Correio do Jahu” tentava mostrar que o problema da reforma das ruas e do calçamento era técnico, e que a Câmara não era obrigada a conhecer um serviço que exigia a competência científica. Esse tipo de obra necessitava passar pelo crivo dos peritos, argumentava o articulista. Na opinião do “Correio”, a crítica da oposição seria procedente se os vereadores elaborassem um projeto de tal vulto sem consultar os especialistas. Neste caso o articulista utiliza o discurso científico na defesa dos interesses políticos, ou seja, mostra que a Câmara estava atenta aos novos dispositivos tecnológicos para realizar um serviço de qualidade para a população.

Sabemos da necessidade da presença de peritos na sociedade moderna, pois a modernização tecnológica exige o domínio de especialistas que ofereçam confiança no serviço que está sendo realizado.(Giddens, 1991, p.35). Assim, a questão levantada pelo “Correio” mostra a absorção da importância

técnica no contexto da modernização local. No entanto, o problema que se escondia atrás da discussão não era técnico, mas sim político, pois a questão técnica estava sendo utilizada nos jogos da política.

A oposição, articulada em 1902 formada pelos dissidentes que estavam agrupando - se em torno de elementos da família Almeida Prado, e que desde o início da República tinham criado o partido monarquista, aproveitou o debate veiculado pelo jornal o “Correio” para mostrar que o poder público local era incompetente na medida em que recorria aos especialistas para realizar os serviços de que a cidade precisava e com esse argumento lançou-se sobre a política de Edgard. Como vimos, os melhoramentos propostos ou realizados pela Câmara eram sistematicamente criticados, e o caso do calçamento era somente um dos exemplos.

Não há dúvida de que o problema do calçamento da cidade era a grande preocupação dos vereadores locais, mas certamente, sendo um serviço que exigia grande soma de investimentos, num momento em que a lavoura cafeeira estava em crise, ele não foi realizado nesse ano de 1902. A questão só foi retomada em meados do ano de 1905 quando o intendente João Moraes Navarro foi autorizado pela Câmara a “*chamar concorrentes por meio de editais que posteriormente seriam publicados na imprensa local e da capital, para em prazo de 30 dias serem apresentadas propostas de calçamento, canalização de águas pluviais, ajardinamento e drenagem da cidade de Jahu.*” (Atas da Câmara - Arquivo 1.2.1.15)

A Comissão encarregada de analisar a proposta para o calçamento das ruas centrais procurou legitimar seu parecer, consultando o engenheiro da Diretoria de obras públicas de São Paulo, e analisando contratos de calçamento de outras cidades. Como pode ser visto pelo registro das Atas da Câmara, os

contratos de calçamento de São Paulo e de Ribeirão Preto eram parâmetros para a realização desse melhoramento em Jaú.

*“Fazendo mister ouvir um tecnico, foi convidado o Doutor Mário Tibyriçá, engenheiro da Diretoria de obras públicas de São Paulo que externou as considerações constantes do parecer incluso que as Comissões adoptam in totan. Foram também requisitados cópias de contratos de calçamento de São Paulo e Ribeirão Preto, tendo, pois detidamente analysado o assumpto sujeito ao seu juízo, baseadas no parecer referido, as comissões abaixo nomeada pensam que é chegada a ocasião de dotar o Jahu de hygiene e de conforto requeridos pelo grao de civilização a que chegou.”* (Atas da Câmara - Arquivo 1.2.1.15)

Enfim, Jaú havia chegado a um grau de adiantamento que precisava de conforto e higiene. O calçamento traria uma nova estética para a cidade ao amenizar o problema do pó e da lama, mantendo a limpeza principalmente dos edifícios que estavam sendo erguidos, facilitaria a limpeza das ruas e melhoraria as condições de transporte. Assim, eram a estética e a circulação que ganhariam com o calçamento.

O engenheiro Mario Tibiriçá deu seu parecer somente para os serviços de calçamento, pois sobre os serviços de canalização das águas pluviais e o ajardinamento de praças ele não quis opinar (Atas da Câmara – Arquivo 1.2.1.15) justificando que eram serviços que exigiam constantes modificações durante a execução. Com relação à proposta para o calçamento e a construção de guias e sarjetas ele a considerou boa. A especificidade do material a ser utilizado era semelhante à dos que haviam sido usados para calçar as ruas de São Paulo, justificando serem adequadas, pois algumas dessas ruas tinham um intenso movimento. Nesse sentido afirmava Tibiriçá:

*“ As especificidades apresentadas pelo proponentes para as guias e o macadam são as mesmas adoptadas pela prefeitura desta capital cujos resultados tem*

*sido satisfatórios. O modo porque o mesmo se compromete a construir as sarjetas nada deixa a desejar, pois nesta cidade têm-se feito, por administração, em ruas de bastante trânsito;”* (Atas da Câmara - Arquivo 1.2.1.15)

Com o relatório de um engenheiro de São Paulo, endossando a proposta que visava à realização do calçamento é bem provável que os membros da Câmara Jauense tenham-se sentido mais amparados e seguros para a realização desse melhoramento de grande monta.

Nesse momento a oposição continuava a criticar a forma como a Câmara Municipal queria realizar a obra do calçamento, como demonstra o conteúdo da Ata da 14ª- sessão da Câmara de 1/ 7 /1905. Nela consta uma representação do Major Domingos Pereira Carvalho (ligado ao grupo político oposicionista), com 79 assinaturas de proprietários e outros moradores da cidade mostrando o inconveniente de se fazer o calçamento de uma só vez, devido à crise econômica da época, ressaltando que esse serviço deveria ser feito em partes. ( Atas da Câmara - Arquivo 1.2.1.15) Sua posição contrária ao calçamento pode ser explicada no contexto das disputas políticas locais. O fato de angariar 79 assinaturas objetivava o apoio popular.

Domingos Pereira da Carvalho era grande fazendeiro, e já havia sido vereador nos anos 70 do século XIX. O Almanack de 1902, o citava como “*chefe de importante família jauense*” (Almanack do Jahu, 1902, p. 25). Ele era o patriarca de uma das famílias pioneiras de Jaú, os “Pereira de Carvalho”.

A historiadora Flávia A . Oliveira nos fornece elementos para pensarmos a questão. Segundo ela, o início do século em Jaú havia sido marcado por uma disputa política para enfraquecer o chefe político local Edgard Ferraz. Em seu estudo, a autora mostra que entre 1906 e 1908, a família Pereira de Carvalho passou a apoiar Vicente Prado, político representante da família

Almeida Prado, que desde os tempos iniciais da República conquistava espaços políticos, tentando ascender ao poder. Nesse sentido a posição de Domingos Pereira de Carvalho representa a cisão política que já estava latente, mas que ainda não se havia rompido totalmente. (Oliveira, 1999, p. 55)

A representação apresentada à Câmara por José Emygdio Ferraz do Amaral com 273 assinaturas de proprietários e outros moradores da cidade, mostra o anseio da população para a realização do calçamento, dando um expressivo apoio à Câmara *“para que não se deixasse levar por protestos que não consultam o bem público e que visavam combater o calçamento”* (Atas da Câmara – Arquivo 1.2.1.15).

A posição deste vereador encabeçando 273 assinaturas mostra o esforço dos políticos da situação em neutralizar a ação da oposição, que tentava dificultar a realização do calçamento. Tal fato mostra a disputa política que existia entre os dois grupos oligárquicos rivais, para angariar o triunfo político com a realização de uma obra que iria melhorar o aspecto estético e higiênico da cidade, e também atendendo desta forma ao anseio de parte da sociedade local. Podemos dizer que o número de pessoas que assinaram a representação de José Emygdio Ferraz do Amaral evidencia que no começo do século o grupo de Edgard Ferraz ainda estava firme na condução da política local, apesar de a oposição já estar se organizando de maneira consistente para tentar desqualificar os trabalhos realizados pela situação.

Por trás desses protestos de proprietários e alguns moradores existia um jogo de interesse político, marcado por forças opostas já mencionadas que disputavam frente à população o prestígio conquistado à custa de realização de obras. Por isso a Câmara estava *“firmemente resolvida a fazer o calçamento como estava (previsto) projectado, com algumas modificações em favor dos*

*proprietários. Afirmava o “Correio do Jahu” que “realmente as principaes ruas centraes da cidade estão muito a quem do progresso, riqueza e engrandecimento do Jahu, e por isso não podem ficar tal como estão.”* (Correio do Jahu, 1.906 nº1.127, p.1)

A Câmara, portanto, continuava com a firme intenção de realizar o calçamento, pois ele melhoraria a imagem da cidade, traria dividendos políticos aos realizadores, ao mesmo tempo em que era parte importante na construção da cidade burguesa idealizada por alguns segmentos da sociedade local, mas na verdade ela não conseguiu tal intento. Em 17/ 7/ 1906, o jornal o “Correio do Jahu” noticiava o aniversário de um ano da aprovação do projeto de calçamento, enfatizando que tal melhoramento não havia sido realizado em virtude dos protestos da população e de alguns proprietários acharem o serviço muito caro. (Correio do Jahu,1906, nº.1.192,p.1)

Além do calçamento, outros melhoramentos como a construção de uma nova cadeia, do teatro municipal, e da vila dos morféticos foram aventados durante o domínio político de Edgard Ferraz, mas não foram realizados nesse período. Essas obras já haviam sido cogitadas para os primeiros anos do século XX, mas acabaram sendo realizadas pouco tempo depois, no período em que a oposição tomou o poder sob o controle de um novo chefe político local, Vicente Prado, e passou a dar dividendos políticos para este grupo que chegou ao poder em 1908.

Com relação à cadeia, a indicação para sua construção consta da 55ª sessão da Câmara em 16/5/1904, feita pelo vereador João Lourenço de Almeida Prado que era também presidente da Câmara, e que possivelmente não havia rompido com a política situacionista, pois notamos o envolvimento do intendente Luiz Ferraz do Amaral para concretizar seu projeto, escolhendo o

terreno para ofertá-lo ao governo estadual para executar a obra.( Atas da Câmara - Arquivo 1.2.1.15) A cadeia, no entanto, não foi construída nesse período. Provavelmente as disputas políticas e a campanha da oposição inclusive em âmbito estadual começavam a impor barreiras à concretização dos melhoramentos. A falta de verbas estaduais certamente deve ter sido um entrave para a realização dos projetos. No sistema coronelista, o município que não estava em parceria com o governo estadual tinha poucas chances de realizar grandes melhoramentos pelo cerceamento financeiro que sofria, e esse fato poderia estar ocorrendo a partir do momento em que a campanha de oposição contra Edgard Ferraz se tornava cada vez mais intensa.

Sabemos que no ano de 1904, Jorge Tibiriçá sobe ao poder, tornando-se assim o presidente do Estado, e segundo informações contidas no estudo já mencionado da historiadora Flávia A .Oliveira, ele fazia parte da grande parentela dos Almeida Prado, o que certamente facilitou a articulação da oposição que lutava para ter a administração do município em suas mãos(Oliveira, 1999, p. 95)

A campanha da oposição provavelmente começava a vingar, pois o intendente Luiz Ferraz do Amaral pediu a renúncia do cargo na metade do ano de 1904 para residir na cidade de Dois Córregos. Sua justificativa foi transcrita pelo secretário da Câmara na 61ª sessão em 9 de agosto de 1904:

*“As dificuldades econômicas da lavoura tiveram grande repercussão nas finanças e por isso não lhe foi possível ter mais iniciativa, entretanto leva a consciência tranqüila de haver desempenhado as atribuições do Executivo Municipal do melhor modo possível não tendo faltado nunca o apoio e o alento de seus dignos colegas vereadores”* (Atas da Câmara - Arquivo 1.2.1.15).

Em 1904, o intendente Luiz Ferraz do Amaral não explicou o motivo de sua renúncia, e tratou apenas de mostrar que as dificuldades econômicas da lavoura cafeeira não permitiram maiores iniciativas para a realização do seu trabalho, embora enfatizasse estar consciente do desempenho de suas funções à frente do Executivo Municipal. Mas sabemos que o embate político vinha desenrolando - se mais abertamente desde 1902. Possivelmente, vendo seu trabalho dificultado pela pressão da oposição que colocava entraves à realização de outros melhoramentos ele preferiu deixar o cargo. Tal fato deve ter representado um significativo desgaste do chefe político local Edgard Ferraz, que como já sabemos era irmão do intendente que havia renunciado; por outro lado a oposição articulada por Vicente Prado dava mais um passo à frente na tentativa de tomar o poder.

Durante a vigência política de Edgard Ferraz, a construção de um teatro municipal também foi assunto dos vereadores e outro foco da disputa política entre os dois grupos. O único teatro existente na cidade era de propriedade de Manuel José Coimbra, e estava localizado à Praça da República, também conhecida como largo do teatro. Ele era um simples barracão, apesar das reformas empreendidas pelo proprietário no início do século XX.

Para a Câmara Municipal situacionista a construção de um suntuoso teatro não só melhoraria a imagem da cidade, mas também possibilitaria a existência de um espaço social burguês, cuja tônica era a cultura refinada, leia-se européia. Também a obra em si seria uma evidência do bom gosto e da estética existentes na cidade. Esse melhoramento foi iniciado em 1907, e suspenso quando o grupo político chefiado por Vicente Prado chegou ao poder em 1908.

Assim percebemos que os melhoramentos como o calçamento, a cadeia, o teatro municipal, e a vila dos morféticos que já haviam sido debatidos durante a atuação política de Edgard Ferraz do Amaral, não foram realizados nesse período pelas razões acima apontadas. Estes melhoramentos, com exceção do teatro, foram realizados sob a hegemonia de Vicente Prado. Nesse momento de acirradas disputas políticas, a modernização foi utilizada para consolidar o grupo político de Vicente Prado no poder.

A partir de 1906 as disputas políticas começaram a acirrar-se ainda mais e isso pode ser percebido pela manipulação do ideário de modernização. Até então o “Correio do Jahu”, condescendente e receptivo ao ritmo das mudanças que ocorriam na cidade, passou a fazer críticas contundentes à administração municipal no tocante à modernização e também ao chefe político local Edgard Ferraz. Sobre essa mudança de posição do jornal a historiadora Flavia Arlanch Martins de Oliveira observou que:

*“ A partir desse momento começou aparecer no Correio do Jahu uma série de artigos onde se pontuava uma campanha difamatória contra Edgard Ferraz e seus correligionários, taxando - os de maus administradores. Foi armado um esquema para desacreditar o então chefe político e deputado, a nível estadual, bem como diante do próprio Comitê Central do Partido. Os referidos artigos eram publicados primeiro em jornais da capital e depois transcritos pelo Correio do Jahu para que a população local tomasse conhecimento dos mesmos.” ( Oliveira, 1999, p. 93.)*

Nesse momento é o próprio jornal que muda sua posição política, pois deixa de enfatizar o que fora feito na gestão de Edgard Ferraz para criticar o que não havia sido realizado e o que estava sendo mal conservado. Esse jornal passou a criticar enfaticamente as condições higiênicas e estéticas, pondo em dúvida a competência do poder público. A oposição passou a ser intolerante em relação a quase todos os atos da Câmara Municipal. ( Correio do Jahu, 1906

nº1.208, p.2). As condições das ruas e praças, bem como a ausência do calçamento eram alvo constante de críticas.

Podemos exemplificar esse fato através de um artigo intitulado “*Política Jauense*”, que fora publicado primeiramente na capital pelos jornais “A Gazeta” e “O Estado de São Paulo” para posteriormente ser transcrito pelo jornal “Correio do Jahu”. Isso era feito por articulação da oposição para causar mais impacto na população, pois notícias negativas vindas de fora adquiriam mais força, o que desqualificava a situação e proporcionava dividendos à oposição.

Assim, a oposição alertava a população para o que estava acontecendo com a administração da Câmara Municipal:

*“ Em tudo que está afecto á nossa edilidade se observa um relaxamento pasmoso e entristecedor.*

*(...)O jardim, que não poucos sacrificios custou aos cofres públicos e que era aprazível ponto de reunião das famílias e da nossa distincta sociedade, está no mais completo abandono(...)*

*Os passeios pessimamente construídos, com altos e baixos, afugentam os viandantes, que para não fazerem careta de instante a instante devido aos frequentes tropeços, preferem atirar-se ao montão de pó das ruas ou ao horrível lamaçal. Não menos lastimável é o estado dos prédios e dos muros de fecho. Ao contemplal-os tem-se a impressão de que sobre a cidade houvesse cahido uma tempestade da lama manchando a caliça das paredes.*

*E o nosso teatro! Um mísero pardião que externamente dá idéia de um rancho de tropeiros e que interiormente provoca até irrisão, tal as belezas de sua decoração.”* ( Correio do Jahu, 1906, nº1.192, p. 1)

Nesse artigo os opositores tentavam convencer a população sobre as consequências de uma má administração. O articulista mostrava que espaços de socialização importantes da cidade e as vias públicas não estavam

sendo bem cuidados. Do seu ponto de vista, o jardim, que anteriormente era ponto de recreio da sociedade jauense, agora estava verdadeiramente maltratado. Sem flores, sem perfume e cheio de ervas daninhas que tomavam o lugar de lindas roseiras, estava abandonado. Ver os largos e praças cheios de mato causava tristeza. A irregularidade dos passeios também causava a irritação de muitas pessoas que viviam tropeçando e por isso preferiam até andar no pó das ruas. A falta de calçamento prejudicava a manutenção da limpeza. A lama sujava os prédios. O teatro da cidade, na opinião do articulista, parecia um rancho de tropeiros, internamente era sujo e não oferecia conforto. A sociedade jauense não tinha um ponto de diversão. Com essa descrição tinha-se a impressão de que o jauense morava na pior cidade do interior. Assim, o articulista montou um panorama entristecedor sobre a cidade.

A insistente crítica, cavada pela oposição, dava bons resultados, pois envolvia a aparência e a beleza da cidade. Outro artifício da oposição, que desqualificava a política da Câmara situacionista, era afirmar que os vereadores somente se preocupavam com questões particulares, esquecendo-se do bem público (Correio do Jahu, 1906, nº1.192, p. 1)

As informações obtidas nas fontes históricas nos levam a afirmar que até o ano de 1906 a cidade de Jaú ainda não era uma cidade burguesa. No entanto, os políticos do PRP, sob a liderança de Edgard Ferraz, já vinham realizando melhoramentos em infra-estrutura, e a área central já era iluminada a luz elétrica. Alguns edifícios públicos como o grupo escolar “Padua Salles” e o Mercado Municipal também já haviam sido construídos, todavia as ruas da cidade não eram calçadas, a arquitetura moderna ainda não era predominante, e os espaços burgueses como os jardins, praças, e teatros ainda não estavam totalmente reformados. A retórica do jornal o “Correio do Jahu”, no entanto era

no sentido de enfatizar que a cidade estava no rumo certo, ou seja, a caminho do progresso. O rompimento entre as duas facções políticas em 1906, e o fato de muitos melhoramentos ainda estarem por fazer-se, era a brecha que a oposição encontrava para criticar o poder municipal, e apresentar –se como o grupo político capaz de modernizar a cidade, agora com o apoio do “Correio do Jahu” que havia mudado de lado. Foi nesse contexto que o jornal o “Correio do Jahu” passou a apoiar a oposição, pois percebeu que os dois grupos políticos locais eram inconciliáveis.

A ausência de calçamento também foi explorada politicamente pela oposição, através da imprensa. O jornal “Correio do Jahu” passou a dar maior ênfase a esse problema a partir de 1906, momento em que as disputas políticas se acirraram. O artigo intitulado “O PÓ” demonstra bem as disputas políticas em curso, embora a crítica, em termos políticos seja bastante sutil, como se pode ver abaixo:

*“Hontem à tarde um sujeito de olhos azuis e narina à meia lua, fugindo dos colonos que corriam a cavallo em frente à igreja, entrou apressadamente no jardim tapando a bocca com lenço e olhando para o monumento à passagem do século exclamou: - Fala pedra, conta-me onde se tem gasto tantos mil contos? Onde o nosso dinheiro dos impostos! Maldita poeira! Escusado é dizer que a pedra... não correspondeu. Bem razão tinha o Thomé Filho, fazendo aquelles admiráveis versos:*

*Pó, pó, pó*

*Pó, só, pó, só, pó*

*Pó, pó, Pó*

*Pó, pó só, pó só.”* ( Correio do Jahu, 1906, nº 1.187, p. 1)

Associar a “*maldita poeira*” a um questionamento sobre o dinheiro dos impostos era um ataque à administração pública, pelo estado em que ficava a cidade em época de seca. O articulista do “Correio” utiliza o

versinho irônico de Tomé Filho para demonstrar que a cidade havia sido tomada pelo terrível pó. No período da seca era comum nuvens de pó adentrarem às casas sujando os móveis e as roupas, ao mesmo tempo em que incomodavam a população podendo causar doenças respiratórias. O artigo acima citado mostra a atitude de “*um sujeito de olhos azuis*” que fugia da poeira levantada pela corrida de cavalos no centro da cidade. Interessante perceber que no texto elaborado pelo articulista, o “*sujeito de olhos azuis*” vai reclamar bem em frente ao obelisco comemorativo à passagem do século XIX para o XX, que, como já vimos, simbolizava a absorção do ideário de progresso. Portanto, está implícita nessa reclamação uma crítica da oposição ao fato de Jaú adentrar no século XX sem que os políticos locais tivessem resolvido a questão do calçamento.

O articulista ressalta também que “*muitas casas do comércio tem-se conservada fechadas por causa do pó, abrindo apenas meia porta para servir a freguesia*” ( Correio do Jahu, 1906, nº 1.187, p. 1), objetivando mostrar que a ausência do calçamento prejudicava o desenvolvimento do comércio local, e, por tabela, procura com seu discurso ganhar a simpatia dos comerciantes, mostrando-se atento aos problemas que vinham enfrentando.

Essas disputas políticas locais, como já mencionamos, estavam atreladas às questões que ocorriam na política estadual. No ano de 1906 o presidente de Estado, Jorge Tibiriçá, propôs o conagraçamento político, para superar as cisões no partido republicano, entretanto tal fato não foi possível em Jaú, pois o comando do PRP era liderado por opositores da Família Almeida Prado, que, representada pelo fazendeiro e advogado Vicente de Almeida Prado, passou a aglutinar a dissidência do Partido Republicano, organizando em 1906 o partido municipalista para desarticular o antigo chefe político Edgard Ferraz. O fazendeiro Vicente de Almeida Prado sustentado em grande parentela e bem

articulado em nível estadual (dois fatores fundamentais para sustentação política na vigência do coronelismo ) devido ao seu grau de parentesco com o presidente do Estado, Jorge Tibiriçá, tornou - se o novo chefe político local em 1908, quando a oposição chegou ao poder. Ele foi eleito deputado estadual e fez de seu cunhado Constantino Fraga o prefeito municipal. ( Oliveira, 1999, p. 90, 91).

Como foi visto, o “Correio do Jahu” e posteriormente o “Comércio do Jahu”, criado em 1908, passaram a apoiar a política implementada pelo novo grupo que emergiu vitorioso dos embates políticos. O “Comércio de Jahu” passou a ficar repleto de artigos e crônicas enfatizando o crescimento e a modernização da cidade como uma ação da administração do prefeito Constantino Fraga (1908- 1910), construindo uma imagem dessa modernização como um marco divisor, mostrando a ação da política de Vicente Prado e Constantino Fraga como inauguradora do Jaú moderno. Com esse discurso, essa nova administração fortalecia-se politicamente. Desqualificavam-se os políticos anteriores tachando de péssimos administradores, enquanto os novos eram tidos como competentes e modernizadores.

Ao analisar o período de administração de Constantino Fraga, é possível verificar que houve um melhoramento da imagem da cidade. Foi realizado o calçamento da área central, reformou-se o jardim de frente à matriz, regulamentou-se a colocação de passeios nas ruas, arborizaram-se ruas e praças, edificou-se a vila dos leprosos, e deu -se início às negociações com a empresa Força e Luz para rediscutir a concessão do serviço. Além disso, o dito prefeito reorganizou os serviços públicos de forma a ter condições de fiscalizar mais de perto o cumprimento do Código de Posturas de 1898, instrumento jurídico que deu base legal para implementar as reformas em Jaú.

Fizeram parte do programa de Constantino Fraga o embelezamento da cidade através da reforma o jardim público localizado em frente à matriz, a construção dos jardins no largo do teatro, e na praça Jorge Tibiriçá. Em junho de 1912, quando o jardim em frente à matriz, já quase pronto, foi reaberto ao público, o “Comércio do Jahu” enfatizava o seu caráter estético, ao afirmar que *“esses extraordinários melhoramentos concorrem muitíssimo para embelezar a cidade, proporcionando á sua população necessários logradouros públicos.”* (Comércio do Jahu, 1908, nº 28, p.2)

O embelezamento tinha como objetivo mudar a imagem da cidade. Como ocorria com outras cidades em processo de modernização no Estado, Jaú se preparava para ter espaços de socialização no estilo burguês. O segmento social mais abastado da cidade, principalmente os fazendeiros e comerciantes que iam se mudando para o centro urbano, teria a seu dispor jardins belos e frescos para poder passear, conversar, e ouvir música em dias de retreta.

A continuação da política de modernização resultou no encaminhamento de duas construções que se iniciaram na gestão de Constantino Fraga, e foram terminadas posteriormente. Em meados de 1910, a Câmara comprou por dez contos de réis, o quarteirão da Praça Ribeiro de Oliveira, pertencente uma parte dele à Paróquia de Jaú, e designou - o ao governo do Estado para a construção do segundo grupo escolar da cidade. Ainda nesse ano também foi aprovada pela Câmara a lei nº193, abrindo concorrência para a construção de um teatro, atendendo ao proprietário do teatro Carlos Gomes que pedia à prefeitura uma subvenção para esse fim. O poder público atendia o pedido, justificando a necessidade de Jaú ter uma casa de espetáculos de melhor nível. Essas obras tiveram início no ano de 1912. Dois anos mais tarde, Jaú tinha mais um suntuoso prédio público já pronto, era o grupo escolar Major Prado.

Também nesse caso a modernização estava sendo implementada com a própria presença do Estado, e como os projetos vinham prontos, existiam outros dois colégios iguais para serem feitos em Campinas e Ribeirão Preto.(O Comércio do Jahu, 1911, nº 267, p.2)

O ideário de higienização dentro do processo de modernização levou o prefeito Constantino Fraga a preocupar-se também com a existência de muitos leprosos que viviam perambulando pelas ruas, esperando uma ajuda qualquer que lhes amenizasse o sofrimento. No contexto de reformas, seria prejudicial à imagem da cidade de Jaú a presença desses doentes circulando no centro urbano. Assim, o chefe do Executivo local propôs construir uma colônia para os morféuticos na periferia da cidade. O poder público reconhecia que era essencial para a saúde pública, a construção da vila, objetivando a segregação dos leprosos do convívio social, e tratou da questão em relatório enviado à Câmara em de 1909 publicado pelo jornal o “Comércio de Jahu”:

*“Por fim se impõe à Câmara o dever de crear uma colônia isolada para os leprosos, que actualmente infestam a cidade de um modo assustador, prohibindo-os de mendigarem pelas ruas.*

*Si a municipalidade não for precedente e não procurar, sem perda de tempo, segregal-os da nossa sociedade, mais tarde terá esta de pagar seu título como está acontecendo em outras localidades do Estado, que tardiamente lastimam o apparecimento da moléstia na pessoa de seus mais iminentes filhos, sem outra razão de ser que o contágio adquirido pela incúria.”* (Comércio do Jahu, 1.909, nº1.473, p.2 )

O jornal também comentava que Constantino Fraga desistiria dos seus honorários em benefício da criação da vila para leprosos. O prefeito, ao doar seu salário para a construção da colônia dos leprosos (num ato bem característico do clientilismo que vigora no período), certamente pretendia obter dividendos políticos frente à opinião pública.

Em meados de 1910, a Câmara decretou a lei nº 199, regulando a construção da vila e definindo a situação dos leprosos existentes na cidade. Obedecendo às exigências da inspetoria sanitária, eles deveriam ficar isolados da cidade, e a lei ainda determinava que eles estavam proibidos de esmolar nas ruas, nas propriedades, e nas povoações do município. Os prédios onde anteriormente residiam os morféuticos seriam desinfetados ou demolidos e eles receberiam indenizações. ( Comércio do Jahu, 1910, nº220, p.2,3)

O contato do doente com as pessoas sãs deveria ser evitado, principalmente a sua mistura com os “*mais iminentes filhos*” da terra. As pessoas mais abastadas que habitavam o centro urbano não teriam que ver os leprosos batendo de porta em porta esmolando pelas ruas. No espaço burguês que ia se delineando através de uma cidade com calçamento, belas praças e jardins, uma arquitetura moderna representada pelos prédios públicos e privados, não havia lugar para a pobreza, os doentes e os desajustados do sistema; era a segregação burguesa tomando corpo na medida em que a cidade ia se remodelando.

Essa preocupação em segregar os leprosos fazia parte do projeto de higienização e embelezamento que ia se implantando. A cidade, em especial a área central não deveria conter nada que fosse uma ameaça à saúde e ao bem estar do restante da população, principalmente dos segmentos dominantes. Baseado nesse ideário de higienização não somente os leprosos, mas também as prostitutas e os pobres eram vistos como uma sujeira para o ambiente. A assepsia deveria ser completa: orgânica e social. A ordem, o conforto, o bem estar e a moral das “boas famílias” não podiam ser perturbadas por episódios desagradáveis como o de cruzar com “esses tipos” pela rua. Assim, a construção da colônia que era vista por uma parte da sociedade local como um ato caridoso,

era uma forma de segregar aqueles que não se enquadravam no ideário burguês que ia se sedimentando no espaço local.

Todos esses melhoramentos eram apontadas pelo “Comércio do Jahu” como os responsáveis pela elevação da cidade ao patamar de moderna, higiênica, confortável, e bela. Ao ressaltar tais adjetivos, o referido jornal procurava reforçar a imagem positiva da cidade diante do contexto de modernização que estava em curso nos principais centros urbanos do país, reafirmando o progresso e o avanço local, cujo modelo era o ideário burguês vigente àquele momento nas principais cidades brasileiras. Os adjetivos mencionados reportam nas entrelinhas à condição econômico – social de uma parte do povo jauense, confirmando seu “status” de adiantado e moderno. Para uma localidade, que até o final do século XIX ainda era uma simples vila sertaneja, os ares de modernização da primeira década do século XX traziam uma significativa mudança no espaço urbano, que o jornal “Comércio” fazia questão de destacar.

Por outro lado, através dos exemplos da construção do Teatro Municipal e da obra do calçamento podemos perceber como a modernização da cidade foi sendo manipulada politicamente pelos dois grupos adversários. Para Vicente Prado, o novo chefe político, era importante apagar da memória local os serviços realizados por Edgard Ferraz, para enfraquecer a oposição.

A construção do teatro foi o primeiro foco de disputa política entre os dois grupos em questão, pois o primeiro ato de Constantino Fraga foi rever o contrato para a realização dessa obra. (Comércio do Jahu, 1.909, nº1.424, p.2) No mês de fevereiro de 1908, Constantino Fraga tentou permutar a construção do teatro por uma parte do serviço de calçamento da cidade, o que não foi aceito por Jacob Borello, empreiteiro responsável pela obra. Como este já

havia negociado seu trabalho na gestão anterior, não queria aceitar mudanças na forma de realizar o serviço. Então o prefeito tomou a decisão de rescindir o contrato mediante uma indenização de vinte contos e mais dois contos e quinhentos réis pelo pagamento da matéria prima adquirida para a obra. Esse fato aparece no “Comércio do Jahu”, que a partir de então passou a publicar as Atas da Câmara Municipal. (Comércio do Jahu, 1909, nº1.438, p.2)

O prefeito alegava que a suspensão da construção do teatro era necessária devido a outras medidas de higiene muito dispendiosas, a serem tomadas, uma referência ao calçamento e à continuidade do serviço de distribuição de água e a rede de esgotos ainda incompletos, procurando demonstrar que sabia definir melhor do que seu antecessor quais eram as obras prioritárias para a população.

O anterior líder político, Edgard Ferraz, sentiu-se ofendido com a atitude da nova Câmara. Para esclarecer a opinião pública sobre esse episódio publicou matéria paga no “Correio do Jahu” nos seguintes termos:

*“A Câmara (...) decretou a construção de um theatro municipal, de uma casa de espetáculos decente e condigna do progresso de Jahu(...)A exemplo de várias municipalidades, entre as quais a de São Paulo e a do Rio de Janeiro, fez a Câmara de Jahu a lei nº154 de 2 de janeiro de 1907, a qual criava uma verba, o imposto adicional de 5% para fazer face às despesas iminentes. (...) A população de Jahu, entretanto, atravessando um período de efervescência política, durante o qual todos os actos da municipalidade ainda os mais inatacáveis(...) eram sujeitos a comentários deprimentes, `a crítica injusta(...) recebeu sem queixas a nova imposição pela simples razão de reconhecer que ella se destinava a uma obra verdadeiramente precisa, realmente inadiável(...) As manifestações da imprensa na ocasião, as opiniões individuais trocadas em palestras, em que a questão era debatida com calor, com interesse inconfundível, com certo exclusivismo mesmo, demonstram ainda quanto e com*

*que extremos a população do município desejava a construção do novo teatro e queria que elle estivesse à altura do nosso meio.(...) Foi então, que a nova Câmara empreendeu a sua obra reacionária. Que lhe importava calçar os pés as mais caras aspirações do povo jauense, se o ódio partidário exigia que os adversários políticos se não pudessem orgulhar de um dia por terem decretado e iniciado a construção do Theatro Municipal?”( Correio do Jahu, 1908, nº, 1460, p, 6).*

Estava em jogo nessa discussão o ganho político associado à construção de obras importantes para a cidade. O Teatro Municipal era uma delas. Edgard Ferraz ao falar em “*ódio partidário*” mostrava que não era interessante para os seus adversários lembrarem as obras que já haviam sido feitas ou que estavam em andamento sob a sua influência política.

Ele enfatizava que o teatro municipal deixou de ser feito para que não se perpetuasse uma bela obra realizada sob sua direção como chefe do partido republicano nesse período. Seus correligionários não poderiam ter orgulho de ver construída uma grande obra que fora por eles aprovada. Isso não era interessante para os seus adversários. Transformar a modernização da cidade em um marco histórico realizado através da liderança de Vicente de Almeida Prado e de seu cunhado Constantino Fraga era a questão central dessa disputa política. Esquecer o que fora feito na administração de Edgard Ferraz, para enaltecer as obras da nova administração, era a estratégia recém criada pela nova administração, principalmente com o respaldo do jornal o “Comércio do Jahu”.

Diferente do que ocorreu em muitas cidades do interior, como Ribeirão Preto, Araraquara e Piracicaba, que tiveram magníficos teatros, isto não ocorreu em Jaú. Como a Câmara ligada a Edgard Ferraz já tinha dado início à obra, provavelmente os seus opositores não quiseram terminá-la para não ter que admitir posteriormente que a idéia de construir um suntuoso teatro fora dos seus inimigos políticos. Se o teatro municipal fosse construído, seria a memória dos

opositores que estaria sendo exaltada. Constantino Fraga alegava que a cidade tinha outras prioridades a resolver. O teatro era uma obra “*perfeitamente adiável não para retalhar a antiga Câmara*”, mas porque era preciso aplicar os gastos em outros melhoramentos. (Comércio do Jahu, 1919,nº.1741, p. 1)

Assim, Constantino Fraga procurava mostrar um outro lado de sua administração, ou seja, que sabia economizar e priorizar obras importantes para a população. Portanto, como já vimos esse prefeito definiu outras prioridades para a sua gestão: o calçamento da cidade, a melhoria da distribuição de água, a reforma e construção de novos jardins e praças, a construção da nova cadeia e da vila dos leprosos.

Também o calçamento, considerado por muitas pessoas, principalmente ligadas aos segmentos dominantes, o melhoramento mais urgente a ser implantado na cidade, foi outro aspecto da modernização tratado pela gestão de Constantino Fraga desde o início de 1908.

O já referido cronista do “Comércio do Jahu”, Tomé Filho exaltava a competência de Constantino Fraga para a realização do serviço. Ele procurou enfatizar ao máximo a importância da obra usando estas palavras:

*“Felizmente, já está firmado o contrato para o calçamento da cidade.(...) Digna de louvores e applausos é, realmente, a nossa Câmara, que se abalançou a tamanho e tão oportuno commetimento - que é um novo baptismo de progresso para o Jahu; baptismo regenerador da nossa terra roxa, suja, immunda, presa constante do pó e da lama. (...)Entretanto, no acto da assignatura do contrato para a execução do novo serviço, como que li no semblante do chefe do executivo dois sentimentos - de júbilo e de pesar: - júbilo pela realização do almejado melhoramento; tristeza - porque a Câmara, para leval - o a cabo, tem de abrir as bojudas arcas, e marchar com 600 contos. É que o prefeito sente - se sempre mal quando se trata de gastar os dinheiros públicos e os cobres do contribuinte, embora, para o bem geral; é*

*que o nosso Antonio Prado guarda esse thesouro precioso como as vestões o fogo sagrado*". (Comércio do Jahu, 1909, n.º.74, p.1)

Ao destacar o calçamento como o "*batismo regenerador do progresso*", o articulista objetivava estabelecer um marco zero para a modernização de Jaú. Ressaltar as condições de Jaú no momento anterior como "*sujo*", "*imundo*", era tentar diferenciar o passado e o futuro a partir das prováveis transformações que a assinatura do contrato iria proporcionar: limpeza, beleza e conforto. A exaltação do serviço era acompanhada de exagero nas revelações das qualidades do prefeito. O prefeito surge como o administrador inteligente e competente, responsável pelo principal fator do progresso de Jaú. O cronista Tomé Filho o compara a Antonio Prado, responsável pelas reformas da capital paulista no começo do século, e uma das figuras mais respeitadas no meio político da época.

Era o esforço na elaboração de um discurso que visava a construir a imagem do bom administrador, preocupado com o controle dos gastos públicos, e ao mesmo tempo criar a imagem do modernizador, que realizava os melhoramentos de que a cidade necessitava, indo ao encontro do anseio de muitos, principalmente dos proprietários dos palacetes que estavam sendo construídos no centro da cidade. O calçamento traria uma transformação estética da parte central, algo importante na concretização do espaço burguês, almejado por segmentos da sociedade local.

Seu início data de 25 de novembro de 1909, sendo que o lançamento da pedra fundamental foi marcado por um grande festejo no intuito de se chamar a atenção para a realização da obra. Às cinco horas da tarde, um grande número de pessoas estava reunido à rua Edgard Ferraz, próximo à estação ferroviária para assistir ao assentamento da primeira pedra. O presidente

da Câmara Orozimbo Loureiro, nesse momento proferiu um discurso pelo qual ressaltava que o “*calçamento era apenas o início de um programa que a Câmara pretendia implementar*”( Comércio do Jahu, nº 134, p.2) procurando demonstrar a disposição do novo grupo político em realizar outros melhoramentos para a cidade, e também dava a entender que a população poderia esperar do poder público uma série de obras para melhorar as condições da cidade. (Comércio do Jahu, 1909, nº134, p.1)

Muitos editoriais e notícias foram veiculados sobre o calçamento, objetivando ressaltar a posição de Constantino Fraga e Vicente Prado como responsáveis pela principal obra de modernização de Jaú. Quatro anos após o início do serviço<sup>5</sup>, o jornal reforçava a importância e o significado do calçamento para a cidade:

*“Lançando um olhar retrospectivo é que se vê a somma de melhoramentos, de commodidade, de hygiene que nos trouxe o calçamento.*

*O Jahu de hoje não é o Jahu de quatro annos. Podemos falar bem alto que a nossa cidade é modelar na limpeza das suas ruas e praças, que a unitormidade de seus passeios (calçadas) não tem similar em qualquer outra localidade.”*(Comércio do Jahu, 1913, nº587 ,p.2)

A cidade é descrita pelo articulista como um referencial de limpeza, comodidade e beleza ímpar em relação às outras cidades. O calçamento é apontado como o responsável por esta transformação.

O que se pode perceber ao longo das discussões sobre o calçamento é a exploração política desse fato pelo grupo liderado por Vicente

---

<sup>5</sup>As recordações sobre o passado da cidade tinham dois propósitos. O primeiro era recordar o Jaú de outrora na medida em que a modernização se implantava. O segundo objetivo era reviver o próprio processo de modernização em voga, lembrando as obras feitas e o nome dos políticos que as realizavam. Esses artigos eram escritos pelos próprios articulistas do jornal o “Comércio do Jahu” exaltando desta feita a política de Constantino Fraga e Vicente Prado.

Prado. Ainda quando esse grupo estava na oposição em 1902, acusava a Câmara situacionista de incompetente pelo fato de a mesma respaldar-se no discurso técnico para tratar do assunto do calçamento. Anos mais tarde, em 1905, quando a Câmara aprovou o contrato para a realização do serviço, a oposição tentou pressionar para que o calçamento não fosse feito, alegando que o serviço seria muito caro, tentando mostrar que os políticos situacionistas iam desperdiçar dinheiro público. Em 1906, quando se acirram as disputas políticas, a oposição, com o respaldo do “Correio do Jahu”, que havia mudado de posição, criticava os malefícios da poeira. Finalmente, quando o grupo liderado por Constantino Fraga estava no poder, passou a realizar tal empreendimento, e o explorou no sentido de colocar-se como os modernizadores e benfeitores de Jaú, elevando o calçamento à condição de obra fundamental para a modernização local.

A transformação da área central e a reorganização do espaço urbano implementada pelo prefeito Constantino Fraga foram apontadas na época como um marco no processo de modernização de Jaú, e foi dessa forma que passou para a história oficial da cidade. O jornal o “Comércio” procurou caracterizar o prefeito Constantino Fraga como um político que soube marcar o seu tempo pelas reformas modernizantes que realizou, e por outro lado também contribuiu para desvalorizar as obras iniciais que definiram os rumos da modernização local, feitas no período de Edgard Ferraz.

Assim, o jornal “Comércio do Jaú”, ligado ao poder local, teve um papel importante na formação da idéia de que Constantino Fraga foi o único responsável pelo progresso e modernização da cidade. Um dos momentos que essa postura vem à tona com toda clareza foi a manifestação de apreço realizada em homenagem ao prefeito quando do término da sua gestão, e publicada no jornal. A manifestação contou com a participação da maioria das escolas da

cidade, dos políticos aliados e de quarenta e seis senhoritas que compunham a comissão organizadora do evento, além do próprio jornal o “Comércio do Jahu”. Ao iniciar o festejo, as referidas senhorinhas, acompanhadas por “*muitos cavalheiros*”, fizeram a homenagem ao prefeito em nome de todo o povo jauense. Portanto, ali estava presente um pequeno segmento da sociedade local ligado ao prefeito Constantino Fraga, mas o discurso da imprensa ao relatar tal evento procurou mostrar que o apoio ao prefeito era de toda a coletividade, denominando aquele pequeno grupo de pessoas de “povo”. ( Comércio do Jahu, 1911 n° 299, p. 1) Através desse discurso o jornal pretendia demonstrar que a gestão de Constantino Fraga tinha base popular, pois não dava para associar o nome do prefeito somente restrito ao interesse de uma classe.

O Evento foi cercado de pompa. O prefeito, após ter sido acompanhado desde sua residência até o Paço Municipal pelos realizadores do evento e seguido de perto pela banda musical Carlos Gomes, recebeu a homenagem na Câmara Municipal.

O Editorial do Comércio de 28 de janeiro de 1911 dá sua opinião sobre o evento:

*“Nunca nos pareceu tão justa e elevada uma iniciativa como esta, porque não ficaria bem aos jauenses que um notável administrador, como foi o Dr. Constantino Fraga, depois de deixar um cargo tão melindroso como o de prefeito, onde mostrou o mais acendrado zelo pelo engrandecimento desta riquíssima e prospera cidade, não recebesse uma inequívoca e sincera prova de gratidão do público que todos os dias, contempla a maravilhosa transformação desta urbs onde parece que a inconstante deusa da fortuna construiu sua mansão. (...) Lembrar o nome do Dr. Constantino Fraga é sem dúvida alguma reviver a obra do progresso e do adiantamento do Jahu, é lembrar com certeza o trabalho da restauração do prestígio e do valor desta notável zona tão sacrificada pelo desleixo e pela incúria dos antigos administradores, é*

*citar a mais bela página da história da nossa vida municipal.*” (...) ( *Comércio do Jahu*, 1911 nº266, p.1)

Segundo a idéia defendida pelo articulista, esse prefeito havia realizado uma “maravilhosa” transformação na cidade, numa alusão às obras de embelezamento concretizadas pelo calçamento, e pela construção de praças e jardins, e por isso responsável pela “*mais bela página da história de Jaú*”.

Ao destacar nestes termos o lugar que Constantino Fraga teria na história de Jaú, nenhum outro político ou fato importante poderia tomar o seu lugar, pois implicitamente a frase era uma referência ao surgimento do Jaú moderno sob a gestão desse prefeito. Para que essa idéia fosse absorvida era necessário reforçar que a administração anterior fora muito ruim, a ponto de o município ficar desacreditado frente às autoridades estaduais.

A construção da figura do político modernizador comparado às lideranças políticas importantes no contexto da modernização nacional e internacional foi a melhor forma de exaltar a obra de Constantino Fraga. Através de um discurso publicado pelo “*Comércio*”, feito pela aluna Helena Menegoni da 4ª série do grupo escolar “*Padua Sales*” no dia da homenagem, é fácil notar a exaltação à pessoa e a obra do referido prefeito.

*“Exmo. Sr. Dr. Constantino Fraga. Srs. e Sras.*

*(...) Assim como o Canal de Suez nos recorda o nome do titânico Lesseps(...)assim também a capital do primeiro Estado da União Brasileira nos traz à mente o venerável nome do dr. Antonio Prado, e a cidade de Jahu nos evoca e nos evocará sempre o nome do benemérito dr. Constantino Fraga.*

*(...) Assim, eu e minhas colleguinhas, por mim aqui representadas, cumprimos, juntamente com o povo jahuense, um dever de civismo rendendo homenagem ao vosso mérito incontestável, homenagem a que faz jus pela obra de engrandecimento deste feraz recanto da pátria brasileira.”* (*Comércio do Jahu*, 1911 nº 299, p. 1)

Fica claro que o discurso lido pela menina (que provavelmente não foi escrito por ela, mas sim por alguém ligado ou simpático ao prefeito) fazia parte do projeto de criar a imagem de grande construtor a Constantino Fraga. Comparar o prefeito jauense com Antonio Prado era sem dúvida o ponto de maior destaque no discurso. Assim, na mesma proporção em que Antonio Prado fora importante para as transformações da capital, Constantino Fraga o fora para Jaú. Certamente as palavras vindas de uma pequena estudante tornaram a homenagem ainda mais emocionante. Usar crianças em momentos deste tipo é comum no cenário político; humaniza e torna o ato ainda mais emocional. Constantino Fraga foi transformado assim na figura central das reformas urbanas em Jaú.

E assim, o “Comércio do Jahu” terminava o seu discurso ao comentar a homenagem feita: *“O ‘Comércio’, associando-se à essa entusiástica e justa manifestação, felicita sinceramente ao benemérito transformador de Jahu e faz lhe votos de felicidade em sua nova residência”* (Comércio do Jahu, 1911, nº 299, p.1)

O jornal o “Comércio do Jahu”, ao construir uma imagem do progresso e da modernização atrelada a Vicente Prado, e Constantino Fraga, mostrava – os como políticos competentes, e portanto reforçava a campanha para o chefe político em momentos eleitorais.

Ao enaltecer a gestão Constantino Fraga, o mesmo jornal fazia da modernização o principal suporte da política local, e desta maneira tentava conscientizar nesse sentido os eleitores em 1910:

*“É hoje o grande dia, o dia da grande pugna das urnas. O Jahu de hoje, o Jahu calçado, sem poeira e sem lama, cheio de vida e crédito; o Jahu de amanhã, com jardins e teatro, com água farta e luz abundante, próspero, animado, crescente,*

*olha para o Jahu de ontem encalacrado e coberto de dívidas, sem crédito, sem melhoramentos, sem calçada, sem água, sem luz, desalentado e triste, atolado no lamaçal ou asphixiado pela poeira. E quererá o Jahu de hoje renunciar o Jahu de amanhã, trocar seu presente risonho e cheio de vida renunciar o seu futuro cheio de esperança e grandezas pelo Jahu de ontem, melancólico e triste, definhante e abandonado? Não! Nunca! Esta será a resposta que daqui a poucas horas nos dará o eleitorado amigo deste torrão abençoado. Mas como há de o eleitorado formular a sua resposta? Muito facilmente, confiando o Jahu de amanhã, o Jahu do futuro aos mesmos homens que fizeram o Jahu de hoje”. ( Comércio do Jahu, 1910, N° 240, p.3)*

O jornal desqualificava a administração anterior associando ao seu período o atraso de Jaú. Nessa época nada havia sido feito por Jaú. Era a cidade do pó, da lama, e da tristeza na opinião do “Comércio”, omitindo o processo de modernização que ocorrera em fins do século XIX e início do século XX. Através de um jogo de palavras, o articulista procura estigmatizar a gestão de Edgard Ferraz como o período do atraso e da tristeza, contrapondo – a ao domínio de Vicente Prado, como a era do progresso e da felicidade. Mostra também para os eleitores a importância da continuidade administrativa, alertando para o possível rompimento das conquistas do futuro se os mesmos homens não se mantivessem no poder. Na opinião do jornal, o eleitor só tinha duas escolhas: ficar entre um passado de tristezas ou um futuro de prosperidade. ( Comércio do Jahu, 1910, N° 240, p.3)

O título de maus administradores nesse momento vinha reforçar a tônica de desqualificação do trabalho de Edgard Ferraz, já realizada durante as disputas políticas que antecederam a sua derrota. Neste contexto, a política de Vicente Prado foi considerada melhor que a de seu antecessor, Edgard Ferraz, que fora tachada de incompetente e ineficiente no trato dos recursos públicos, ao

passo que a política vicentista era ressaltada como proba, competente e eficiente pelo jornal o “Comércio” que dava suporte a ela.

O articulista devotava ao novo grupo político toda a glória da modernização de Jaú, e nas entrelinhas do seu discurso reforçava como marco cronológico do progresso local, o ano de 1908 atrelado à gestão de Constantino Fraga. A manipulação política em torno da modernização é explícita na medida em que o jornal faz campanha partidária mencionando a continuação dos melhoramentos se a população confiasse o seu voto à situação. Esse discurso não correspondia totalmente à realidade, uma vez que a cidade vinha se modernizando desde a última década do século XIX, em decorrência do vigor da economia cafeeira que dava suporte à modernização local, e dos interesses dos políticos daquele período que também buscavam insistentemente o progresso e a modernização da cidade.

No final do mês de outubro de 1910, especificamente no dia trinta, o processo de sucessão eleitoral para a composição da Câmara Municipal teve uma extensa cobertura do jornal o “Comércio do Jahu.” Divulgando as fotos dos candidatos a vereador, e dando maior ênfase à foto do deputado estadual e presidente do diretório do Partido Republicano em Jaú, Vicente Prado, que ocupava mais da metade da segunda página do jornal, procurava-se valorizar o trabalho desses políticos e sua ação empreendedora e honesta para o progresso da cidade, ao comentar que:

*“ Ao patriotismo e à dedicação desses distintos cidadãos devemos as magnificas reformas por que passou a cidade do Jahu, nestes poucos annos de sua administração a elles se deve este estado de animação notada dentro da zona deste município, e que causa espanto a todos os visitantes que se demoram em Jahu.”*  
(Comércio do Jahu, 1910, nº240,p.2)

As fotos dos candidatos reforçavam a campanha eleitoral que vinha sendo realizada pelo “Comércio”. Os vereadores eram apontados como a garantia do processo de crescimento e da modernização da cidade. Eram apresentados aos eleitores como modernizadores e competentes, responsáveis pela reformas urbanas e pela “*agitação*” do município. Assim, ao dar ênfase à realização das reformas, o jornal chamava a atenção para uma administração competente e por outro lado, as reformas eram usadas para a campanha política da situação, que almejava a continuidade de sua gestão no Executivo Municipal.

Em outros momentos eleitorais, como no ano de 1916, quando Vicente Prado novamente foi eleito Deputado Estadual,<sup>6</sup> o jornal publicou um artigo assinado com o nome de Palmerim, que tratava da trajetória política de Vicente Prado, e relatava os serviços que ele havia prestado a Jaú. O artigo intitulado “Ligeiro Retrospecto”, tratava da política do referido deputado como um período de crescimento e renovação da cidade, apontando como uma das marcas desse crescimento “*a tendência em Jahu para a demolição de prédios velhos e conseqüente reedificação. Assim a cidade vai ganhando em constantemente em extensão e em beleza.*”. (Comércio do Jahu, 1916, nº.901, p. 1). Outros melhoramentos entre os quais o calçamento, a reforma do jardim em frente à matriz, o embelezamento da cidade com a criação do jardim da Praça da República, e o ajardinamento da Praça Barão do Rio Branco, além dos investimentos feitos para aumentar o abastecimento de água na cidade foram mencionados nesse artigo com a finalidade de exaltar a política vicentista. (Comércio do Jahu, 1916, nº.901, p. 1)

---

<sup>6</sup> Vicente Prado foi eleito três vezes Deputado Estadual, deixando de ser o chefe político local somente no final da Primeira República. Esse período da política Jauense ficou conhecido como Vicentista.

Nesse período Vicente Prado conseguiu eleger mais dois prefeitos: José Veríssimo Romão e Alcides Ribeiro de Barros. Segundo o jornal o “Comércio do Jahu”, esses políticos tinham a mesma competência para continuar as obras de que a cidade precisava. Entretanto nenhum dos dois foi colocado no patamar do antecessor, cujo nome já estava reservado, segundo o jornal, como um marco na história da modernização de Jaú.

As gestões desses dois prefeitos também foram exaltadas por darem continuidade ao processo de modernização da cidade de Jaú, pois o embelezamento ainda era fator de preocupação do poder público. Obras iniciadas por Constantino Fraga tiveram continuidade nesse período. A Praça Barão do Rio Branco - entre a Igreja Matriz e a Câmara, e o jardim em frente à Matriz receberam melhoramentos. Em janeiro de 1911 a prefeitura mandou trocar as árvores da Praça Municipal por outras, vindas de São Paulo e plantou mudas da mesma espécie no jardim da matriz. Quase no final do mesmo ano foram enviados à Câmara o projeto e a planta para o ajardinamento da Praça Municipal. (Comércio do Jahu, 1911, nº-330, p.2)

Em 1912 teve início a construção de um novo jardim no antigo largo do teatro, que depois de pronto, passou a ser um dos locais mais freqüentados pelas “senhorinhas e pelas excelentíssimas famílias” de Jaú. Além de muito bem arborizado, nele foi feito um lago, um coreto para se realizarem os concertos musicais, e a iluminação elétrica foi colocada em postes com decorações semelhantes à do teatro municipal de São Paulo. Esse jardim passou a ser um dos principais atrativos da cidade. (Comércio do Jahu, 1912, nº- 402, p. 1)

O jornal o “Comércio” continuava a fazer a campanha situacionista em prol da modernização, exaltando o jardim como um dos

melhores e mais bonitos do interior de São Paulo. Absorvendo os valores burgueses, afirmava o jornal que saber usufruir daquele espaço era considerado sinônimo de civilidade. As moças freqüentavam o jardim para o descanso e o lazer, normalmente vestidas no rigor da moda parisiense. Da capital do Estado vinha o exemplo de Antonio Prado e seus familiares que numa “*atitude pedagógica*” como disse o historiador Nicolau Sevcenko (1992), ensinava com os seus passeios pelos jardins e logradouros, como uma sociedade civilizada deveria usufruir da cidade moderna.

A limpeza pública também foi enfatizada pelo jornal como sendo alvo de reorganização na administração de Alcides Ribeiro de Barros. Na opinião desse prefeito esse serviço ainda era bastante precário e a população precisava “*por fim ao inveterado costume de se fazer das vias públicas depósito das varreduras das casas de comércio e das residências particulares*”. (Comércio do Jahu, 1913, nº- 483. p1, 2).

Frente ao problema da limpeza pública, em 3 de setembro de 1913, o prefeito Alcides Ribeiro de Barros tratou de regulamentar esse serviço através da lei nº 226, que foi publicada na íntegra pelo jornal, o “Comércio do Jahu”. O mesmo jornal alertava a população para que ficasse atenta, pois a partir da aplicação da lei procedimentos que faziam parte do cotidiano das pessoas não seriam mais permitidos, e o não cumprimento do artigo dezessete acarretaria multa de 25\$000, sendo o dobro para os reincidentes. Por este artigo ficava proibido: jogar lixo, esterco, e animais mortos nas ruas, expor colchões, tapetes, ou outros objetos domésticos nas janelas, jogar águas de “lavagem”, ou infectadas nas vias públicas, queimar lixo ou imundície nos quintais, usar lixo como aterro nas ruas, praças e terrenos, ter lixo ou imundície nos quintais, manter terrenos baldios sujos, ou maltratados, servindo como depósito de lixo,

limpar o ferro de engomar ou qualquer outro objeto que desprenda pó ou resíduos na via pública, riscar prédios, postes, ou os passeios com carvão ou giz, afixar cartazes nos edifícios públicos ou privados, danificar propriedade particular ou pública com qualquer instrumento, deixar escorrer as águas dos quintais nos passeios. ( Comércio do Jahu,1913, nº- 561, p. 1)

Essas proibições nada mais eram que uma normatização visando a enquadrar a população que ainda não havia se adaptado aos hábitos burgueses da cidade reordenada, onde a limpeza era vista como um certo grau de civilização

Portanto, se o poder público procurava regulamentar o serviço de limpeza pública é porque a sujeira, como já apontamos no capítulo anterior, era uma realidade na cidade. Tal situação contrapunha-se aos discursos da imprensa que sempre mostravam Jaú aseada e bela.

Desde o final do século XIX e início do XX, as autoridades municipais tentavam através de regulamentações mudar o comportamento da população em relação aos procedimentos higienísticos, o que demonstra que esse processo não foi assimilado tão rapidamente por uma parte população, que continuava com hábitos higiênicos inadequados aos padrões modernos.

Como vimos pela exposição do artigo dezessete da lei nº 226 as exigências eram muitas, e portanto impossível dar andamento à fiscalização, cumprindo a lei em todos os bairros da cidade, sendo assim difícil para o poder público impor na íntegra as medidas de higiene para toda a cidade.

Dois anos mais tarde, percebemos uma insistência por parte do jornal o “Comércio”, em apontar a cidade como uma das mais preocupadas com a higiene, em todo o Estado. Ressaltava que tal fato se concretizara devido à energia com que o poder público tratara a questão da higienização. A opinião de

visitantes, artistas, religiosos e políticos de outras localidades sobre as boas condições de higiene em Jaú era publicada e o jornal enfatizava serem eles os testemunhos imparciais desse aspecto da modernização local.

Durante toda a gestão do prefeito Alcides Ribeiro de Barros no período de 1912 a 1920, a questão da fiscalização das obras particulares, objetivando concretizar na cidade uma arquitetura moderna, foi uma tônica constante. Sem abrir mão do controle rigoroso, e seguindo as normas do Código Sanitário e de Posturas, inúmeros prédios foram condenados à demolição, pois foram considerados impróprios para serem reformados.

Assim, a modernização em Jaú nesse período foi usada insistentemente como símbolo de boa administração pública, e servindo de propaganda ao grupo político que se manteve no poder por duas décadas. Entrar para a história local como os reformadores e modernizadores da cidade era o objetivo do grupo político ligado a Vicente Prado. Essa memória foi construída a partir de um discurso modernizador, que criou a imagem do bom administrador em oposição ao administrador ineficiente e irresponsável.

Vicente Prado somente teve que enfrentar uma oposição forte e organizada a partir de 1919. A formação do Partido Democrata articulado em torno do então líder político Antonio Pereira do Amaral Carvalho tornou público o racha na disputa política jauense. A partir de então os dois passaram a ser denominados de Vicentistas e Carvalhistas.

Na sucessão eleitoral de 1919 a oposição política a Vicente Prado ficou visível na medida em que o “Comércio do Jahu”, rebatia em muitos editoriais as críticas da oposição. Através das respostas do jornal percebemos a profundidade da cisão política em 1919. Os meses de agosto, setembro e outubro

desse ano estavam repletos de longos artigos, nos quais os articulistas defendiam a administração Vicentista, diante das inúmeras críticas da oposição.

As críticas da oposição à política municipal foram inúmeras: contra o autoritarismo na aplicação das medidas de higiene e na aplicação da lei que regulamentava a construção dos passeios, contra os gastos excessivos para realizar o calçamento, contra o aumento de impostos, contra o embargo da construção do teatro municipal, contra a falta de um asilo de mendicidade, e também muitas críticas sobre a necessidade de se construir um novo matadouro público. Diante da avalanche de críticas o articulista do “Comércio” respondia:

*“Não há quem ignore a facilidade usada pelas oposições, na sua sedenta tortura de poder, quando tratam de melhoramentos: tudo é realizável de momento, os melhoramentos podem ser produto de uma Câmara mágica; o critério administrativo do bom governante e os recursos financeiros, bem distribuídos, são uma bobagem. Em duas únicas palavras se assenta a administração, como bases de uma ordem: ‘mandar fazer’. Estivessem ellas, as oposições no poder...”* (Comércio do Jahu, 1919, nº.1726, p. 1)

O foco da disputa política continuou sendo a modernização da cidade. Os melhoramentos urbanos foram a mola propulsora para o sobe e desce dos políticos em Jaú. Nesse momento Vicente Prado, então na situação, começava a sentir sua antiga estratégia sendo utilizada por outro político que almejava chegar ao poder. A modernização da cidade e a sua manipulação política continuavam a andar de mãos dadas em Jaú.

A resposta do articulista do “Comércio do Jahu” à oposição, deixa claro como os melhoramentos da cidade eram o alvo da disputa política. A oposição criticava o fato de a administração Vicentista estar sempre preocupada com a imagem de Jaú perante as outras cidades. A oposição definia os políticos ligados a Vicente Prado de *“amigos do elogio lá fora”*, (Comércio do Jahu,

1919, nº.1759, p.1) e o articulista do “Comércio” respaldando a política vigente respondia:

*“ (...) Já se foi o tempo em que o atrazo, a inércia, a indiferença de um povo annullavam qualquer iniciativa de progresso, e as cidades viviam no mais miserável estado de abandono, pululando aqui e alli, nas tascas imundas e nas esquinas suspeitas, os jecas-tatus ignorantes que desconheciam a civilização, que ignoravam os confortos que as novas conquistas do homem garantem, que davam os hombros quando alguém lembrava a necessidade de uma capinação no melancial do largo da Matriz ou uns grampos na cerca do curral do Conselho.*

*Hoje é tudo difrente. (...) Jahu é hoje uma das mais lindas, das mais importantes cidades do nosso Estado e isso devem os jauenses, queira ou não o Partido Democrata, a administração Vicentista. Negar isso é o mesmo que pretender transportar água em cestos.” ( Comércio do Jahu, 1919 nº.1759, p.1)*

A resposta evidencia duas questões. A primeira é que esses políticos estavam imbuidos da ideologia do progresso e da modernização, em voga na época. Desta maneira eles entendiam ser uma necessidade vencer as resistências que dificultavam a implantação do progresso, ou seja, percebiam a importância de superar o atraso da vida rural e sertaneja. A sujeira, a ignorância, o atraso, a preguiça simbolizada através do personagem Jeca- tatu precisavam ser extirpadas. As cidades pequenas e a zona rural deveriam se preocupar com o progresso. O grau de civilização de uma população deveria estar atrelado a sua capacidade de assimilar os valores burgueses como por exemplo o conforto que as conquistas da modernização propiciam.

Na visão do articulista, a população jauense já tinha essa consciência, e já sabia viver com os ditames de uma cidade bonita e moderna. Ao afirmar que todas os melhoramentos implementados na cidade deram-se durante a vigência da política Vicentista, ignora tudo o que fora feito no período anterior.

Para o articulista, o Jaú moderno fora resultado da política Vicentista, mas na verdade a documentação mostra a modernização da cidade a partir da década de 1890 quando o PRP ainda não havia sofrido rachaduras internas, e principalmente sob a influência de Edgard Ferraz dera início aos melhoramentos urbanos.

Nessa primeira fase da modernização foram realizados os serviços básicos como a rede de esgoto e água, a luz elétrica, a constituição de uma infra-estrutura urbana, a construção do Hospital de Isolamento, de um novo cemitério, do Matadouro Municipal, do colégio Padua Sales, primeira escola estadual em Jaú, entre outros melhoramentos já mencionados no início do capítulo. Foi um momento difícil, pois esses políticos vivenciaram na última década do século XIX a epidemia de febre amarela, e grande parte dos recursos da Câmara foi usada para combater a doença. O saneamento era uma obra cara e que não fazia tanta vista aos olhos da população. Além do mais, nesse período a lavoura cafeeira enfrentou uma significativa crise, o que restringia a captação de recursos pela Câmara Municipal, dificultando a realização dos melhoramentos.

O segundo momento desse processo de modernização que se deu no período Vicentista, foi marcado por obras de caráter estético, visualizadas pela população. Superada a fase da febre amarela, os novos políticos, a partir de 1908, encontrando uma infra-estrutura já implementada, puderam priorizar o embelezamento da cidade. Não podemos esquecer também que a partir de 1906, depois do Convênio de Taubaté, a economia cafeeira teve condições de prosperar por um bom tempo, o que possibilitou uma maior fonte de recursos à disposição da prefeitura para remodelar a cidade.

Como já vimos, o calçamento embelezou a área central, e os dois jardins principais da cidade foram feitos na política Vicentista. O jardim em

frente à matriz foi reformado por Constantino Fraga, e o da Praça da República feito por Alcides Ribeiro de Barros. Os jardins eram meticulosamente cuidados, sendo apontados pelo jornal o “Comércio do Jahu”, como o orgulho da cidade. Praticamente todos as praças e largos foram bem arborizados e cuidados nesse período. Os passeios (calçadas) eram feitos segundo padrões impostos pela prefeitura, que os queria homogêneos. Paralelamente a essas modificações executadas pelo poder público, o centro da cidade foi sendo tomado pelos casarões que a elite agrária construía buscando os padrões estéticos europeus. Assim, a cidade ia sendo remodelada, tendo como parâmetros São Paulo e Rio de Janeiro, bem como as cidades européias.

Sabemos que a modernização local fazia parte de um processo mais amplo que atingia todo o Estado, e estava diretamente ligada à inserção de São Paulo no contexto econômico internacional tendo por base a expansão da economia cafeeira.(Love,1882; Milliet, 1982; Silva, 1986.) Portanto, Jaú, um expressivo centro cafeeiro do Estado, tinha todas as condições para implementar a modernização. A questão é que em Jaú os políticos transformaram essa modernização na principal fonte de disputa pelo poder, o que resultou na elaboração de um marco inicial do progresso local, reproduzido pela história oficial através de um discurso ideológico que colocou Constantino Fraga como o reformador da cidade de Jaú. Se confrontarmos esse discurso com a documentação das Atas da Câmara ele se esvazia totalmente, pois vimos que o próprio Constantino Fraga em 1896 - antes da cisão do PRP- pedia para constar em Ata um voto de louvor a Edgard Ferraz pelos bons serviços prestados ao município.(Atas da Câmara- arquivo 1.2.1.9). A modernização, que era um processo em curso, atrelada ao desenvolvimento econômico do Estado, foi

exaustivamente manipulada pelos políticos locais para obter dividendos políticos.

### **CAPÍTULO 3**

#### **MUDANÇAS NO COTIDIANO: AS NOVIDADES CHEGAM A JAÚ.**

Sabemos que a onda modernizante que caracterizou o final do século XIX e início do século XX mudou o modo de vida de milhares de pessoas em várias partes do mundo. A dinâmica da economia capitalista ia impondo um novo ritmo de vida cada vez mais acelerado devido ao uso das novas tecnologias.

Os interesses da produção capitalista passaram a influenciar intensamente a organização da vida social, afetando diretamente a forma de utilização do tempo e do espaço. O tempo passou a ser medido de forma racional pelo relógio mecânico, no intuito de atender aos interesses da economia de mercado em expansão, e por sua vez esse tempo abstrato esvazia o espaço que também estava vinculado ao tempo racional da produção. Assim, a lógica da produtividade e a ideologia do progresso impõem a criação de um tempo-espaço que não serve à maioria das pessoas, mas por outro lado atende aos anseios da classe dominante, que precisa produzir e acumular. (Mattos, 1982; Giddens, 1991)

Concomitantemente às transformações econômicas impostas pela economia industrial ocorreram a intensificação da urbanização e mudanças científico-tecnológicas. Essas transformações afetaram o modo de vida das

pessoas que tinham àquele momento a percepção de que antigos valores estavam sendo significativamente modificados o que gerava de um lado insegurança e de outro uma curiosidade diante de tantos fatos novos. ( Marshall, 1986)

Nesse contexto de mudanças sociais, econômicas, tecnológicas e científicas do final do século XIX e início do século XX, os países industrializados fizeram prevalecer os interesses atrelados à economia capitalista para garantir a expansão dos seus negócios. Esses países passaram a exportar capital excedente, tecnologias e produtos industriais feitos em grande escala para suas colônias e países dependentes. Para esses últimos restava a possibilidade de exportar suas matérias – primas e gêneros alimentícios para um mercado de consumo de massa cada vez mais crescente.

Nesse período acentuaram-se as exportações brasileiras para os EUA e países da Europa. O café,(produto estimulante) era um dos mais aceitos no exterior num momento em que as novas tecnologias exigiam que os indivíduos estivessem sempre atentos aos novos ritmos trazidos pela modernidade.

Para atender a essa demanda crescente foi necessário um grande investimento nas plantações de café. O Estado de São Paulo, com sua geografia favorável foi o maior responsável pela produção que era exportada nas três primeiras décadas do século XX.

Foi o dinheiro produzido pela economia cafeeira através das exportações o elemento essencial para a modernização ocorrida no Estado de São Paulo na passagem do século XIX para o XX. Ele permitia a concretização de negócios entre agentes separados no tempo e no espaço sem que precisasse haver qualquer vínculo pessoal entre os interessados, e na maioria das vezes envolvia uma transação deslocada dos contextos sociais locais. O dinheiro facilita o

intercâmbio entre os locais distantes porque está ligado ao tempo. Segundo Giddens “ *o dinheiro não se relaciona ao tempo( ou mais precisamente , ao tempo-espaço) como um fluxo, mas exatamente como um meio de vincular tempo-espaço associando instantaneidade e adiantamento, presença e ausência*”( Giddens, 1991, p.33)

Desse modo, as transações comerciais e financeiras decorrentes da exportação cafeeira permitiam uma dinamização para os negócios, que acarretaram o desenvolvimento tanto da capital paulista quanto das principais cidades do interior do Estado. Em Jaú, o capital gerado pelo café foi um fator básico para que, progressivamente, o campo e a cidade fossem sendo transformados do final do século XIX para o começo do XX.

Assim, como ocorria em quase todo o interior do Estado de São Paulo, os fazendeiros jauenses passaram a exportar o café para a Europa e EUA. Parte do capital acumulado foi aos poucos sendo usado em reinvestimentos nas próprias fazendas bem como aplicado nos negócios urbanos. O setor financeiro e os investimentos na melhoria de transporte de café através da ferrovia foram alvo do interesse dos fazendeiros.

Os períodos favoráveis de crescimento da economia cafeeira também podiam se fazer sentir através da melhoria de arrecadação de impostos, e por conseguinte no uso de dinheiro por parte do poder público para a realização de obras e melhoramentos na cidade.

Os fazendeiros também podiam exibir o seu poder econômico por meio das construções de belos palacetes na área central da cidade. Com os bons resultados dos seus negócios agrícolas, os proprietários rurais ainda podiam ter acesso às novidades tecnológicas que iam penetrando no país nesse período.

Através do dinheiro propiciado pela economia cafeeira, Jaú estava inserido no contexto de crescimento que ocorria no Estado. Esse fator econômico positivo associado às divulgações das novas tecnologias inventadas no começo do século XX propiciaram a muitos jauenses o contato com as novidades. Assim, como já vimos, parte da sociedade jauense que almejava o progresso procurou seguir de perto o ritmo das transformações que se davam nas grandes cidades brasileiras, principalmente a capital paulista, implantando em âmbito local os novos serviços e todo o aparato tecnológico possível.

Foi na primeira década do século XX que os habitantes locais passaram a ter contato com várias dessas novas tecnologias produzidas pela economia industrial. O trem, o telefone e a fotografia já estavam presentes em Jaú desde o final do século XIX, e a eletricidade chegou em 1901. O cinema e o carro ficaram sendo conhecidos pelos jauenses na primeira década do século XX. O relógio mecânico instalado na torre da igreja Matriz que colocava a população local em contacto com o tempo racional que atendia aos interesses da economia comercial também é da primeira década do século referido. Aparelhos como o gramofone chegaram a Jaú em 1911. Os jauenses também assistiram a uma apresentação de aviação em 1915. A moda e a prática dos esportes igualmente iam influenciando o comportamento de parte da sociedade local na segunda década do século XX.

Analisaremos em separado a penetração dessas novas tecnologias para mostrarmos qual foi a reação de muitos jauenses diante de tantas novidades. Trataremos também do impacto das mesmas sobre o cotidiano da população local, procurando não perder de vista os momentos de resistência e de maior aceitação dessas novidades durante as duas primeiras décadas do século XX. Essas questões estarão em discussão nas páginas que se seguem.

Detectamos que no final do século XIX os jauenses já tinham maior facilidade de comunicação. Nesse período ocorreu a chegada da ferrovia e o início da implantação do sistema de telefonia. Sebastião Teixeira ao tratar desse assunto enfatizou o papel da ferrovia para o progresso do município. A implantação do sistema de telefonia foi vista do mesmo modo pelo autor. Ele também procurou qualificar o serviço telefônico como um dos fatores básicos de adiantamento da cidade. (Teixeira, 1900)

De acordo com informações do autor acima mencionado “*em 15 de setembro de 1897, os SR. J. Correa &Comp, solicitaram à Câmara Municipal simples licença para estabelecer neste município um serviço telefônico*” (Teixeira, 1900, p.121). Logo iniciaram os trabalhos, e Jaú passou a ter o serviço. A empresa nesse momento contava com 150 assinantes e Jaú estava ligado por telefone às vilas de Bocaina, a Bariri e também à povoação de Bica de Pedra. (Teixeira, 1900, p.121).

Em 1907, o jornalista Cruz Saldanha, segundo informações já tratadas no primeiro capítulo, objetivava dar destaque aos melhoramentos existentes na cidade, e portanto, arrolou a existência de 300 aparelhos telefônicos no município de Jaú. (Correio do Jahu, 1907,nº-1313, p.1). Isso significava que um número cada vez maior de habitantes locais podia manter contato com pessoas de outras cidades, tendo assim acesso a informações e idéias que certamente afetavam o seu modo de vida. Ademais, com o uso do telefone que facilitava as comunicações, muitos jauneses passaram a economizar tempo para resolver seus problemas quer fossem seus negócios ou questões de ordem pessoal.

O telefone foi bastante utilizado para facilitar a resolução dos serviços a partir de 1910. Através das propagandas de algumas empresas e dos

serviços dos profissionais liberais, veiculadas pelo jornal o “Comércio do Jahu” verificamos que o comércio e o setor de serviços aderiram logo ao uso do telefone. Os possuidores do aparelho podiam marcar consultas médicas, agendar um atendimento veterinário, fazer suas compras, ter à porta de sua casa um automóvel para se deslocar, e inclusive marcar passeios de lanchas no rio Jaú com uma empresa que fazia esse serviço. Tudo sem muito esforço. Bastava usar o telefone. Além da comodidade na resolução de serviços, certamente esse aparelho foi usado para resolver questões particulares.

Assim, essa nova tecnologia ao colocar pessoas distantes em contato próximo, podia redimensionar e reorganizar a sociabilidade entre os indivíduos. (Ortiz, 1991, p.28). Em determinadas situações esse fato poderia gerar tensões entre os envolvidos. Esse caso inusitado para a sociedade local ocorreu em 1915 quando um indivíduo usou o telefone para dar um trote num comerciante da cidade aplicando o conhecido “conto do vigário”.

O logrado foi o sr. José Chuffi, proprietário da Casa Chicuta. O comerciante recebeu um telefonema encomendando cinco pares de botinas para o senhor Sebastião Ribeiro de Barros, ex-vereador, e importante fazendeiro da cidade. Em seguida um rapaz mulato de mais ou menos dezoito anos foi buscar a compra. Passado algum tempo, voltou à loja e devolveu três pares dizendo que a mercadoria não tinha servido, e que à noite o cliente pagaria as botinas. Depois de muitas horas o lojista desconfiou e mandou seu empregado à casa do comprador, e tal foi seu espanto ao descobrir que Sebastião Ribeiro de Barros não tinha telefone. O comerciante caiu num conto. (Comércio do Jahu, 1915, nº-827, p.1)

A impessoalidade garantida pelo uso do telefone permitiu que o trapaceiro se mantivesse no anonimato. Essa tecnologia moderna que propicia

um relacionamento à distância, facilitando a comunicação e o contato, podia gerar novas situações de tensão como a descrita acima. O golpe pelo telefone era um fato novo, que certamente fez muitos jauenses ficarem mais atentos aos contatos que mantinham pelo telefone.

Com relação à ferrovia, pudemos detectar por meio das crônicas publicadas pela imprensa nas primeiras décadas do século XX o impacto que a sua chegada provocou na vida dos jauenses. Notamos que a ferrovia despertou curiosidade e espanto na população.

Um cronista que assinava Suetônio escreveu em 1906 um relato sobre o desejo que duas pessoas conhecidas da cidade tinham em ver o trem. Esse fato ainda era vivo em sua memória. Uma dessas pessoas era o já referido advogado, jornalista e escritor do “Jahu em 1900”; Sebastião Teixeira, e a outra era Luiz Ferraz do Amaral, que posteriormente no ano de 1902, seria eleito Intendente Municipal com o apoio de seu irmão, o chefe político local naquele período, Edgard Ferraz do Amaral. Nesses termos o cronista relatou o interessante episódio:

*“ Muita gente boa que habitava o Jahu e o habita ainda hoje só hoje conheceu o trem de fogo, vendo-o pela vez, quando elle aqui chegou em princípios de 1887 (19 de fevereiro). Mas entre os que ainda não conheciam então, destacaremos o Luizinho Ferraz e o Sebastião Teixeira. Este - e é elle próprio que o diz - viu pela primeira vez o bicho em Dois Córregos. (...) Pois bem; foi ali que vira, que conheceria, que admirara aquella maravilha, aquella cousa do outro mundo, que andava sem ser puxado por ... bois! E por signal que, ouvindo o apito do bicho, fora sentar - se, prudente, no extremo opposto de plataforma. Nada! Que a cousa podia assustal - o de tal modo que não podesse conter - se em pé! Sem embargo, todavia, de estar de costas voltadas para o trem de fogo, podera vel - o, medil - o de alta a baixo e ficar maravilhado, boquiaberto ante aquelle ... monstro!*

*O Luizinho, por sua vez, conhecêra - o aqui mesmo, indo um dia até as proximidades da fazenda Navarro, a pé para vel -o! ... Ambos porém, o haviam apenas visto ... visto de longe, a distância respeitável ... para não serem vítimas da atração do abismo ! Mas, com diabos! Era preciso vel - o de perto, apalpal - o, cheiral - o .!”*  
(*Correio do Jahu, 1906. Nº 1.152 p. 1*)

Percebemos que Sebastião Teixeira e Luiz Ferraz sentiram emoções contraditórias e muito fortes ao ver pela primeira vez o trem, de perto. Quando o viram ficaram maravilhados. As palavras usadas para descrever o trem, evidenciam qual foi a sensação que tiveram: “*bicho*”, “*monstro*”, “*coisa do outro mundo*”. Eles ficaram admirados e boquiabertos, mas também inseguros diante de tamanha novidade. Os dois companheiros em circunstâncias e locais diferentes tiveram a mesma reação ao ver a locomotiva: ficaram bem longe dela “*para não serem vítimas da atração do abismo*”. Apesar do medo que tiveram do “*monstro*” o desejo que sentiam era de vê-lo bem de perto para matar a curiosidade. Queriam tocá-lo e sentir seu cheiro. A engenharia que fazia a locomotiva se mover também impressionou os dois curiosos. Pela primeira vez eles viram um meio de transporte que se movia sozinho e não precisava ser empurrado ou puxado, o que era uma novidade incrível para aquela época.

O trem mexeu tanto com as sensações das pessoas que valia qualquer esforço para vê-lo. Através das informações contidas na referida crônica, pudemos saber que para ver o trem bem de perto, Luizinho Ferraz fora à pé até a fazenda Navarro (que provavelmente era distante da cidade) para matar a sua curiosidade. Assim, qualquer sacrifício era válido para ver a maria - fumaça.

Se para ver o “*bicho*” fazia-se de tudo, para viajar nele valia qualquer negócio. E assim, Sebastião Teixeira e Luiz Ferraz do Amaral puseram - se a andar a pé de Jaú até a Estação de Banharão cumprindo um percurso de

mais ou menos uns doze quilômetros. Isso feito, ambos podiam voltar de trem novamente à Jaú viajando pelo menos vinte minutos. (*Correio do Jahu, 1906. Nº 1.152 p. 1*)

A seguir temos o relato feito pelo cronista a respeito das emoções que os dois passageiros sentiram ao viajar de trem pela primeira vez.

“ (...) *Que figurão não farião ao entrar de trem na estação, provocando a inveja dos seus camaradas, que não podião fazer o mesmo! Que entusiasmo, que garbo não terião! E havião de quando o trem se aproximasse da estação, colocar – se em pé na plataforma do carro, para se destacarem, para serem vistos, para serem admirados em seu garboso entusiasmo*” (*Correio do Jahu, 1906. Nº 1.152 p. 1*)

O cronista enfatiza o prazer e o entusiasmo sentidos pelos viajantes. Ao comentar que a viagem provocaria a inveja dos amigos, percebemos o quanto as pessoas tinham ansiedade de viajar no trem e como isso trazia um certo “status”, pois causava inveja em outras pessoas.

E assim o cronista terminou de relatar a sensacional experiência dos dois passageiros:

“*Mas conseguiram o seu fim: experimentaram, apalparam, cheiraram, tomaram o gosto ... do trem de ferro, aboletados em uma carruagem de segunda classe! E entraram na estação com o garboso entusiasmo que haviam idealizado... Se alguém os vio ... não sabemos. Se estavam mortos de fome... que importa. Mais vale um gosto do que quatro vinténs.*” (*Correio do Jahu, 1906, nº 1. 152, p.1*)

Portanto, Luiz Ferraz e Sebastião Teixeira concretizaram o desejo que também era o de muitas pessoas. Fizeram de tudo para ver, viajar, apalpar, experimentar, sentir o cheiro e tomar o gosto pelo trem. E para ter essa experiência numa viagem curta eles realmente não precisavam pagar um bilhete

de primeira classe. Na segunda classe eles sentiriam da mesma maneira esses prazeres.

Não foi de uma hora para outra que a população local se acostumou com fato de o trem fazer parte do cotidiano da sua cidade. O cronista Suetônio relatava em 1906, portanto dezenove anos após a chegada da ferrovia em Jaú, a ansiedade da população jauense ao esperar na estação o trem que trazia os visitantes e as novidades. Assim, ele tratou a questão:

*“ Entretanto o trem está a chegar. O Silva da locomotiva põe o seu bonet de chefe, agarra o estaff e dirige - se para a plataforma . ... Os circunstantes voltam-se todos para o lado se onde vem, resfolegante, soltando fumo e faixas, o trem, que conduz passageiros e novidades palpitantes”... (Correio do Jahu, 1906, nº 1.148, p.1).*

As “*novidades palpitantes*” poderiam ser diversas: a moda trazida da capital, uma visita ilustre para a cidade, uma notícia esperada com ansiedade por alguma pessoa, entre outras. A estação ferroviária passou a ser o ponto de encontro de muitas pessoas, e um local no qual sempre se poderiam sentir fortes emoções. Sempre era grande o movimento de pessoas que ficavam à espera nos horários de chegada e partida dos trens.

O trem passou, portanto a dinamizar a vida social, econômica e cultural do município, propiciando condições para que a cidade de Jaú paulatinamente se modernizasse, como ocorria com outras cidades do interior do estado.

Também através desses contactos proporcionados pela ferrovia, eram mais comuns as visitas de pessoas que podiam ser portadoras das novidades das grandes capitais.

A chegada da ferrovia também criou condições de integração entre as várias regiões do Estado. O trem deu condições para o estabelecimento de contato com outras cidades quebrando o isolamento local. Entretanto, era na capital paulista que muitos jauenses podiam conhecer as novidades trazidas com a modernidade. Viagens mais rápidas mudavam a maneira de vivenciar o tempo. Num mesmo dia uma pessoa podia se deslocar de Jaú para São Paulo a fim de resolver seus negócios ou mesmo ir a passeio. Ao viajarem e conhecerem novos locais, novas idéias e muitas novidades, alguns jauenses tinham grande probabilidade de se empolgar com o novo, absorvendo o ideário de progresso. Desta feita, *“em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles.”* (Giddens, 1991, p.27).

Ainda com relação à importância da ferrovia, podemos destacar seu papel fundamental para negócios da aristocracia agrária. O trem transportava anualmente milhares de toneladas de café, o que provocava uma grande movimentação nas ruas da cidade de carroças que levavam o café até a estação ferroviária. Dessa maneira, a ferrovia foi imprescindível para garantir o crescimento econômico e a modernização local, garantindo a circulação da principal mercadoria produzida na região.

Como já tratamos, a ferrovia como um rápido meio de transporte e comunicação possibilitava contatos mais frequentes com novos lugares, novas idéias, e novas pessoas. Esse fato foi certamente importante para as mudanças de padrões da cultura local.

A luz elétrica foi outro melhoramento implantado no começo do século XX, que entusiasmou bastante a população local. Esse fato, que ocorreu em 1901, também foi muito exaltado pela imprensa. A ênfase do discurso

modernizador presente nas fontes consultadas era para a mudança da imagem da cidade. Com a instalação da eletricidade, Jáu não seria mais vista como uma longuíqua e atrasada comarca do Estado. A iluminação era uma forma de superar o estigma do atraso, afastando a visão de que os habitantes das grandes cidades, já modernizadas, tinham a respeito do interior, visto como um sertão bravo. Esse acontecimento continuou sendo muito exaltado pela imprensa nos anos posteriores. Em 1906, um cronista que assinava com a letra “C” relatou o clima de festa e alegria vivenciado pela população no dia 28 de setembro de 1901 quando foi inaugurado o sistema de iluminação da área central. Foi um dia especial para a cidade. Assim ele descreveu a festa:

*“ Extraordinária essa festa: intensíssimo o júbilo do povo; belíssimo o aspecto da cidade. Nada menos que cinco bandas de músicas enchiam n’a dos seus melodiosos, em marche marche, isoladas pelas ruas, destacando-se a Carlos Gomes em grande uniforme(...) Da estação desceu para o escriptório da empresa a enorme massa de povo que aguardava na gare a chegada de inúmeros convidados. D’ahi partiu pelo telefone, a ordem à usina para que se fizesse a luz. Mais depressa do que se descreve, a cidade innundou em luz, projetada por inúmeras lâmpadas incandescentes e muitos arcos voltáicos ! O que se passou nêsse instante não se diz: sonha-se, vê-se. Gyrandolas, foguetes, baterias, aclamações, música, tudo isso ergueu-se nùm ímpeto tão sublime como a própria alma do povo a perder n’uma vertigem de alegria indefinida .”* ( Correio do Jahu, 1906, nº239,p.1).

“Uma vertigem de alegria indefinida” caracterizou a festa segundo informações do cronista, que descreveu a explosão do entusiasmo popular. Como explicar tanta alegria e festa? Como observava Benjamin (1997) os “efeitos excitantes” provocados pela modernização das cidades enfeitiçavam a maioria das pessoas. Daí entender a alegria e excitação da população no dia da

inauguração da eletricidade. Para a sociedade local ficavam no passado as lembranças da vila iluminada a querosene.

Não somente o cronista “C”, mas outros articulistas escreveram sobre a inauguração da luz elétrica na cidade. De modo geral eles queriam mostrar a importância do fato para a localidade, comparando as condições de Jaú antes e depois da implantação da eletricidade. Um desses artigos, escrito em 1919; momento em que os habitantes de Jaú já estavam bastante acostumados com a luz elétrica, relatava que nos tempos em que a cidade era iluminada a querosene, as ruas tinham “*um ar tétrico e cheio de sombras*”(Comércio do Jahu, 1919, nº- 1742, p.2) O ambiente tétrico simbolizava a ausência do brilho, da magia e do encanto das luzes proporcionados pela luz elétrica.

Para destacar a importância da iluminação elétrica, os articulistas registravam que antes dela todo cuidado era pouco para sair à noite. A maioria das pessoas usavam lanternas, pois os buracos, as pedras e os animais soltos pelas ruas eram sempre uma ameaça à população. A luz elétrica mudou essa situação. Com a eletricidade a noite se faz dia, e um ambiente artificial com luzes e brilhos cria os novos cenários para a cidade em processo de modernização.<sup>7</sup>

Esse ambiente de iluminação artificial permitia que as pessoas pudessem frequentar os espaços da cidade que dia-a-dia iam sendo remodelados e embelezados, como por exemplo, os jardins que passavam a ser frequentados para os passeios e também para apreciar as retretas. Era a luz elétrica que permitia uma nova forma de lazer.

---

<sup>7</sup> É sabido que a cidade moderna vai surgindo na medida em que o homem transforma a natureza através da utilização dos recursos tecnológicos. A modernidade cria condições artificiais de vida no espaço urbano.

Em 1916, uma notícia veiculada no “Comércio do Jahu” abordava o transtorno sofrido pela população, quando por problemas técnicos, a cidade viveu um apagão bem no momento em que as pessoas saiam para passear nos jardins. Desta feita, estando já acostumado com o conforto proporcionado pela eleticidade, o articulista denominou a escuridão de “pavorosa”. A escuridão da noite que no século XIX era vivenciada como um fenômeno próprio da natureza, depois da invenção da eletricidade passou a ser vista como algo ameaçador e pavoroso. As pessoas tornaram-se dependentes dessa nova tecnologia. Assim, o articulista narrou o fato:

*“Interiramente às escuras ficou domingo último a cidade, justamente às horas em que é maior e mais intenso o movimento dos nossos jardins.*

*Senhoras e senhoritas ainda bem não haviam deixado suas casas para o agradável passeio dominical nada mais tiveram a fazer, se não recolherem-se às cegas, da pavorosa escuridão em que se imergiu a cidade.”* (Comércio do Jahu, 1916, nº-991, p.1)

As vitrines iluminadas também não passaram despercebidas por um visitante que foi a Jaú em 1918. Escrevendo para o “Comércio do Jahu” ele enalteceu a cidade ao narrar entre outras coisas o seu passeio numa das ruas principais:

*“Na véspera de minha partida fui a noite fazer um novo passeio, descendo por uma rua tão formosa que se assemelhava com a rua de S.Bento, na Paulicéia; casas comerciais importantíssimas quasi todas invitrinadas, e a luz que projetava em tudo aquilo, dava uma vida de um fulgor estupendo!”* (Comércio do Jahu, 1918, nº-1252, p.1)

Provavelmente a população da cidade, assim como fez o visitante, costumava dar seus passeios para observar as vitrines. A iluminação valorizava e “dava uma vida” às ruas e ao comércio na opinião do visitante. Dar vida

significava atrair a atenção do consumidor e torná-lo fascinado com a beleza das vitrines arrumadas e bem iluminadas. O visitante certamente queria se referir ao esforço dos lojistas em criar um ambiente artificial cheio de luz e brilhos para seduzir aqueles que gostavam de flunar pelas ruas observando as casas comerciais.

Também em meados da segunda década do século XX, outro articulista do “Comércio do Jahu” no intuito de mostrar que a eletricidade já estava sendo utilizada para facilitar a vida doméstica proporcionando conforto para muitas famílias relatou que “*A exploração de energia elétrica em forma de calor, tem tido bastante aceitação havendo ferros de engomar, chaleiras, etc*” (Comércio do Jahu, 1914, nº- 711, p.1).

Entretanto, detectamos que eram poucas as donas de casa que usavam esses novos objetos modernos. Examinando a lei nº- 226 de 1913 (por nós já abordada), cujo propósito era controlar e fiscalizar a limpeza urbana, verificamos que entre os vários itens do seu artigo dezessete, um deles enfatizava que estava proibido jogar nas ruas a sujeira dos ferros de passar. Isso significava que o uso do ferro a brasa ainda era predominante, de tal forma que o poder público queria evitar que as mulheres jogassem a sujeira dos ferros na via pública. (Comércio do Jahu, 1913, nº-548, p.1). Portanto, o jornal produzia um discurso sobre a boa aceitação das novidades no meio social local que nem sempre correspondia à realidade vivenciada pela maioria das pessoas.

A imprensa, no entanto, continuava a exaltar a chegada das novas tecnologias em Jaú procurando destacar que o jauense não era avesso ao progresso. A fotografia foi outra novidade bastante apreciada na localidade. Sabemos que desde o final do século XIX era comum a população local receber a visita de fotógrafos, principalmente da capital paulista, que ficavam alguns dias

na cidade para atender às famílias que queriam tirar suas fotografias, mas foi a partir de 1906, que o “Correio do Jahu” passou a ressaltar a importância da implantação de um laboratório fotográfico na cidade, pois dois imigrantes italianos estabeleceram o seu negócio em Jaú. Eram os irmãos Cantarelli.

Os irmãos Cantarelli tornaram-se bem conhecidos na cidade e também na região nas duas primeiras décadas do século XX. Desde 1906 o jornal “Correio do Jahu” tecia elogiosos comentários aos serviços que eles prestavam à população. Esses imigrantes eram apontados pelo jornal como “*dois modestos artistas*”, (...) que “*fazem todos os trabalhos da arte moderna, mesmo os mais difíceis e caprichosos*”(…) atendendo com capricho sua numerosa clientela. (Correio do Jahu, 1906, nº-1200, p.2)

A imprensa noticiava que os trabalhos mais encomendados pela população eram os “retratos”, os “postaes” e “medalhões”.( Comércio do Jahu,1915, nº- 739, p.) Todavia, sabemos que muitas pessoas ainda não tinham condições financeiras para tirar muitas fotos. Fazer álbuns fotográficos não era um costume predominante no período. As fotos ficavam reservadas para ocasiões especiais.

Como ocorria em outras cidades, era comum os fotógrafos jauenses organizarem exposições de fotografias para serem vistas pela população, no intuito de valorizar e tornar conhecido o seu negócio. Ficavam expostas nas vitrines fotos de famílias ou pessoas importantes da cidade, bem como de paisagens de cidades vizinhas. Fotografias coloridas e produzidas com fundos artificiais também eram expostas. Esses fundos normalmente eram cenários de opulentas casas burguesas.

A fotografia também teve um papel importante ao registrar aspectos do processo de modernização, e servir como instrumento de propaganda

da imprensa, que procurava divulgar o progresso da cidade. Já mencionamos que o “Almanack de Jahu” em 1902, estava repleto de fotos com o objetivo de divulgar o crescimento da cidade. Os jornais usavam a fotografia como meio de propagandear o desenvolvimento urbano reproduzindo fotos, principalmente da nova arquitetura que ia sendo implantada na cidade. Era importante, no entender da imprensa local, divulgar o crescimento de Jaú para outras regiões. Existia um esforço conjunto dos agentes modernizadores locais no sentido de divulgar uma imagem positiva da cidade para todo o Estado.

O Centro de Documentação do Colégio da Fundação Educacional “Dr Raul Bauab” recuperou uma quantidade expressiva de fotografias que registraram nas duas primeiras décadas do século XX os aspectos modernos da cidade. O ângulo escolhido pelos fotógrafos era sempre a cidade remodelada e bonita. A maior parte das fotografias registra a arquitetura, as praças, os jardins e as ruas já calçadas. Portanto, esses fotógrafos queriam preservar para a posteridade a imagem da cidade reformada, e não tiveram interesse em registrar os outros aspectos da cidade antes da reforma urbana, ainda predominantes em Jaú no começo do século XX.

As fotografias também passaram a servir como meio de propaganda política. O jornal o “Comércio do Jahu” em 1910 chegou a reproduzir, como já apontamos no capítulo anterior, as fotos dos candidatos do PRP para fazer propaganda eleitoral.

A fotografia era mais um recurso tecnológico que podia servir a propósitos diferenciados. Um deles era o registro de momentos importantes na vida de muitas pessoas. Em outros casos a foto servia para a construção de uma memória que interessava a alguns segmentos da sociedade local. Era o caso da literatura produzida sobre a cidade por meio da imprensa e de outras publicações,

que registravam apenas as imagens do progresso. Na política, a fotografia também teve grande serventia. Através dela se poderia construir a boa imagem dos candidatos. Desse modo, incorporada ao cotidiano, a fotografia tinha o poder de afetar o imaginário social. A representação do real através da imagem fotográfica parecia tornar-se mais importante que a própria realidade, e influenciava o modo pelo qual a sociedade local passava a construir sua visão de mundo a respeito da política e das questões urbanas.( Fabris, 1991)

No começo do século XX, além da fotografia, o cinematógrafo foi outra novidade tecnológica que agitou a vida dos jauenses. Não há condições de apontar a data exata da vinda a Jaú da primeira empresa de cinematógrafo, devido ao fato de alguns volumes do jornal o “Correio do Jahu” terem se perdidos, no entanto, acreditamos que tal acontecimento tenha se dado no ano de 1901, pois no ano anterior, quando fora publicada a obra “Jahu em 1900”, o seu autor não tratou do caso.

No ano de 1902 o “Correio do Jahu” já fazia propaganda sobre as sessões de cinematógrafo. Algumas empresas de outras cidades, principalmente da capital, estiveram em Jaú entre os anos de 1902 e 1909, quando a cidade passou a ter um cinematógrafo permanente. Nesse período era de forma mais esporádica que a população podia ter contato com os acontecimentos que ocorriam em âmbito mundial, como revelava uma programação do cinematógrafo levada ao público através da empresa H. Kaurt em 1902. Os jauenses puderam assistir a três fitas: “ *O sonho do Radajah, A Guerra dos Transwaal, as festas de Paris e grande série de vistas grotescas*” (Correio do Jahu, 1902, nº-571, p.1)

Portanto, fatos ligados ao imperialismo das potências européias e à visualização das festas de Paris, cidade símbolo da modernidade no começo do

século XX, colocavam alguns jauenses a par da realidade política e cultural da Europa.

No ano de 1909, o proprietário do teatro Carlos Gomes, senhor Manoel José Coimbra, adquiriu da empresa F. Serrador de São Paulo que estava se apresentando em Jaú, um aparelho de projeção cinematográfica. O jornal “Comércio” destacou em notícia que se tratava de “ *um magnífico aparelho, modelo Pathé que já se acha instalado no ‘Carlos Gomes’.* (...) E comunicava os dias das apresentações: “*Haverá funções normalmente, às terças, quintas, sábados e domingos. Aos domingos também haverá matinées.*” (Comércio do Jahu, 1909, nº- 59, p.1). A partir dessa data a população jauense passou a dispor definitivamente das apresentações cinematográficas. Em 1910, Jaú chegou a contar com três casas de espetáculos de cinema, respectivamente no teatro Carlos Gomes, no teatro Bijou- Salon e no Pavilhão Paulista.

Todavia, observamos através da leitura das crônicas e notícias dos jornais, que o contato de parte da população local na primeira década do século XX com esses “elementos do progresso” como a locomotiva, o telefone, a eletricidade, a fotografia e o cinema não havia provocado mudanças tão profundas no modo de vida dos jauenses. A cidade ainda era bastante provinciana e resistia às novidades.

Em 1902, o cronista Heitor Nazareno registrou como era um dia de domingo em Jaú. No período da manhã as pessoas se dirigiam à igreja para os agradecimentos e preces à Deus. Os habitantes da zona rural colocavam suas “roupas de festa” e iam para a cidade assistir à missa. À tarde, os rapazes e moças passeavam de braços dados em volta do jardim da matriz, ao som de uma banda musical. À noite todos mantinham o mesmo entusiasmo, ou seja, continuavam

dispostos a passear e ouvir concertos musicais no jardim (Correio do Jahu, 1902 nº- 619, p.1)

As festas religiosas também levavam milhares de pessoas às ruas nos primeiros anos do século XX. No mês de abril de 1902, realizou-se a programação da semana santa. A procissão do senhor morto mobilizou várias irmandades, entre elas a de São Benedito que acompanhava o cortejo uniformizada e com tochas nas mãos. Cada ala com seus respectivos andores de santos foi descrita em detalhes pela imprensa. Uma das atrações da procissão era *“Verônica, toda trajada de preto e acompanhada por diversas pessoas que cantavam a ladainha”*. A banda “Carlos Gomes” seguia a procissão tocando marchas fúnebres. Estavam presentes nessa procissão duas mil e quinhentas pessoas. ( Correio do Jahu, 1902, nº- 577, p.1)

Não era apenas a semana santa que atraía milhares de pessoas para a cidade. Outras festas religiosas eram muito prestigiadas pela população local. No mês de maio havia festas do mês mariano em louvor à virgem Maria. O mês de agosto era reservado para as festas dedicadas a Nossa Senhora da Glória, São Sebastião e São Roque. Nos meses de outubro e novembro realizavam-se as “pomposas” festas em louvor a Nossa Senhora do Patrocínio, padroeira da cidade, e ao Divino Espírito Santo. Em dezembro a cidade se agitava por conta das festas natalinas. Muitas famílias montavam presépios e se visitavam com mais intensidade devido a essa tradição. Como os presépios eram montados em casas particulares, as visitas entre as famílias cresciam durante essa época. Os presépios tornavam-se um grande atrativo para as moças, ao saírem de casa. A missa do galo também era muito valorizada. No ano de 1906, quatro mil pessoas estavam presentes nessa missa. Nesse período a religiosidade do povo jauense

era intensa a ponto de o “Correio do Jahu” transcrever alguns sermões dos padres para o jornal. ( Correio do Jahu, 1906, nº-1273, p.1)

O valor dado à religião era tão significativo que nos momentos em que empresas cinematográficas de São Paulo chegavam à cidade para dar uma temporada, uma das fitas mais apreciadas pelos jauenses era “a vida, paixão e morte de nosso senhor Jesus Cristo” (Comércio do Jahu, 1908 nº- 14, p.2). Nesse caso, a população usava a nova tecnologia para reforçar as tradições religiosas, tão prestigiadas na localidade.

Entretanto, as inovações tecnológicas continuavam a chegar na primeira década do século XX. Em 1906 foi instalado o relógio da matriz. Esse relógio foi doado pelo “capitalista” italiano Vitor Cesarino à Câmara Municipal com o objetivo de torná-lo o “*chronometro official da população*” ( Correio do Jahu, 1906, nº- 1.234, p.2)

É emblemático o fato de esse relógio ter sido doado por um “capitalista”, que estava preocupado com a regulação dos horários. A inserção do município e da cidade de Jaú na economia comercial cafeeira, exigia uma nova dinâmica na realização dos negócios. Nesse momento o tempo racional da produção e da circulação da mercadoria passava a definir a ocupação do espaço e as relações de trabalho.

Portanto, a população jauense passou a ter que conviver com a imposição de um tempo abstrato. O relógio da igreja matriz passou a ser o “regulador do tempo” e tornou-se a base para o horário de trabalho das pequenas manufaturas, do comércio e das repartições públicas.( Correio do Jahu, 1908, nº- 1467, p.2)Assim, o relógio mecânico “*expressava uma dimensão uniforme do tempo ‘vazio’ quantificado de uma maneira que permitisse a designação*

*precisa de 'zonas' do dia( a 'jornada de trabalho' por exemplo) (Giddens, 1993, p,26)*

Nos momentos em que o relógio deixava de funcionar por qualquer problema técnico, a imprensa, que era formadora de opinião e representante desses interesses ligados à produção e ao comércio, alertava a população sobre o funcionamento irregular do mesmo. Ela também cobrava dos responsáveis o concerto da “máquina” de tal maneira que a ordem pública não fosse perturbada.

As irregularidades do relógio da matriz foram apontadas pelo “Correio do Jahu” em 1908, e pelo “Comércio do Jahu” em 1911 e 1914. As matérias escritas pelos articulistas defendiam a manutenção do bom funcionamento do relógio, a fim de que ele cumprisse sua meta de ser o regulador oficial de todas as funções públicas e particulares realizadas na cidade.

O poder público também tratou de buscar uma solução para resolver os eventuais problemas que ocorriam com o relógio da matriz. Em 1911, o vereador Antonio Pereira do Amaral Carvalho apresentou uma indicação à Câmara Municipal para que a mesma pudesse contratar um funcionário para zelar pelo bom funcionamento do relógio. Essa indicação tinha o seguinte teor:

*(...) Considerando que o relógio colocado na torre da Matriz desta cidade é objeto destinado a servir ao público em geral e não ao culto propriamente ;*

*Considerando que esta Câmara encarregando-se da importação do referido relógio, já reconheceu essa utilidade pública;*

*Considerando que o mesmo relógio, como machina de valor e de precisão que é, para bem preencher as suas funções de regulador público necessita de constantes cuidados de profissional competente, indico que o Sr. Prefeito fique autorizado a contratar com profissional idoneo os serviços necessários a conservação e*

*ao regular funcionamento do relógio existente na torre matriz dessa cidade.* (Comércio do Jahu, 1911, nº- 336, p.1)

Assim, o mencionado vereador que certamente estava preocupado, e/ou representava aqueles que também tinham essa preocupação com o bom funcionamento das atividades econômicas na cidade, queria garantir que o relógio estivesse sob os cuidados de um profissional competente para evitar maiores imprevistos com os problemas técnicos. Entretanto, analisando os acontecimentos posteriores deduzimos que essa indicação aprovada não foi colocada em prática.

Outro episódio ocorrido com o relógio da matriz em 1914 ilustra a questão. No final desse ano ele parou de funcionar e os ponteiros ficaram parados em “dez e sete”. Esse fato bastou para que um articulista fizesse uma crítica mordaz a tal situação através de um texto bem irônico por meio do qual ele pedia as devidas providências ao padre, ressaltando que já estava com os “nervos irritados” em ver por tanto tempo o relógio marcando “dez e sete”. O relógio voltou a funcionar em março de 1915. O padre, que certamente estava mais atento às questões de cunho religioso, pareceu não estar tão preocupado com os “nervos irritados” do articulista, pois mandou concertar o relógio somente três meses depois. (Comércio do Jahu, 1915, nº- 735, 762, p.1)

O fato de alguns segmentos sociais estarem interessados em que o relógio da matriz fosse guia oficial da população, não significava que todos os jauenses seguissem automaticamente as badaladas do relógio. É certo, porém, que cada vez mais a racionalidade da economia comercial passava a ser o principal fator na organização das relações sociais. Ia ficando para trás a época em que se levavam em conta os fenômenos naturais na observação e na vivência do tempo. O relógio mecânico em tempos de modernidade foi sendo apropriado

pelos interesses vinculados à economia de mercado. (Bresciani, 1984; Giddens,1991; Mattos, 1982)

O carro, que exerceu uma profunda modificação no comportamento das pessoas também chegou a Jaú no começo do século XX. A primeira notícia veiculada pela imprensa sobre a aquisição de um carro por uma pessoa na localidade foi em 1907. Era a senhora Ana Barbosa que havia adquirido um automóvel da fábrica Osmobile Company dos EUA, através da importadora que representava a empresa no estado de São Paulo. ( Correio do Jahu, 1907, nº-1337, p.2)

Interessante perceber que sendo uma máquina muito cobiçada pelos homens, em Jaú, o primeiro carro foi de propriedade de uma mulher. A mencionada proprietária senhora Ana Barbosa fora por várias vezes notícia na imprensa local. Primeiramente foi através do caso acima tratado. Em 1908 quando Ana Barbosa doou à prefeitura um terreno para a construção da vila dos morféticos, fato já referido no segundo capítulo, ela novamente foi destaque na imprensa. Outro momento foi quando Jaú assistiu ao primeiro espetáculo de aviação ocorrido na cidade em 1915, e foi Ana Barbosa que cedeu um campo existente em sua chácara próxima à cidade para que de lá fosse iniciado o espetáculo. (Comércio do Jahu, nº- 835, p.1) O dinamismo proporcionado pelas máquinas como o carro e o avião provocava - lhe fascínio. Certamente era uma mulher que havia absorvido o ideário da modernidade.

Embora não a tivesse concretizado, Ana Barbosa teve intenção de estabelecer uma linha de automóveis de cargas e passageiros entre Jaú e Bariri. O fato de ela pensar em estabelecer uma linha desse tipo, demonstra sua intenção de utilizar a máquina moderna para obter ganhos econômicos.

Foi também o que se pretendeu através da companhia fundada em 1911 com capital de cem contos de réis para explorar o transporte de passageiros e de cargas em Jaú. Estavam nesse negócio pessoas influentes da cidade, entre elas fazendeiros, profissionais liberais e políticos. Por esse motivo essa nova empresa foi muito elogiada pela imprensa local. Foi através de investimentos em ações que esses homens chegaram à soma expressiva de cem contos em capital. (Comércio do Jahu, 1911, nº- 345, p.2)

Apesar do entusiasmo inicial em torno do empreendimento, o mesmo não chegou a ser efetivado, e as razões pelas quais houve a desistência dessa companhia não foram abordadas pela imprensa. Entretanto, ela veio a ser concretizada por meio de outras pessoas não tão influentes na sociedade local, que possuíam capital para montar um negócio desse porte. Assim, em 1912 passou a funcionar em Jaú a “garage Jahuense” de propriedade de Theodorico Camargo, e nesse mesmo ano, o imigrante italiano Donato Capone também colocava à disposição da população um automóvel para ser alugado. Em 1914 foram os sócios Giovanardi Umberto e José Raquera que anunciavam pela imprensa local que dispunham de automóveis para alugar. (Comércio do Jahu, 1914, nº-616, p.2)

Também em 1912, as pessoas que desejavam comprar seu próprio carro podiam fazê-lo com mais comodidade, pois o médico Francisco Lira passou a ser agente da fábrica Studebaker em Jaú. Nesse ano ele havia importado 28 automóveis para serem vendidos, sendo 14 fords, 13 studebaker, e 1 Buick. (Comércio do Jahu, 1912, nº-440, p.1).

Aumentou significativamente o número de veículos na cidade na segunda década do século XX, com a chegada de carros particulares e de serviços. Em 1911, o “Comércio do Jahu” publicou a existência de dezessete

carros na localidade. Em 1913, a imprensa publicou uma pequena monografia sobre a cidade, na qual registrava a existência de 48 automóveis em Jaú. (Comércio do Jahu, 1911, nº-, 354, p.1 e 1913, nº536, p.2). Portanto, em dois anos o número de carros na cidade quase triplicou. Nesse período era expressivo o número de imigrantes italianos que também possuíam o seu carro, e muitos deles eram veículos para serviço. Notamos que esse fato que podia propiciar a ascensão social de alguns imigrantes, parecia incomodar a briosa classe dos proprietários rurais em Jaú.

A introdução dos carros, que impunham um ritmo e velocidade ainda não vivenciados pela maioria da população gerou algumas tensões no meio social local. A partir de 1911 a imprensa passou a publicar de modo mais freqüente a situação de insegurança e desconforto vivida pela população, mediante a correria dos autos no centro da cidade. Até 1915 foram uma constante na imprensa local as reclamações nesse sentido.

Foram os pedestres as primeiras vítimas das atitudes abusivas e imprudentes dos motoristas que guiavam seus carros, sempre testando o limite da velocidade e a potência da sedutora máquina. As notícias de atropelamentos e trombadas deixavam a população atônita. Mulheres e crianças estavam sempre em situação de risco. Os soberbos motoristas não respeitavam nem os locais de movimentos, como as saídas das escolas e dos teatros. (Comércio do Jahu, 1915, nº-868, p.1)

Em 1911, ano em que havia dezessete carros na cidade, um caso de atropelamento de uma senhora chamada Tereza Perlatti, resultou em acusações entre o motorista e o esposo da vítima, através da imprensa. O motorista, Pedro Scarabotto, para desmentir um boato que vigorava na cidade de

que uma mulher havia sido morta, devido ao seu descuido no volante, escreveu uma carta para o jornal o “Comércio do Jahu”, afirmando que:

*“Unicamente devido a imprudência de uma senhora ia dando-se um desastre, que consegui evitar com felicidade e a tempo, em vista do que a referida senhora ficou levemente machucada numa das pernas. Fica explicado o facto e desmanchado a balela que se inventou. Tenho prática de sobra para poupar até às línguas envenenadas”*( Comércio do Jahu,1911, nº-345, p.3)

A resposta do senhor Caetano Perlati, esposo da vítima, não tardou A chegar à redação do mesmo jornal. Ele estava indignado com a atitude do motorista e escreveu o seguinte:

*(...) Venho por minha vez, protestar contra a acusação feita à minha mulher, pois ella nada mais fez do que faria outra senhora qualquer, em idênticas condições.*

*O facto deo-se da seguinte maneira: Um filhinho meu ia atravessando a rua, quando minha mulher avistou o automóvel, que vinha do cemitério, a toda disparada. Presentindo e temendo o perigo, com a previdência natural das mães, que tanto dignifica e nobilita o coração feminino, minha mulher correo para a criança, para livral-a do perigo,sendo então ambas alcançadas pelo automóvel, que atirou violentamente ao chão, ferindo-a.*

*Agora pergunto eu: de quem foi a imprudência? Se o automóvel tivesse parado a tempo, teria derrubado minha mulher? Se viesse com menos velocidade, teria causado o desastre?(...) Tenho também a dizer que si o desastre não teve maiores conseqüências, foi porque algumas pessoas correram para o meio da rua e, levantando os braços e gritando para o chauffer, collocaram-se na frente do automóvel, a certa distância e obrigaram o vehiculo a parar.(..) Agora julgue o público de quem foi a imprudência; se de minha mulher que ficou de cama cinco dias por causa da queda, si do chauffer. (Comércio do Jahu, 1911, nº-346,p.1,2)*

Observamos que a acusação de imprudência era usada pelo motorista para denominar a atitude da senhora Tereza Perlatti, bem como pelo esposo da vítima que denunciava a imprudência do motorotista por dirigir “a toda disparada”, mostrando que no momento em que a cidade teve o número de automóveis acrescido, nem os pedestres e nem os motoristas estavam preparados para enfrentar a agitação das ruas. Sem nenhuma sinalização, os motoristas tinham que fazer conversão à direita, à esquerda, mudar a marcha, diminuir ou aumentar a velocidade, dar ré, etc. Os pedestres por outro lado não estavam habituados a ter que ficar o tempo todo atentos ao movimento dos carros. Somava – se a essa situação a presença de uma quantidade expressiva de carroças que também transitavam pelas ruas. Daí, entender o porquê do elevado número de acidentes envolvendo os pedestres, os carros e carroças.

Por isso, desde 1911 o jornal o “Comércio” noticiava as circunstâncias de perigo vivido por transeuntes que ficavam à mercê das atitudes “desastradas” da maior parte dos motoristas. Crônicas eram editadas procurando esclarecer os danos que poderiam ocorrer à população pelo abuso dos motoristas. Portanto, com a chegada do automóvel à cidade, muitas pessoas passaram a viver sobressaltadas, preocupadas em não serem abordados pelas novas máquinas que tomavam as ruas. Esse era o medo da população. Para sobreviver na rua moderna o homem *“precisa desenvolver sua habilidade em matéria de sobressaltos e movimentos bruscos, em viradas e guinadas súbitas, abruptas e irregulares- e não apenas com as pernas e o corpo, mas também com a mente e a sensibilidade.”* (Marshall, 1987, p.154). Portanto, era preciso estar sempre alerta.

Em 1912, um articulista do jornal o “Comércio” chamava a atenção dos “poderes competentes” sobre a necessidade da regulamentação do

tráfego de veículos em Jaú, *“pois diariamente, vimos no perímetro urbano, esses veículos em disparadas e isso devido unicamente, ao inqualificável abuso e imprudência da parte das pessoas encarregadas de guiá-los.”* (Comércio do Jahu, 1912, nº-439, p.2).

Como já foi dito, nos anos subsequentes a imprensa continuou a ressaltar com frequência a situação de insegurança provocada pela correria dos automóveis na cidade.

Em 1913, um cronista chamado Horto de Gogoy também reconhecia que o progresso tinha os seus inconvenientes. Ele condenou o perigo provocado pelo movimento das ruas devido à velocidade dos carros e das bicicletas que colocavam em risco a vida alheia. No seu entender, esses meios de transporte estavam fazendo a vez da febre amarela que havia matado tantas pessoas. Para ele a vida humana estava perdendo o valor. As novas situações criadas pelas tecnologias modernas causavam insegurança, e aumentavam os riscos, como o de sofrer um atropelamento. (Comércio do Jahu, 1.913, nº 485, p.1) Através das informações fornecidas pelo referido cronista e pelas notícias veiculadas por meio da imprensa, também pudemos observar que as bicicletas eram mal guiadas, e por isso muitas pessoas temiam pela “integridade” de suas pernas.

Portanto, ninguém mais podia sair de casa com tranquilidade. Já não era mais possível ficar praticando a “bigorna” nas esquinas, sossegadamente, como ocorria no final do século XIX. A rua ia se tornando aos poucos o lugar do trânsito e do movimento. Os tempos estavam mudando, e muitas pessoas estavam estranhando essas mudanças. Do mesmo modo que os novos ritmos impostos pelas tecnologias modernas traziam temores para Horto de Godoy, tal sentimento estava no âmago de muitas outras pessoas, que ainda não haviam sido

seduzidas pelas novidades trazidas pela modernidade. Suas mentes e sensibilidade ainda não haviam absorvido tantas mudanças.

Com relação à chegada dos carros e à situação de tensão que essa nova realidade provocou, podemos estabelecer uma analogia entre o caso jauense e o da capital paulista, analisado pelo historiador Nicolau Secvenko(1992). Esse historiador abordou a situação de insegurança vivida pela população de São Paulo com a chegada e o aumento do número de veículos na cidade. Tanto em Jaú quanto em São Paulo, as primeiras reações da população aos automóveis foram de medo e insegurança. Também foi bastante parecido o comportamento dos motoristas das duas cidades frente a nova máquina.

Os motoristas da capital guiavam em alta velocidade e não tinham o menor respeito com os pedestres, sendo que em alguns casos sentiam prazer em persegui-los. Os atropelamentos e trombadas eram constantes. Na opinião do referido historiador, o automóvel por ser muito caro era usado com arrogância por seus proprietários ou mesmo por motoristas a serviço de empresas. A poderosa e sedutora máquina passou a ser usada como forma de diferenciação de classe e se tornava símbolo de “status” social. Os motoristas usavam o espaço público como se fosse uma área privativa para seu divertimento. Para a população, a situação era de muita insegurança.

Na sociedade local observamos situações muito semelhantes às descritas acima. Um episódio ocorrido em Jáu no ano de 1913 serve para demonstrar a desobediência à lei e a prepotência de alguns jovens da sociedade local, que com um automóvel alugado usavam as vias públicas como espaço de divertimento e excitação. O fato fora registrado pelo “Comércio” com certa reserva e apreensão, pois os envolvidos eram “*rapazes bonitos e de brilhantes aparência na sociedade*”. Abaixo descreveremos parte desse fato.

*“ (...) As 11 horas da noite, dentro do automóvel ‘flanavam’ os rapazes pelas ruas da nossa cidade, aos guinchos, gritos e berros.*

*O próprio automóvel fazia diabruras, como se estivesse compartilhando da farra... Que regabofe!*

*Pela madrugada, o auto estacionou em frente a uma casa de tolerância. Saltaram os pandengos, todos de revolver em punho, alvejavam para todos os lados...(...) Conseqüências ... Conseqüências...*

*O dr. Heitor dos Santos, sempre correto no cumprimento do seu dever intimou os pandengos a comparecerem à polícia e prestarem declarações. (Comércio do Jahu, 1913, nº- 470, p.2)*

A atitude desses “*moços elegantes*” que usavam o espaço público como extensão de suas propriedades particulares, resguardando-se através do poder econômico e político dos seus familiares, era bem característica da mentalidade de um período de mandonismo e autoritarismo imposto pela aristocracia agrária que ditava as regras na localidade, bem como em todo o país. Nesse momento, a classe dominante passava a se utilizar das novas tecnologias trazidas pela modernidade para se destacar ainda mais em relação às outras classes sociais. *“O automóvel herdou assim o estigma proveniente do recente passado escravista, que associava necessariamente as posições de poder com o exercício da brutalidade”*( Sevcenko, 1992, p.74.)

O desprezo aos direitos dos outros habitantes da cidade estava expresso nas atitudes de direção perigosa e na utilização irresponsável de arma de fogo. Os gritos e berros dos farristas já altas horas da noite também eram sinais da falta de respeito em relação aos outros moradores. O que importava era a farra. Os recursos utilizados pelos jovens prepotentes garantiam a diversão e excitação: carro em alta velocidade, bebida, armas de fogo e a finalização da noite “excitante” numa casa de prostituição. Tudo com as vistas grossas das

autoridades locais, pois as providências não passaram de um depoimento na delegacia. Nunca mais foi noticiado nada sobre o episódio, portanto deduzimos que ninguém sofreu punição alguma.

Diferentemente da capital paulista, que segundo o historiador Sevcenko(1992) não tinha até 1920 nenhuma legislação para tratar da questão, em Jaú a lei que tratava da regulamentação do trânsito foi aprovada em 1912. A Lei nº224 regulamentava entre outros aspectos sobre as condições dos veículos, as normas do trânsito, e as penas a serem aplicadas no caso de os condutores infringirem essa lei. O art. 22 do capítulo 4, que tratava do trânsito de veículos definia a velocidade a ser respeitada pelos veículos nos seguintes termos:

*“ Na cidade os animais devem caminhar a trote curto e os automóveis não desenvolveram velocidade superior a 12 kilometros por hora, no cruzamento das ruas e sempre que o trânsito público o exigir, ser diminuida essa velocidade e o trote dos animais”* ( Comércio do Jahu, 1912, nº-456,p.5)

Com uma velocidade de 12 km não era para ocorrerem acidentes. Deduzimos, portanto que os motoristas sempre ultrapassavam essa velocidade para testar seus carros. Também acreditamos que eles ainda não estavam treinados para dirigir os autos obedecendo às regras de trânsito, e por conseguinte a legislação não foi cumprida de imediato pelos motoristas. Os mesmos não tinham treinamento para o cumprimento das exigências básicas do trânsito, como obedecer à velocidade permitida, permanecer à direita, e ligar os faróis à noite. Assim, essas regras não eram colocadas em prática pela maioria dos motoristas.(Comércio de Jahu, 1914, nº-650, p.1)

Além de todos esses fatos tratados a respeito da chegada do automóvel em Jaú, podemos acrescentar também o papel que a imprensa passou a dar às “excursões” e aos “raids” automobísticos acontecidos em Jaú desde

1911. Com chamadas sobre o assunto, o jornal “Comércio” procurava criar um certo interesse entre os seus leitores em torno da questão.

Nos primeiros anos da segunda década do século XX os articulistas ainda não usavam o termo “sportman” para denominar os motoristas, indício de que por esse período o carro ainda não era usado para prática esportiva. Os próprios motoristas ainda estavam se adaptando às novas máquinas. As viagens feitas entre cidades vizinhas não foram muitas, por certo, devido as más condições das estradas. Essas viagens serviam para testar a potência e a resistência dos carros. Dessa forma, em outubro de 1911, o jornal noticiou a primeira “excursão” de automóvel ocorrida em Jaú. O senhor Luiz Renine acompanhado de mais quatro pessoas foi até Bocaiana percorrendo dezoito quilômetros em vinte e oito minutos. Dois anos depois ele foi até Barra Bonita e Mineiros do Tietê. (Comércio do Jahu, 1911, nº- 341, p.2)

Em 1913, o jornal “Comércio do Jahu” deu grande ênfase ao “raid automobilístico” promovido pelo médico jauense Francisco Lira. Ele viajou de Jaú a São Paulo acompanhado de um mecânico num automóvel Studebaker com motor de trinta cavalos. Sua viagem demorou seis dias e foram rodados quinhentos e cinquenta e cinco quilômetros.

Portanto, passada a insegurança frente às novas máquinas, o carro passou ser usado para outros atrativos, principalmente nos últimos anos da segunda década do século XX. Através das práticas esportivas como o “raid automobilístico”, os jauenses endinheirados também podiam sentir muito prazer guiando seus carros. A imprensa divulgava os “raids” que alguns jauenses faziam para outras cidades. O tempo da viagem e o relato dos percalços ou sucesso das viagens eram matérias do jornal no intuito de satisfazer à curiosidade de todos os

interessados no assunto. A população local ficava na expectativa para receber os esportistas.

Assim, notamos que entre 1914 e 1915, a população já estava se habituando à presença das novas máquinas no espaço urbano. A utilização dos veículos como meio esportivo começava a criar interesse por parte de muitos jauenses, que passaram a acompanhar o desempenho dos esportistas e de suas máquinas.

Foi nesse contexto que o ciclismo também teve seus adeptos em Jaú. No ano de 1914 foi noticiada uma competição para os esportistas amadores que se aventuravam a correr do bairro rural denominado Capim Fino até o centro de Jaú. Os ciclistas também realizavam corridas entre as cidades mais próximas como Dois Córregos e Mineiros do Tietê. (Comércio do Jahu, 1917,nº-1.106, p.3)

Assim, a chegada das novas máquinas ia mudando aos poucos o cotidiano de uma parcela da sociedade local, que podia usufruir delas. Uma outra opção de lazer e esporte à disposição dos jauenses eram os passeios pelo rio Jaú feitos em lanchas movidas a gasolina. O médico Francisco Lira também testava o funcionamento das lanchas motorizadas desde 1911 no rio Jaú que corta a cidade. Em 1914, uma propaganda veiculada pelo “Comércio do Jahu” da empresa “A jauense” informava aos moradores sobre a nova diversão: “*Chamados pelo telefone nº- 132 para passeios familiares, pic-nics, etc, na lancha à gasolina a qualquer hora. – Preços 10\$ 000 com direito a 10 pessoas*” (Comércio do Jahu, 1914, nº-730, p. 2).

Portanto, podemos concluir que entre 1914 e 1915 segmentos da sociedade local começaram a usufruir das máquinas para experimentar as emoções e sensações produzidas pela velocidade e pelo ritmo acelerado propiciados por

essas novas tecnologias. Certamente na opinião de muitas pessoas, ter a possibilidade de se divertir em passeios e competições eram oportunidades que não podiam ser desperdiçadas. Foi nesse contexto de sedução em relação às novas máquinas que a aviação também passou a ser outro esporte que teve seus admiradores em Jaú.

A aviação deixava de ser no final da primeira guerra mundial um assunto apenas para os militares e passava a ser vista como atividade esportiva. Os espetáculos com a aviação eram um dos atrativos que mais movimentavam as grandes cidades, principalmente São Paulo no final da década de 1910 e início da década de 20. (Secvenko,1992)

Do mesmo modo, em Jaú, a apresentação do aviador Luiz Bergmann em 1915 foi sem dúvida o espetáculo que levou o maior número de pessoas às ruas naquela época. Esse piloto foi convidado por um grupo de Jauenses que eram admiradores do novo “sport” para ir à cidade fazer demonstrações aéreas. Os jauenses interessados nessa apresentação de aviação eram os senhores Sebastião Ribeiro de Barros<sup>8</sup>, Ignácio Luiz Pinto, Donato Ferreira, Alvaro Ribeiro de Barros, José Pilagallo e Arlindo Lopez.

Esses moradores, ao solicitarem ao aviador uma apresentação de aviação em Jaú, queriam proporcionar à população local um espetáculo emocionante, pois esse esporte era o mais revolucionário e excitante daquele momento. Por isso, a apresentação mobilizou regiões adjacentes, e a cidade recebeu milhares de pessoas. A maioria dessas pessoas nunca tinha visto um avião, e com certeza a apresentação foi um sucesso. A curiosidade para ver o

---

<sup>8</sup> Sebastião Ribeiro de Barros era pai de João Bibeiro de Barros. Esse último um apaixonado por aviação e tendo boas condições financeiras, pois seu pai era um grande fazendeiro de café, conseguiu realizar a travessia do Oceano Atlântico no “reide internacional Gênova – Santo Amaro” em 1927. Com a sociedade jauense já fragmentada e em processo de massificação onde o espetáculo esportivo passava a ser apenas fator de

“homem pássaro” era geral. Os vôos sobre a cidade e as manobras aéreas do piloto concretizaram o “*espectáculo surpreendente*” a que a população assistia admirada. Um ano após a apresentação, o “Comércio do Jahu” lembrava o fato nos seguintes termos:

(...) “*Finalmente foi designado o Domingo 29 de agosto para a ‘subida’, e nesse dia, a chácara da exma. Sra. Anna Barbosa, perante uma multidão que não é exagerado computar em 7 ou 8 mil pessoas, fez a subida e voou sobre a cidade. O povo fez-lhe uma estrondosa manifestação de aplauso. Dos municípios vizinhos vieram grande número de pessoas pelas estradas de ferro, automóveis, trollys, etc com ancia de verem como os jahuenses um espectáculo desconhecido e de que só faziam idéia pela cinematografia. No dia 1º de setembro fez um vôo sobre cidade, contornando a torre da matriz(...)* (Comércio do Jahu, 1916, nº-978, p.1)

Portanto, na segunda década do século XX, quando o centro de Jaú já estava reformado e a cidade caminhava para ter uma estrutura sócio-espacial fragmentada, as pessoas se reuniam para ver alguns desses espetáculos proporcionados pelas novas tecnologias, como um “raid automobilístico”, uma corrida de bicicleta, ou um espetáculo de aviação. Essa reunião de pessoas, no entanto, não representava mais uma socialização da comunidade. Todos estavam na rua apenas como espectadores, observando curiosamente o potencial e as aventuras que essas máquinas podiam proporcionar. Jaú não era mais só aquela comunidade apontada por Teixeira(1900) na qual ricos e pobres se socializavam nas tabernas e nas ruas. A cultura da modernização vinculada à absorção dos valores burgueses estava provocando transformações no espaço e nas relações sociais. A sociedade jauense começava a se esgarçar. O fato de grande parte da

---

agregação emocional, esse fato foi transformado pela história oficial em ato de heroísmo. João Ribeiro de Barros passou então a ser o principal mito da história de Jaú.

população se envolver com as notícias e as atividades esportivas não representava mais uma agregação social. Tudo era apenas uma diversão.

Num dos artigos publicados pelo “Comércio” em 1916, o articulista afirmava que o aviador Luiz Bergamann ao ser entrevistado( no hotel em que estava hospedado) sobre porque aceitou o convite para se apresentar na cidade, respondeu que foram muitos motivos, entre os quais ele destacava:

*(...)“1º- porque Jahu é a mais afamada cidade do Estado, é rica e bem habitada.*

*2º- Por ser bella e progressista, principal motivo.*

*Aqui vim arrastado, especialmente para conhecer a acreditada e moderna ‘Charutaria Selecta’, da rua Lourenço Prado, que recebe todas as semanas um soberbo stock de cigarros das marcas mais em voga e preferidas; charutos finos e deliciosos, vendendo tudo a preço de reclame.(...)( Comércio de Jahu, 8/4/1916, p.1)*

O interesse do aviador em conhecer uma charutaria na localidade estava relacionado a um comportamento muito em voga àquela época. Era a busca da conquista do prazer através da combinação do uso das novas tecnologias; vivenciando as sensações produzidas por elas, e do consumo de produtos exóticos e estimulantes para garantir os efeitos de aceleração que muitas pessoas desejam experimentar. Notamos que Luiz Bergaman era adepto desse tipo de comportamento. No entanto, não acreditamos que ele iria a Jaú movido simplesmente pelo desejo de conhecer a “Charutaria Seleta”. A menção do articulista aos elogios do aviador que destacava a existência da charutaria da rua Lourenço Prado, não deixou de ser uma propaganda do estabelecimento comercial, mas por outro lado certamente objetivava ressaltar os modernos padrões de comportamento praticado pelos jauenses endireinhados.

Frequentar uma charutaria era mais um dos novos hábitos praticados pelos mais abastados da cidade. Sabemos que fumar cigarros e

charutos industrializados era um fato recente nas grandes cidades, que se contrapunha aos hábitos rurais de usar o fumo de corda ou o fumo de pitar.(Sevcenko;1998,p.528). Assim, dentre os novos costumes considerados adiantados e modernos muitos jauenses queriam mostrar seu comportamento civilizado fumando charutos e cigarros industrializados.

A assimilação de um novo estilo de vida e a mudança de comportamento de alguns segmentos da sociedade local, não se deu apenas através da utilização de novas máquinas objetivando sentir a emoção das competições e dos passeios. A prática de esportes em geral estava se tornando moda em Jaú na segunda década do século XX tal como ocorria em outras cidades do estado e principalmente na capital paulista.

Entre os anos de 1909 a 1919 as atividades físicas passaram a ser bastante valorizadas. Em 1909, o destaque era para a difusão do futebol entre os jovens da alta sociedade local, ressaltando-se a sua importância para o desenvolvimento físico e mental dos praticantes. Um articulista do “Comércio do Jahu” ao relatar o transcorrer de uma partida de futebol entre os clubes denominados “Club Jahu” e “Sport Atheneu” procurou enfatizar que o esporte já estava cativando parte da mocidade jauense. Dessa forma ele relatou o fato:

*“Um outro gênero de recreio nos prende o espírito na actualidade. É o foot-ball.(...) Nos nossos dias é que elle tem assumido uma estabilidade mais ou menos definitiva(...) Este sport além de attrahente despertante de emoções; é sobretudo de grande interesse para as novas gerações.*

*No desenvolvimento da musculatura, na constituição physica é um operador por excellencia.*

*A mocidade de hoje por circunstância diversas é fraca e depauperada na compleição physica.*

*Louvamos francamente esses moços no empreendimento tenaz da difusão completa desse gênero sportivo que lhes garantirá futuramente uma robustez physica e outra disposição para os embates da existência.(...) (Comércio do Jahu, 1909, nº- 71, p.1)*

Fica aí clara a consciência de que o futebol exercia um fascínio sobre a população. Esse esporte prendia o espírito e despertava grande emoção. Enfatizar que o futebol havia assumido na cidade “*uma estabilidade mais ou menos definitiva*” era demonstrar que o esporte já estava criando raízes no seio da juventude mais elitizada da cidade. O próprio articulista era adepto do futebol e louvava a atitude de um grupo de jovens que estavam difundindo o esporte entre os seus pares.

Destacou – se aí a importância do futebol na preparação física de uma nova geração, pois esse esporte preparava o jovem fisicamente para os “*embates da existência*”. Estabelecia-se uma relação entre a prática esportiva e um bom condicionamento físico, que proporcionava o ânimo da juventude para enfrentar a vida. Está implícita nessa afirmativa do articulista (que expressava a opinião de segmentos da sociedade local) a preocupação com a constituição física da “nova geração” para o trabalho. Era o esporte disciplinando para o mercado de trabalho.

Assim, as mesmas questões abordadas por Nicolau Sevcenko(1992) em São Paulo encontramos em outras proporções em Jaú. Os novos valores que se difundiam com a prática das atividades esportivas eram a disciplina, o desempenho, e treinamento. Com as novas descobertas tecnológicas da época, o corpo humano e em especial a sociedade, passaram a ser vistos como máquinas com potencialidades para gerar energia, e que conforme o treinamento e o aperfeiçoamento poderiam desempenhar melhor suas funções. A absorção

desse novos valores era muito importante para o país no momento em que o mercado de trabalho estava se constituindo.

Outro aspecto das novidades trazidas pela modernidade foram os clubes, que em Jaú foram fundados a partir de 1909. Os primeiros foram compostos somente por membros da classe dominante local como o “foot-ball club Jahu”, o “sport club jauense”, “sport clube Atheneu”. Em algumas dessas associações como o “sport club”, os associados pagavam mensalidades, o que praticamente excluía a possibilidade de participação dos mais pobres. Em 1916, o jornal o “Comércio do Jahu” destacou num longo arrazoado a colaboração do “opulento” fazendeiro Sebastião Ribeiro de Barros para a formação da “corporação esportiva Bandeirante”. Assim, com o apoio dos mais abastados o futebol cada vez mais ganhava adeptos na cidade. A população também entrava em cena como expectadora, completando o espetáculo proporcionado pelos jogos, principalmente nos finais de semana.

Além dos jogos marcados entre os times da própria cidade, aconteciam competições também com times das cidades vizinhas. Quando o time visitante chegava a Jaú era recebido com festivas recepções. Em 1909 foi organizada uma Comissão pelo “foot-ball club Jahu” para receber os jogares brotenses que foram jogar em Jaú. Entre os componentes da comissão estavam o tabelião da cidade e colaborador do jornal “Comércio” chamado major Alberto Barbosa, e também Francisco de Paula Almeida Prado, irmão do chefe político local Vicente Prado.( Comércio do Jahu, 1909, nº-81, p.1)

Da mesma maneira, quando algum time de Jaú viajava para uma competição em outra cidade, o fato sempre transcorria com muita animação. Em 1914, o time da “associação sportiva” foi jogar uma partida de futebol em Dois Córregos, e o “Comércio do Jahu” assim noticiou o fato:

*“A essa prometedora festa, comparecerá grande número de exmas famílias aqui residentes, diversos sportmens e representantes da imprensa local que seguirão para aquela localidade hoje pelo primeiro trem.”*(Comércio do Jahu, 1914, nº-662, p. 1)

Assim, as partidas de futebol eram diversões restritas às “exmas famílias”. Essas disputas futebolísticas criavam oportunidades para as moças de família passearem e exibirem as roupas da moda. A estação de trem, como já afirmamos, se transformava então em local de fortes emoções. Tornou-se comum a recepção aos jogadores que vinham de fora, e em alguns casos como em 1914, os jogadores de Bocaina foram até recebidos por uma banda musical.(Comércio do Jahu, 1914, nº-692, p.2). No decorrer da segunda década do século XX, muitos outros jogadores de cidades vizinhas como Dois Córregos, Bariri, Brotas, Pirassununga e Ribeirão Preto foram bem recepcionados na estação ferroviária. Portanto, o futebol era o esporte que mais movimentava a cidade.

No final da década de 1910 o futebol já estava se popularizando. Outros segmentos da população estavam aderindo à paixão futebolística. Os trabalhadores urbanos e seus filhos começaram a gostar desse jogo. Na medida em que o futebol começou a ser praticado, principalmente pela criançada que brincava nas ruas e praças, passou a ser visto por muitos moradores, que certamente compunham os segmentos dominantes como um fator de perturbação da ordem. Nas ruas e fora do âmbito dos clubes existentes na cidade, o jogo de futebol era associado a uma atitude não civilizada e os seus adeptos eram perseguidos pela polícia. Muitos jauenses que viam o esporte como modelador do físico e formador da disciplina ficavam incomodados com o futebol jogado nas ruas pelos garotos mais pobres, e reclamavam através da imprensa.

A prática de esportes deveria, portanto, se dar dentro das regras já estabelecidas por setores da classe dominante local, como ocorria em outras cidades. Qualquer tentativa que partisse de outros setores sociais era vista como algo perigoso, comprometedor do progresso, e das práticas consideradas civilizadas.

Além do futebol, outras modalidades esportivas começaram a atrair o interesse de parte da coletividade local. Em 1914 foi inaugurado um “rink” situado à rua das flores (atual Marechal Bitencourt) para a prática de vários esportes, entre eles, a patinação, o esgrima, a ginástica e o futebol. A prática da natação foi outro esporte que cresceu a partir de 1918. Um ano depois o tênis mais um esporte elitista, foi muito bem aceito pelas moças da alta sociedade jauense, que dessa maneira, começaram a aderir ao novo estilo de vida em voga na época, que valorizava o exercício físico objetivando a busca da renovação das energias através da prática de esportes.(Comércio do Jahu, 1919, nº-1626, p.1)

Por certo, o crescimento da prática de esportes em Jaú a partir do ano de 1919 estava relacionado ao fato de as autoridades desportivas do Estado estarem preocupadas em firmar a liderança de São Paulo nos esportes através de *“uma reforma atlética e profilática – a regeneração da raça- que da capital de São Paulo se espraiaria por todo o interior”* ( Sevcenko; 1992, p.56)

Assim, o esporte também passava a fazer parte do cotidiano dos jauenses de forma mais intensa. Esse fato ia produzindo uma mudança no estilo de vida de parte da sociedade local. A prática dos esportes propiciava uma maior agitação na cidade.

Se na primeira década do século XX, como narrou o já referido cronista Heitor Nazareno, o domingo do jauense era bem pacato, prevalecendo a

frequência à missa e os passeios no jardim, a partir da segunda década do século, a juventude tinha outras opções para se divertir. Uma moça, ao invés de passear tranquila no jardim, de braços dados com um rapaz, podia vê-lo em uma competição esportiva. Essas competições estimulavam as pessoas a saírem de Jaú para assistir aos jogos em outras localidades. Passava a existir uma euforia da população em torno desses encontros entre jogadores de cidades vizinhas. Assim, não eram mais somente as festas religiosas que despertavam o interesse das pessoas. Sempre, onde havia uma competição esportiva, existia uma soma de expectadores prestigiando o evento.

As notas religiosas passaram a ter menos espaço na imprensa, mas em contrapartida, a partir de 1909 o jornal começava a ficar repleto de notas esportivas e notícias sobre as competições que envolviam todas as modalidades já praticadas em Jaú. Vimos que no decorrer da segunda década do século XX o futebol, o esgrima, a natação, a patinação, o tênis e o ciclismo eram alguns dos esportes praticados pelos segmentos mais elitizados da sociedade local. Observamos que muitos jauenses se tornavam adeptos do modelo atlético e esportivo. Não podemos afirmar, entretanto, o primado do físico sobre o desejo do aprimoramento do espírito. Os jauenses ainda tinham na mais alta conta as datas mais importantes do calendário cristão. A semana santa continuava a sensibilizar a população local. Em 1919, ainda era destaque na imprensa o papel da “Verônica” na procissão do senhor morto. (Comércio do Jahu, 1919, nº165, p.1) Nesse período, os jauenses ainda procuravam preservar sua tradição religiosa.

Também no decorrer da segunda década do século XX outras novidades como a moda, o cinema e o gramofone foram provocando mudanças no comportamento de segmentos da sociedade local. As primeiras reações frente

a essas novidades, por parte de alguns moradores da cidade, foram de questionamento e insegurança quanto ao impacto dessas novidades no modo de vida da população local.

O desenvolvimento de um comércio de luxo em Jaú, a partir de 1911, ganhou destaque na imprensa. Nesse ano foram abertas a loja “Chicuta” e uma filial da loja Alemã, cuja sede estava na capital paulista. Essa última vendia fazendas, armarinhos, roupas para homens, mulheres e crianças. Também comercializava cortes de tecidos em seda, tafetás de seda, iolienes, etamines, crepons, entre outros, procurando trazer o que de mais novo havia na moda das capitais para atender ao gosto daqueles que começavam ser seduzidos pela boa aparência.

Com seus artigos o jornal “Comércio” queria chamar a atenção para o fato de Jaú poder acompanhar as novidades da moda em voga na capital paulista. Um exemplo é um artigo que ressaltava a importância da instalação de uma filial da loja alemã para o desenvolvimento da moda na localidade.

*“(…)Quem conhece o apurado bom gosto que preside a instalação e funcionamento das grandes casas de modas filiadas a Loja Allemã, de São Paulo, pode certamente avaliar a importância do empreendimento destinado a Jahu. A moda terá aqui o seu templo, e os adoradores do alto bom gosto, do smartismo, do «up to date» já podem preparar - se para ir levar o tributo de sua admiração.” (Comércio do Jahu, 1.911, nº 291, p.1)*

A casa Chicuta de 1911 foi um outro empreendimento considerado pela imprensa local muito importante para o progresso de Jaú, e fez um trabalho intenso de divulgação, pois com certeza os proprietários do estabelecimento comercial queriam convencer os consumidores em potencial sobre a qualidade dos produtos a serem vendidos. Estava sendo iniciada uma fase

de maior incremento para o comércio local. Sobre a inauguração da loja Chicuta o jornal já relatou:

*“(...) Já se espera a inauguração de um novo estabelecimento comercial: a Casa Chicuta. Em elegante prédio situado na parte central da cidade, com um bellissimo e variado sortimento de artigos finíssimos que certamente, attrahirão para si todo o “highlife” jahuense, a casa Chicuta, que a 22 do corrente se inaugura, está destinada um bello futuro e a concorrer para o progresso desta cidade.”* (Comércio do Jahu, 1.911, nº 348, p. 2)

Por meio de propaganda das novas lojas, a imprensa procurava estimular a partir de 1911 o consumo dos produtos mais refinados através dos discursos que enalteciam a qualidade dos estabelecimentos comerciais. O incentivo à elegância e ao bom gosto estavam presentes nesses discursos produzidos pelo “Comércio do Jahu”, que valorizava o novo estilo de comportamento que a moda propiciava. Novas expressões surgiam nesses textos para denominar a aceitação da moda, do bom gosto e da elegância. Os termos em língua estrangeira denotam a absorção da moda vinda de Paris e Londres. Assim, os proprietários das lojas, que desejam aumentar suas vendas de artigos de luxo por meio das propagandas veiculadas no jornal, tentavam convencer a população que era importante ser “chic” e ser “smart”.

Podemos aqui estabelecer uma analogia com o estudo feito pelo historiador Needel(1993) sobre a Belle Époque carioca. No seu entender, a elite da capital federal fazia da assimilação da moda européia uma forma de identificação cultural. Seguir a moda “chic” de Paris era para a elite carioca um sinal de adiantamento e civilidade. Nas cidades do interior, como em Jaú, os setores mais privilegiados, ao consumirem os modelos das capitais, estavam também implicitamente se orgulhando por seguir de perto o gosto e o padrão

européus, principalmente inglês e francês. Para se sentir mais “civilizado” esse seleto grupo social procurava assimilar os modismos das capitais que copiavam a moda estrangeira.

A partir de 1911 notamos o surgimento de resistências e da insegurança com relação à moda e aos valores que ela disseminava. A mudança de comportamento provocado pelo consumismo dos artigos de luxo no intuito de perseguir a elegância fazia com que algumas pessoas reagissem a essa nova realidade.

O cronista José Manuel da Conceição expressa de forma muito direta como as pessoas não viam com bons olhos a penetração da moda em Jaú. O luxo seria um mal que levaria à corrupção da sociedade e à destruição das famílias.

*“É elle que diminui os matrimônios legítimos; que separa as almas criadas, por assim dizer, uma para a outra, é o luxo que promove a corrupção e toda a desmoralisação.*

*A simplicidade nos costumes facilita as alianças felizes, e dificulta e embaraça outras, porque há muita gente que ambiciona tantas felicidades e commodidades, como só seria possível se houvesse um céu já sobre a terra.*

*O exorbitante luxo, que hoje tem penetrado por toda parte, - os prazeres que o homem não quer renunciar; - o gosto no vestir as distrações a que está acostumada uma filha, - são muitas vezes obstáculos insuperáveis para um homem que quer tomar estado, quando seus limitados rendimentos não são suficientes para satisfazer os desejos de duas pessoas, para duplicar o luxo, que requerem as condições e prejuízos adaptados.*

*O luxo é a fonte d’onde corre o veneno mortífero das famílias: rompe a santa ordem da natureza! - Muda em suspiros de desesperação as inclinações mais nobres, os mais bellos desejos de creaturas que podiam ser felizes - conduz ao egoísmo,*

*que faz desprezar os homens - destrói a união do povo - o respeito as leis, e deprava as gerações!(...)*” (Comércio do Jahu, 1.911, nº 301,p.1)

O cronista percebia que a sociedade começava a mudar sua escala de valores. No entanto, ficava claro que os novos valores não preenchiam as necessidades existenciais dos seres humanos. A simplicidade, que facilita a boa convivência e pode trazer mais felicidade estava sendo substituída pela artificialidade das aparências garantidas pelas belas roupas. As pessoas, numa sociedade que a cada dia se mostrava mais exibicionista, queriam comodidades, conforto e prazeres. Cada um pensava somente em si, sem se importar com as necessidades dos outros. Assim, em parte o luxo contribuía para o esfacelamento das relações sociais, pois estimulava os relacionamentos baseados nas posses materiais e nas aparências exteriores. Os valores inerentes a sociedade de consumo começavam a penetrar no meio local e a esgarçar os relacionamentos sociais.

Outro tipo de reação que ocorreu na sociedade local em função da chegada da moda foi a estranheza, a curiosidade, e as resistências aos novos modelos de roupas como as saias-calções. Detectamos essa questão através da leitura de uma crônica escrita em 1911 por autor que assinava Gaspar. Ele tratava da reação de homens e mulheres da localidade em relação ao modelo feminino que tinha traços de uma roupa masculina. Segundo sua informação, como aconteceu em outras cidades, a “rapaziada” de Jaú gostou muito, pois essa roupa expunha as formas do corpo da mulher e também deixava exposto o seu tornozelo.(Comércio do Jahu, 1911, nº-298, p.2) Por essa mesma questão é que muitas mulheres não aceitaram o novo vestuário, pois certamente elas ainda não haviam assumido novos valores, estando despreparadas para usar uma roupa considerada ousada para a época.

A nova moda feminina incomodava também os homens. É o cronista que expõe a insegurança diante da mudança de comportamento com o novo modo de vestir. Para tanto, usando os dizeres de um poeta que denominou de “espirituoso” deu a sua crônica um tom de ironia.

*“Si as mulheres de mansinho vestem calças, colarinhos, gravatas e paletós,- é justo que os homens vão usando balão, espartilhos e bandós.*

*Si isto não mudar de cores, ellas darão senadores, banqueiros, padres, gerirão as causas públicas e darão leis às repúblicas. E os homens darão .... à luz”* (Comércio do Jahu, 1911, nº-298, p.2)

O cronista temia que as mulheres, ao mudarem de roupa, também quisessem mudar o seu papel social. Por trás da ironia estava implícito o desejo de que a mulher continuasse sendo a rainha do lar, ou seja, mãe e esposa dedicada. Os homens deveriam continuar gestando os negócios e exercendo plenamente o poder.

Assim, as resistências mais presentes na imprensa em relação a chegada da moda em Jaú foram justamente no ano de 1911 quando o comércio de luxo começou a ser incrementado na localidade. Embora tenham havido essas resistências, era notório o esforço dos comerciantes da cidade que buscavam cada vez mais espaço na imprensa para fazer propaganda de seus produtos, usando para tanto o comportamento social praticado pelos segmentos dominantes na Capital Federal e São Paulo. As lojas mais “chics” de Jaú, como a loja Chicuta, a loja Alemã e também a casa Magnani, cujo proprietário era um imigrante italiano, tentavam conquistar o consumidor jauense procurando estimulá-lo a seguir a moda que imperava nos grandes centros.

Uma propaganda da casa Magnani veiculada em 1915 pelo jornal “Comércio do Jahu” nos dá uma idéia de como os proprietários procuravam

convencer os segmentos mais privilegiados a consumir os artigos de luxo. Ela aparece nos seguintes termos:

*“Causa extranha o facto de sendo Jahu tão novo, comportar em seu meio um estabelecimento commercial de primeira ordem; «sui generis» aos dos grandes Centros Civilisados.*

*Um verdadeiro bazar de novidades, onde as exmas famílias poderão encontrar os mais ricos artigos, as mais extraordinárias novidades até o presente conhecidas constitue numa cidade o progresso celerado da mesma.*

*Até bem pouco tempo, não raro era ouvirem - se nesta cidade dialogo como este:*

*- Oscar vaes ao baile do dia 30!*

*- Talvez não, Frederico.*

*Pois encommendei o meu terno em São Paulo e ainda não me mandaram, apesar de já estarmos a 29.*

*Ou então como este:*

*- Juquita, aposente essa palheta que já parece mal.*

*- Qual Heitor, enquanto não me vier a que encommendei no Rio, não a deixarei. Aqui não se encontra uma que preste.*

*Hoje, tudo isto foi abolido; já não se encommenda um terno fino em São Paulo; já não se manda buscar no Rio uma palheta luzente, tudo isto, sem encommodo para o freguês, sem grande dispendio para o mesmo e se ainda a demora de out'ora tudo se encontra na Casa Magnani que nesta cidade é miniatura das grandes casas de São Paulo e Rio. Tudo, pois fica resolvido com a existência da Casa Magnani, desta cidade.”(Comércio do Jahu, 1915, nº.851,p.2)*

O principal argumento usado era o de garantir que as mecardorias tinham a mesma qualidade daquelas vendidas nas melhores lojas de São Paulo e Rio de Janeiro, e que diferentemente de épocas anteriores já se podiam encontrar boas roupas em Jáu. Essa propaganda procura convencer o leitor que consumir um artigo vendido na referida loja era estar dentro dos padrões da moda que

vigorava nas mais importantes capitais. Estava implícito nessa mensagem que o cliente ganharia o status de “chic”, civilizado e adiantado ao adquirir os produtos. Ficava para o passado a preocupação de encomendar uma roupa mais fina nas grandes cidades. Para ser requintado, segundo a propaganda, era só comprar na casa Magnani que era considerada uma miniatura das lojas mais importantes da capital.

A valorização das roupas se tornou um fato marcante nas relações sociais a partir do século XIX. Era através da observação da aparência que as pessoas se sentiam mais seguras para estabelecer novos contatos sociais numa sociedade que estava passando por mudanças econômicas em função da consolidação da economia capitalista, e também pelo fato de as relações sociais se tornarem muito superficiais no momento em que as cidades cresciam aumentando a convivência entre os estranhos. Era por meio das roupas e dos detalhes da aparência que as pessoas procuravam ler a personalidade uma das outras. Soma – se a essa questão o fascínio e a sedução que as mercadorias exercem sobre o inconsciente dos indivíduos, pois na sociedade moderna associamos a essas mercadorias os sinais de caráter pessoal. A posse de objetos e boas roupas pode nos conferir “status” social e supostamente evidenciar características da nossa personalidade. Assim, a preocupação com as aparências exteriores torna-se uma das principais características da sociedade burguesa. (Sennett; 1989)

O momento em que ficou mais evidente a preocupação da sociedade local com sua aparência, principalmente em cerimônias públicas foi o ano de 1917, quando foi inaugurado o suntuoso prédio do Jahu Clube, sede do novo espaço de socialização dos segmentos mais aristocráticos da cidade. Era a concretização do desejo de um grupo restrito de jauenses. Esse grupo que incluía

a participação ativa da aristocracia rural liderada pela família Almeida Prado, havia conseguido levantar um edifício em estilo neoclássico no valor de sessenta contos de réis.

Nesse momento senhoras jauenses, principalmente representantes da aristocracia agrária puderam trazer para um espaço público seus trajes seguindo a última moda lançada nas capitais. A festa de inauguração ficou restrita ao círculo dessas famílias mais influentes da sociedade local. A imprensa deu muita ênfase ao evento. O jornal o “Comércio do Jahu” sempre disposto a divulgar cada passo do que era considerado um comportamento civilizado esteve atento a esse fato e descreveu com detalhes as roupas que foram usadas por todas as mulheres que compareceram a essa inauguração.( Comércio do Jahu, 1917, nº- 1176, p.2,3).

Entretanto, observamos que no final da segunda década do século XX ainda existia uma certa resistência em absorver certos ditames da moda. O exemplo que ilustra essa questão era o fato de as mulheres de Jaú não serem adeptas do uso do chapéu, um dos adereços mais importantes da moda feminina naquela época.

A imprensa, todavia, procurava estimular as moças a usarem o chapéu para que elas seguissem a moda que estava ocorrendo nas capitais. O articulista do “Comércio do Jahu” escreveu um artigo em agosto de 1919 com o objetivo de levantar um debate entre as mulheres jauenses a respeito do assunto. Não tardou a chegar até a redação do jornal uma carta de uma leitora com o seguinte teor:

*“ Vi no ‘Comércio’ um artigo advogando o uso dos chapéus pelas senhoras. Estou de acordo e acho que o articulista tem razão.*

*Não é fácil explicitar a razão das senhoras jauenses não usarem essa parte tão interessante do toilette.*

*É uma falta, na qual eu também incorro, porque apesar de ter trazido dois chapéus quando vim para essa cidade nunca os usei, para não me tornar notada, e hoje, muda o caso de figura...*

*O articulista esqueceu-se dizer que a única família que sempre usou chapéu foi a do sr.dr. Augusto Botelho, quer na igreja, onde vai todos os domingos, quer no teatro, onde vai raramente, quer em passeios, nunca a vimos sem esse elegante adorno.”( Comércio do Jahu, 30/8/1919)*

As mulheres de Jaú ainda não haviam sido seduzidas a usar o chapéu considerado um símbolo de elegância. Talvez, as senhoras jauenses acreditassem não valer a pena gastar dinheiro para adquirir um caro adereço para ser usado esporadicamente. Outra situação era aquela em que uma mulher não quisesse se fazer notada. Também poderia ser uma questão de falta de adaptação a esse tipo de moda em função da existência de costumes arraigados de que as mulheres jauenses não queriam abrir mão.

Acreditamos que a família de Augusto Botelho era uma exceção nesse caso por ter parentesco com Antonio Carlos de Arruda Botelho - o Conde do Pinhal.<sup>9</sup> Portanto, essa família era menos provinciana que outras famílias importantes de Jaú como os Almeida Prado que se mantinham bastante apegados as tradições.

O recato e o apego às tradições mantido por muitas famílias pode ainda ser percebido através da frase escrita por um articulista quando refletia sobre as transformações vivenciadas com a chegada das novidades em Jaú. Do seu ponto de vista era importante que parte da sociedade local fosse elegante e

---

<sup>9</sup> Esse era o maior acionista da Companhia de Estrada de Ferro de Rio Claro. No final do século XIX ele já era fazendeiro em Jaú. Era homem empreendedor e cosmopolita.

“chic”, mas “*sem perder porém o tom característico que os antepassados nos legaram e que nós ainda conservamos carinhosamente, ufanando-nos de tão nobre patrimônio.*” (Comércio do Jahu, 1917, nº1.113,p.2).

Assim, apesar do consumo de luxo estar de forma mais presente em Jaú desde 1911, nem toda tendência da moda que imperava nas capitais foi apreciada pelos setores mais abastados da sociedade local. Por certo, houve uma adaptação dessa moda dos grandes centros a uma cultura moldada no provincianismo.

Além da moda, outras novidades produzidas pela sociedade industrial continuavam chegando a Jaú durante a segunda década do século XX. Em 1911 foram os discos e gramofones que passaram a ser comercializados em âmbito local. Uma das propagandas de uma dessas lojas de gramofones destacava o que estava sendo consumido no gênero musical. Entre os artistas estavam: Ruffo, Scotti, Sagi, Homer, Murillo, Albani, Patti, Tetrzzini, Landouzy, entre outros. Além desses, vendia discos em solos instrumentais de violino, violão, piano, flauta e bandolim. (Comércio de Jahu, 1911, nº-285,p.3) Não era somente o produto cultural estrangeiro que era comercializado. O apreço pela música nacional estava representado pelas vendas em solo instrumental feito a bandolim.

Como já é sabido, o cinema, uma das novidades mais marcantes da época passou definitivamente a fazer parte da vida dos jauenses entre os anos 1909 e 1910. Assim, abria-se para a população local a possibilidade de ter contato com os fatos que ocorriam em várias partes do mundo. A visualização de novas paisagens e os fatos políticos nacionais e internacionais passaram a fazer parte da vida local através dos filmes exibidos pelo cinema.

Nesse período outro hábito que também passou a ser comum para muitos jauenses foi o de assistir a cenas que mostravam aspectos da própria cidade e paisagens de lugares vizinhos. Amantes do cinema tornavam - se cineastas amadores e passavam a filmar a própria cidade. Foi o caso do dentista J. Cancela que filmou vistas da cidade e de outros municípios vizinhos. (Comércio do Jahu, 1910 nº- 169, p.1) A população enchia os teatros e se encantava com as cenas. Começava assim o processo de valorização da representação em detrimento da própria realidade. A imagem tinha mais poder de atração do que a beleza natural da cidade ou de uma paisagem vizinha conhecida. Essa é uma das características mais marcantes da modernidade, ou seja, a realidade é substituída pela própria representação do real projetada e fabricada pelas novas tecnologias como o cinema e a fotografia.

As filmagens sobre a própria cidade podiam servir de propaganda sobre a modernização de Jaú no Estado, e, até fora do país. Os proprietários rurais certamente tinham bastante interesse nesse assunto, pois era um meio de expandir seus negócios. Com esse intento, o dentista J. Cancela, que por certo tinha penetração no seio da aristocracia rural, sugeriu à Câmara Municipal em 1910, que assumisse as contas “*para apanhar uma extensa fita cinematográfica desta cidade*”,( Comércio do Jahu, 1910, nº-187, p.2) com as imagens das propriedades agrícolas, indústrias, e máquinas de beneficiar café, para divulgar o crescimento de Jaú, participando assim de uma exposição em Bruxelas, para qual o governo federal brasileiro “*mandou installar um aparelho para a propaganda do nosso paiz*” (Comércio do Jahu, 1910, nº-187, p.2). Portanto, o cinema podia ser utilizado para propiciar, através da propaganda, o crescimento econômico do município. Era a integração entre o local e o global, que a modernidade permitia, mas nesse caso, essa integração se dava pela via do

setor econômico, o que vinha satisfazer o anseio dos fazendeiros em aumentar suas exportações.

Na imprensa, durante esse período, predominava o entusiasmo com a chegada do cinema. Os discursos eram feitos no sentido de enaltecer essa inovação tecnológica que colocava muitos jauenses em contato com uma grande tela que projetava as imagens em movimento.

Observamos que o jornal “Comércio” procurou realçar que a população local não era avessa a essa novidade, ressaltando que o cinema ganhava cada vez mais popularidade em Jaú. Certamente, não era toda população que estava freqüentando o teatro Carlos Gomes para assistir às sessões de cinema, mas sim uma parcela da sociedade jauense que já estava começando a apreciar o cinematógrafo. Um articulista do referido jornal relatava: “*O prestígio do cinematographo consolida-se dia-a dia, e ainda mais, augmentando sempre, pois cada pessoa que vem a conhecer a attrahente diversão, não deixa de pagar-lhe tributo.*” (Correio do Jahu, 1909, nº-80,p2.)

O cinema passou a ser visto por alguns colaboradores da imprensa como um veículo de instrução do povo através da propagação de idéias, da ampliação do conhecimento geográfico e científico. A população que não tinha acesso aos livros para saber e conhecer coisas novas, poderia confortavelmente em uma poltrona “*aumentar seu cabedal de idéias*” . (Correio do Jahu, 1909, nº-80,p2.)

Os filmes que exploravam vários aspectos do sentimento do homem como os dramas, comédias, épicos e romances exibidos na cidade começavam a mexer com a sensibilidade, com a imaginação e com os valores da população jauense. Alguns temas abordados pelos filmes provocaram a insegurança da população que tinha seus conceitos e princípios morais bastante

sedimentados. Algumas fitas suscitaram um comentário geral na cidade a respeito da importância de manter os valores morais ligados à questão sexual e familiar.

Um leitor do “Comércio” que se definia “cinemaphilo” e se dizia assíduo freqüentador das sessões do cinematógrafo, escreveu em 1909 uma carta para o mesmo jornal para comentar sobre a exibição de duas fitas “A Sedutora” e “A Mão”, questionando a discussão que se fazia na cidade a respeito da imoralidade de tais filmes. Esse leitor expressava a reação negativa da população pelo conteúdo apresentado.

Para ele a questão da “Sedutora” era o “*desenrolar do amor maternal suplantando o amor fácil de uma demi-mondaine*”, e na fita “A mão”, a protagonista era uma “*dançarina de costumes fáceis*” que para representar bem seu papel tinha que “*Abraçar e beijar desesperadamente, doidamente*”, manifestando seu agradecimento a um admirador que a salvara de uma ladrão. (Comércio do Jahu, 1909, nº-125, p.1). “*Onde há imoralidade nessas fitas?*”, perguntava o cinemaphilo. Ele argumentava “*Em todos os dramas moralistas, para que a virtude seja colocada no seu throno glorioso é forçoso que o vício apareça, é necessário que elle impere evidente.*” (Comércio do Jahu, 1909, nº-125, p.1).

O cinematógrafo, ao mesmo tempo em que era reconhecido pela imprensa como “um elemento do progresso”, causava em muitos freqüentadores o medo de que pudesse corromper a moral e os valores. As cenas que incomodavam os freqüentadores do cinematógrafo, e apontadas pelo “cinemaphilo”, eram o excesso de beijos e abraços, e a vida de mulheres que não representavam a figura da esposa e mãe recatada que era o que cabia à maioria das mulheres da época.

No entanto, o “cinemaphilo” estava mais aberto para absorver e discutir os temas tratados pelas fitas exibidas. Qual o motivo de ele ter uma opinião diferente da maioria dos freqüentadores do cinema? Notamos que o “cinemaphilo” já conseguia separar a ficção da realidade. Ele entendia que o comportamento da atriz considerado imoral pela maioria dos expectadores fazia parte do universo da composição de uma personagem no contexto de uma determinada história, e que, portanto, não era uma situação real. Por isso, o assíduo freqüentador do cinema tinha condição de discutir as idéias e as mensagens das fitas e não ficara preso ao impacto das cenas vistas de forma descontextualizada. Assim, ele não estava chocado com as imagens e conseguia extrair as mensagem das fitas de acordo com os seus princípios morais. Se fosse para elevar a moral e a virtude não haveria problema em expor as situações contrárias. O bem deveria prevalecer.

Entretanto, reações inusitadas ainda continuavam a acontecer. Um exemplo foi a que envolveu um negro chamado Miguel em 1911. Pessoa simples e muito religiosa, foi, a convite de amigos, assistir a uma sessão do cinematógrafo quando:

*“(...) Exibiu-se uma fita natural, que chamou a atenção do Miguel pela beleza das paisagens” mereceu “a admiração do nosso homen. Em seguida uma fita cômica, dessas muito exageradas foi exibida. O Miguel ficou desconfiado ao assitir a muitos empurrões, tombos, em fim um sarilho medonho. A outra fita , oh! Era trágica. Representava um drama sanguinolento da Revolução Franceza. Aos combates o Miguel já assitia impassível. Mas, no fim, quando o principal protagonista foi guilhotinado e sua cabeça ensanguentada rolou do cadafalso, o pobre Miguel, já com os cabellos eriçados, acometidos de um acesso de nervoso, levantou-se bruscamente e sahiu numa carreira desenfreada, derrubando todas as pessoas que tinha pela frente e foi cair, já exausto de forças `a porta de um igneo barbeiro”* Esse episódio fora relatado por

um cronista chamado Gaspar que definiu Miguel como “*um preto alto, larga frente, pés grandes, nariz adunco e grande*”. Para ele “*Miguel é de uma excentricidade extrema. Somente assiste as festas religiosas. Destesta as diversões principalmente o cinematógrafo, que segundo ele tem parte com o satã.*” (Comércio do Jahu, 1911, nº- 302, p.1)

Miguel teve sensações desconfortáveis ao ver na enorme tela do cinema os movimentos abruptos e rápidos dos personagens da comédia ou mesmo os efeitos violentos da ação da guilhotina. Diferente do que ocorria com o “cinemaphilo”, provavelmente ele não conseguia perceber que as imagens em movimento na tela eram uma ficção, uma representação. Certamente o “preto Miguel” deve ter pensado que as cenas representavam fatos reais. Para ele, ver as imagens em movimento eram uma nova realidade muito distante do seu dia-a-dia, do qual o ritmo, a velocidade e as potencialidades das novas tecnologias ainda não faziam parte. Uma das conseqüências do grande consumo de imagens de dor ou de sexo é a anestesia dos sentidos do corpo, e Miguel ainda não se havia adaptado às imagens em constante movimento. A violência era vista por ele como uma realidade, daí entender sua crise nervosa ao ver uma cabeça sendo decapitada. Ao contrário das outras pessoas que já estavam se acostumando com os efeitos do cinematógrafo, o “excêntrico” Miguel, ainda não havia se tornado um corpo passivo frente aos efeitos da tecnologia . Por isso sua reação frente ao cinematógrafo tornou-se motivos de irônias por parte do cronista, e certamente serviu como piada para parte da população.

Portanto, ao contrário do “cinemaphilo” que era um assíduo freqüentador das sessões do cinematógrafo, o tal Miguel era denominado pelo cronista de “*excêntrico*” por não sentir-se seduzido pelas atrações modernas como o cinema, preferindo as festas religiosas. Sua atitude era diferente daquela

adotada por muitas pessoas em Jaú que já conciliavam as festas religiosas com as novas diversões que iam se tornando moda na cidade. Para Miguel, o cinema representava o poder do mal, pois ele o comparava ao diabo.

O impacto causado nas pessoas frente às imagens do cinema era assunto freqüente na imprensa. Uma das notícias publicada em 1913 em jornal de Campinas e reproduzida pela imprensa local, trazia a informação a respeito de um fato ocorrido naquela cidade, noticiando o falecimento de uma senhora, “*em consequência da commoção profunda que lhe causara, num cinema daquela cidade, o filme denominado ‘Albergue nocturno’.*” (Comércio do Jahu, 1913, nº-598, p.1) A reprodução desse artigo tinha certamente o objetivo de chamar a atenção da população para os efeitos emocionais que o cinematógrafo poderia causar.

Entretanto, notamos através de leituras na imprensa que a partir de 1915, a população já não demonstrava tantas reações negativas diante das novas tecnologias . Assim, muitos jauenses já estavam se acostumando com as novidades e adaptando - se a um novo estilo de vida.

Os efeitos das transformações que as novas tecnologias propiciaram não tardaram a surgir em Jaú. Nesse sentido, em 1916, em Jaú, algo novo aconteceu e pôs a população em alerta. Foi um episódio em que garotos, alunos da escola Major Prado, articularam um grupo que reproduzia comportamentos apresentados em filmes exibidos no cinema local. Esses garotos, que com freqüência assistiam principalmente aos filmes policiais que continham histórias de roubos, assaltados e outros crimes, sentiram-se estimulados a formar uma associação denominada “*Mão Esfolada*”.

A descoberta dessa associação ocorreu quando um professor da escola “Major Prado” percebeu que muitos de seus alunos tinham uma

“esfoladela” na mão exatamente no mesmo lugar, o que o levou a questionar os meninos, e conseguir chegar à conclusão de seu significado. Embora o jornal não tratasse claramente esses garotos, certamente eles eram representantes de famílias de classe média, e até de segmentos mais privilegiados da sociedade local, pois é sabido que nesse período o ensino no país era elitista. Também o fato de a imprensa ter dado um espaço tão grande a essa questão leva - nos a pensar no envolvimento de garotos de segmentos sociais mais diferenciados na cidade. Não eram marginais, que simplesmente podiam ser reprimidos, mas membros de famílias respeitadas.

Para participar dessa associação os meninos estabeleceram um ritual de iniciação que consistia na esfolação de uma das mãos. Dessa forma podiam ser aceitos no grupo e ter parte nos furtos de frutas, doces, e outros objetos sem muito valor que fossem roubados por eles em várias partes da cidade. Também pelo ingresso no grupo podiam acompanhar o seu líder Jaime Pinto nos banhos pelos rios da cidade. (Comércio do Jahu, 1916, nº-907, p.1) O roubo e a exclusão faziam parte das práticas do grupo. Os que não aceitavam passar pelo referido ritual eram “espancados” e “escorraçados” da “agremiação”. Possiam também um local para a reunião dos líderes denominado “Casa Branca”, que era um simples terreno junto ao rio Jaú. Ali, segundo as notícias publicadas pelo jornal, os meninos:

*“(...)Passam roubando o que podem, andando ora no rio ora em terra em completa nudez, destruindo tudo, alimentando –se dos resultados de sua indústria e causando danos graves, pois não é só uma vez que tem afogado novilhos que andam pastando.” (Comércio do Jahu, 1916, nº-907, p.1)*

O caso “mão esfolada”, causou uma “funda impressão” na população local. (Comércio do Jahu, 1916, nº- 907, p.1) E, pela primeira vez a sociedade percebeu o alcance dos valores veiculados pelo cinema. O impacto gerado pelas atitudes desses jovens desencadeou uma discussão sobre os efeitos do cinema no comportamento das pessoas. Esse episódio foi apresentado pela imprensa nos seguintes termos:

*“(…)alguns garotos párias a quem a sociedade repudia(…) que a força de verem na tela de um cinema, de olhos esgazeados e coração arfante, iniciações rocambolescas e assaltos bem sucedidos, capacitam –se dessas cenas que os magnetizam e atraem e eil-os lançados no caminho das aventuras que vai dar ao crime”( Comércio do Jahu, 1916, nº- 907, p.1)*

Chama atenção nesse artigo o fato de estabelecer-se uma classificação dos garotos atribuindo o caráter de vagabundos e formadores de uma quadrilha. Por que o articulista teria usado adjetivos de conteúdo tão pesado se os componentes da gangue “mão esfolada” não pertenciam aos segmentos marginalizados da sociedade local? O rol dos nomes dos garotos que pertenciam ao grupo nunca foi publicado pela imprensa a não ser de seu líder, Jaime Pinto, cujo sobrenome não era de família destacada no seio da sociedade local. Assim, as conclusões da imprensa sobre a formação dessa gangue pautaram-se por uma postura preconceituosa limitando-se à análise do caso sob o ponto de vista da discriminação de classe sem promover uma discussão mais aprofundada sobre as transformações que a sociedade estava vivendo, e sem conseguir captar os efeitos da tecnologia no inconsciente das pessoas. (Comércio de Jahu, 1916, nº-907, p.1). Sabemos, no entanto, que: “ *(…) a projeção de imagens móveis, luminosas e agigantadas na tela do cinema escuro afeta de modo intenso simultaneamente a percepção visual e a imaginação. (...) A estimulação ótica mobiliza energias e conteúdos inconscientes.*” (Sevecenko, 1998, p. 520)

O impacto causado pela formação dessa gangue foi bastante intenso na sociedade local, a ponto de em 1918, dois anos depois do ocorrido, o jornal “Comércio” ainda tentar fazer uma reflexão sobre o caso, mas mantendo o mesmo raciocínio discriminatório apontado anteriormente, tachando o acontecimento da “Mão esfolada” como uma decorrência da falta de cultura das classes médias, pois essa classe:

*“ sem o espirito preparado a avaliar a moral que o escritor teve em vista(...) sem poderem extremar o bem do mal, porque para isso não tem base, não tem cultura, não tem educação, e, no primeiro caso que se lhes depara, dão largas à sua perversidade instigada nas soluções que no perpassar de um filme as impressionou . (...) E com as crianças? Podem ellas por ventura, se educação tivessem, abarcar o que aos adultos nas condições expostas, não é dado? ( Comércio do Jahu, 1918, nº- 1305, p.1)*

Provavelmente, a formação da “mão esfolada” foi um alerta para muitas famílias que se tornaram mais atentas e mais preocupadas com as atitudes de seus filhos. Em 1918, com medo de que o fato se repetisse, a imprensa continuava a chamar a atenção da população e dos pais para o ocorrido nos seguintes termos:

*“(...) É, pois, preciso, por todas as razões, que os paes examinem seus filhos e os censurem severamente para não terem o desgosto de os ver reprimidos, e no meio dos vadios de má nota, por extranhos, como seja a polícia que anda empenhada, o que é para louvores, em coibir o abuso, para o qual a inflexibilidade justiceira do correto delegado de polícia não terá commiserações”( Comércio do Jahu, 1918, nº- 1305, p.1)*

O alerta para que os pais ficassem atentos vem de novo indicar a participação de garotos da classe social mais destacada na cidade na associação “mão esfolada”. O alerta voltava –se para o perigo representado pela mistura das

classes. Filhos de “boas famílias” não eram para ter amizade com os “párias” e “vádios”. Para o articulista, o resultado dessas amizades certamente era sempre o mau caminho para aqueles que eram das “boas famílias”. Portanto, estava clara a mensagem: crianças ricas, bem formadas e com sobrenome de prestígio não deveriam se misturar com as classes que estavam em ascensão social. (Comércio do Jahu, 1918, nº-1305, p.1)

Tratava-se então propriamente da formação de uma gangue de garotos que praticava atos incoseqüentes e violentos, provavelmente no intuito de experimentarem sensações emocionantes copiadas do cinema. Era o instinto gregário e irracional que estava latente no seio dessa juventude que começava a viver um processo de esfacelamento social e culturalmente influenciada pelos efeitos das novas tecnologias. Esses jovens já não tinham uma identidade social baseada em laços de caráter mais comunitário, como tiveram os seus pais, e isso já os levava a não se sentirem compromissados com o restante da sociedade. Possivelmente buscavam nessas aventuras o desejo de suprir seus anseios de prazer ou de fuga diante de uma sociedade em processo de transformação. Vivenciavam um momento em que as relações sociais caminhavam para se tornar mais superficiais e o acesso ao consumo das novas tecnologias e das novidades começava a influenciar o comportamento dos jovens.

Portanto, em Jaú a partir de 1915, o uso de novas tecnologias no meio urbano que estava se atomizando também devido ao impacto causado pelas transformações urbanísticas, ia provocando mudanças no comportamento dos indivíduos. Essas mudanças estavam relacionadas ao fato de a coletividade estar perdendo suas bases de relações sociais, que anteriormente eram mais comunitárias, e que ainda não tinham sofrido o impacto dessas novas tecnologias. Em decorrência desse processo de modernização, um novo tipo de relação social

começava a emergir, estimulado pela fragmentação do espaço urbano e atrelado ao consumo das novidades que penetravam no espaço local. Distanciamento social, enfraquecimento dos laços de comunidade, diferenciação entres classes reforçada pelo acesso às novas tecnologias, socialização sem consistência, tendo por base o espetáculo proporciano pelos esportes e pela curiosidade diante das novas máquinas, e uma identidade coletiva que ia se firmando, tendo como substrato a busca das novas sensações promovidas pelo acesso ao consumismo, que cada vez era mais crescente.

Todas essas transformações que foram afetando o cotidiano dos jauenses começaram a ser questionadas por alguns agentes sociais, principalmente a partir da segunda década do século XX quando tais mudanças eram bem mais visíveis. Na medida em que as novidades passaram a influenciar o modo de vida da população local, o passado se tornou o substrato para uma reflexão na tentativa de se comparar o novo e o velho modo de vida.

Essa nova realidade chamou a atenção de um antigo morador chamado Mário Jaes que escreveu um artigo para o “Comércio do Jahu” retratando suas impressões sobre as reformas da cidade. Esse ex- morador vivia então na capital paulista e voltara a Jaú para uma visita. Chegando à localidade ele ficou indignado ao ver como a reforma do centro urbano havia modificado a cidade que ele trazia na memória. Ele tinha outras expectativas ao retornar à sua terra natal:

*“(...)Rever ainda uma vez esse recanto abençoado, a cidade do Jahu, terra de meus paes, onde passara a minha infância alegre e descuidosa, era o desejo que alimentava de há muito tempo em meu coração. Queria deixar por alguns dias esta ruidosa Paulicéa, fugir aos rumor dos autos e dos bondes; e nessa avidéz de sensações inéditas, de prazeres novos, foi que deixei a Capital, por uma manhã clara de novembro, cheia de vida e calor.*

*Como estaria o Jahu? Perguntava eu a mim próprio. Diziam os que lá vinham, que a cidade estava totalmente remodelada. Rasgaram-se novas avenidas, construíram-se palacetes sumptuosos, inauguraram-se, novos theatros e cinemas... Quantas coisas novas ia eu ver nessa cidade!... Que surpresa causaria a meus amigos que não me esperavam!*

*(...)Sim, era verdade. Lá em baixo, descortinava - se aos meus olhos, um espectáculo novo, surpreendente, esplendido... Jahu, ostentando – se aos olhos do viajante, a magnificência dos seus palacetes modernos, de suas ruas calçadas.*

*(...)(Comércio do Jahu, 1915, nº 871, p. 2,3)*

E depois de ter visto vários pontos da cidade, o visitante se recolheu para descansar e dormir, mas antes ainda quis apreciar da janela do hotel a nova paisagem urbana. Ao deitar-se começou a refletir sobre o que vira:

*“E quando tudo estava em repouso, eu ia repassando em meu cérebro todo esse passado do Jahu antigo, sem calçamento, sem theatros e cinemas e não pude conter o meu ódio contra esses que destruíram tantas riquezas. E do largo do Theatro parecia vir uma voz que também chorava commigo. Era a do ‘Pernambuco’, o noctivago, o guarda nocturno da nossa antiga cidade, que ressussitara e que andava perambulando pela cidade...*

*Tive medo, atirei - me no leito ainda vestido, cobri o rosto com as mãos e adormeci. Quando despertei, saltei da cama, abri a janella... Oh! seria possível?! Estava em São Paulo!... Havia sonhado... E que sonho, Santo Deus!...”* (Comércio do Jahu, 1915, nº 871, p. 2, 3).

Era a cidade pacata que conhecera quando criança que o visitante queria encontrar. Nela as pessoas ainda tinham outro estilo de vida. Não existia luz, nem a preocupação com muitos passeios, e principalmente não havia muita agitação. Ao achar que havia tido um pesadelo, pensando que estava na capital, o ex-morador nos dá uma mostra da sua decepção com as novas características da

cidade. No entanto, a reforma urbana impôs um novo modo de vida que destruiu a cidade e as bases das relações sociais do Jáú antigo.

Ele não conseguiu se identificar com essa nova cidade, pois não havia acompanhado o processo de transformação, e eram ainda muito forte em sua memória os costumes locais da época de sua infância. Assim, seu descontentamento em virtude das transformações da cidade tinham suporte em suas lembranças filtradas pelo tempo. Essas lembranças certamente compunham parte da memória local que foi sendo construída através da vivência cotidiana. Portanto, a experiência que tivera no passado provavelmente fora muito marcante para que ele pudesse aceitar a nova realidade. Restava-lhe a saudade e o desapontamento por saber que aquele passado cheio de boas recordações jamais poderia ser vivido novamente. Mas o que se consubstanciava em desaponto para o visitante, era o entusiasmo para muitos.

Outros moradores mais sensíveis também percebiam que a modernização solapava valores importantes que haviam sido vivenciados no Jáú do passado. Ao comparar o Jáú moderno e o antigo muitos sentiam saudades de um tempo que não voltaria mais. Era o caso de Alberto Barbosa, antigo tabelião da cidade, autor de uma das colunas do jornal o “Comércio”, denominada “reminiscências” na qual sempre recordava o Jáú de outrora. Numa dessas colunas ele se lembrava da simplicidade, da tranqüilidade e da segurança que vigoravam na vila no final do século XIX. Para tratar esse assunto ele narrou a seguinte história:

*“O Jahu era em 1884 uma vila modestíssima, mas já tinha um comércio de fazendas, armarinhos, chapéus, calçado, etc. bem regular, isso porque era do Jahu que se abastecia grande parte do sertão.(...)O commercio era muito carrança; não se negociava de noite. Logo que escurecia, se fechavam as portas, pois as casas não tinham lampiões. Passavam-se annos e annos sem se registrar o mais simples furto.*

*Quazi todos os negociantes tinham ás portas, para chamar a atenção dos compradores, um cobertor ordinário, um guarda - chuva, um chapéo, um baixeiro, etc. Muitas vezes, por descuido do caixeiro ficavam os mesmos nas portas e de manhã lá estavam, sem faltar uma peça! Santo tempo.*

*Certa ocasião quem escreve estas linhas deixou por esquecimento as amostras na porta da casa de seu patrão, José Antonio Barbosa. Ao outro dia deu por falta de um dos baixeiros, já muito descorado pelo sol; ficou aborrecido e não podendo atinar como lhe faltava a tal peça, pois era sabido que na villa não havia gatunos e se fosse furtada iria cobertor, guarda - chuva, etc. O mysterio foi logo descoberto. De noite houve uma ventania que levou pelo ar o baixeiro, arremessando - o a uma cerca de um quintal visinho. A escrava da casa veio logo solícita entregar o baixeiro, tendo recebido por esse acto espontâneo «um cobre», isto é, dous vintens.” (Comércio do Jahu, 1917, nº 1.197, p.2)*

Alberto Barbosa, que já vivia a cidade moderna, percebia a fragmentação das relações sociais. As vivências da vila de trinta anos atrás eram mais solidárias porque a comunidade era mais coesa, mas falar em um “santo tempo” não deixava de ser uma idealização de um passado sem problemas, o que não correspondia à realidade. A própria menção de Alberto Barbosa ao serviço de uma escrava, identifica um período da nossa história no qual a liberdade era privilégio de poucos.

A descrição do modesto comércio local também indica que a maioria das pessoas vivia de modo simples, consumindo apenas os gêneros essenciais para seu vestuário e o trabalho. Não existia a iluminação por meio dos lampiões e o barulho, bem como a agitação provocados pelas novas tecnologias era algo que nem se cogitava naquele momento. Nem mesmo a ferrovia havia chegado nesse período, para aumentar a circulação de pessoas e incrementar o

comércio. Os valores burgueses atrelados ao consumismo e à competição social não se faziam presentes.

Bem diferente era o ano de 1917 período em que Alberto Barbosa escreveu o artigo acima citado. A coesão social não era mais a mesma. Principalmente através do estímulo da imprensa, os valores inerentes ao processo da modernidade estavam fazendo emergir uma novo comportamento e uma nova mentalidade, baseados no acesso ao consumo das novidades e das novas tecnologias. Alberto Barbosa, percebendo essas mudanças, procurava rememorar as características do Jaú antigo, refletindo a respeito das transformações que haviam descaracterizado a vila sertaneja do século XIX.

Também no final da segunda década do século XX, tendo por base a vivência mais tranqüila dos tempos anteriores à chegada das novas tecnologias, um leitor do “Comércio” escreveu um artigo para a redação desse jornal usando o pseudônimo sugestivo de “vítima gramophonada” para demonstrar sua resistência ao gramofone.

Seu texto aparece carregado de ironias. Para ele a Inquisição não havia utilizado o gramofone como instrumento de suplício por não existir aquela época. Sua rejeição ao “*fura-miolo*” era tão grande que ele dizia: “*aqui em casa, à pessoa que nada sei recusar, pedindo-me para comprar-lhe um, respondi-lhe: olhe meu amor, preferia antes ir para a cadeia!*” Para pagar os seus pecados, dizia a vítima do gramofone, mudara bem perto de sua casa, um vizinho que ouvia música dia e noite “*no mais cruciante gramophone que havia noticia*”. Diante de tal situação ele se lembrou do:

(...) “*finado João de Assis, o grande benemérito da Santa Casa, depois de inúmeras partidas que havia sofrido de câmaras, advogados e engenheiros, dizia aos*

*seus íntimos: ‘Um dia arranjo um cargueiro e vou para o sertão, mas antes de arranjar hei de perguntar:*

*- Aqui tem Câmara Municipal?*

*- Tem sim, senhor.*

*- Tem advogados?*

*- Tem sim, senhor*

*- Tem engenheiros?*

*- Tem sim, senhor.*

*Então não me serve, vamos para diante’.*

*Estou em ponto de parodial-o: - arrumo num cargueiro esta quitanda e vou morar no matto, indagando primeiro: V.V. aqui tem gramophone, o moderno fura-tympanos? Se tiver vou para diante. (Comércio do Jahu, 1919, nº1678, p.2)*

Através da leitura desse trecho do artigo escrito pela “vítima gramafonada” podemos perceber duas situações de resistência em momentos diferentes do processo de modernização da cidade.

O primeiro momento vivido por João de Assis, um dos beneméritos da Santa Casa de Jaú, era uma referência ao processo inicial de transformações que estavam ocorrendo no meio urbano local, na virada do século XIX. A cidade passou a ser objeto de intervenção por parte do poder público que, atendendo aos anseios dos segmentos dominantes, procurava modernizar a antiga vila sertaneja, como eles diziam. Foi nesse período que a Câmara Municipal começou a interferir no espaço urbano com o apoio do saber técnico de engenheiros, médicos e advogados. Inúmeros projetos de leis foram aprovados desde a década de 90 do século XIX no sentido de dar início ao processo de higienização e embelezamento de Jaú.

Era o tipo de intervenção respaldado no saber técnico-científico que incomodava o sr João de Assis. Através dessa ingerência do poder público

no espaço urbano, as pessoas perdiam a autonomia para resolver os problemas segundo seus próprios conhecimentos e interesses. Em função da existência desse controle é que o Sr João de Assis comentava entre amigos que gostaria de ir para o sertão, de preferência bem longe da presença de advogados, engenheiros e da Câmara Municipal.

A “vítima gramofonada”, no entanto, vivenciava um outro momento do processo de transformações. A cidade já estava praticamente toda reformada e a interferência dos técnicos no espaço urbano havia se intensificado ainda mais. O que marcava esse período vivido por esse leitor que não suportava o gramofone era a chegada das novas tecnologias e novidades no meio local. Assim, como ocorreu com João de Assis que não aprovou tanta ingerência técnica e política na vida cotidiana dos jauenses, a “vítima gramafonada” que possivelmente deve ter conhecido o benemérito da Santa Casa não gostava dos ruídos produzidos pelo novo aparelho. Certamente o gramofone rompia o silêncio com o qual esse leitor bem como muitas outras pessoas já estava acostumado, causando irritação e ansiedade.

Dessa forma, nem João de Assis e muito menos a “vítima gramafonada” se adaptaram a certos ditames da vida moderna. Eles preferiam a vida do sertão, que simbolizava para João de Assis uma vida autônoma, sem o controle do poder e sem a interferência de técnicos gerenciando e fiscalizando suas ações, e para a vítima gramafonada significava viver sem os incômodos da parafernália moderna. O sertão era a tranqüilidade e a liberdade que fazia bem ao espírito. Acreditamos que a opinião desses dois jauenses não era isolada. Muita gente deve ter se incomodado com a ingerência técnica e com os efeitos provocados pelo aparato moderno que ia chegando à cidade.

Assim, durante a segunda década do século XX a cidade ganhava novos sons, novas velocidades e novas imagens com o advento das máquinas. O tecnicismo ia se impondo em várias áreas. As atitudes e comportamentos também iam mudando com a introdução das novas tecnologias, que podiam redimensionar as relações sociais, e em alguns casos provocavam o distanciamento entre as pessoas, enfraquecendo os laços de solidariedade. As demonstrações de poder, prestígio e “status” podiam se dar através da exibição dos novos aparatos tecnológicos.

Como pudemos explicitar no decorrer deste capítulo, esse processo de transformações foi se dando paulatinamente. Observamos que da primeira para a segunda década do século XX as mudanças foram se aprofundando. Num primeiro momento a cidade recebeu os investimentos básicos para a modernização. O trem, o telefone e a luz elétrica foram as novidades mais marcantes desse primeiro período. Embora a população tenha sentido as mudanças com a melhoria da comunicação e com o aumento da circulação de pessoas e mercadorias, o impacto dessas novidades não foi tão profundo a ponto de abalar as tradições da sociedade local.

A segunda década foi marcada pela chegada em maior escala das novidades e das novas tecnologias. O carro, a moda, o gramofone, o cinema, e os novos hábitos como a prática de esportes causaram um impacto maior no cotidiano dos jauenses. Nos primeiros anos dessa década observamos a insegurança e as resistências perante essas novidades. Passado algum tempo notamos uma maior aceitação dessas novas tecnologias e dos novos costumes que penetravam na localidade. Nesse momento detectamos que parte da sociedade jauense estava bastante entusiasmada com essas transformações que

estavam em curso e que já começavam a fazer parte de seu cotidiano como o carro, o cinema, a prática dos esportes, o vestir com elegância, etc.

Por outro lado, o acesso a essas novas tecnologias também produziu tensões sociais. A tecnologia podia ser usada como forma de diferenciação social. No entanto, vimos também que nessa década nem tudo o que era novo foi totalmente aceito. Os jauenses não se desprenderam totalmente do seu espírito religioso e de suas ligações com a tradição rural. As novidades abalaram pouco o provincianismo, mas os discursos da imprensa continuaram exaltando o Jaú moderno.

## **CAPÍTULO 4**

### **OS PROBLEMAS SOCIAIS DECORRENTES DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO EM JAÚ.**

A formulação de uma política urbana com o objetivo de embelezar e sanear o centro da cidade de Jaú resultou no surgimento de problemas sociais dos quais pretendemos tratar neste capítulo.

As transformações urbanísticas ocorridas na localidade na virada do século XIX se deram de modo concomitante ao aumento populacional ocasionado pelas imigrações do período. O resultado desse processo foi a escassez de moradia para a população, sendo que o segmento social mais pobre foi o mais sacrificado, pois teve ainda que enfrentar a diminuição da oferta de

casas em virtude da interdição e demolição de prédios considerados impróprios<sup>10</sup> para serem habitados, ocasionando o seu deslocamento para áreas mais distantes do centro da cidade.

Os setores médios também se sentiram prejudicados pela implementação das reformas na medida em que as exigências do poder público para manter os padrões modernos de construção acarretavam gastos que nem todos estavam dispostos a assumir.

Simultaneamente ao reordenamento do espaço urbano, o poder público também procurou impor uma política de moralização dos costumes. Desde o início do século XX, passou a ser discutido pela imprensa local a necessidade de uma disciplina social, e a partir dela, foi se definindo aos poucos o comportamento individual e coletivo a ser tolerado em público. Através de discursos que exaltavam a ordem e o trabalho, a imprensa buscava influenciar a população no sentido de criar um novo comportamento que considerava mais “civilizado”.

Criar um espaço social remodelado e “civilizado” era meta idealizada pelos agentes modernizadores. Como é sabido, os parâmetros para a idealização da construção do Jaú moderno e embelezado eram as reformas que ocorriam nas capitais federal e paulista. Como já mencionamos, eram os paradgmas urbanistas e sanitários em vigor nas principais capitais que influenciavam também as reformas urbanas modernizantes em cidades do interior, como Jaú. Os próceres da recém proclamada República procuravam usar a imagem do embelezamento e saneamento das cidades para fortalecer o novo regime e garantir os negócios da agricultura através do combate às doenças, garantindo a mão-de-obra para a lavoura cafeeira, e também a construção de

---

<sup>10</sup> Os prédios considerados impróprios eram aqueles vistos pelo poder público como anti-higiênico e também

idades com melhor infra-estrutura para a circulação das mercadorias. (Carvalho,1984; Pechman&Fristch, 1984; Sevchenko, 1989, 1992). As cidades reformadas eram o símbolo do progresso para o país.

Dessa forma, pretendemos mostrar como a transformação do centro urbano de Jaú atendia ao desejo dos setores dominantes em criar um espaço diferenciado na cidade. O objetivo era por um lado demonstrar prestígio social em relação às outras classes sociais, e por outro organizar a cidade conforme uma racionalidade sócio - espacial que garantisse o funcionamento dos negócios atrelados ao crescimento da economia cafeeira, através da melhoria da higienização e da montagem de infra-estrutura para a circulação das mercadorias.

Como já tratamos em outros momentos deste trabalho, foi através da criação do Código de Posturas de 1898 que o poder público procurou se amparar em bases legais para começar a modernizar a cidade. Esse Código, feito pelo advogado Sebastião Teixeira, e aprovado pela Câmara Municipal, tratava da regulamentação da organização espacial da cidade, da regulamentação das atividades do comércio e da indústria, e também procurava estabelecer novos padrões de costumes à população tentando impor uma nova moralidade pública atrelada aos valores burgueses. (Arquivo 1.142 - Projetos de Leis - 1893 a 1899).

Tal Código visava, portanto, a um maior controle não somente sobre o processo de expansão urbana, bem como a uma fiscalização do exercício das atividades produtivas e comerciais realizadas na cidade, além de tentar impor um comportamento dito civilizado à população local. Nesse caso, a cidade passava a ser submetida ao olhar classificatório dos técnicos e do poder público, *“a semelhança de um laboratório, para definir estratégias de controle e intervenção”* ( Bresciani, 1984, p.39)

Apontaremos exemplos dessa política de intervenção no espaço urbano para ressaltar que a população começou a sofrer com a ingerência do poder público que pretendia determinar as normas do “bem morar”. Entretanto, não podemos afirmar que conseguiram totalmente esse intento, pois certamente era muito difícil para os responsáveis fiscalizar todas as construções que estavam sendo feitas na cidade em um momento em que tendia a um crescimento demográfico.

No entanto, desde 1896 encontramos nas Atas da Câmara indicações dos vereadores Francisco Freire e Constantino Fraga no sentido de propor que o inspetor de higiene examinasse algumas casas na Rua da Palma, no Largo São Sebastião, e na rua Lourenço Prado.( Atas da Câmara -1219). Essa indicação foi aprovada. O fato de a mesma ter sido aprovada não significa que a averiguação foi feita, mas demonstra claramente a preocupação dos vereadores com as condições de moradia da cidade. Esses certamente estavam querendo interferir para modificar o padrão de higiene e estética dessas habitações.

Essa preocupação continuou no começo do século XX. Em novembro de 1901 foi aprovado pela Câmara um projeto para regulamentar a construção de casas pequenas. A preocupação com a ventilação e a higiene das casas era expressa no parágrafo terceiro, por meio do artigo número dois que estabelecia que cada compartimento da casa tivesse pelo menos uma porta e janela abrindo para o exterior. ( Atas da Câmara- 12112).

Através dessa lei o poder público queria evitar que as pessoas construíssem cubículos e morassem neles, sem ar e higiene. Contudo, acreditamos que muitos moradores não tivessem recursos para erguer suas casas tendo por base os ditames da lei, e muitas construções ainda continuavam sendo feitas fora dos padrões legais estabelecidos. Um projeto de lei aprovado em 1905

pela Câmara Municipal vem confirmar esse fato.( Atas da Câmara –1.1.44) Tal projeto permitia a cassação de licenças e impunha multas aos empreiteiros de obras que executassem qualquer serviço de construção passando por cima das regulamentações existentes no Código de Posturas. O poder público tentava tomar uma atitude mais efetiva visando a cumprir a legislação existente no tocante às normas de construções urbanas.

Entretanto, na medida em que a produção cafeeira aumentava, melhorando as condições econômicas do município, também se avolumava o número de construções em função do crescimento da população. O “Correio do Jahu” registrou um desses casos em 1906. Esse era o conteúdo da notícia:

*“Por todo esse ano serão construídas muitas casas nesta cidade, algumas de bastante elegância. Quasi, todos os empreiteiros estão muito atarefados, não tendo mãos a medir.*

*Logo que se inicia a colheita em geral, as construções aumentam consideravelmente quer na parte central, quer nos arrabaldes”* (Correio do Jahu, 1906, nº-1.181, p.1).

As casas “de bastante elegância” feitas nesse período prenunciavam a formação de conjunto arquitetônico na área central, cujo estilo predominante era o ecletismo. A criação desse patrimônio arquitetônico foi uma marca muito importante da reforma urbana em Jaú como ocorreu em outras cidades do interior paulista. As casas de “arrabalde”, por certo eram pequenas, e construídas por trabalhadores urbanos, ou por empreiteiros interessados na exploração de aluguéis para a população de baixa renda.

Não encontramos nesse período resistências ou reclamações mais recorrentes da população, que pudessem demonstrar uma interferência mais sistemática do poder público no sentido de impor as normas legais para as construções. Deduzimos que nesse período as ações se limitaram às multas para

quem burlasse as regulamentações, e visitas domiciliares por parte dos funcionários municipais, que provavelmente procuravam esclarecer a população sobre as normas de higiene e os padrões estéticos considerados aceitáveis.

Foi na gestão de Constantino Fraga(1908-1910) que a cobrança de impostos, e o funcionamento de outros serviços como a segurança e a higiene passaram a ser mais intenso. Os fiscais percorriam freqüentemente as ruas da cidade para exercer uma constante vigilância no tocante à execução do Código de Posturas. Eles deveriam fiscalizar *“obras e serviços municipais, as construções particulares, dando parte do prefeito de qualquer irregularidade que encontrasse.”*( Atas da Câmara) Através de uma política autoritária, o prefeito Constantino Fraga começou a por em prática o sonho que acalentava desde quando fora vereador no final do século XIX.

Durante sua gestão, o engenheiro da prefeitura Horácio Sodré, enviou relatório à Câmara pelo qual descrevia os serviços realizados pela repartição de obras nesse período. Através desse relatório nos certificamos de que entre os anos de 1908 a 1910 foram edificadas 104 casas, estando entre essas construções um teatro denominado Casino. Foram concedidas 285 licenças para retoques, reconstruções e construções. O engenheiro acima citado frisava que *“em todas as casas novamente construídas e em muitas construídas, observou-se integralmente o regulamento sanitário do Estado”*. (Comércio do Jahu, 1911, nº-278, p.2) Ele se referia a impermeabilização do solo e a ventilação das casas.

O fato de o engenheiro enviar o relatório à Câmara denota que os detentores do saber técnico estavam querendo controlar os serviços feitos, na tentativa de se impor um padrão moderno de construção visando a demonstrar a ação do poder público no sentido de embelezar a área central. Todavia, muitos

moradores ainda não levavam em consideração as exigências para fazer as construções, pois o próprio engenheiro descreveu que eram apenas as “casas novamente construídas” que seguiam os padrões sanitários. Isso implicava afirmar que não eram todas as construções que mantinham os padrões considerados aceitáveis do ponto de vista das normas higiênicas. Por certo, o engenheiro Horácio Sodré se referia às novas casas feitas nas ruas principais da cidade, onde o poder público procurou impor rigidamente as normas de construções e de higiene.

Através do levantamento dos edifícios existentes na cidade em 1908, feito pela prefeitura por conta da cobrança do imposto predial, identificamos que Jaú possuía nessa época 1394 prédios, sendo “48 assobradados” e “17sobrados”.( Comércio do Jahu, 1908, nº-32, p.1) Assim, podemos dizer que a quantidade de casas construídas em estilo mais moderno eram poucas. Essas com certeza eram de propriedade dos segmentos mais abastados. Portanto, a maioria dos outros prédios pertencia à classe média e aos mais pobres, e provavelmente eram moradias menores e muitas delas ainda não se enquadravam nos ditames do Código de Posturas de 1898.

Não chegavam a uma centena os prédios que poderiam ser considerados mais “elegantes”. Entretanto, eles acabavam sendo o modelo de construção almejado pelo poder público, principalmente para a área central. Por mais que os técnicos e autoridades sanitárias a serviço da prefeitura não conseguissem atingir todas as habitações, existia uma política urbana autoritária que visava a tentar enquadrar as moradias mais simples nos padrões legais de construção.

As medidas centralizadoras e fiscalizadoras empreendidas por Constantino Fraga foram vistas por Rubem do Amaral(1962) - autor de uma

biografia sobre o mencionado prefeito-, como símbolo de uma administração competente. Era mais um esforço no sentido de consolidar para a história oficial da cidade a imagem desse prefeito como o principal modernizador de Jaú.

Ao apontar uma das interferências do poder público sobre a vida da cidade, esse biógrafo destacou a mudança estética na área central da seguinte maneira:

*“Era precário o estado de higiene de grande número de habitações da cidade.(...) O prefeito empenhou-se pela nomeação de um inspetor sanitário estadual que se dispusesse a cuidar efetivamente da assunto. Foi para o Jaú o Dr. Francisco Luiz Viana, que entrou a colaborar estreitamente com a Prefeitura na higiene em geral, especialmente em duas exigências específicas: Não se admitam cômodos sem luz direta nem sub-solos sem perfeita impermeabilização. Tais reformas, em habitações já existentes e construídas com falhas inadmissíveis, custaram grande trabalho às autoridades e grandes despesas aos proprietários.(...) E daí por diante a Prefeitura não mais aprovou plantas nem expediu o “habite-se” sem que as construções obedecessem às prescrições legais. (Amaral;1962,p.22)*

O poder público havia fechado o cerco em torno do cumprimento da legislação a respeito das construções na área central. Francisco Luiz Viana, o inspetor de higiene local, cuidava de fiscalizar e interditar de acordo com o Código Sanitário Estadual, e o Código de Posturas local, os prédios considerados impróprios para serem habitados. Impedir novas construções e reconstruções sem condições de higiene, e multar as pessoas que não seguissem as normas de asseio para cuidar dos quintais, ou dos terrenos baldios também era obrigação desse inspetor. Existia, assim, uma ação conjunta que envolvia o trabalho do inspetor de higiene e o serviço da repartições de obras direcionados pelo engenheiro municipal que zelava pela manutenção das normas legais no tocante às construções. Através do autoritarismo do poder público que impôs uma rígida

fiscalização, a área central foi aos poucos sendo transformada em cartão de visitas.

Esse controle sobre o centro da cidade foi mais decisivo depois da aprovação da lei nº185 de primeiro de fevereiro de 1909, feita por Constantino Fraga ( Comércio do Jahu, 1909, nº-55.p2) que dividia a cidade em zona urbana e suburbana impondo uma fragmentação no espaço urbano. O perímetro urbano passou a ser restrito às ruas principais da cidade como definiu a lei:

*“A zona urbana é compreendida pelo seguinte perímetro: Principia na rua Amaral Gurgel em direção à rua que passa ao lado norte do Hospital da Misericórdia, por esta segue até a rua Humaytá, por esta até à rua Marechal Bittencourt, por esta até a rua Campos Sales, por esta até a rua Edgard Ferraz, por esta até a rua Municipal, por esta até a rua Tenente Lopes, por esta até a rua Amaral Gurgel e dahi até o ponto de partida.”* ( Comércio do Jahu, 1909, nº-55.p2)

Nesses termos a cidade de Jaú também passou a ser objeto de intervenção seguindo a tendência das interferências urbanísticas que ocorriam nas principais cidades do país e do mundo. Iniciava-se a criação de espaços geometrizados e individualizados atendendo aos interesses da economia comercial em expansão. Esse tipo de organização do espaço urbano, que começava a imperar, era visto pelos segmentos dominantes como a única maneira para se conquistar o progresso. Assim, essa ideologia do progresso ofuscava um interesse de classe, e, no entanto, era apresentada como um ideário que servia a toda coletividade.

Dessa forma, sem levar em consideração as experiências espaciais e psicológicas dos moradores em relação à cidade, o prefeito Constantino Fraga impôs uma divisão no meio urbano esquadrihando os lugares a serem ocupados pelos diversos grupos sociais que até então conviviam no mesmo espaço. Essa

divisão do espaço urbano acarretou também uma divisão no meio social. Era interessante para aos segmentos dominantes demonstrar seu poder econômico e seu prestígio social através da ocupação do centro urbano remodelado. A construção desse novo espaço também vinha ao encontro dos desejos desses agentes modernizadores que vislumbravam a uma nova estética através da arquitetura moderna.

Essa política de embelezamento do centro urbano teve continuidade na gestão do prefeito Alcides Ribeiro de Barros (1912/1920) ligado politicamente a Constantino Fraga. Ele também procurou manter o controle e a fiscalização das construções no centro da cidade. Ao final de seu mandato, a arquitetura do centro já estava toda modificada como Constantino Fraga havia sonhado.

Assim, o prefeito Alcides Ribeiro de Barros continuou fazendo um trabalho sistemático de fiscalização das construções na área central. Nesse período observamos que muitas casas foram interditadas pelo poder público, que mandava interditar as casas consideradas com defeitos de construção ou aquelas que estavam em mau estado de higiene. De acordo com o Código de Posturas, art. 249, os prédios interditados não poderiam ser mais usados para moradia ou qualquer outra função. Caso o proprietário do imóvel desrespeitasse a lei, poderia ter seu imposto predial elevado em dez vezes. (Comércio do Jahu, 1915, nº- 766, p.2). O objetivo de aumentar o imposto era forçar o proprietário a derrubar ou reformar o prédio. Como veremos mais a frente, era esse tipo de medida que mais afetava a população pobre, que não tinha condições financeiras para realizar as reformas e muito menos para reconstruir suas casas segundo as normas legais impostas. Além disso, a política de aumento dos impostos era outro sorvedouro dos recursos dessa parte da população que acabava sendo

canalizado para o poder público implementar o projeto de embelezamento e reformas do centro da cidade.

Era por meio de editais publicados no “Comércio do Jahu”, que o prefeito Alcides Ribeiro de Barros informava os moradores da interdição de suas casas. Essa atitude autoritária na implantação da nova política urbana era justificada pela imprensa local. O jornal o “Comércio do Jahu” tratava em um dos seus editoriais que *“no quadro central da cidade os edifícios a construir devem ter maior altura e estética, para dar a máxima elegância a essa parte da nossa urbes”* (Comércio do Jahu, 1915, n 860, p.1).

Essa política fiscalizadora e centralizadora do prefeito Alcides Ribeiro de Barros era amplamente divulgada pelo “Comércio do Jahu” que aprovava essa ação administrativa em nome da estética e da higiene nos seguintes termos:

*“O sr. Prefeito municipal tem resistido de um modo muito louvável aos constantes e insistentes pedidos para se consentir que se façam concertos, modificações e reedificações de prédios, já condenados pela inspetoria de hygiene e pela Câmara Municipal. Com o mesmo critério tem agido pela concessão de licença para concertos de prédios não condenados, desta maneira muitos prédios faltos de luz, ar e hygiene foram derrubados, tendo nestes terrenos surgidos prédios modernos, lucrando com isso não só a estética da cidade como também a hygiene”.* (Comércio do Jahu, 1913, nº 503, p.1).

No espaço em que era erguido um “palacete” existiam anteriormente três ou quatro casas pequenas que abrigavam famílias com menores recursos financeiros. Com a obrigatoriedade dos mais pobres em deixar o espaço central da cidade, criava –se um profundo problema social.

Esse problema social causado pela reforma do centro urbano pôde ser detectado através de um requerimento enviado por uma comerciante

chamada Julia Chuffi Alasmar<sup>10</sup> à prefeitura municipal. Por meio desse documento a referida comerciante fazia uma reivindicação ao poder público para que não aumentasse os impostos de algumas casas pequenas que ela havia comprado, e que estavam localizadas na rua Marechal Bittencourt. Através desse requerimento pudemos obter pistas sobre os problemas sociais já mencionados. A preocupação dessa comerciante com o aumento dos impostos será retomada mais à frente quando tratarmos das reivindicações dos setores médios. A proprietária escreveu o requerimento nos seguintes termos:

*“Exmos sr.dr. Presidente e membros da Câmara Municipal do Jahu. Proprietária que sou de várias casas nesta cidade, e confiando plenamente no auspicioso futuro que a espera, venho há algum tempo contribuindo para o aumento do seu cadastro predial, com relativo bom gosto astístico e assim pretendendo continuar a desenvolver a minha actividade nesse sentido, tive necessidade de fazer aquisição de mais terrenos, estando entre esses um da rua Marechal Bittencourt, ocupadas pelas casas interdadas de nºs- 56, 58, 60, que adqueri da sra. d . Francisca Ferreira Alves, casas essas que ainda não demoli por não ter achado empreiteiro para tal fim de consequente ereção de outra no lugar dellas.(...) A despeito, entretanto, da minha irresponsabilidade pela conservação dessas casas, que são na verdade em prejuízo esthético para a cidade, e ainda mais por se acharem ellas habitadas, facto aliás para o qual não concorri e que, se venho tolerando, é simplesmente por um princípio de humanidade, pois não me é lícito, perante minha consciência, deixar famílias ao desabrigo, o que se daria fatalmente se eu me tornasse irreductivel na exigência da desocupação daquellas casas; a despeito de tudo isso, repito, tive as ditas casas lançadas no decuplo da taxa ordinária para a contribuição de predial e no máximo do imposto para a contribuição de ‘Viação urbana’(...) Venho soliciatar –lhe a redução dos lançamentos acima referidos à taxa ordinária, com o solene compromisso de minha parte de mandar proceder ainda este ano a demolição das casas nºs. 56, 58, 60, da rua*

---

<sup>10</sup> A citada comerciante possuía uma loja de roupas e também era proprietária de várias casas na cidade.

*Marechal Bittencourt e imediata construção de um prédio elegante no lugar dellas.(...)*  
( Comércio do Jahu, 1913, n. 515, p.1).

Na primeira parte desse requerimento constata-se que a comerciante Julia Chuffi Alasmar havia comprado um terreno onde existiam três casas interditadas pela prefeitura municipal. Francisca Ferreira Alves, antiga proprietária, por certo, não tinha condições financeiras para derrubar as casas e construir outra de acordo com as normas legais exigidas, e, por isso, estava vendendo seu terreno com as respectivas casas. Esse tipo de negócio, provavelmente se consumava com o prejuízo daqueles que tinham que vender um imóvel considerado impróprio para ser habitado, o que acarretava diminuição do seu valor venal.

A comerciante se comprometia com o poder público em derrubar as casas que ela mesma achava que eram “*um prejuízo estético para cidade*”. Assim, com já afirmamos, num terreno onde existiam três habitações, posteriormente era construída apenas uma, dentro dos padrões estéticos modernos. Portanto, para que o conjunto arquitetônico moderno fosse sendo implementado, uma quantidade expressiva de famílias mais pobres teve que vender seus terrenos como fizera a proprietária Francisca Alves. Na medida em que os pobres eram obrigados a vender suas propriedades, os mais abastados as compravam e iam construindo belas e confortáveis casas na área central.

Entretanto, também notamos que as famílias insistiam em permanecer nas casas até que as mesmas fossem derrubadas. Esse fato gerou um problema para a comerciante Júlia C. Alasmar, pois as casas interditadas ficavam proibidas de serem habitadas, sob pena de sofrerem aumento de impostos.

Foi pelo fato de estar insatisfeita com o aumento dos impostos que possivelmente a comerciante tenha tomado a defesa das famílias que ainda

habitavam as casas. Ela tentava justificar que não era lícito perante sua consciência deixar as famílias ao relento, alegando que isso era um “*princípio de humanidade*”. Com esse argumento, dona Julia Alasmar reivindicava ao poder público a diminuição do impostos sobre as casas que havia comprado. Contudo, mesmo dona Julia C. Alasmar afirmando que tinha preocupações humanitárias, ela se comprometia em derrubar as casas e construir outra com melhor estética. Diante da nova realidade sócio - econômica que se implantava, a moradia não tinha apenas valor de uso, mas sim valor de troca. Era uma mercadoria. Construir uma boa casa na área central não deixava de ser um bom investimento. Por outro lado, os mais pobres não tinham mais condições financeiras para continuar pagando todas as despesas exigidas pelo poder público, e por isso iam sendo empurrados para o perímetro suburbano.

Nesse momento da reforma urbana, os pobres certamente representavam um incômodo à nova realidade sócio – espacial que os segmentos dominantes desejavam construir. A situação de exclusão, embora provocasse constrangimento e drama de consciência em muitas pessoas, como o caso de Julia Chuffi Alasmar, diante do fato de famílias inteiras ficarem sem teto, trazia à tona a questão de a pobreza ser mais visualizada. Essa situação também foi apontada por Marshall ao analisar o poema de Baudelaire “Os olhos dos pobres”(Spleen de Paris, nº-26): *O problema não é que eles sejam famintos ou pedintes. O problema é que eles simplesmente não irão embora. Eles querem um lugar sob a luz.* ( Marshall, 1987, p.148). E por mais que parte da sociedade juaense ficasse bastante constrangida ao ver negros, pedintes, leprosos, crianças pobres e prostitutas no centro urbano, esses excluídos não desistiram de circular nesse local.

Entretanto, os jornais locais, refletindo as formas de pensar, sentir e agir das classes sociais privilegiadas, procuravam ressaltar sempre através de recorrentes comentários irônicos, preconceituosos e discriminatórios que não era conveniente para uma cidade em processo de modernização que os negros circulassem em andrajos pela cidade, trazendo à tona as mazelas sociais que os setores dominantes não queriam ver. Um trecho de um artigo do “Comércio do Jahu” vem comprovar esse fato. O seu conteúdo era o seguinte:

*“É bastante conhecida nesta cidade uma pretinha maltrapilha, a Candinha, que quasi todas as tardes, sae dar o seu passeio pela cidade , levando ao collo um pretinho de mezes, vivo e esperto como um sagui. A Candinha, em muitas vezes macula a moralidade pública pelo modo indecente como se veste. Uma immunda saia cujo diminuto comprimento se estende até os tornozelos e uma camisa não menos suja cobrindo-lhe parte dos hombros, eis os comodos trajes da Candinha ”( Comércio do Jahu, 1914, nº- 657, p.1)*

Entendemos que a preocupação com a moralidade pública era bem menor pelo fato de Candinha circular pela cidade mostrando o tornozelo, e muito maior pela sua insitência em “enfear” com sua presença a paisagem urbana. Afinal ela era uma negra maltrapilha, que queria ocupar como qualquer outra pessoa o seu espaço na cidade. Ela também queria passear com o seu filho pela urbe remodelada. Era isso que incomodava os segmentos dominantes. Alguns setores da sociedade jauense não aceitavam mais conviver com padrões de comportamentos que eram considerados em âmbito nacional como atrasados e incivilizados. Para esses segmentos não era possível aceitar a convivência no mesmo espaço com pessoas do tipo de Candinha.

Também já é sabido que concomitantemente ao processo de reformas que diminuía a oferta de casas, pela interdição e demolição, ocorria um crescimento demográfico na cidade. Esse crescimento populacional acontecido

nas duas primeiras décadas do século XX estava relacionado, como já sabemos, à expansão da economia cafeeira no município. Muitos imigrantes vinham tentar a sorte e refazer suas vidas através do trabalho no campo ou mesmo no meio urbano.

No final do século XIX, de acordo com informações de Sebastião Teixeira, a cidade de Jaú tinha cinco mil habitantes. Em 1909, o “Comércio” apontava a existência de dez mil. (Comércio do Jahu, 1909, nº-88, p.2) Três anos depois acreditamos que essa população já havia sido acrescida de mais alguns milhares de habitantes. Assim, do final do século XIX para as duas primeiras décadas do século XX, a população mais do que dobrou.

Havia, portanto, um acréscimo na demanda por habitações, pois o espaço passava a ser mais disputado. Contudo, o aumento das construções urbanas não se dava no mesmo ritmo do crescimento populacional, gerando assim a escassez de moradias, embora a cidade já tivesse crescido bastante naquele período, conforme informação veiculada pelo Comércio do Jahu em 1911:

*“(...) O Jahu em 1887, época da chegada da estrada de ferro, tinha apenas 300 e poucos prédios, sendo um único de tijolos. Em 1900, já então o Jahu estava em franco progresso, tinha 915, hoje tem mais que o dobro; quer dizer, que em 11 anos houve uma média de 80 prédios novos por ano”. (Comércio do Jahu, 1911, nº-334, p.1).*

Segundo a imprensa, muitas pessoas buscavam oportunidades de sucesso atraídas pela fama do crescimento que ocorria no município. Chegando à cidade, no entanto, tinham que enfrentar o problema da escassez das moradias. O problema da falta de moradia passou a ser notícia no começo da segunda década do século XX. Em 1911, o “Comércio do Jahu” começava a registrar que

faltavam moradias baratas para os artesãos e operários. Era difícil encontrar para alugar uma casa por menos de 50\$000 mensais. Nesse mesmo ano foi veiculada uma matéria sobre a necessidade de se construírem vilas operárias, tratando do interesse de algumas companhias particulares em construir moradias populares na cidade. Todavia, não encontramos indícios de que essas moradias tenham sido construídas. (Comércio do Jahu, 1911, nº- 330, p.2)

Em janeiro de 1912 o prefeito Alcides Ribeiro de Barros também aprovou uma lei na tentativa de estimular a construção de casas no perímetro suburbano. Denominada de Lei nº 215, ela detalhava as condições de construção de habitações populares indicando a espessura das paredes, a altura da casa, o tamanho de portas e janelas, a profundidade do alicerce, etc. Nesse mesmo ano ainda foi aprovado pela Câmara Municipal um projeto de lei, pelo qual a prefeitura subsidiava através da isenção dos impostos e dispensa das taxas municipais, a construção de “casas econômicas” na área suburbana, cujo valor do aluguel não fosse superior a 45\$000 mensais. (Comércio do Jahu, 1912, nº-409, p.6). De acordo com esse projeto, a casa deveria ter uma sala, dois quartos e cozinha. A fachada deveria ter 5,5 m de largura e terminar em forma de “platibanda” ou “chalet”. A sala da frente e o quarto contíguo deveriam ser forrados, e a cozinha e o outro quarto poderiam ser feitos em “*puchado anexo como pavimento cimentado ou ladrilhado*”. O banheiro poderia ser uma dependência externa. (Comércio do Jahu, 1912, nº-409, p.6)

Esse projeto de lei aprovado nesse período era semelhante ao de 1901, já tratado anteriormente, feito com a mesma finalidade, ou seja definir os padrões de construções das casas pequenas. As exigências contidas no projeto indicam que o poder público estava idealizando a construção de casas boas e higienizadas. Não acreditamos que essas exigências tenham sido cumpridas, pois

parte da população mais pobre não tinha condições financeiras para pôr em prática as normas exigidas.

Em relatório apresentado à Câmara, em 15 de janeiro de 1913, o prefeito municipal Alcides Ribeiro de Barros dizia que essa lei nº-215 tinha feito aumentar a construção de casas no perímetro suburbano. (Comércio do Jahu, 1913, nº-510, p.3). Provavelmente, esse prefeito estivesse tentando convencer a opinião pública da eficiência do seu trabalho, entretanto, é quase certo que o aumento das construções estava ocorrendo em função do aumento populacional, e não devido à aprovação de uma lei que objetivava impor um controle em relação às construções que estavam sendo erguidas fora do centro urbano.

A procura por moradia no momento em que ela era escassa acarretava aumento no preço dos aluguéis. Nessa circunstância até mesmo as moradias mais precárias se tornaram onerosas. A população tinha que se submeter a pagar os aluguéis de casas pequenas ou mesmo de cortiços que se localizavam na área suburbana. Contudo, essas habitações às vezes não ficavam tão distantes das principais ruas centrais da cidade. Isso vem demonstrar que próximo à construção dos prédios elegantes existiam também casas em estado precário, ou mesmo cortiços. Através de uma matéria publicada pelo “Comércio do Jahu” em 1915 por meio da qual um proprietário de vinte casas reclamava do atraso nos aluguéis, pudemos observar essa questão.

Esse proprietário se chamava André Avelino de Oliveira. Seu filho enviou ao jornal o “Comércio” uma listagem de vinte casas com o seus respectivos endereços, apontando todos os aluguéis que deixou de receber, os gastos com advogados para requerer os despejos, e os impostos que pagava à municipalidade, protestando contra a “situação danada” em que se encontrava por haver tomado tanto calote dos inquilinos. Esses aluguéis, segundo o proprietário

estavam em atraso há um ano. (Comércio do Jahu, 1915,nº-771, p. 2;3). André Avelino de Oliveira tinha, segundo essa listagem, seis casas na rua Humaytá, sete casas na rua 13 de Maio, uma casa na rua 1º- de Março, duas casas na rua Marechal Bittencuort, uma casa na rua Glycerio, e três casas na rua Quintino Bocaiuva.

O fato de esse proprietário ter muitas casas em uma mesma rua, e em alguns casos com numeração subsequente, faz-nos crer que eram casas pequenas ou até mesmo cortiços. Embora os mais pobres morassem sem boas condições de higiene, os aluguéis eram altos devido ao aumento da demanda em consequência do crescimento populacional, e também em função do excesso de impostos cobrados pelo município, que certamente eram repassados aos inquilinos.

O proprietário no caso citado, buscava defender seus interesses contranto advogados para exigir o despejo dos inquilinos, bem como para receber os atrasos acarretando uma situação de tensão entre as partes envolvidas. O locatário não chegou a dar os nomes dos devedores, mas apontou alguns segmentos sociais envolvidos. Entre eles, o referido proprietário mencionou o caso de duas negras e de um imigrante turco. Esse imigrante foi o único que teve seu nome divulgado. Ele se chamava Jorge Chammas. O senhor Avelino de Oliveira estava muito irritado com esse imigrante a ponto de chamá-lo de “velhaco”, pois o mesmo contratou um advogado para cuidar do seu caso e não pagou um “vintém” do que devia. Nesse caso, não era um inquilino pobre, pois tinha condições de contratar um advogado para defender seus interesses.

O caso do proprietário Avelino de Oliveira não foi o único. A população mais pobre sujeita aos caros aluguéis não tinha condições de quitar suas dívidas. Em contrapartida, alguns proprietários como André Avelino de

Oliveira monopolizavam o setor imobiliário e ainda faziam pressão sobre o poder municipal reclamando das taxas de impostos que eram cobrados. A atitude mais comum de muitos proprietários, por certo, era contratar advogados para cuidar dos despejos.

Quando esses segmentos mais pobres não conseguiam pagar os aluguéis e ficavam na iminência de não ter um teto para morar, muitos deles buscavam resolver o seu problema através das ocupações dos prédios particulares inacabados ou interditados pelo poder público.

Um caso inusitado tratado pelo “Comércio do Jahu” em 1913 ilustra essa questão. Com o título “Inquilinos emperreados”, a notícia publicada tratava da ocupação por “30 ou 40 casais de negros desocupados<sup>11</sup>” do prédio da Sociedade Italiana ‘Vitor Emanuel III’, cuja construção havia sido interrompida. (Comércio do Jahu, 1914,nº- 641, p.2). Tais negros transformaram o referido prédio em sua moradia. O caso foi motivo para que o “Comércio do Jahu” tratasse várias vezes o acontecimento, sempre mantendo seu tom de crítica ao fato. O jornal procurava convencer a população que a situação era insustentável e retratava com muita ironia a forma de viver desses negros enfatizando que gostavam “*do calor da branquinha e viviam numa doce vagabundagem*”, sempre fazendo festas. (Comércio do Jahu, 1914,nº- 641, p.2) Buscava-se assim, o convencimento da opinião pública de que o modo de vida desses negros colocava em risco os padrões morais e de civilidade, tão ansiados por alguns segmentos da sociedade jauense.

Nesse contexto, a diretoria da sociedade italiana Vitor Emanuel III resolveu entrar em ação, deixando transparecer a tensão latente que a

---

<sup>11</sup> Acreditamos que para o uso da terminologia “negros”, a imprensa estava se referindo também a toda uma gama de mulatos. A expressão açambarcava, portanto os mestiços.

ocupação do prédio dessa sociedade provocou entre os dois segmentos sociais. De acordo com comentários constantes do jornal, esses italianos haviam tentado por várias vezes tirar os negros do prédio, mas sem tê-lo conseguido. Eles faziam movimentações para mostrar que sairiam da casa, mas logo em seguida retornavam. Então veio a decisão inusitada da diretoria da sociedade italiana. Ela achou por bem destelhar todo o prédio e deixar os negros ao relento. Segundo notícia do “Cómércio”, nesse dia os negros deixaram o local. (Comércio do Jahu, 1914,nº- 641, p.2).

Somente a partir de um contexto de violência, preconceito e racismo tão arraigado na sociedade nacional, devido à vigência de três séculos de escravidão, associado àquele momento à ideologia da modernização e do progresso que procurava esconder os problemas sociais, é que podemos compreender a atuação da imprensa local em relação aos negros. Assim, os segmentos dominantes em Jaú expressavam o que era o pensamento da elite nacional. Do ponto de vista dessa minoria, os negros não deveriam ser incluídos no processo de modernização, pois iriam macular com a sua presença a imagem da cidade reformada. Portanto, eles deveriam viver apartados do meio social. Esse era um dos aspectos que a classe dominante local e nacional entendia como progresso e modernização.

Nesse caso, a preocupação com a estética, com a higiene, e com os considerados bons costumes vinham em primeiro plano. Os problemas sociais decorrentes do processo de reformas não eram considerados, pois negros e pobres eram vistos pelos agentes modernizadores como obstáculos que deveriam ser removidos dos olhos da “distinta” sociedade local.

Além de serem discriminados ao circularem pelo centro urbano, os negros também foram perseguidos pela polícia quando foram morar nos

cortiços que se localizavam nas áreas periféricas da cidade. A polícia via nesses cortiços a origem de problemas como os roubos e a vadiagem. As investidas aos cortiços eram sempre no intuito de realizar prisões. O cortiço não era apontado como foco de doença, mas como foco de desordem, vadiagem e imoralidade. Era essa desordem que precisava ser combatida, de acordo com a opinião das autoridades locais, que na verdade punham em prática os objetivos dos agentes modernizadores, que visavam a disciplinar o comportamento social dos excluídos.

Assim, a questão que mais preocupava as autoridades locais em relação aos cortiços de Jaú era a necessidade da manutenção da ordem. A imprensa local reproduzia através de inúmeras notícias essa mesma preocupação. Uma das investidas policiais ao cortiço “pau- queimado” situado entre as ruas Quintino Bocayuva e General Glycério, no bairro Vila Nova foi retratada dessa maneira pelo “Comércio do Jahu”:

*(...)“Dia e noite é insuportável a algazarra que essa leva de pretos, homens e mulheres, formam naquele bairro. A nossa polícia já tem efetuado a prisão de diversos ‘pensionistas’ do Pau – Queimado, ora por motivo de roubo, ora pelas grandes desordens que elles promovem.*

*Mas qual! Os pau- queimadenses não se regeneram nem a poder de cadeia! Assim é que o “Pau- Queimado” continua o centro de gravidade de todos os vagabundos, bêbados e desordeiros de Jahu.*

*Hontem, o sr. Manoel Fraga(...) dirigiu-se para o “Pau- Queimado” afim de fazer uma bella caça aos taes incorrigiveis vagabundos.*

*Aquella autoridade foi muito feliz na empresa, pois cerca de trinta negralhões de ambos os sexos foram recolhidos à casa de pouca farinha, donde só sairão após haver assinado o competente termo de ocupação. (Comércio de Jahu, 1913, nº-538, p.1)*

Os cortiços habitados pelos negros em Jaú tinham uma denominação específica. Todos os cortiços que “*eram um grupo de paupérrimas casinhas existentes nos suburbios da cidade*” foram pejorativamente chamados pela população de “pau-queimado” e os seus moradores eram denominados de pau-queimadenses. Todas essas “*casinhas paupérrimas*” habitadas por mais de oito “*negros vagabundos e embriagados*” passaram a ser chamadas de cortiço pau-queimado. (Comércio do Jahu, 1915, 1915, nº-784, p.2). Segundo a informação de um articulista do “Comércio do Jahu”, essa denominação ganhou um veio “*humorístico*” no seio da população. O uso da terminologia “pau - queimado” para os cortiços onde viviam os negros expressava o preconceito, racismo e discriminação sofridos por esse segmento da população em Jaú.

O cortiço passou a ser considerado como um local perigoso para a nova ordem econômica e sócio-cultural que paulatinamente estava sendo implantada na cidade. Alguns moradores chegavam inclusive a escrever para a imprensa denunciando as bebedeiras, as brigas, as festas, enfim o modo de vida que a comunidade negra mantinha nos cortiços. A notícia veiculada pelo “Comércio do Jahu” em 1913 pode demonstrar como era essa insatisfação com os moradores desses cortiços:

*“Alguns moradores da rua Quintino Bocaiúva, na parte alta da cidade, vieram para que sejamos porta voz aos poderes competentes para o seguinte facto:*

*Na referida rua, esquina da Francisco Glycerio, existe uma casa denominada pau-queimado habitado por uma súcia de negros e negras vagabundos e bêbados, os quaes passam alli, dia e noite na mais asquerosa orgia com portas e janellas abertas. As famílias residentes naquellas immediações tem necessidade de permanecerem com as janellas de suas residências constantemente fechadas para não ouvirem e presenciarem factos escandalosos.”* (Comércio do Jahu, 1913, nº-466, p.1)

Os moradores pobres e provavelmente brancos da área suburbana também viam o cortiço como um foco de desordem e imoralidade. Ao escrever para o jornal o “Comércio” pedindo a intervenção das autoridades públicas para reprimir o modo de vida dos negros que habitavam os cortiços, essa população deixava registrado o seu preconceito e denotava a aceitação do modelo da família nuclear e higiênica. Assim, o negro também era visto como uma ameaça à ordem pelos segmentos mais pobres da população que haviam absorvido o ideário do progresso burguês. Uma boa parte da população, por certo, também classificava o modo de vida dos negros nos cortiços como vadiagem.

As autoridades policiais que zelavam pelos interesses dos segmentos sociais envolvidos com a modernização da cidade realizavam constantes investidas aos vários cortiços que existiam no meio urbano. Diferente do que ocorria na capital federal e na capital paulista, onde os cortiços foram bastante fiscalizados pelos agentes sanitários por serem vistos como foco de doenças e responsáveis pela expansão de epidemias( Benchimol, 1990; Pechman&Fristch, 1984; Rago, 1985; Rolnick, 1993), em Jaú eles eram mais fiscalizados pelas autoridades policiais. Em nenhum momento detectamos nas fontes consultadas informações sobre a interdição da inspetoria de higiene nos cortiços de Jaú. A inspetoria de higiene local estava mais preocupada nesse momento em atuar na área central fazendo um trabalho em consonância com o poder público para extirpar num primeiro momento as casas que não se enquadravam nas normas do Código de Posturas de 1898. Talvez o problema da higiene não tenha sido considerado tão grave nos cortiços de Jaú quanto a prática da vadiagem e da desordem. Ademais, os cortiços de Jaú não eram tão populosos como os da capital paulista e federal e não ocupavam a área central. De acordo com a documentação consultada detectamos que existiam inúmeros cortiços na

periferia habitados por oito moradores. (Comércio do Jahu, 1915, nº-784, p.2) Nesse caso, a denominação cortiço não estava relacionada somente ao fato de ser uma habitação coletiva, mas também devido ao estado precário das pequenas casas. Os cortiços mais populosos que chegamos a encontrar tinham entre trinta e quarenta habitantes como o “pau-queimado”, da rua Glicério.

Apesar da perseguição policial aos moradores dos cortiços e também dos cuidados para evitar a ocupação dos prédios interditados, observamos que esse tipo de ação foi bastante praticada pela população mais pobre até o final da segunda década do século XX, para constante irritação da imprensa e das autoridades locais. Esse fato pode ser confirmado através de algumas notícias veiculadas pela imprensa. Uma delas tratava da decisão do delegado de polícia Dr Nova Monteiro, em consonância com o poder público, de selar as casas interditadas pela prefeitura. Por meio de um trabalho conjunto, a prefeitura fornecia o mapa dos prédios interditados para o delegado, que logo em seguida entrava em ação, pressionando os moradores para se mudarem em oito dias. (Comércio do Jahu, 1918, nº-1310, p.2).

Em 1918, o “Comércio do Jahu” registrou através de uma nota policial o trabalho de selagem de algumas casas, notificando os nomes de seis moradores intimados pelo delegado Dr. Nova Monteiro a deixarem os prédios. Desses seis moradores apenas um era branco. Ele era um pedreiro italiano chamado Francisco Armanini. O restante eram todos negros e sem trabalho. Esses marginalizados eram denominados pela imprensa como “invasores” e vadios. (Comércio do Jahu, nº-1323, p.2)

Provavelmente existiu uma gama variada de pobres que tenha utilizado o mesmo método para não ficar sem moradia. Todavia, eles eram pressionados pela polícia a deixarem as casas e a assinarem “termo de

ocupação”, caso contrário corriam o risco de serem presos ou mesmos expulsos da cidade. Portanto, no momento em que a arquitetura da área central já estava bastante modificada, os segmentos dominantes queriam que os pobres ficassem praticamente apartados do convívio social. A exclusão dessa parte da população do centro urbano foi acintosa. A força policial entrou em ação em nome da ordem, da moralidade e da civilidade.

Essa ação conjunta do delegado Dr. Nova Monteiro e do prefeito Alcides Ribeiro de Barros foi exaltada pelo “Comércio”. Segundo posicionamento desse órgão da imprensa, a atitude dessas autoridades facilitaria o combate à vadiagem ( pois eram os pobres e desempregados que ocupavam as casas interditadas) e também agilizariam as reformas e o embelezamento da cidade. Para os moradores pobres, entretanto, restavam poucas alternativas. Eles precisavam encontrar emprego, pois caso contrário poderiam ser expulsos da cidade ou corriam o risco de ir para a cadeia.( Comércio do Jahu, 1918, nº-1310, p.2) Normalmente era essa última alternativa que se concretizava.

A imprensa justificava a ação do poder público respaldado nas autoridades policiais em função da necessidade de se manter a ordem, a moral e os bons costumes. Baseando - se nesses princípios norteadores, os segmentos excuídos eram denominados de “vagabundos”, “malta” , “súcia”, e apontados como um perigo à sociedade.

Apesar de toda a discriminação sofrida pelos segmentos mais pobres, entre esses os negros, eles não foram os únicos que sentiram o impacto provocado pelas reformas urbanas. Os setores médios, embora não fossem avessos à modernização, também não estavam muitos dispostos a suportar as exigências impostas pelo poder público no intuito de se concretizar o embelezamento da área central.

Foi na gestões de Constantino Fraga ( 1908-1910) e de Alcides Ribeiro de Barros (1912-1920) que os setores médios procuraram demonstrar seu descontentamento por conta de verem seus gastos aumentarem em função da elevação dos impostos e dos custos embutidos na realização das construções mais modernas no perímetro urbano, bem como mostravam-se insatisfeitos com as interdições de muitos prédios que, para alguns proprietários, eram fonte de renda por meio da locação. Portanto, os custos e as exigências do poder municipal para implementar as reformas urbanas desagradaram também aos setores médios da população.

Por meio das reclamações e requerimentos publicados pela imprensa podemos ilustrar o descontentamento desse grupo social. Em 1908, ano da ascensão de Constantino Fraga ao poder, um assinante do “Correio do Jahu”, escrevia para esse jornal a fim de reclamar do aumento do imposto predial. Nesses termos ele expressava seu ponto de vista:

*(...) O sr. Dr . prefeito municipal resolveu, e muito bem mandar fazer nova coleta para o lançamento do imposto predial.(...) Os funcionários municipais encarregados agora desse serviço elevaram até quasi o exagero a avaliação dos prédios urbanos, a ponto tal que o imposto cobrado pela antiga Câmara orçava por 24 contos e o actual é estimulado em 70.(...) Dizem os empregados que foram justiceiros , também que collectaram o dr. Prefeito com imposto mais elevado. Acreditamos. Mas, a justiça para ser bem aplicada deve andar conjugada com a equidade e no caso andou divorciada.*

*O imposto a pagar é de 5% sobre o valor locativo do prédio, sendo omissa sob o modo e regras como elle deve ser lançado. A lei provincial que o creou diz que nas casas habitadas pelos próprios donos haverá para estes uma equidade. E assim deve ser, porque o proprietário não aufere lucro do arrendamento. Não entenderam deste modo os lançadores que elevaram a locação de uma maneira extraordinária. Será isto o que elles chamam justiça?(...) (Correio do Jahu, nº-1472,p.2)*

Assim, uma das fontes de renda da prefeitura foi o aumento no imposto predial urbano. O aumento dos impostos certamente estava relacionado com a valorização imobiliária da área central em processo de reformas. Portanto, independente de o imóvel servir de moradia ou ser usado para locação, o aumento recaía de igual forma sobre todos. O fato de os fiscais justificarem que o prédio do prefeito também tinha sido sofrido o aumento no imposto em nada mudava a situação de quem não podia pagar. A questão como já tratamos, é que para as pessoas mais pobres que moravam no centro, as exigências para as reformas e construções dos prédios somado ao aumento dos impostos limitava suas possibilidades de continuar habitando o perímetro urbano. Os locatários, embora não gostassem dos aumentos dos impostos, podiam repassá-lo ao preço dos aluguéis, entretanto, aqueles que tinham a moradia como bem de uso eram ainda mais prejudicados. Esse fato deve ter forçado algumas pessoas a disporem de seus recursos que já eram poucos para o pagamento de impostos. Essa política com certeza não foi bem vista pela população, e alguns moradores tiveram que vender suas casas no centro em função desses aumentos.

O projeto da Câmara Municipal em remodelar e embelezar a cidade também não era uma unanimidade conforme tratou um cronista do “Comércio do Jahu” em 1909. Esse cronista chamado Timotheo relatava que no momento em que quatro quarteirões da rua Egdard Ferraz - trajeto compreendido entre a estação e a confeitaria central - já haviam sido calçados, esse ponto da cidade passou a ser muito visitado pela população que desejava conhecer o calçamento dessas ruas. Segundo esse relato, o povo admirado, percorria diariamente a área contrapondo com um olhar “embevecido” o trecho calçado e as outras ruas ainda cheias de poeira.

Apesar disso, no entanto, o cronista ficou muito decepcionado em saber que um morador da rua Edgard Ferraz estava “*contrariadíssimo*” com o calçamento. De acordo com suas informações, na medida em que o calçamento chegava à frente da casa desse morador, o mesmo pensava em se mudar para Avanhadava, devido às exigências da Câmara, que o mesmo cronista achava “*muito justas*”. (Comércio do Jahu, 1909, n.º 142, p.1). Acreditamos que o descontentamento do referido morador poderia estar relacionado com os aumentos dos impostos, bem como ele poderia estar descontente com a política de regulamentos e controles no tocante às construções urbanas.

Partindo desse exemplo podemos deduzir que a decepção do cronista certamente estava associada ao fato de que a ideologia do progresso ainda não era aceita por todas as pessoas. O calçamento não era uma preocupação de todos os habitantes conforme enfatizavam os discursos da imprensa local. Esse serviço atendia aos interesses específicos como a circulação de mercadorias e pessoas, higienismo e embelezamento, portanto eram interesses restritos à aristocracia agrária, aos comerciantes e outros habitantes, entusiasmados do “progresso”.

Embora, os segmentos médios da população tivessem um certo interesse no embelezamento da cidade, observamos também o seu descontentamento pelo fato de suas casas recém adquiridas terem sido taxadas com altíssimos impostos.

Alguns comerciantes e fazendeiros, que certamente desejam ver a cidade embelezada, ficaram desgostosos com os custos da implantação das reformas. Entre eles podemos destacar o fazendeiro Sebastião Ribeiro de Barros, o comerciante italiano Domingos Peccioli, e o também italiano Braz Miraglia. (Comércio do Jahu, 1915, n.º- 776, p.3). Esses proprietários de imóveis também

reivindicavam através dos requerimentos enviados à Câmara, que o prefeito reduzisse ao mínimo os impostos que recaíam sobre seus prédios, interditados pela prefeitura.

Tais proprietários tinham suas casas localizadas à rua Marechal Bitencourt. Essa rua denominada no século XIX como rua das Flores, até a chegada da ferrovia era onde se concentrava o comércio da cidade. Por ser uma das mais antigas ruas da cidade, ela mantinha ainda muitas casas em estilo rústico. É por isso que os articulistas e alguns moradores insistiam para que o poder público ficasse atento, e exigisse que os moradores se esforçassem para reformar ou reconstruir essas casas. Entretanto, esses moradores e proprietários que ali residiam há mais tempo tinham sua resistência a essas exigências.

Devido a essa resistência, essa rua foi uma das últimas a ter a arquitetura remodelada. Em 1916, uma notícia veiculada pelo “Comércio do Jahu” indicava as transformações sofridas na antiga rua das Flores:

*“Quem trântita pela rua Bittencourt( Flores) fica bem impressionado com a reforma que sofreu esta via pública, que, por ser das mais antigas, tinha construcções muita acanhadas, desgraciosas e mal tratadas. Hoje veem-se ali lindos e esthéticos prédios e só restam lá uns 3 ou 4 velhos.”*(...) (Comércio do Jahu, 1916, nº-965, p.2).

Apesar das transformações ocorridas na arquitetura, ainda restavam alguns prédios velhos. Por certo, esse fato também tenha ocorrido em outras ruas. Esses são exemplos de que a transformação completa da cidade nunca foi concretizada. Esses dados se chocam com os conteúdos do discurso modernizador veiculado pela imprensa, que procurava apontar apenas o lado moderno da cidade, eclipsando a situação real de que a modernização de toda urbe nunca chegou a ser um fato consumado.

A interferência dos poderes competentes para garantir a reforma ou a derrubada de muitos prédios também gerou a insatisfação dos setores médios. O já mencionado proprietário André Avelino de Oliveira usou os meios legais para não ter um dos seus prédios derrubados. Em uma carta enviada por seu filho para o “Comércio de Jahu” em 1915 percebemos sua irritação com o poder público na sua política de modernização, que afetava diferentemente os seus interesses. Nesses termos ele se expressou:

(...) “*Em 1913 esta casa ( rua Humaitá, nº-14) esteve fechada 5 mezes, por embargo da prefeitura que queria a todo tranze fosse ella derrubada – custando me fervor de sangue, amargor da alma, desprezoz e 150\$ que paguei ao dr. Dolzani para rebater essa dannada, leda e cega pretensão*”. ( Comércio do Jahu, 1915, nº- 771, p.2)

Esse proprietário também reclamava dos prejuízos trazidos pelo fato de ter outros prédios fechados, situação que “*succede com intermitência nos tempos em que atravessamos*” (Comércio do Jahu, 1915,nº-771,p.2). Portanto, esse locatário embora tivesse conseguido impedir que o poder público derrubasse sua casa da rua Humaitá, não deve ter obtido sucesso em outros casos, e protestava por ter outros prédios fechados por ordem da prefeitura. Esse acontecimento revela o descontentamento do proprietário, pois ao ter seus prédios interditados, não podia alugá-los. André A. de Oliveira provavelmente não fora o único a protestar contra essa situação. Essas resistências apontam as dificuldades enfrentadas pelo poder público para concretizar o seu projeto de cidade moderna.

Assim, na gestão de Alcides Ribeiro de Barros foi grande o número de reclamações dos proprietários contra o aumento do imposto predial, contra a interdição de casas, e contra o embargo de obras tanto das casas quanto

dos passeios públicos. Algumas pessoas chegavam a reagir às intimações do poder público. Um fato ocorreu em fevereiro de 1912 quando o prefeito achou que os passeios do prédio nº- 52 da rua Lourenço Prado estavam sendo feitos em desacordo com o Código de Posturas, e enviou o fiscal Clementino de Oliveira para avisar ao empreiteiro que não continuasse o serviço, sob pena de a obra ser embargada. A reação do empreiteiro José Comegno foi de indignação. Ele resistiu à intimação com arma em punho, sendo por isso a polícia chamada para resolver o atrito. (Comércio do Jahu, 1912,nº-384,p.5) Com todo esse autoritarismo no trato das questões urbanas, o prefeito Alcides Ribeiro de Barros era chamado pela população de “osso duro de roer”.( Comércio do Jahu, 1916, nº- 928, p.1)

Todas essas exigências para a transformação do centro da cidade de Jaú em cartão de visitas provocou o deslocamento social daqueles que não tinham condições de acompanhar o processo de remodelação. Assim, ao mesmo tempo em que a área central ficava tomada pelos casarões, a população mais pobre começava a sofrer com a falta de habitação. A cidade, apesar de todas as resistências foi sendo esquadrihada. Os espaços ocupados pela diferentes classes sociais foram sendo delimitados. Ricos e pobres não ocupavam mais o mesmo espaço.

Outros segmentos sociais foram vistos como um incômodo à nova ordem sócio-cultural que os agentes modernizadores tanto lutavam para implantar. Mendigos, leprosos e prostitutas além de muito discriminados foram paulatinamente sendo segregados do convívio social em relação ao restante da sociedade, pois podiam comprometer a imagem da cidade.

Os mendigos foram vistos pela sociedade local como um problema em todo o decorrer do processo de reformas. Como uma cidade a

caminho do progresso poderia ter mendigos circulando pelo seu centro urbano remodelado? Era muito constrangedor, era um “atentado a moral” no entender de alguns articulistas do jornal “Comércio do Jahu”.

O contingente populacional de mendigos e desempregados tendia a aumentar nesse período, pois com a sedimentação da economia comercial cafeeira e a implantação do trabalho assalariado, o município de Jaú, como outros do interior do Estado, tornava-se um atrativo para muitas pessoas que tentavam conseguir um emprego. Entretanto, sabemos que na economia de mercado o trabalhador também é uma mercadoria. No momento em que essa mercadoria é abundante, é barateada, e ainda sobra um exército de reserva. Com a grande imigração subvencionada pelo Estado nos anos 80 do século XIX, a ocorrência da abolição da escravatura em 1888, e a existência de um contingente de mão de obra nacional livre, uma grande quantidade de pessoas passou a disputar um trabalho para ter o seu sustento. Assim sendo, a luta pelo emprego tornava-se uma questão crucial no começo do século XX. Nem todos ganhavam essa batalha. Segundo Benchimol:

*“Não é preciso insistir em que a mendicância e a vagabundagem constituem fenômenos clássicos gerados pelas contradições estruturais ao desenvolvimento do capitalismo, revestidos de características próprias nas formações sociais dependentes”(...)( Benchimol, 1990, p. 279)*

Dessa forma, em Jaú a preocupação em relação ao aumento da mendicância esteve presente na imprensa local desde o início do século XX. Os jornais locais divulgaram matérias em todo decorrer das duas primeiras décadas do século, no intuito de alertar a população para o incremento de uma “indústria da mendicância” na cidade. A imprensa procurava convencer os leitores de que entre os considerados verdadeiros mendigos, existiam aqueles que faziam do ato

de esmolar um meio de vida. Esses eram vistos pela imprensa que expressava a opinião dos segmentos dominantes como “mendigos de profissão”. Em 1902, o Correio do Jahu publicou a seguinte notícia sobre esse assunto:

*“(...) arrajam um novo meio de nos estorquir o cobre aqui no Jahu. Não é raro ver um bom trabalhador agrícola, com um papel na mão muito ensebado, onde se vê declarado Fulano de tal tinha tantas cabeças de gado e morreram. (...) A ninguém é desconhecido o caso do italiano que se fingia de velho, pedia esmolas e mandava o dinheiro para a Itália(...)”* ( Correio do Jahu, 1902, 619, p.2)

Os jornais “Correio e Comércio do Jahu” continuaram a apontar uma gama variada de pessoas que pediam esmolas pela ruas da cidade. Eram crianças entre sete a dez anos que pediam em nome da mãe doente, inválidos ou aqueles que se fingiam de inválidos, mulatos considerados saudáveis para o trabalho agrícola, imigrantes que eram considerados trapaceiros, homens que se fingiam de religiosos, etc.

Ao veicular esse tipo de discurso, a imprensa se omitia em fazer uma análise mais profunda dos problemas sociais do período e formulava uma opinião genérica de que todos os mendigos eram vadios ou malandros. A ideologia do trabalho era usada para justificar o combate à medicância, que era associada à indolência e à malandragem. Contudo, como se sabia que a pobreza era algo inevitável, a imprensa alertava a população em geral para que ficasse atenta para dar esmolas a quem realmente merecesse.

Apesar de os colaboradores da imprensa concordarem que a existência da pobreza imputava aos corações mais generosos o ato da caridade, não significava que a sociedade jauense não ficasse incomodada com a presença de tantos mendigos. Os discursos presentes nos jornais deixavam transparecer que a existência da mendicância era um obstáculo à conquista do patamar de cidade moderna.

Assim, as autoridades procuravam resolver a questão controlando a circulação dos mendigos na urbe desde 1906, pois eles eram cadastrados pelo poder público e tinham um registro na prefeitura –“chapa municipal”- podendo esmolar somente aos sábados tendo em mãos esse registro.( Correio do Jahu, nº- 1.151, p.2). As notícias que continuavam a ser publicadas pelos jornais indicando que a cidade continuava cheia de pedintes demonstram que eles não obedeciam à lei, mesmo porque aqueles que chegavam de outras cidades nem imaginavam que tal lei existisse.

O poder público e as autoridades policiais, no entanto, continuaram tentando minimizar o problema através do autoritarismo. Em 1913, quando a reforma da cidade já estava bastante adiantada, a polícia começou a fazer uma caçada aos mendigos. No entender de muitos jauenses não ficava bem para uma cidade embelezada que ela ficasse cheia de maltrapilhos.

Muitos mendigos eram presos por serem considerados pelas autoridades policiais como vadios e exploradores. A polícia queria permitir que somente os inválidos esmolassem. A imprensa apoiava a atitude dos agentes policiais justificando que era necessário conter a exploração desenfreada da caridade pública em Jaú. O preconceito em relação ao modo de vida dos mendigos era explícito. Um dos articulistas deixava bem claro qual era sua opinião a respeito do destino das esmolas que eram oferecidas aos pedintes. Assim, ele descrevia essa questão: *“Depois das esmolas que a caridade pública dá aos mendigos vão cair em dois sorvedouros: o bicho e a venda, isto é real, não estamos falando para armar efeito”* (Comércio do Jahu, 1913, nº- 574, p.1)

O que existia por trás desse discurso era o desejo de convencer a opinião pública e as autoridades locais de que a mendicância ajudava a perpetuar

os vícios existentes na sociedade. Assim, estava implícito que o combate à mendicância teria como resultado a diminuição do jogo, da vadiagem, e do alcoolismo. Esse tipo de discurso também desqualificava a figura do mendigo. A imprensa tentava associar a figura do mendigo à de disseminador de vícios na sociedade. Por certo, esse discurso mexia com a opinião do leitor, pois provavelmente ninguém aceitava a idéia de ver seu dinheiro, doado como esmola, estar sendo gasto com a contravenção, como afirmava a imprensa.

A ideologia do trabalho era usada como ponto de apoio para reprimir os mendigos. As autoridades nem sequer levantavam a hipótese da exclusão social e do desemprego. Ficava descartada a possibilidade de muitos não terem a oportunidade de encontrar trabalho. A responsabilidade era imputada ao indivíduo e não ao sistema que os excluía. Assim, os pedintes eram vistos como vagabundos e eram impedidos de mendigar. Estava em jogo nesse contexto, o fato de as autoridades estarem fazendo um grande esforço para afastá-los dos olhos do restante da sociedade. Os mendigos, além de incomodar com os seus instantes pedidos de esmola ainda “enfeivavam” a cidade.

No ano de 1916 uma outra notícia sobre os mendigos nos chamou a atenção. Foi quando o “Comércio do Jahu” se colocou como porta-voz de um leitor que fora à redação denunciar o seguinte fato descrito nos seguintes termos:

*“Pessoa altamente collocada no nosso meio social, veiu a nossa redação pedir a intervenção da polícia para reprimir a garotada que campeia infrene na rua das flores e adjacencias. Não há mendigo que ali passe que não seja apupado, apedrejado e sofrendo os maiores insultos desses garotos, creados a lei da natureza. Sejam os mendigos dignos do nosso óbulo ou sejam falsos, necessário é respeitá-los, basta para elles a humilhação de pedir esmolos.*

*Tornando-nos portanto echo da pessoa reclamante esperamos que a polícia porá cobro a essa falta de humanidade dos garotos dando-lhes uma lição de*

*amor ao próximo, já que seus pais os não ensinam.* ( *Comércio do Jahu*, 1916, nº-1016, p.2)

Primeiramente observamos que era mantida a distinção que vinha sendo feita pela imprensa desde o começo do século XX entre a existência do “verdadeiro” e do “falso” mendigo. No entanto, ao denunciar a falta de humanidade dos garotos que apedrejavam e insultavam os mendigos, o articulista reconhecia que nos dois casos era presente a humilhação a qual estavam submetidas as pessoas que precisavam pedir. Nesse discurso podemos desvelar a questão ideológica que a imprensa usava para tratar o problema dos mendigos. Na verdade, o próprio jornalista reconhecia que pedir era humilhante. Assim sendo, a existência dos malandros que a imprensa procurava generalizar, com certeza, eram casos raros. A maioria, por certo, pedia por necessidade.

Outro dado que nos intriga nessa questão é saber que existiam crianças que apedrejavam, xingavam e insultavam os mendigos. O que teria levado esses garotos a agirem de forma tão desumana? Podemos levantar dois motivos. O primeiro pode estar relacionado com a existência de um discurso que circulava no meio social local de que os mendigos eram malandros e vadios. Nesse caso esses garotos poderiam ver esse mendigos como malandros que deveriam ficar bem longe da cidade. A segunda hipótese pode ser a formação de um gangue que agia pela irracionalidade contida na força da ação grupal. Como esse fato aconteceu no ano de 1916, acreditamos que poderia se tratar do caso da “Mão esfolada” que analisamos anteriormente. As transformações sociais e culturais vividas por esses jovens os levavam a perder as raízes comunitárias. O sentimento de solidariedade começava a se esgarçar nesse período. No entanto, uma pessoa se sensibilizou com o acontecimento e denunciou para o jornal essa

atitude cruel da garotada. Contudo, não pudemos perceber se alguma providência foi tomada, pois nada mais foi noticiado a respeito.

Esse mal estar gerado pela presença de tantos mendigos continuou sendo tratada em um discurso do “Comércio do Jahu” que relatava a impressão que um novo morador – “o coronel Assumpção”, tivera ao vir morar na cidade, apontando que os mendigos eram vistos como um problema para alguns moradores de Jaú. De acordo com as informações veiculadas, estando o coronel sentado bem tranquilo em sua casa para ler o jornal ele ouviu palmas e:

*(...) chegou até a porta:- ‘esmola pelo amor de Deus’, exclamaram- lhe, tirou o coronel, do bolso, um nickel e deu.*

*Voltou, sentou-se novamente; logo depois novas palmas.. novo mendigo!! Lá foi mais um tostão; em seguida mais palmas e mais mendigos, cinco, dez, quinze vezes!!*

*Causara-lhe isso uma má impresssão; inda mais que innumeras pessoas haviam-no informado ser Jahu, uma terra riquíssima.!!”* (Comércio do Jahu, 1917, nº-1118, p.2)

Ao mencionar que um novo morador ficara mal impressionado com a grande quantidade de pedintes, colocava-se em discussão, para a opinião pública, que tal problema tinha que ser resolvido. Era a questão da imagem positiva da cidade que estava sendo colocada em cheque com a presença de tantos mendigos.

Com todo esse incômodo, os mais abastados da cidade, além de fazerem doações e pagarem mensalidades, enredaram a população para juntos arrecadarem fundos para construir o asilo dos mendigos. Um editorial do “Comércio do Jahu” registrava que era era mais compensador pagar a mensalidade para fazer o asilo dos mendigos do que ter que atender dezenas deles aos sábados, dia permitido para esmolar. (Comércio do Jahu, 1920, nº-1880

p.1,) numa declaração explícita que retravava como essa população excluída incomodava os outros segmentos sociais.

As discussões em torno da construção do asilo de mendicância perduraram durante toda a década de 1910. Nesse período foram feitas quermesses e recitais de piano entre outras coisas, para que a renda fosse aplicada na construção do asilo de mendicidade. Em outubro de 1920 foi lançada a pedra fundamental desse edifício. Assim, a filantropia era aventada como o meio para minimizar a questão. Emergiam, na imprensa os discursos que exaltavam o espírito caritativo do povo jauense. Contudo, a filantropia acabava sendo um paliativo, pois ela não resolvia a questão que era de cunho estrutural. Entretanto, por meio de obras filantrópicas desse tipo, muitos jauenses eram vistos como caridosos, e podiam até eventualmente obter dividendos políticos.

Foi também com a mesma preocupação em preservar a imagem da cidade que a prostituição foi outro problema que passou a chamar a atenção de muitas famílias jauenses que já estavam se enquadrando nos ditames da modernização.

Pudemos identificar a existência de inúmeras casas de prostituição na cidade através das reclamações por parte da sociedade local que começava a se incomodar com a presença das marafonas no centro urbano, e com muita frequência por meio das notas policiais. Nas ruas Tenente Lopes, Rangel Pestana e Paissandú localizavam-se alguns desses chamados “bordéis” ou “casas de tolerância”.

Nos primeiros anos do século XX, as prostitutas ainda não eram proibidas de circular na cidade, embora muitas pessoas não vissem com bons olhos essa liberdade das meretrizes. Nesse período a imprensa, como porta - voz

de parte da sociedade, local já começava a levantar a bandeira dos bons costumes.

O “Correio do Jahu” em 1902 criticava o delegado Major Mesquita, afirmando que ele parecia ignorar que “*as rameiras das mais baixa espécie*” iam até a cadeia, na área central da cidade, para abordar os soldados e oferecer seus serviços. Descrevia o articulista que alguns desses soldados “*sem o menor respeito à conveniências*” se divertiam ali mesmo com suas amantes. (Correio do Jahu, 1902, nº- 558, p.2)

Em notícia do mesmo jornal em 1906 era retratado que o delegado Dagoberto Sales iria regular “*as toleradas proibindo-lhes certas liberdades que estão em antagonismo com a moral*”( Correio do Jahu, nº- 1.151, p.2). Entretanto, foi a partir de 1908, durante a gestão de Constantino Fraga que o poder público passou a reprimir e controlar as ações dos proxenetas e a restringir a circulação das prostitutas que até então tinham uma certa liberdade para exercer seu metiê na área central. Até essa data notamos que as profissionais do sexo circulavam com desenvoltura à caça de clientes pela cidade.

O poder público, a partir de 1908 procurava impor com maior rigor um padrão de comportamento considerado mais ajustado à nova realidade da cidade em processo de reformas. Portanto, a repressão e a vigilância da prática ilegal do sexo passou a ser mais intensa. Nesse ano as casas de prostituição não podiam mais manter suas portas abertas depois das nove horas da noite e as meretrizes eram proibidas de fazer ajuntamento e “*grandes pastuscadas*” em nome da preservação da moral.( Correio do Jahu, 1908, nº- 1514, p.2)

Com o controle e a fiscalização, as “casas de tolerância”, passaram a se localizar em uma área específica da cidade. As notas policiais publicadas na imprensa, que mostravam a intervenção das autoridades para

controlar as brigas que sempre aconteciam nesses locais, apontavam a existência de uma zona de prostituição no chamado “alto da estação”. Nas ruas Saldanha Marinho, e nos altos da rua Marechal Bitencourt se localizavam algumas dessas casas de prostituição. Assim, com a regulamentação do comércio do sexo, ficou delimitada “*uma territorialidade do prazer*” (Rago, p.109) isolada das “boas famílias” jauenses pela estação ferroviária. A preservação dos valores puritanos e dos bons costumes das ilustríssimas famílias jauenses tinham que ser mantidos. A segregação das prostitutas que ficavam apartadas no meretrício do “altos da estação” resolvia o problema. Os homens continuaram livres para buscar a satisfação dos seus mais secretos desejos.

O preconceito em relação às prostitutas, que foram confinadas na zona do meretrício, era bastante forte na sociedade jauense, assim como ocorria em outras cidades àquela época. A respeito dessa discriminação por conta dos preconceitos de uma sociedade que começava a se aburguesar e segregar aqueles que não se enquadravam nesses ditames considerados civilizados, o jornal o “Comércio do Jahu” noticiou uma triste situação vivenciada por uma prostituta italiana no ano de 1916. Ela tinha dezessete anos e seu nome era Cecília Righe. Essa meretriz, sob o olhar dos curiosos, entrou em trabalho de parto estando na rua Glicério nos arredores da estação ferroviária próximo à zona de prostituição da cidade. De acordo com a notícia veiculada pelo “Comércio” ninguém quis socorrê-la. Ela deu à luz no meio da rua sob o olhar de muitas pessoas, mas sem ser ajudada por ninguém. Somente depois do parto consumado ela foi acolhida por uma senhora negra que lhe cedeu um cômodo da casa para repousar. Certamente, essa mulher negra compreendeu a situação por saber o que era ser discriminada. (Comércio do Jahu, 1916, nº- 923, p.2)

Portanto, esse caso ilustra o resultado da exclusão e do preconceito vigentes naquele período em relação às minorias sociais. É emblemático que esse fato acima tratado tenha ocorrido com uma prostituta italiana. Além de prostituta, ela era imigrante, o que por certo fazia crescerem ainda mais as desconfianças e os preconceitos da sociedade local. Essa mulher viveu uma situação de dor, vergonha e humilhação. Seu bebê nasceu morto. O que isso importava para os outros segmentos sociais? As prostitutas simbolizavam a corrosão dos bons costumes e da moral, e por isso ninguém quis ajudá-la.

Uma parte da sociedade local apoiava o trabalho do poder público no sentido de impor uma moralidade burguesa aos setores populares. Todo comportamento que não se enquadrasse no ideário burguês do trabalho e da produtividade eram passíveis de repressão. A vadiagem, o jogo, e a bebedeira passaram a ser fortemente combatidos pela polícia local desde o início do século XX. Além disso, a imprensa também liderou uma campanha desde os primeiros anos do século XX para disciplinar as crianças que viviam soltas e fazendo traquinagens pelas ruas. Trataremos, de início, do trabalho das autoridades policiais em prol da disciplinação dos costumes vistos como desregrados para depois nos determos no caso das crianças. Entretanto, queremos deixar claro que a campanha moralizadora da imprensa, que respondia aos interesses dos segmentos dominantes, ocorria de modo simultâneo, ou seja, existia um trabalho ideológico em curso para cobrar da sociedade o seu envolvimento com a educação das crianças, em defesa do trabalho produtivo, contra o jogo e as algazaras festivas que ocorriam nos botequins, nas ruas, ou mesmo na zona do meretrício. As duas primeiras décadas do século XX foram marcadas por essa

tentativa de se criarem novos padrões morais e de costumes para a população jauense.

Assim, o “Correio do Jahu” publicou em 1902, a estatística sobre as prisões efetuadas no ano anterior. A notícia ressaltava a existência de 165 prisões em 1901, sendo 74 por motivo de desordem, 45 por embriaguês e 14 vadiagem. ( Correio do Jahu, 1902, nº-554, p.1). A tipificação dos crimes indica o esforço dos policiais para impor aos segmentos populares um comportamento mais adequado a uma cidade que pleiteava o título de moderna e civilizada.

Também no ano de 1902, um articulista do “Correio” chamava a atenção das autoridades policiais atendendo a reclamações de muitos leitores, que com certeza estavam se adaptando aos ditames da vida moderna, para que as mesmas ficassem atentas para os escândalos cometidos no centro urbano por uma ébria chamada Adelaide. (Correio do Jahu, 1902, nº-558, p.1)Portanto, a bebedeira começava a ser tida como um comportamento incivilizado e que envergonhava toda a sociedade.

No mesmo ano acima referido, a polícia começou a coibir a participação de crianças em locais onde ocorriam os jogos ilícitos, principalmente o jogo do bicho. O jornal “Correio” noticiava que as medidas estavam sendo observadas, e que algumas bancas haviam sido suspensas por desobedecerem às exigências impostas pelas autoridades.(Correio do Jahu, 1902, nº-643, p.1) Treze anos depois observamos que a polícia não havia conseguido combater o jogo do bicho, e que as crianças ainda freqüentavam os locais onde se realizavam os jogos.( Comércio do Jahu, 1915, nº-788, p.1)

Nessa tentativa se de combaterem os jogos ilícitos, pudemos delectar, bem no começo dessa jornada, como o jogo estava incrustado no seio da sociedade, e por isso mesmo era muito difícil de ser combatido. No ano de

1906, quando o delegado da cidade tentou tomar medidas no intuito de apreender talões do jogo do bicho, o fato resultou numa denúncia feita por um leitor que escreveu ao “Correio do Jahu” com o pseudônimo de “observador”. Esse leitor acusava o próprio escrivão de polícia como “*o agente mais activo do jogo, e sabem que, com elle feito negócio, não haverá perigo algum*”. Ele ainda mandava um recado ao delegado: “*Não será o caso da justiça principiar por casa?*” (Correio do Jahu, 1906, nº-1260, p.2)

Não temos condições de comprovar a culpa ou a inocência do acusado. Entretanto, não descartamos a possibilidade de o fato ter sido realmente verídico. Nesse caso, ele serve de exemplo para ilustrar como o mundo da ordem poderia estar também permeado pela prática da contravenção, onde o próprio representante da lei cometia delitos. Não acreditamos no fato de o delegado estar sendo ludibriado pelo seu funcionário. São grandes as possibilidades de ele estar sabendo do caso, e mesmo assim fazendo vistas grossas pelo fato de o jogo ser uma prática muito comum na época, com participação ativa de elementos de projeção na sociedade local. Assim sendo, a população não podia levar realmente a sério o combate aos jogos considerados ilícitos e continuava apostando e se divertindo com o jogo do bicho.

Paralelamente ao fato de a população manter esses costumes considerados indesejados, a imprensa continuava com a sua cruzada moralizadora. Em 1907, o “Correio” demonstrava todo seu apoio às autoridades policiais que procuravam com afincado diminuir a vadiagem vista como maior problema para se consolidar o progresso. Nesse sentido, observamos o preconceito dos colabores da imprensa que aparece no jornal nos seguintes termos: “*Agora que a polícia está perseguindo os vagabundos, parece-nos opportuno lembrar aos senhores fiscais a conveniência duma perseguição*”

*aos cães vadios que infestam, nesta cidade as ruas mais afastadas*”. (Correio do Jahu, 1907, nº- 1328, p.1).

Em 1908, a imprensa continuou a divulgar ainda mais o trabalho da polícia no combate ao jogo, a vadiagem, e como já vimos, a regulamentação da prostituição. As algazarras festivas, a bebedeira e as brigas eram vistos pelas autoridades como comportamentos intoleráveis na cidade. Certos padrões de comportamentos individuais e coletivos passavam a ser rigorosamente combatidos.

As casas de tavolagem ficaram sujeitas à fiscalização da polícia. Quanto ao jogo do bicho, a imprensa local continuou a registrar que a polícia jauense não pouparia esforços para erradicá-lo do meio social

Em 1909, a necessidade da melhoria do aparato policial local no momento em que a cidade estava sendo remodelada e o seu povo estava se adaptando a mudanças de comportamento, é tratada em editorial do seguinte modo:

*“Entregues a uma phase de progresso, de remodelação e de organização como estão nossa cidade e nosso povo é justo que lembremos aos altos poderes dirigentes a necessidade imprescindível da melhoria no tocante à força policial aqui destacada.”* (Comércio do Jahu, 1909, nº- 92, p.1)

Assim, a organização da nova cidade e a imposição de novos comportamentos ao povo jauense seriam concretizadas com a presença de uma corporação policial mais numerosa. Nesse mesmo ano, o “Comércio” apelava para o secretário de justiça e segurança pública do Estado de São Paulo para que fosse resolvida a falta de policiamento em Jaú. A alegação desse órgão da imprensa era de que a polícia deveria estar presente nos locais mais movimentados, sem deixar outros pontos da cidade desprotegidos, por isso era

necessário um contingente maior de soldados.( Comércio do Jahu, 1909, nº-133, p.1). Existia, assim, uma insistência da imprensa que era porta-voz dos segmentos dominantes locais, em exigir uma solução para a questão policial visando, ao enquadramento da cidade nos padrões considerados civilizados.

Em 1914, a delegacia ficou mais equipada com a instalação de um telefone, e por isso as denúncias e os contatos com outras delegacias da região também ajudavam a polícia a melhorar o seu serviço. Em 1915 o trabalho das autoridades policiais locais no combate ao jogo passou a ter o repaldo do Secretário de Segurança do Estado, Eloy Chaves, que enviava circulares aos delegados de polícia do interior para que os mesmos apertassem o cerco contra os jogos ilícitos (Comércio do Jahu, 1915, nº-821, p.2). Portanto, a imposição dos “padrões civilizados” era um trabalho que já vinha sendo feito na capital paulista e se espalhava para o interior do Estado.

Notamos que a partir desse momento, e em todo o decorrer da segunda década do século XX, os policiais começaram a tratar com maior rigor os comportamentos individuais e coletivos considerados desregrados. A partir desse período percebemos que os soldados procuravam resolver problemas como a bebedeira, aglomerações barulhentas e festivas em botequins, nas ruas, ou casas de prostituição, fazendo uso da truculência. Assim sendo, os setores populares tiveram seu modo de vida afetado diante da sede disciplinadora das autoridades policiais. Através de muitas notícias publicadas pelo “Comércio do Jahu” observamos que os alcoólatras corriam o risco de serem espancados no meio da rua. Sob a menor suspeita, qualquer pessoa podia ter sua casa invadida e revirada por soldados furiosos e agressivos. Crianças que faziam pequenos serviços em lugares públicos para ganhar um trocado também podiam enfrentar a arbitrariedade de alguns soldados. Analisaremos abaixo alguns desses casos para

ilustrarmos essa questão. Muitas vezes a própria imprensa denunciava e criticava a violência policial.

Em 1914, o jornal “Comércio de Jahu” denominou como “selvageria” a atitude de alguns soldados convocados a atenderem a uma ocorrência na zona do meretrício. Ao deixarem a delegacia para efetuar uma prisão numa das casas de prostituição, que ficava situada nas imediações da estação ferroviária, um grupo de soldados que estava armado e embriagado “desferiram ‘refladas’ e bofetões a torto e a direito em todas as pessoas que encontravam, fosse ella quem fosse” ( Comércio do Jahu, 1914, nº- 609, p.1) resultando num “ilimitado” número de feridos. Muitas pessoas foram denunciar a violência sofrida para o delegado Manuel Fraga, e também para a redação do jornal. Segundo informações veiculadas pelo “Comércio”, o delegado iria tomar providências para que os soldados fossem punidos “em conformidade com a lei”. Entretanto, esse jornal não esclareceu quais eram essas providências e também não abordou mais o assunto.

Notamos nesse episódio, que em nome da manutenção da ordem e da melhoria do comportamento da população, os soldados agiam impunemente contra os setores populares que não tinham a proteção dos poderes e praticamente não tinham direito de defesa. Interessante perceber que os próprios soldados, que sempre estavam a postos para combater as bebedeiras e as desordens, estavam eles próprios bêbados e fazendo arruaças pelas ruas. Como representantes da lei, estavam bem longe de ter um comportamento respeitável. Como no caso do jogo do bicho, o discurso das autoridades era contraditório em relação às ações práticas. Por esse tipo de postura, certamente a polícia era muito mal vista pela população.

O jornal o “Comércio” também chegou a denunciar o violento espancamento sofrido por um funcionário da prefeitura. Segundo a notícia, esse funcionário voltava para casa no final do expediente, mas por ter ingerido um pouco de bebida alcoólica estava alterado. Entretanto, caminhava pacatamente quando três policiais lhe deram voz de prisão e começaram a espancá-lo brutalmente. Ele mostrava sua marmita vazia para justificar que era um trabalhador. Foi preso, mesmo estando com a marmita. Ele teve vários ferimentos, como um corte profundo na mão esquerda, diversas escoriações na cabeça e nas costas. Pudemos verificar que esse funcionário era negro. Por certo, o preconceito em relação a esse segmento social influenciou os policiais para que o tratassem sem o menor respeito.(Comércio do Jahu, 1915,nº-839, p.1)

Eram inúmeras as cartas que chegavam à redação do “Comércio” denunciando a violência policial. Os casos eram os mais variados possíveis. Alguns deles eram tão abusivos que até mesmo a imprensa se pronunciava sobre o assunto em tom de indignação. Notamos, então, que a população local vivia à mercê das arbitrariedades de violentos soldados, num momento em que o poder público, unido às autoridades policiais queria impor uma moralização dos costumes. É preciso ressaltar, no entanto, que esses soldados sempre cumpriam ordens superiores. A imposição do padrão de comportamento dito civilizado era a justificativa das autoridades, que alegavam estar mantendo a ordem na cidade.

Toda essa repressão exercida pelas autoridades policiais fora apontada por Rubem Amaral, um representante da classe dominante(1962, p.19) como uma luta das autoridades locais para a manutenção do bem, para vencer a desordem e para impor a melhoria dos costumes. Ele ressaltava a importância do chefe político local Vicente Prado para moralizar os costumes na cidade. Segundo suas informações:

(...)“Assumindo a chefia política em Jaú, Vicente Prado para lá levou delegados de polícia com plena liberdade de ação, sem interferências partidárias ou pessoais no trato dos transviados, fosse qual fosse a sua posição social. As desordens passaram a ser reprimidas com dobrada severidade, tanto pela polícia, na sua ação repressiva, como pela justiça, a cuja barra eram levados sem contemplação os culpados . Em breve, a cidade passou a viver vida segura e tranquila, integrada em ambiente pacificador e civilizado, embora à custa de choques e ressentimentos que com o tempo, sob mais fria reflexão, amainaram por si mesmos no reconhecimento do serviço prestado à cidade e à sua gente. ( Amaral, 1962, p.19)

Com esse discurso, Rubens Amaral estava exaltando a figura do político Vicente Prado. Para ele, Vicente Prado tinha sido responsável pela criação de um “ambiente civilizado” na cidade. No entanto, algumas das informações contidas nesse mesmo discurso podem ser confrontadas com outras fontes que foram pesquisadas, o que possibilita percebermos o outro lado da questão.

Assim, não era verdade que os delegados indicados por Vicente Prado combatiam as desordens praticadas sem distinção de classe social. Podemos exemplificar essa questão analisando um dos episódios mais violentos ocorridos na cidade, e que fora noticiado pelo jornal “Comércio do Jahu”. Nesse caso os protagonistas principais foram dois jovens influentes da sociedade local. Um deles era Francisco de Almeida Prado Fraga. Ele era filho do prefeito Constantino Fraga e sobrinho de Vicente Prado. O outro jovem era Alipio de Almeida Prado. Esse último certamente também era parente dos dois políticos, pois tinha o mesmo sobrenome.

Esses jovens armaram uma briga monumental num baile que estava acontecendo no teatro Rink Rio Branco, em comemoração à passagem do ano de 1913 para 1914. O conflito teve origem no fato de o jovem Alipio de

Almeida Prado tirar satisfação com um soldado que estava de plantão e que lhe dera ordem para que adentrasse o recinto ou o deixasse em virtude do tumulto que o jovem fazia em frente ao Teatro Cassino. A discussão inicial entre Alipio e o soldado resultou num tiroteio em pleno salão. Segundo notícia publicada pelo jornal, foram disparados mais de cem tiros. ( Comércio do Jahu, 1914, nº-604, p.2)

O caso foi tão grave que o ex-prefeito Constantino Fraga teve que viajar da capital para Jaú, pois seu filho Francisco de Almeida Prado Fraga foi um dos feridos no conflito. O jornal “Comércio do Jahu”, ao abordar esse acontecimento tentava preservar a imagem do ex- prefeito, ressaltando que ele pedia uma investigação imparcial sobre o acontecido, procurando mostrá-lo como homem de caráter, e dava sua contribuição no sentido de diminuir os boatos que se espalhavam pela cidade de que as autoridades policiais estavam tratando o caso de forma parcial.

Entretanto, podemos dizer que a imparcialidade nesse caso seria impossível, pois o delegado local, Manoel Fraga indicado por Vicente Prado era irmão de Constantino Fraga. O mencionado delegado pediu auxílio para cuidar do caso. Ele recebeu como reforço de São Paulo a vinda do delegado Theophilo Nobrega, de mais um escrivão, dois cabos e dezesseis praças. Toda essa movimentação foi realizada pela polícia para convencer a opinião pública de que o caso seria esclarecido.

Esse caso vem demonstrar cabalmente que o poder truculento da polícia era exercido sempre somente em relação à população mais pobre. Assim, enquanto a população em geral podia sofrer agressões de todo tipo por causa de uma mínima suspeita, os poderes podiam sair impunes diante de atitudes que colocavam em risco a vida de centenas de pessoas. Portanto, a repressão não se

fazia sem distinção social como afirmou Rubens Amaral, pelo contrário ela era direcionada somente às classes populares. Já vimos anteriormente como o delegado Manoel Fraga procurava ser eficiente para efetuar a prisão dos negros do cortiço “pau – queimado”. Não obstante, essa eficiência não deve ter sido a mesma no caso do conflito do baile no Rink Rio Branco. O jornal nunca mais tratou do caso. Mas os resultados não são difíceis de imaginar. Nada acontecia com os protegidos do delegado e do chefe político local.

Rubens Amaral, também ressaltava que os choques e ressentimentos se esfriaram com o passar do tempo. Esse fato também não foi totalmente verídico. As feridas ficaram abertas por um bom tempo. A população reclamava da violência policial, pela imprensa. Essa forte repressão também foi sempre contestada pelos políticos da oposição que criticavam o excesso de violência usado pelas autoridades policiais.

Apesar das tentativas de combate às práticas e costumes populares, de forma truculenta, não podemos dizer que o sucesso das autoridades foi pleno. As notas policiais continuavam mostrando que no final da primeira década do século XX, os furtos, a vadiagem, a bulha, as desordens, e o jogo ilícito continuavam sendo combatidos pela polícia. Essa notas demonstram que apesar de toda repressão, tais práticas não foram abolidas pela população como queria a polícia. Portanto, também servem para esclarecer que a cultura popular resistia às investidas policiais.

Além de toda a fiscalização e a repressão das práticas populares, uma outra questão preocupava os setores dominantes jauenses. Como já tratamos anteriormente, o fato de muitas crianças permanecerem nas ruas fazendo brincadeiras, algazaras e traquinagens, também desagravava bastante àqueles

que desejavam ver a cidade de Jaú sem qualquer problema que comprometesse a sua imagem.

Jornalistas, políticos de destaque e alguns moradores da cidade começaram a se preocupar com essa questão. Eles estavam atentos às discussões que ocorriam em outras cidades do Brasil para tentar buscar uma solução para o problema em Jaú. Os discursos da imprensa local começavam a ressaltar, tal como ocorria em âmbito nacional, a importância que os governantes e a família deveriam dar à infância. Percebemos que esses segmentos dominantes da sociedade jauense já estavam procurando se informar a respeito dos cuidados com a infância através do acesso à literatura produzida por educadores e médicos e da sua divulgação. Os artigos e crônicas escritas nos jornais locais nos permitem fazer essa afirmação.

Podemos estabelecer uma analogia entre os discursos elaborados pela imprensa jauense e pela imprensa paulistana sobre o problema da infância no começo do século XX a partir do trabalho realizado pela historiadora Margareth Rago(1987). Essa mostra que desde o final do século XIX e no início do XX a mulher e a criança passaram a ser vistas pelos educadores, médicos, filantropos, e governantes como figuras de maior destaque para a constituição da família nuclear. A partir da valorização da família nuclear no imaginário das classes populares é que os valores burgueses poderiam se solidificar. O fator motivador e o substrato para a sedimentação da sociedade de consumo eram o desejo do sucesso econômico, da conquista da moradia, e da felicidade doméstica que se consolidaria com o modelo da família nuclear. Portanto, a mulher e a criança foram elevadas ao patamar de maior destaque na família. A mulher deveria ser a rainha do lar, cuidando do marido e dos filhos. A esposa deveria

zelar para que o marido fosse um trabalhador exemplar. Os filhos deveriam ser bem cuidados para tornarem-se os braços produtivos do futuro.

A grande preocupação dos setores dominantes era evitar que aumentasse o número de crianças desocupadas pelas ruas. É nesse contexto que a imprensa paulista passou a produzir e divulgar um discurso de valorização e preocupação com a infância. Assim, essa preocupação estava relacionada ao surgimento de um mercado livre de trabalho.

Rago, mostra que o governo passou a ver a criança como uma “superfície plana” que poderia ser moldada. Sendo assim “ *o Estado deveria preocupar-se em formar o caráter da criança, inculcindo-lhe o amor ao trabalho, respeito aos superiores em geral, as noções de bem e mal, de ordem e desordem, de civilização e barbárie, enfim, os princípios da moral burguesa.*” (Rago, 1987, p.121)

Essas preocupações também começam a aparecer nos discursos da imprensa local desde o começo do século XX. Os setores dominantes da cidade de Jaú, bem como ocorria na capital paulista, preocupavam-se com o fato de muitos menores ficarem o dia todo na rua sem ter uma ocupação. Na opinião de articulistas, políticos, médicos, e parte dos moradores de Jaú, as crianças deveriam ficar em uma creche, escola, ou qualquer outro lugar onde pudessem ser educadas para aprender a valorizar o trabalho, as regras de convivência social, e o respeito à propriedade. Dessa maneira esses menores seriam úteis à nação.

Assim, desde 1902 um articulista do “ *Correio do Jahu*” já chamava a atenção dos leitores para o fato de existirem muitos menores praticando “*toda sorte de tropelias*” no centro da cidade. Na sua opinião era preciso começar a regradar a vida dessas crianças “*a fim de que para o futuro*

*possam ser úteis a seus pais, a si próprios e a humanidade*” ( Correio do Jahu, 1902, nº- 552, p.1)

Esses discursos com o objetivo de conscientizar a população para a necessidade de preparar a criança para servir à sociedade dentro das regras do capitalismo intensificam-se a partir de 1910. Nesse ano, o jornal “Comércio do Jahu” publicou vários artigos para tratar do assunto. Num deles há um esforço para mostrar à sociedade o perigo “*da infância abandonada e vagabunda*”, ressaltando que tal situação era fator gerador da criminalidade. Movido por essa preocupação o articulista propunha discutir mais vezes o assunto na coluna do jornal, destacando o seu objetivo principal:

*“(…) Em nome do povo desta cidade, pedir ao governo do Estado, providências que ponham termo ao espectáculo degradante e vergonhoso de centenas de meninos vagabundos que percorrem as ruas de Jahu, emprestando-lhe desprezível aspecto de miséria. Por que não terá o Jahu um estabelecimento correccional?”* ( Comércio do Jahu, nº- 209, p.1 e 2)

Portanto, alguns jornalistas jauenses estavam em sintonia com os debates que ocorriam em torno da questão da infância em âmbito nacional, e também defendiam a disciplinação dos menores através da criação de espaços de “correção” onde fosse incutidos nas crianças os valores ligados à ordem, ao trabalho e à moral.

Nesse contexto de preocupação e de debate sobre a infância, é fundada em 1910, a União Familisteriana do Jahu, cujo objetivo era “*a congregação da família em prol da infância*”. A meta dessa associação em Jaú era fundar um orfanato com escola e liceu de artes e ofícios como ocorria em outras cidades.( Comércio do Jahu, nº-153, p.2). Os sócios protetores da congregação eram: José Verissimo Romão, Orozimbo Augusto de Almeida

Loureiro, João Costa, Aristides Lobo Sobrinho, Joaquim Feliciano da Costa e José Ignácio da Camargo Penteado Sobrinho.

Notamos que entre essas pessoas alguns eram políticos de destaque na sociedade local, como o presidente da Câmara Orozimbo Loureiro. Além dele, João Costa havia sido prefeito no final do século XIX. O senhor Verissimo Romão se tornaria prefeito em 1911. Contudo, é importante ressaltar entre eles a presença do médico Aristides Lobo Sobrinho.

A historiadora Margareth Rago (1987) destacou a preocupação da medicina com a preservação da infância no começo do século XX. Nesse período a medicina adentrou os espaços domésticos para impor novas formas de higiene e comportamento à família nuclear. Os saberes antigos eram considerados credences populares e começaram a ser combatidos.

A presença de um médico como sócio protetor da congregação familisteriana em Jaú vem confirmar o envolvimento desses profissionais na divulgação das novas idéias a respeito do cuidado com a infância.

Esses segmentos dominantes queriam salvaguardar a infância pobre e abandonada para evitar a criminalidade e a desordem. Inculcar os princípios da ordem, do respeito, da higiene, e do trabalho era básico para se consolidarem os valores da sociedade burguesa.

A população local apoiou não somente a idéia de criar um orfanato em Jaú, bem como colaborou com o trabalho de Anália Franco, escritora e educadora que naquele período procurava fundar “colônias regeneradoras”, “creches e asilos” para tratar de educar e disciplinar os menores pobres e orfãos na capital paulista e em muitas cidades do interior do Estado.

Em junho de 1911, Anália Franco esteve em Jaú organizando uma apresentação musical realizada por alunos pertencentes às “creches” e

escolas por ela coordenadas. Segundo notícia veiculada pelo “Comércio do Jahu”, ela recebeu “*estupenda ovação*” da população. (Comércio do Jahu, 1911, nº- 314, p.1) Era a construção de um discurso para exaltar a importância dessas pessoas envolvidas com a divulgação e imposição da educação disciplinadora essencial para a sociedade moderna. Certamente, não era toda a população que estava envolvida, mas sim os segmentos dominantes que também estavam interessados em disciplinar a infância “vagabunda e órfã” de Jaú.

Em 1912, Anália Franco escreveu um artigo para o “Comércio do Jahu”, defendendo a criação de creches e escolas maternas para que as mães trabalhadoras tivessem condições de manter seus filhos em lugares adequados, enquanto cumpriam sua jornada de trabalho. Para essa educadora:

*“Estas instituições que nos países estrangeiros orçam por milhares, não só livram as crianças de 2 a 5 anos de muitos desastres, como lhes fazem adquirir hábitos de ordem de disciplina, proporcionando-lhes por entre cânticos e brincos as primeiras noções de leitura e calculo.”* (Comércio do Jahu, 1912, nº- 379, p.1).

Com esse artigo, Anália Franco estava procurando conscientizar o povo jauense sobre a importância de preparar as crianças desde pequenas para receber educação e disciplina e desviá-las dos perigos existentes na sociedade. A educadora estava angariando apoio da população para organizar em Jaú a primeira “creche-asylo” da cidade. Dois anos depois o sonho de Anália Franco tinha se concretizado. Em meados de 1914, a creche já funcionava com seis orfãos internos e cinquenta alunos externos. (Comércio do Jahu, 1914, nº- 657, p.3).

Toda essa mobilização com a fundação da congregação familisteriana, com as visitas de Anália Franco, e com a criação da creche – asylo, entretanto, não foi suficiente para tirar as crianças das ruas. O número de escolas existentes não atendia à demanda para uma cidade que continuava

crescendo. A escola daquele período era elitista e por isso freqüentada pelos filhos das “distintas famílias”. Portanto, as reclamações a respeito das crianças nas ruas ainda eram recorrentes na segunda década do século XX.

As traquinagens mais comuns que irritavam muitos moradores eram as seguintes: os furtos de frutas nos quintais, as pedradas que atingiam as janelas devido à habilidade da garotada com os estilinges, os palavrões e gestos obscenos, o jogo de futebol nas ruas atrapalhando os transeuntes, os rojões e bombinhas em épocas juninas, os banhos nus dos adolescentes e crianças no rio Jaú, os danos ao patrimônio público e particular, entre outros.

Em 1917, um articulista do “Comércio” ressaltava em seu artigo a necessidade de se começar em Jaú uma campanha que envolvesse as escolas, os pais e a polícia para combater o vandalismo e os danos ao patrimônio público. O jornalista alertava que o principal problema era que os menores rabiscavam os muros e as fachadas dos prédios escrevendo coisas “*que até demo se espantaria de as ler.*” O articulista se expressava nesses termos para chamar a atenção dos leitores sobre o assunto:

*“Jahu esmera-se em construções, em jardins, em tudo, tornando-se uma cidade moderna e aprazível.*

*Como, porém, poderá ostentar a sua galhardia, si a criançada conspira em effeial-a, em envergonhal-a, até, perante respeitáveis visitantes, escandalizando, mesmo, os seus habitantes?*

*Pedimos também aos senhores fiscais, e a própria polícia, que voltem as suas vistas para este estado de coisas, que altamente prejudicam os proprietários.*

*Esperamos ser atendidos, pois o nosso pedido representa o desejo do bom povo jauense.*

*Que os paes, professores, fiscais e polícia conspirarem em acabar com a rabiscação de muros e prédios. ( Comércio do Jahu, 1917, nº- 1148, p.2)*

A imprensa continuou envolvida com a meta da disciplinação das crianças que viviam desocupadas aprontando traquinagens pelas ruas. Em nome dos interesses dos proprietários dos prédios, na defesa da boa imagem da cidade perante os visitantes, bem como no respeito aos moradores, o jornal local defendia uma cruzada da família, da escola e da polícia na defesa da ordem e na manutenção da beleza da cidade.

Os segmentos dominantes continuaram firmes no propósito de educar a infância nos trilhos do bem estar social. Com tal finalidade a imprensa passou a divulgar uma quantidade expressiva de matérias a respeito das atividades promovidas pelos escoteiros de Jaú. Essa associação foi fundada na localidade ano de 1917, acompanhando a expansão do escotismo que ocorria em nível internacional. Embora o escotismo não conseguisse atingir todas as crianças, atraindo em especial as crianças das classes privilegiadas, a imprensa via nesse movimento um paradigma para se pensar a educação infanto-juvenil de modo geral. As noções básicas de disciplina, o aprimoramento da constituição física através dos esportes e dos exercícios físicos, os ensinamentos patrióticos e morais eram a finalidade do escotismo, e portanto muito importantes para a formação da juventude, na visão dos colaboradores da imprensa.

Arrefeceram um pouco as notícias e reclamações dos colaboradores da imprensa e moradores em relação ao incômodo que as crianças representavam para muitos jauenses. O jornal “Comércio” muda o tom dos discursos e passa a dar enfoque para o trabalho ordeiro e responsável dos escoteiros ao invés de dar ênfase às desordens das crianças que viviam pelas ruas. Os escoteiros passaram a ajudar na organização do trânsito, na manutenção da ordem na cidade em dias de festa, e na fiscalização dos outros garotos que continuavam a brincar pelas ruas.

Para mostrar a disciplina e a educação que o escotismo impunha às crianças o “Comércio do Jahu” publicou um elogio a atitude de um escoteiro, o “nº- 115, *Amaury Barroso*” que estava à paisana andando pela cidade. Esse escoteiro tentou evitar que outro menino quebrasse a janela de uma casa, testando sua pontaria com um estilingue. Ao tomar essa atitude o escoteiro foi ridicularizado e insultado pelo outro garoto segundo informações fornecidas pelo articulista, segundo o qual, ao ser insultado, Amaury Barroso, começara a cantar a canção do escoteiro. Nesse momento outros escoteiros chegaram ao local e colocaram um fim no caso. (Comércio do Jahu, 1918, nº- 1357, p.2)

Era a construção de um discurso para valorizar a disciplina e a responsabilidade e criticar a desocupação e a rebeldia de alguns crianças, que ainda não sabiam ter um comportamento adequado para uma cidade que havia se modernizado. Todavia, a permanência contínua de muitas crianças nas ruas, fazendo traquinagens, demonstra que o discurso ideológico veiculado pela imprensa não atingia boa parte da população. Para a contrariedade de muitos jauenses, com certeza um número grande de crianças ainda continuava solto pelas ruas.

Por isso, muitos outros discursos semelhantes foram publicados pelo jornal “Comércio do Jahu”, sempre enaltecendo uma boa ação de um escoteiro. O objetivo era atingir a opinião pública no sentido da aceitação do escotismo. Era importante convencer pais e professores que o escotismo era uma boa forma para inculcar responsabilidade e disciplina à vida das crianças.

Assim, o poder público, com o respaldo de um parte da sociedade local, procurou implantar um projeto de reformas da cidade, entrelaçado com uma política de imposição de comportamentos considerados civilizados para os patamares de uma cidade moderna, mas esses objetivos não se realizaram como

os setores dominantes esperavam. Muito próxima das ruas centrais ainda permanecia uma população empobrecida, que morava em pequenas casas precárias ou mesmo em cortiços, e portanto a revonação arquitetônica foi restrita somente às ruas principais. Além disso, fica claro que foi muito intensa a luta dos mais pobres para permanecerem na área central.

Os segmentos excluídos insistiam em continuar circulando pela cidade. As tentativas de afastamento dos meliantes e dos mendigos do centro da cidade mostram sua presença constante no meio urbano para a preocupação dos setores mais elitizados.

Os poderes competentes também não conseguiram mudar radicalmente os costumes populares. A freqüências aos botequins, às casas de jogos e aos prostíbulos eram diversões bastante apreciadas por boa parte da população. Era muito difícil disciplinar os hábitos populares já arraigados. Portanto, podemos concluir que os padrões burgueses de comportamento não foram assimilados pelos setores populares. Assim, a modernização era mais uma vitrine do que uma realidade concretizada no meio local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tornar a cidade de Jaú moderna, higienizada, embelezada, e habitada por uma população que possuía um comportamento civilizado era o sonho dos segmentos elitizados da sociedade local.

As reformas modernizadoras efetuadas em outras cidades importantes do país e do mundo serviram como exemplos para cidades interioranas como Jaú, que vivenciava uma intensificação no processo de urbanização no início do século XX.

A imprensa colocou-se na vanguarda para difusão e convencimento da opinião pública sobre a necessidade de se modificar o aspecto visual da cidade e também da necessidade de transformações nos costumes populares.

Por meio de editoriais, notícias e crônicas, os colaboradores da imprensa fizeram desfilar um rol expressivo de discursos no qual os verbos modernizar, embelezar, higienizar e civilizar eram recorrentes e expressavam o anseio de uma parte da sociedade jauense no tocante à concretização das reformas no meio urbano.

Esse período de reformas e melhoramentos também serviu bastante ao jogo político local. Logo após a proclamação da República dois grupos oligárquicos disputaram o comando do PRP em Jaú. O mote desse embate político era a realização de melhorias para a cidade. Esses grupos digladiavam-se para demonstrar frente à população o maior número possível de investimentos feitos na cidade.

Sabemos que a pedra de toque da política vigente na época era a prática de favores aos eleitores visando aos bons resultados nos pleitos eleitorais.

Essas injunções políticas acabaram influenciando diretamente o destino da cidade e de seus habitantes.

Vicente Prado ao se tornar o líder político em 1908, deu o tom dos investimentos na área urbana. Embelezar a cidade e ditar um comportamento considerado mais adequado a uma cidade em processo de adiantamento foi sua principal política.

A disputa em torno da memória sobre a construção da cidade moderna foi algo que preocupou esses grupos políticos. O jornal o “Comércio do Jahu” que apoiava Vicente Prado tratou de mostrar esse período da história de Jaú como uma era de progresso e modernização. Entretanto, através da consulta à documentação demonstramos que a modernização era um processo em curso desde os anos 90 do século XIX, atrelada ao desenvolvimento econômico que ocorria em quase todo o Estado de São Paulo. Nesse caso, os dois grupos oligárquicos tiveram sua importância para modernizar a cidade.

A sociedade local também sofreu influência das novas tecnologias que penetraram no meio urbano. Foi na segunda década do século XX que os novos aparatos modernos mais influenciaram a vida cotidiana dos jauenses. O carro, o cinema, a bicicleta, o telefone, o trem alargaram os horizontes de contato, vencendo o imobilismo e o isolamento. Vencidas as resistências iniciais, as novas tecnologias foram sendo assimiladas para facilitar a resolução de serviços e mesmo serem utilizadas como forma de diferenciação social.

Os segmentos dominantes também foram aos poucos mudando os seus hábitos. A prática de esportes passou a ser um fator de movimentação na cidade. O futebol mobilizava os jovens das classes mais abastadas e permitia o

deslocamento de suas famílias que os acompanhavam para incentivar as competições realizadas em outras cidades.

A moda foi outra preocupação dos setores mais endinheirados. Usar uma roupa mais sofisticada para poder acompanhar a moda que imperava nas capitais tornou-se mais fácil com a instalação de um comércio de luxo em Jaú a partir de 1911.

Apesar dessas mudanças, outro aspecto da modernização, que ficou bem visível, foram os problemas sociais resultantes desse processo. Com a reforma do centro urbano, os pobres foram marginalizados e empurrados para a periferia da cidade.

As tentativas de imposição de um comportamento mais aburguesado resultou na segregação dos doentes, das prostitutas e dos mendigos.

Contudo, não podemos afirmar que a construção da cidade moderna tenha sido implementada por inteiro. As resistências estiveram presentes em todos os níveis. O processo de higienização, de embelezamento, de imposição de novos costumes não foi feito a contento dos grupos dominantes. Os setores populares mantiveram muitos dos seus antigos hábitos. Assim, a modernização foi muito mais uma idealização do que algo que realmente tivesse sido completamente materializado.

**FONTES****ARQUIVO DO MUSEU MUNICIPAL DE JAÚ****FONTES MANUSCRITAS**

Livro de Atas da Câmara Municipal de Jaú ( 05/10/1892 a 01/09/1893)

Livro de Atas da Câmara Municipal de Jaú ( 02/09/1892 a 01/09/1893)

Livro de Atas da Câmara Municipal de Jaú ( 02/09/1893/ a 05/12/1895)

Livro de Atas da Câmara Municipal de Jaú ( 07/12/1895 a 07/01/1899)

Livro de Atas da Câmara Municipal de Jaú( 07/01/1899 a 10/06/1899)

Livro de Atas da Câmara Municipal de Jaú ( 20/06/1889 a 30/11/1899)

Livro de Atas da Câmara Municipal de Jaú ( 03/12/1900 a 03/12/1901)

Livro de Atas da Câmara Municipal de Jaú ( 07/1/1902 a 10/10/1904)

Livro de Atas da Câmara Municipal de Jaú ( 03/11/1904/ a 23/04/1907)

Livro de Atas da Câmara Municipal de Jaú ( 23/04/1907/ a 16/10/1908)

Projetos de Leis da Câmara ( 1893 a 1899)

Projetos de Leis da Câmara ( 1899 a 1901)

**FONTES IMPRESSAS**

Correio do Jahu      1902    ano VII    nº552 a 667

Correio do Jahu      1906    ano XI    nº1123 a 1273

Correio do Jahu      1907    ano XII   nº1309 a 1414

Correio do Jahu 1908 ano XIII nº1418 a1516

Commércio do Jahu 1908 ano I nº 6 a 40

Commércio do Jahu 1909 ano I e II nº 43 a 142

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO COLÉGIO DA FUNDAÇÃO  
EDUCACIONAL “DR RAUL BAUAB”**

**FONTES IMPRESSAS**

Almanack do Jahu( para o ano de 1902), Editado pelo Correio do Jahu, 1902.

Sebastião, Teixeira. Jahu em 1900. Correio do Jahu. 1900.

Commércio do Jahu 1910 ano II e III nº144 a 256

Commércio do Jahu 1911 ano III e IV nº 259 a 358

Commércio do Jahu 1912 ano IV e V nº 362 a 461

Commércio do Jahu 1913 ano V e VI nº 462 a 602

Commércio do Jahu 1914 ano VI e VII nº 605 a 718

Commércio do Jahu 1915 ano VII e VIII nº 738 a 884

Commércio do Jahu 1916 ano VIII e IX nº 887 a 1036

Commércio do Jahu 1917 ano IX e X nº 1037 a 1235

Commércio do Jahu 1918 ano X e XI nº 1238 a 1525

Commércio do Jahu 1919 ano XI e XII nº 1534 a 1820

Comércio do Jahu 1920 ano XII nº 1824 a 1899

**FONTE ORAL**

Depoimento de Jardelina Veríssimo do Nascimento- 30/3/1990-  
Arquivo- II- 3.3.2

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### LIVROS E ARTIGOS

- AMARAL, Rubens do. Biografia de Constantino Fraga. São Paulo, 1962 ( mimeo)
- ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: Um Haussmann Tropical. Biblioteca Carioca, 1990.
- BENÉVOLO, Leonardo. História da Arquitetura Moderna. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire. Um lírico no auge do capitalismo. Obras escolhidas volume III. Ed. Brasiliense, 1997.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. 5ª. ed. Editora Brasiliense, Col. Tudo é História.1989.
- \_\_\_\_\_. Imagens da cidade: Séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero, Anpuh, 1994.
- \_\_\_\_\_. Metrópolis: as faces do monstro urbano(as cidades no século XIX). In: Revista Brasileira de História. São Paulo, Vol 5, n. 8/9, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. O controle e os limites da liberdade: imprensa paulista ( 1920- 1945), In: Revista Brasileira de História. Marco zero, vol 12, nº23/24, 1992.

- CASALECCHI, José Ênio. O partido republicano paulista: política e poder (1889, 1926). São Paulo, Brasiliense, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. O Rio de Janeiro e a República: in Revista Brasileira de História. ( São Paulo), vol. 5, n. 8/9, 1984.
- CHARTIER. R. A história Cultural: entre práticas e representações. São Paulo: Bertrand Brasil, 1990.
- CORBIN, Alain. Saberes e Odores. O olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república-momentos decisivos. 5ª ed. São Paulo, Brasilense. S.D.
- DA MATTA, Roberto. A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FABRIS, Annateresa.(org) Fotografia - Usos e funções no século XX. Editora da Universidade de São Paulo, 1991. Coleção Texto& Arte.
- Fausto, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP/ FDE, 1995.
- FERNANDES, José. Vultos e fatos da história de Jaú, edição conjunta extraordinária do Correio da Noroeste, Correio da Capital e Correio de Garça, 1953.
- FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros. 1969.
- GERMANI, Gino. Sociologia da modernização. Trad. Eurico de Lima Figueiredo. São Paulo, Editora Mestre Jou, S.D.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1989.

- GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. Trad. Raul Fiker. São Paulo, Editora Unesp, 1991.
- HOBBSBAWN, E. J. A era do capital( 1848- 1875). 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOLLANDA, Sérgio B. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUNT, LYNN. A nova História cultura. Tradução: Jefferson Luis Camargo. S.P. Fontes, 1992.
- JANOTTI, Maria de L. Ocoronelismo: uma política de compromissos. São Paulo.Brasiliense, 1985. Tudo é História.
- Leal, Victor N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.
- DUBY, G. História social e ideologias das sociedades; In:LE GOFF, J. & NORA, P. História: Novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LE GOFF, Jacques. Documento/ monumento. In: História e memória. 3ª-ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- LOVE, J. A locomotiva: São Paulo na Federação Paulista (1889- 1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- MARSHALL, Berman. Tudo o que é sólido se desmancha no ar. A aventura da modernidade. Tradução: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo, Cia das Letras, 1986.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. O tempo Saquarema. 2ª-ed. São Paulo. Editora hucitec, 1990.
- MATTOS, Ogária. A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças. Espaço& Debates, revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo: Nobel, v.7 p 45 –53, 1982.

- MILLIET, Sérgio. Roteiro do café e outros ensaios. São Paulo, Hucitec, 1982.
- MUNFORD, Lewis. A cidade na História: suas origens, transformações e perspectiva B.H. ED. Itatiaia, 1965
- NEEDELL, J. D. Belle Époque tropical. São Paulo, Cia das Letras, 1933.
- OLIVEIRA, Flavia Arlanch de. Faces da dominação da terra: Jaú 1890/1910. São Paulo. Unesp/ Fapesp, 1999.
- OLIVEIRA, Flavia Arlanch. Italianos na cidade de Jaú por volta do início do século XX. In: BONI, Luis A de(org). A presença Italiana no Brasil. Porto Alegre, Edições Est, 1996.
- \_\_\_\_\_. Jaú no século passado. Mimeo.
- ORTIZ, Renato. Cultura e modernidade. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- PECHMAN, Sérgio e Lilian Fristch: A Reforma Urbana e seu Averso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século, in Revista Brasileira n. 8/9, 1984, p. 139-155.
- PERROT, Michele. Os Excluídos da História. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- PRADO, JUNIOR, Caio. Evolução Política do Brasil e outros estudos. 3 ed. São Paulo Brasiliense, 1961.
- \_\_\_\_\_. Formação do Brasil contemporâneo. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. de. O coronelismo numa interpretação sociológica: In História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. Vol.1. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- RAGO, Margareth. Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

- \_\_\_\_\_. Os prazeres da noite e códigos da sexualidade feminina em São Paulo: ( 1890-1930). Rio de Janeiro , Paz e Terra, 1991.
- ROLNICK, Raquel. São Paulo na virada do século: territórios e poder. Cadernos de História de São Paulo. (São Paulo), n.2, p 39-44, 1993.
- \_\_\_\_\_. O que é cidade. 3ª-ed. São Paulo, Brasiliense, 1994. Coleção Primeiros Passos.
- SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1983.
- SENNET, Richard. O declínio do homem público. As tiranias da intimidade. Trad. Lígia Araujo Watanabe. Cia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. Carne e Pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Trad. Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro : Record, 1997.
- SEVCENKO, Nicolau. A Revolta da Vacina. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República, São Paulo, Brasiliense, 3ª. ed., 1989.
- \_\_\_\_\_. Orfeu Extático na Metrópole. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- \_\_\_\_\_. ( org). História da Vida Privada no Brasil. Vol 3. República da Belle Époque à Era do Rádio. Cia das Letras, 1998.
- SILVA, Edna Aparecida da. Imagens e Projeto de Cidade: Representações em torno de uma cidade em construção. (Marília 1924/1938) . Dissertação de mestrado, Unesp/ Assis, 1999.
- SILVA, Ricardo Siloto da. Urdiduras e Tessituras das cidades. Na história das cidades, a estruturação territorial de Assis. Tese de doutorado, Unesp/Assis, 1996.

SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. S.P,  
Ed, Alfa - Ômega,1986.

WILLIANS, Raymond. O Campo e a Cidade. São Paulo,  
Companhia das Letras, 1989.